UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RENATA BARRETO PRETURLAN

**Mobilidade e classes sociais:
o fluxo migratório boliviano para São Paulo**

São Paulo

2012

RENATA BARRETO PRETURLAN

**Mobilidade e classes sociais:
o fluxo migratório boliviano para São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Brasília João Sallum Junior

São Paulo

2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P943m Preturlan, Renata Barreto
Mobilidade e classes sociais: o fluxo migratório
boliviano para São Paulo / Renata Barreto Preturlan
; orientador Brasília João Sallum Junior. - São
Paulo, 2012.
200 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. Migrantes. 2. Imigração. 3. Classes sociais. 4.
Mobilidade social. 5. Bolivianos. I. Sallum Junior,
Brasília João, orient. II. Título.

Nome: PRETURLAN, Renata Barreto

Título: Mobilidades e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Brasília João Sallum Junior (orientador) Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi Instituição: Universidade Federal de São Carlos

Julgamento _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Vera da Silva Telles (suplente) Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Odair da Cruz Paiva (suplente) Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Deisy de Freitas Lima Ventura (suplente) Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Capes pela bolsa concedida durante o primeiro ano desta pesquisa.

A todos/as os/as migrantes que compartilharam comigo, ao longo destes anos, um pouco de seus sonhos, esperanças, vivências, histórias e planos.

Ao Prof. Dr. Brasília Sallum Jr, pela orientação cuidadosa e decisiva em todos os momentos difíceis da pesquisa. Pelos ensinamentos de sociologia e de vida.

Às Profas. Dras. Rossana Reis e Vera Telles, pelos conselhos e orientações do exame de qualificação, que foram fundamentais para o desenvolvimento posterior da pesquisa.

À Letícia e à Alice, pelo trabalho cuidadoso e artesanal nas transcrições das entrevistas.

Aos colegas do Núcleo de Antropologia Urbana da FFLCH-USP, que me ajudaram a crescer no contato com suas pesquisas e em seus ricos debates.

Aos colegas e amigos do projeto Educar para o Mundo, que, em sua dedicação incansável, estão construindo uma nova relação da universidade com o mundo ao seu redor, meu reconhecimento e apoio.

Aos amigos do Serviço Pastoral dos Migrantes, especialmente ao Nelson, Carlinhos, Roberval e Wander, por me ensinarem constantemente sobre as alegrias e os desafios de apoiar aqueles cujos direitos são violados. Pela alegria e pelo companheirismo, minha gratidão.

Aos amigos de Brasília, especialmente os “eternos alojados” e aos amigos da SPM, cúmplices de risadas e de trabalho, por terem tornado este processo mais leve.

Aos amigos de São Paulo, especialmente Douglas, Melina, Marília, André e Flávia, pela presença carinhosa mesmo na ausência. Ao Hélio, meu irmão baiano e companheiro de aprendizados intelectuais, meu carinho e gratidão.

Ao Matheus, com quem aprendo sobre a força e as sutilezas do amor, por caminhar ao meu lado.

À minha família, pelo amor, carinho, presença e apoio em todas as minhas escolhas. À minha mãe, Heloisa, e ao meu pai, Edson, o amor e a doação. Às minhas irmãs, Mariana,

Beatriz e Letícia, o companheirismo, a amizade e as risadas. À minha avó Lourdes, pelo carinho incondicional.

RESUMO

PRETURLAN, R. B. *Mobilidades e classes sociais: o fluxo migratório boliviano para São Paulo*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O objeto deste trabalho é o fluxo migratório boliviano para São Paulo. Ele tem como objetivo contribuir para os avanços teóricos sobre as migrações em geral, e para o avanço das teorizações sobre as migrações transnacionais em particular, problematizando a estruturação dos fluxos migratórios pelas diferenças de classes sociais. A pesquisa visa responder em que medida as diferenças e hierarquias de classes sociais constituem uma dimensão relevante para a análise e compreensão de fluxos migratórios, especialmente aqueles marcados por forte mobilidade espacial, como o fluxo boliviano para São Paulo. A hipótese que orientou a investigação é de que a extração de classe dos migrantes e sua situação de classe no local de destino são dimensões centrais para a compreensão dos diferentes perfis dos fluxos migratórios, suas condições de integração e relação com o Estado e o espaço público. Foi adotado o conceito de classe social de Max Weber. A investigação se debruçou sobre as condições que dão origem aos fluxos migratórios bolivianos, incluindo sua inserção no sistema migratório regional vinculado aos setores de confecções da capital paulistana e de Buenos Aires (Argentina). Também é discutida a situação de classe dos migrantes em São Paulo, principalmente a partir de suas principais inserções no mercado de trabalho local (setor de confecções e comércio ambulante). A partir deste diagnóstico, é discutida inserção dos migrantes no espaço público, sua relação com o Estado brasileiro e suas formas de organização e associação. Por fim, a partir de uma análise microsocial, discutem-se as motivações e perspectivas do projeto migratório, e o papel dos objetivos de ascensão social na estruturação das suas trajetórias migratórias e de vida.

Palavras-chave: Migrantes. Imigração. Classes sociais. Mobilidade social. Bolivianos.

ABSTRACT

PRETURLAN, R. B. *Mobilities and social classes: the Bolivian migration flow to São Paulo*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This study concerns the Bolivian migration flow to São Paulo. Its objective is to contribute to promote theoretical developments on migrations in general, and to the theories on transnational migrations in particular, discussing the structuring role of social classes' differences regarding migration flows. This research seeks to answer the following question: to what extent social classes' differences and hierarchies are a relevant dimension to the analysis and comprehension of migration flows, especially those characterized by intense special mobility, such as the Bolivian migration flow to São Paulo? The hypothesis that guided the investigation is that the migrants' class extraction and their class situation in the place of settlement are central dimensions to comprehending the different types of migration flows, their conditions of integration and their relationship to the state and public space. Max Weber's concept of social classes was adopted in this study. The research focused on the conditions that originate the Bolivian migration flows, including their role in the regional migration system related to the garment industry in São Paulo and Buenos Aires (Argentina). It also discusses the migrants' class situation in São Paulo, especially according to their main occupations in the São Paulo labor market (garment industry and street trading). Based on this diagnosis, the study discusses the migrants' access to the public space, their relationship to the Brazilian state and their associative initiatives. Lastly, from a micro social perspective, it discusses the motivations and perspectives of the migration project, and the role of the rising social mobility objectives in the structuring of their migration and life trajectories.

Keywords: Migrants. Immigration. Social classes. Social mobility. Bolivians.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
1 A LITERATURA SOBRE MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS.....	22
1.1 GLOBALIZAÇÃO, ESTUDOS TRANSNACIONAIS E MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS.....	23
1.2 OS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS: ANTECEDENTES E TENDÊNCIAS.....	26
1.2.1 As primeiras formulações.....	30
1.2.2 O debate europeu.....	33
1.2.3 O estado da arte: algumas tendências nas pesquisas sobre o transnacionalismo.....	36
1.3 A PERSPECTIVA DE CLASSE NAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS.....	41
1.4 CONCLUSÃO.....	44
2 A EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DA BOLÍVIA.....	45
2.1 O PAPEL DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA NA DEFINIÇÃO DOS PERFIS DE CLASSE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	46
2.2 A PRESENÇA BOLIVIANA NA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E ESPANHA.....	48
2.3 A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL.....	52
2.3.1 O primeiro grande afluxo a partir da década de 1950.....	52
2.3.2 A emigração boliviana a partir da década de 1980.....	55
2.3.3 A origem urbana e o “mito do roceiro”	59
2.4 CONSTRUINDO O SENTIDO DA MIGRAÇÃO.....	63
2.5 A EXTRAÇÃO DE CLASSE DA MIGRAÇÃO RECENTE BOLIVIANA PARA SÃO PAULO.....	71

3 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL.....	72
3.1 O PRIMEIRO GRANDE FLUXO MIGRATÓRIO DE BOLIVIANOS PARA SÃO PAULO.....	74
3.2 O RECRUTAMENTO DOS MIGRANTES RECENTES.....	76
3.3 O SETOR DE CONFECÇÕES DE SÃO PAULO: DA FÁBRICA PARA A OFICINA.....	79
3.4 MIGRAÇÃO E INFORMALIDADE.....	83
3.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR DE CONFECÇÕES.....	87
3.6 DIVERSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES E AS POSSIBILIDADES DE MOBILIDADE SOCIAL.....	94
3.6.1 O comércio ambulante.....	98
3.7 A INSERÇÃO OCUPACIONAL E TERRITORIAL.....	102
3.8 VELHAS E NOVAS INSERÇÕES DE CLASSE.....	104
 4 A RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO, O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO E AS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO.....	107
4.1 A RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO.....	107
4.1.1 A legislação e as possibilidades de regularização da situação migratória.....	107
4.1.2 O acesso a serviços e políticas públicas.....	115
4.2 ACOLHIMENTO E DISCRIMINAÇÃO.....	119
4.3 FORMAS DE ASSOCIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO COLETIVA E INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO.....	126
4.4 AS FRONTEIRAS DE CLASSE NAS ASSOCIAÇÕES.....	134
 5 TRAJETÓRIAS, ESTRATÉGIAS E ASCENSÃO SOCIAL: A PERSPECTIVA DOS ATORES.....	138
5.1 CONTEXTUALIZANDO AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES.....	139
5.2 AS ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO SOCIAL.....	149
5.3 TRÊS MIGRANTES NO CRUZAMENTO DA POLÍTICA, DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES E DOS BENS DE CONSUMO.....	154
5.3.1 Isabel: de costureira a líder comunitária.....	155

5.3.2 Carlos: o cooperativismo entre os conacionais.....	162
5.3.3 Juan: a ascensão traduzida no acesso a bens de consumo.....	168
5.4 ASPIRAÇÕES E TRAJETÓRIAS.....	172
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 174
 REFERÊNCIAS.....	 181
 APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com migrantes.....	 198
APÊNDICE B – Perfis dos entrevistados.....	200

INTRODUÇÃO

O interesse pelas migrações internacionais tem se renovado no Brasil nas últimas décadas.¹ Seja devido ao aumento dos fluxos destinados principalmente aos grandes centros urbanos, seja por conta da emigração de brasileiros para o exterior, é indiscutível que o tema das migrações tem se tornado inescapável tanto no cenário político como nas investigações acadêmicas. As transformações que produzem as migrações nas relações entre os Estados e os indivíduos desafiam nossas concepções de cidadania, de acesso a direitos e políticas públicas e das próprias fronteiras das sociedades nacionais, dando ensejo a novos desafios políticos e teóricos.

Os fluxos migratórios para o Brasil não param de crescer. Nos últimos dois anos, em especial, intensificaram-se. Por um lado, este processo está relacionado à atual fase de crescimento econômico no país, em contraste com a prolongada crise em muitos dos destinos migratórios tradicionais. Entre 2010 e 2011, o número de migrantes em situação regular no país saltou de 961 mil para 1,46 milhão de pessoas.² Por outro lado, o surgimento e a estabilização de novos fluxos migratórios, após sua drástica redução nas décadas de 1950 e 1960, já vêm se delineando há algumas décadas e, em grandes centros urbanos como a cidade de São Paulo, são fatos estabelecidos. Eles contribuíram para transformar regiões e recriar práticas urbanas. O país está se integrando cada vez mais nas rotas dos fluxos migratórios regionais, e se consolida como “área de expansão das migrações latino-americanas” (BAENINGER, 2012, p. 15).

Para além dos novíssimos fluxos, como os de haitianos, equatorianos, angolanos e moçambicanos, algumas nacionalidades já completam 50 anos de migração para São Paulo e se tornaram parte indissociável de regiões e atividades econômicas da cidade, como é o caso dos bolivianos. O fluxo migratório boliviano para a região metropolitana de São Paulo é o objeto da presente investigação. Fortemente associado às transformações recentes do setor de confecções e vestuário da capital paulista, este fluxo se consolidou e representa o maior número de migrantes recentes para o país. Pesquisas recentes estimam que haja 100 mil

¹ Uma versão preliminar resumida de alguns pontos desta dissertação (especialmente dos capítulos 2, 3 e 5) foi apresentada em Preturlan (2012b).

² Dados do Ministério da Justiça (Brasil, 2011).

bolivianos em situação regular no Brasil, além de muitos milhares em situação irregular, especialmente na cidade de São Paulo³.

O primeiro grande estudo acadêmico sobre a migração boliviana para São Paulo foi uma pesquisa de mestrado, que resultou no livro *Costurando sonhos*, de Sidney da Silva, de 1997. O autor apresenta as origens e início do fluxo, a ocupação de regiões centrais da cidade e as difíceis condições de trabalho daqueles que estavam em oficinas de costura de propriedade de coreanos. Ressalta ainda os processos de recriação da cultura em um novo país e a organização dos migrantes com base em diferenças regionais e nacionais. O panorama oferecido a respeito das origens do fluxo e das condições de vida dos migrantes bolivianos em São Paulo foi a base a partir da qual uma série de novas investigações se desenvolveu.

A partir de meados da década de 2000, novos estudos são realizados, enfocando os vínculos dos fluxos migratórios coreano e boliviano (BUECHLER, 2004; FREITAS, 2009), as difíceis condições de trabalho na costura (ROSSI, 2005; ILLES, TIMÓTEO e FIORUCCI, 2008), o tráfico de pessoas (AZEVEDO, 2005), o papel das novas relações de trabalho na cadeia de confecções para o aumento da migração boliviana (SILVA, C., 2008, 2009), a inserção socioterritorial dos migrantes na cidade de São Paulo e sua relação com a mobilidade (XAVIER, 2009, 2010; SOUCHAUD, 2010), o vínculo com outros destinos migratórios e rotas (SOUCHAUD, 2010), o acesso às políticas sociais, como educação (MAGALHÃES, 2010) e saúde (MADI, CASSANTI e SILVEIRA, 2009; WALDMAN, 2011); as expressões culturais e identitárias (SILVA, S., 1997; 2003; 2005; 2006; 2008; 2012) e o preconceito e racismo com que se defrontam (SILVA, S., 2008; SIMAI e BAENINGER, 2011). A diversidade de pesquisas realizadas está retratada na coletânea *Imigração Boliviana no Brasil* (BAENINGER, 2012). Estes estudos oferecem um panorama bastante detalhado a respeito das condições de vida e processos de mobilidade, especialmente com relação àqueles migrantes inseridos no setor de confecções. Além disso, abrem uma extensa agenda de pesquisa para futuros trabalhos, que inclui desde as transformações nas relações de gênero ao longo do processo migratório até a inserção da segunda geração no mercado de trabalho e no espaço público.

³ A estimativa é da pesquisadora Patrícia Tavares de Freitas (CRECE..., 2012). Conforme será discutido no capítulo 2, com a provável subestimação do número total de migrantes pelo Censo e a ausência de *surveys* sistemáticos, há poucos dados confiáveis a respeito do número de bolivianos no país.

As pesquisas acadêmicas vêm demonstrando, em todo o mundo, o panorama complexo dos fluxos migratórios internacionais. Provavelmente de forma ainda mais intensa que durante as grandes migrações europeias para a América, na virada do século XIX para o XX, constata-se uma enorme diversidade de origens, destinos, trajetórias, perfis, inserções e práticas dos atuais migrantes em todo o mundo. Naquele período, o tema da imigração vinculava-se à própria fundação da sociologia como área disciplinar nos Estados Unidos (SASAKI e ASSIS, 2000). Atualmente, com o crescimento vertiginoso dos fluxos migratórios em todo o mundo desde a década de 1980, as migrações voltam a motivar e demandar a reformulação de conceitos e a reinvenção das categorias estruturantes das ciências sociais.

Concebidas a partir de perspectivas nacionais, as ciências sociais confrontam-se agora com a necessidade de readequar seus conceitos e formular novas propostas de interpretação da realidade social. Frente à intensificação dos fluxos de trocas e dos processos de integração entre as diferentes sociedades, as ciências sociais – e a sociologia, em particular – enfrentam novos desafios teóricos e empíricos.

Perspectivas teóricas inovadoras vêm sendo desenvolvidas para a investigação das migrações contemporâneas. Impulsionado principalmente pela constatação de que os migrantes mantêm diversos vínculos com seus locais de origem, além da percepção da crescente reversibilidade das migrações e da intensificação da mobilidade espacial, desenvolve-se um conjunto de pesquisas que podem ser identificadas sob o tema das *migrações transnacionais*. Trata-se de um conjunto heterogêneo de autores que têm em comum o diagnóstico compartilhado de que, nos fluxos migratórios contemporâneos, há uma forte tendência à (i) manutenção de vínculos dos migrantes com seus países de origem, (ii) com a possibilidade de que vivenciem múltiplos pertencimentos de forma não contraditória, (iii) além da transformação dos papéis e políticas do Estado nacional e (iv) a intensificação das formas de mobilidade espacial dos migrantes.

Um de seus maiores méritos é demonstrar a capacidade criativa e a agência dos atores-migrantes, que se engajam em projetos migratórios sucessivos, mobilizando para isso uma série de conhecimentos e saberes prévios e/ou adquiridos no próprio processo migratório, e ativando densas redes que se estendem através das fronteiras nacionais. Ao desassociar a

imagem dos migrantes à de “vítimas da globalização”,⁴ estes autores enfatizam sua autonomia na elaboração e construção de novos projetos de vida, formulando e reformulando suas estratégias. Para isso, a mobilidade espacial representa um instrumento fundamental, que é expressão e resultado de sua autonomia.

Estudos recentes sobre o fluxo migratório boliviano (cf. FREITAS, 2009; XAVIER, 2010) incorporam elementos desta perspectiva em suas análises. Isso se deve ao fato de os fluxos migratórios provenientes da América Latina serem caracterizados por sua alta mobilidade espacial, de acordo com as flutuações dos mercados de trabalho de seus locais de destino (BENENCIA, 2010). A intensa mobilidade espacial da população boliviana, tanto no interior da própria região metropolitana de São Paulo, como para a Bolívia e a Argentina, ganha novos significados quando interpretada à luz desses autores. Uma estimativa do consulado boliviano sugere que dois terços dos bolivianos que vêm para São Paulo retornam à Bolívia após um período relativamente curto de trabalho; esta estimativa parece bastante provável, com base nos relatos dos próprios migrantes e na avaliação de entidades assistenciais. Tendo em vista o dinamismo deste fluxo, a frequência dos eventos de mobilidade e a ativação de redes que ultrapassam os limites da cidade e do Estado nacional, são necessárias abordagens que incorporem as estratégias de mobilidade espacial dos migrantes em suas análises, abandonando visões convencionais que colocam a assimilação dos migrantes no local de destino como meta normativa. Para isso, as teorizações sobre as migrações transnacionais podem representar importantes contribuições.

Uma fragilidade dos estudos sobre as migrações transnacionais, contudo, reside na dificuldade em interpretar as estratégias dos atores-migrantes de modo integrado com as grandes estruturas sociais que conformam as condições de possibilidade da ação social. Em muitos casos, o destaque conferido à autonomia dos atores leva a uma ênfase excessiva em sua capacidade criativa e autonomia, reduzindo a importância de constrangimentos estruturais e de processos macrosociais.

⁴ A migração internacional tem sido associada, em uma série de discursos públicos e coletivos, à fuga das vítimas da miséria de seus países, em direção aos países desenvolvidos, verdadeiros oásis a serem protegidos. Um exemplo bastante claro é a declaração de Michel Rochard, primeiro ministro socialista do governo francês de François Mitterrand, visando justificar medidas de expulsão de imigrantes: “A França não pode acolher toda a miséria do mundo” (REIS, 2006, p. 69).

A literatura aponta a importância da transformação dos mercados de trabalho no contexto do pós-fordismo para a intensificação da mobilidade dos migrantes e a criação e manutenção de vínculos transnacionais (PORTES, 1999). No caso boliviano, isso é demonstrado com clareza pelo excelente estudo de Carlos Freire da Silva (2008). Porém, não se propõe de forma sistemática a integração das condições do mercado de trabalho ao quadro mais geral das estruturas de classe que constroem e, em certa medida, impulsionam as escolhas e as próprias trajetórias migratórias. Outras autoras (FREITAS, 2012; XAVIER, 2012) também procuram articular as perspectivas micro e macrosociais em suas análises, integrando as estratégias dos atores a condições estruturais, especialmente da conjuntura macroeconômica dos países, o mercado de trabalho e as características dos espaços urbanos. Contudo, nenhum destes autores analisou sistematicamente o papel das diferenças de classe social na conformação do fluxo migratório boliviano para São Paulo.⁵

Esta não é uma característica apenas das pesquisas sobre o fluxo migratório em questão. Em trabalhos recentes da literatura internacional sobre migrações transnacionais, ressalta-se a necessidade de que os estudos incorporem o papel do Estado, do poder e das classes sociais em sua análise (LEVITT e GLICK-SCHILLER, 2004). Contudo, esta lacuna permanece. É sintomático que um texto de balanço da literatura (cf. VERTOVEC, 2009) não contenha nenhuma seção referente à dinâmica de classes sociais, nem o termo conste de seu vasto índice remissivo. O presente estudo tem como objetivo contribuir para os desenvolvimentos teóricos sobre as migrações transnacionais e da sociologia das migrações em geral, problematizando a estruturação dos fluxos migratórios pelas diferenças e hierarquias de classes sociais.

A pesquisa visa responder em que medida as diferenças e hierarquias de classes sociais constituem uma dimensão relevante para a análise e compreensão de fluxos migratórios, especialmente aqueles marcados por forte mobilidade espacial, como o fluxo boliviano para São Paulo. A hipótese que orientou a investigação é de que a extração de classe

⁵ As diversas obras de Sidney da Silva (1997, 2003, 2005, 2006, 2008, 2012) enfocam os processos identitários e a recriação da cultura no contexto migratório, ou seja, abordam as diversas formas de simbolização no espaço público. Embora não constitua seu foco de análise, o autor aponta as diferenças de classe social identificadas entre os migrantes bolivianos, particularmente o contraste entre os primeiros migrantes e os mais recentes. Em especial, aborda algumas formas de simbolização das diferenças de classes sociais e suas manifestações públicas. Esses temas serão abordados no capítulo 4 desta dissertação. A dimensão de classe social surge em diversos momentos na literatura citada, devido a seu caráter estruturante dos processos sociais. Contudo, não é adotada como dimensão prioritária de análise.

dos migrantes e sua situação de classe no local de destino são dimensões centrais para a compreensão dos diferentes perfis dos fluxos migratórios, suas condições de integração e relação com o Estado e o espaço público.

No caso específico da migração boliviana para São Paulo, baseio-me na premissa de que a descrição das condições de trabalho do setor de confecções é insuficiente para dar conta da diversidade e das semelhanças de suas trajetórias migratórias – que incluem seus eventos de mobilidade espacial e, especialmente, seus esforços de mobilidade social ascendente. A perspectiva de classe social – que possibilita associar tais trajetórias aos recursos financeiros, educacionais, culturais, simbólicos e políticos desses migrantes – representa uma importante ferramenta e estratégia de análise para os estudos sobre as migrações contemporâneas.

Uma análise embasada nas diferenças de classes sociais permite evitar uma tendência ao individualismo excessivo em que recaem certas análises sobre mobilidade, apontando a maneira como as escolhas, trajetórias e eventos de mobilidades dos migrantes estão inseridos em contextos sociais mais abrangentes que constroem e estruturam tais processos. As estratégias dos atores, quando referidas a essas estruturas sociais, se tornam mais inteligíveis e ricas.

As pesquisas sobre migrações tendem a ser bastante polarizadas, principalmente devido à centralidade política que o tema adquiriu em alguns países. A ênfase da literatura recai, alternativamente, na precarização do trabalho ou na complementaridade de interesses entre migrantes e empregadores que necessitam de mão de obra barata; no tráfico de mulheres ou no seu empoderamento pela migração; no impacto positivo para o desenvolvimento via remessas ou negativo devido ao *brain drain*. A literatura sobre migrações transnacionais tem o mérito de mostrar que, a despeito de visões preconceituosas do senso comum, os novos migrantes não são “vítimas da miséria”, mas agentes que constroem seus planos e mobilizam recursos para a sua realização; as trajetórias migratórias são a face mais visível de tais projetos de vida. Contudo, como será debatido ao longo desta dissertação, abordar estes planos em termos de constrangimentos e projetos de classes sociais pode contribuir para fornecer um quadro mais nuançado e complexo destes processos, segundo o qual a autonomia dos agentes se expressa no contexto de estruturas sociais mais amplas.

As diferenças de classe social são centrais para se compreender as diferenças entre os fluxos migratórios. A extração de classe social dos migrantes tem relação com os destinos a que têm acesso, em função de seus recursos (especialmente financeiros e educacionais) e capacidade de mobilização de redes sociais. Nos locais de destino, sua inserção nos diferentes mercados, especialmente no mercado de trabalho, implica em diferentes tipos de acesso ao espaço público e sua relação com o Estado. Além disso, a consideração das diferenças de classes sociais é uma importante dimensão para a compreensão das estratégias e trajetórias dos migrantes. A articulação de seus eventos de mobilidade espacial com seus objetivos de mobilidade social ascendente pode trazer maior inteligibilidade a suas trajetórias individuais e coletivas. Cada um destes temas será explorado em detalhe ao longo dos capítulos desta dissertação.

A sociologia, portanto, poderá contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento deste campo de estudos. Na presente pesquisa, será adotada a perspectiva weberiana a respeito das classes sociais, segundo a qual as classes são conjuntos de indivíduos que têm recursos semelhantes a ofertar no mercado, de modo a compartilhar semelhantes oportunidades de vida (WEBER, 1999). A partir desta perspectiva, que será apresentada no capítulo 1, será possível investigar as vinculações entre as situações de classe dos migrantes bolivianos e suas trajetórias de mobilidade espacial e social.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realizar esta pesquisa, diversos procedimentos metodológicos foram adotados. A aproximação com os migrantes bolivianos foi viabilizada pela colaboração em atividades do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), entidade mantenedora do Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), importante referência no centro da cidade entre migrantes latinos para a obtenção de informações e assistência jurídica, além de promover atividades educativas, culturais e de mobilização política. Na condição de voluntária, durante o processo de apresentação de pedidos de regularização migratória por meio da Anistia concedida pelo governo federal em 2009, e como colaboradora em atividades de comunicação e formação do SPM, tive meus primeiros contatos com os migrantes e suas condições de vida e trabalho.

Além disso, participei durante o ano de 2010 do projeto de extensão Educar para o Mundo, iniciativa de alunos do curso de graduação em Relações Internacionais do IRI-USP que realiza, entre outras iniciativas, atividades de formação e de educação para os direitos humanos na Escola Municipal Infante Dom Henrique, na região do Pari, centro de São Paulo, em que há um grande número de alunos bolivianos ou filhos de bolivianos (mais de 10% do total). O contato com os migrantes por este outro ângulo também representou importante meio de abordagem das condições de acesso às políticas públicas em São Paulo e ao espaço público de modo geral.

Estes dois vínculos me possibilitaram realizar observação participante junto a associações de migrantes bolivianos na cidade (especialmente a ADRB – Associação dos Residentes Bolivianos; e uma cooperativa de empreendedores bolivianos e imigrantes em confecção), assim como em entidades de assistência a imigrantes: o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), a Pastoral do Migrante e o recém-criado Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC).

Também recorri a explorações etnográficas em locais de grande concentração de migrantes bolivianos: a Feira Kantuta, a feira da R. Coimbra, nas grandes festas bolivianas realizadas na cidade (como a de *Alacitas* e de Nossa Senhora de Copacabana) e na região do comércio popular de vestuário do Brás.

A partir dos vínculos mais ou menos fortes estabelecidos nesses diferentes espaços, iniciei a realização de entrevistas semiestruturadas com migrantes bolivianos residentes na região metropolitana de São Paulo. Elas tiveram como objetivo recuperar suas trajetórias de vida, com ênfase nos diversos recursos disponíveis e mobilizados em seus momentos de mobilidade espacial e social. Foram entrevistados 14 migrantes, 5 mulheres e 9 homens, com idades entre 19 e 59 anos, que estavam no país de 1 semana a mais de 50 anos, e que representam as principais inserções da população boliviana no mercado de trabalho da capital paulista. O roteiro de entrevista utilizado está disponível no Apêndice A, assim como um quadro síntese dos perfis dos migrantes entrevistados, no Apêndice B.

Com três desses migrantes, mantive contato frequentemente por mais de um ano e meio (entre 2010 e 2012), acompanhando suas trajetórias. Foram realizadas, com cada um dos três, duas entrevistas em profundidade, que serão exploradas no capítulo 5. Esta estratégia

mostrou-se bastante positiva: no momento da segunda entrevista, o aumento da confiança possibilitou relatos mais ricos de suas trajetórias. Além disso, o acompanhamento durante um período mais longo demonstrou os caminhos e estratégias de estruturação de seus projetos, a adesão dos migrantes a eles, assim como sua viabilidade no médio prazo.

Também foram entrevistados Paulo Illes (ex-coordenador do CAMI, atualmente coordenador do CDHIC) e Roque Patussi (coordenador do CAMI), para recuperar experiências de seu contato cotidiano com os migrantes. Outra técnica adotada foi a análise de documentos do banco de notícias sobre a migração boliviana mantido pelo Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, da Pastoral do Migrante.

A participação, durante o ano de 2010, no Grupo de Estudos de Imigração, do Núcleo de Antropologia Urbana da FFLCH-USP, foi de extrema valia ao possibilitar o contato com pesquisas em curso sobre diferentes fluxos migratórios e ao promover um rico espaço de debates sobre os rumos das pesquisas na área. Este contato fortaleceu a percepção de que as diferenças de classes sociais são centrais na análise dos fluxos migratórios contemporâneos.

Algumas ressalvas devem ser feitas com relação às limitações do principal recurso utilizado na pesquisa: as entrevistas. Em primeiro lugar, como será descrito em detalhe adiante, uma importante característica deste fluxo migratório é sua intensa mobilidade em torno dos polos de um sistema migratório que inclui São Paulo, Buenos Aires e o Altiplano boliviano. A investigação a partir de um desses pontos poderia trazer um viés na investigação se representasse um foco excessivo na inserção dos migrantes em São Paulo em detrimento de seus vínculos com os demais polos e seus deslocamentos espaciais. Tendo isso em mente, as entrevistas procuraram explorar os vínculos interpessoais existentes no sistema migratório e seu papel ao longo das trajetórias dos migrantes, viabilizando novos eventos de mobilidade e sendo criados ao longo deles.

Em segundo lugar, a realização de entrevistas com aqueles que permanecem em um destino migratório pode obscurecer, por um lado, a intensidade da mobilidade frente aos migrantes mais “sedentarizados” e, por outro, as trajetórias de “fracasso” (ou “sucesso”, conforme será discutido) daqueles migrantes que retornaram definitivamente. Uma maneira de evitá-lo foi realizar entrevistas com migrantes com perfis bastante diferentes no que se refere ao momento da primeira entrada no Brasil e ao número de migrações realizadas. Outra

estratégia foi investigar, a partir da rede de relações pessoais de cada entrevistado, exemplos de trajetórias diferentes (com retornos definitivos, migrações muito frequentes e migrações para outros destinos fora do sistema migratório).

Um último problema refere-se ao viés potencialmente individualista da realização de entrevistas com migrantes sem suas famílias. Como ressaltam diversas correntes de estudos sobre migrações internacionais, a migração é com frequência uma estratégia familiar, e as trajetórias individuais devem ser vistas de forma integrada com a dinâmica familiar nas quais estão inseridas. Buscando dar conta disso, as entrevistas procuraram mapear as relações familiares mais próximas dos entrevistados e identificar a intersecção, quando relevante, das trajetórias de seus membros individuais. A análise das trajetórias a partir da mudança dos arranjos familiares de acordo com as transformações geracionais trouxe importantes contribuições para a investigação.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está organizada da seguinte forma. Após esta introdução, o capítulo 1 apresenta um balanço da literatura sobre migrações transnacionais e outras correntes teóricas que a influenciaram, como a teoria do mercado de trabalho dual, a análise de redes sociais em migração e a nova economia das migrações. Por fim, sugere possibilidades de integração das diferenças de classes sociais em seu arcabouço teórico, a partir da conceituação de Max Weber. O capítulo argumenta que os processos de integração mundial em curso, concretizados também pelas práticas cotidianas de migrantes e pelas redes que estes mantêm através de diferentes países, somente podem ser adequadamente analisados quando se consideram as relações sociais desiguais que os permeiam, especialmente em função das hierarquias de classe social.

Em seguida, o capítulo 2 descreve a formação de fluxos migratórios a partir da Bolívia, e aponta a vinculação de perfis de classe social a destinos específicos. A migração para o Brasil, parte do sistema migratório regional que envolve também a capital argentina, é um entre os diversos fluxos que compõem a imensa emigração boliviana. É ressaltada a importância da proximidade geográfica na conformação de fluxos migratórios entre países do

sul geopolítico, em geral com predominância de migrantes pobres não qualificados. Além disso, é discutido o papel da disseminação de instituições e padrões capitalistas e de novas expectativas de consumo na conformação dos fluxos migratórios contemporâneos e na articulação de projetos de ascensão social que são perseguidos por meio da migração internacional.

Os capítulos 3 e 4 apresentam as condições de inserção dos migrantes bolivianos nesse sistema migratório, enfocando suas experiências na região metropolitana de São Paulo. No capítulo 3, é apresentada a estruturação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho paulistano a partir da situação de classe dos migrantes. O capítulo aponta o contraste entre a situação de classe dos migrantes profissionais de classe média, que marcaram o primeiro grande fluxo migratório, e os migrantes pobres. É descrito o principal mercado de trabalho no qual os migrantes recentes se inserem, o setor de confecções da capital paulista, e as consequências para os migrantes de suas principais características, como a informalidade, a sazonalidade e a redução da verticalização das empresas em favor de mecanismos de subcontratação. Também são apresentadas novas tendências de inserção no mercado de trabalho, com a diversificação das ocupações, e a consolidação do comércio ambulante como setor complementar e alternativo à inserção dos migrantes bolivianos. O capítulo indica como os migrantes vivenciam sua situação de classe no local de destino e a simbolização dessa posição em função das expectativas de seu projeto migratório e dos vínculos que mantêm com seu local de origem.

Logo após, o capítulo 4 discute o acesso dos migrantes ao espaço público, abordando questões como sua relação com o Estado brasileiro, o acesso a políticas públicas, preconceito e discriminação. Em todas essas dimensões, é abordada a centralidade das diferenças de classes sociais, que orientam a legislação migratória brasileira e que estão por trás de uma série de preconceitos referentes aos migrantes bolivianos. Em seguida, são apresentadas as diversas formas de organização e associação com base de classe que os migrantes criam, enfatizando as fronteiras de classe existentes. Também são discutidos os processos de busca de status e diferenciação que estão envolvidos nas iniciativas associativas e nas manifestações culturais coletivas, como as festas nacionais e religiosas.

O capítulo 5 visa apresentar, do ponto de vista microsocial, a estruturação dos processos sociais pelas diferenças e hierarquias de classes sociais. Assim, o capítulo recupera

as estratégias e trajetórias dos atores, apontando de que maneira os constrangimentos estruturais de classe discutidos nos capítulos anteriores são vividos e ressignificados nas experiências de mobilidade espacial e, sobretudo, mobilidade social pelas quais passam os migrantes bolivianos. O capítulo se orienta a partir da hipótese de que o desejo de mobilidade social ascendente é um importante elemento a ser considerado na análise das estratégias e trajetórias dos atores. É apresentada uma tipologia de estratégias de ascensão social com base nas práticas dos migrantes bolivianos em São Paulo. Em seguida, são analisadas em detalhe três trajetórias de migrantes, que diferem na maneira como definem suas expectativas de mobilidade social e as constroem: seja via acesso a bens de consumo, seja via mobilização política, seja via ganhos de status frente a determinados segmentos do grupo de conacionais.

Por fim, as considerações finais apresentam um balanço das possibilidades de avanço teórico na pesquisa sobre migrações a partir da consideração das diferenças e hierarquias de classes sociais e apontam para os desdobramentos da presente investigação a serem desenvolvidos por estudos posteriores.

1 A LITERATURA SOBRE MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

Os estudos sobre migrações passaram por uma série de transformações nas últimas três décadas. Impulsionados pela multiplicação dos fluxos migratórios e sua crescente diversidade, os pesquisadores da área propõem novas sínteses teóricas para dar conta de suas descobertas empíricas e lançar luz sobre pressupostos há tempos estabelecidos.

Uma vasta literatura a respeito das migrações transnacionais se desenvolveu, como parte desses esforços. O termo transnacionalismo é polissêmico e seu uso se difundiu nas ciências sociais e até nos discursos políticos. É adotado com sentidos bastante diferentes e, não raro, de forma pouca precisa. Uma revisão da expansão de publicações com o termo “transnacional” ou “transnacionalismo” apontou seu crescimento vertiginoso, especialmente a partir do final da década de 1990 (CANO apud VERTOVEC, 2009).

De modo geral, adota-se o termo transnacional em oposição a internacional. Este é entendido como relativo a interações, relações ou trocas mediadas pelos Estados e suas institucionais. Já transnacional, em consequência, refere-se aos tipos de conexões não mediadas pelas instituições estatais e que, de certo modo, colocam em xeque os limites das fronteiras nacionais. Vertovec (2009, p. 1) define o transnacionalismo como “economic, social and political linkages between people, places and institutions crossing nation-state borders and spanning the world”.¹ Trata-se, portanto, de novos tipos de relações sociais, tema para o qual a sociologia pode trazer valiosas contribuições.

Neste capítulo, será feita uma revisão da literatura sobre as migrações transnacionais, apontando sua relação com as teorias sobre migrações e outras correntes. Serão discutidas algumas de suas insuficiências e a possibilidade da incorporação sistemática das diferenças e hierarquias de classe social para impulsionar as pesquisas e teorizações na área.

¹ Tradução livre: “vínculos econômicos, sociais e políticos entre pessoas, lugares e instituições que cruzam as fronteiras dos Estados nacionais e atravessam o mundo”.

1.1 GLOBALIZAÇÃO, ESTUDOS TRANSNACIONAIS E MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

Os estudos sobre transnacionalismo surgem no bojo dos debates a respeito da globalização. Há uma vasta literatura a respeito da globalização, a partir de enfoques disciplinares variados; fazer uma minuciosa revisão desta literatura foge aos objetivos deste texto. Contudo, é possível indicar algumas questões e debates relevantes para a discussão sobre as migrações transnacionais. Alguns autores definem a globalização como um processo de amplo impacto que afeta qualitativamente todas as dimensões da vida, redefinindo inclusive as próprias categorias que utilizamos para refletir sobre nossas experiências. Em certa medida, David Harvey (1993) faz parte dessa corrente ao definir a globalização como uma “compressão do tempo-espço”. As distâncias se encurtam com as revoluções nos transportes, são praticamente eliminadas com o uso das tecnologias da informação; os tipos e frequência de contatos (sejam eles econômicos, sociais, políticos etc.) se ampliam rapidamente. As transformações relacionadas ao “pós-fordismo” estariam na base de todos os processos vinculados à globalização.

Entre as análises que enfatizam a centralidade das mudanças econômicas que vêm ocorrendo desde a década de 1970, Hirst e Thompson (1998) defendem a tese de que o que vem ocorrendo é um processo de internacionalização da economia mundial, semelhante ao que ocorrera no século XIX; deste modo, sua principal característica não seria a dissolução de fronteiras e o declínio dos Estados, mas sim o aumento da interdependência no mundo. Isso representaria, para o trabalho e para o capital, um cenário de maior competição.

Mesmo para as análises que identificam a causalidade dos processos da globalização no domínio econômico, seus efeitos tendem a ser compreendidos de forma multidimensional; as relações sociais, em diferentes domínios, se transformam e se intensificam. Novas formas de sociabilidade emergem. Esta é a posição de Held e McGrew, segundo os quais “a globalização denota a escala crescente, a magnitude progressiva, a aceleração e o aprofundamento do impacto dos fluxos e padrões inter-regionais de interação social” (HELD e MCGREW, 2000, p. 13). Isso significa que o alcance de uma série de relações sociais se expande; as diferentes regiões aumentam sua interdependência. A globalização seria, portanto,

a process (or a set of processes) which embodies a transformation in the spatial organization of social relations and transactions – assessed in terms of their extensity, intensity, velocity and impact – generating transcontinental or interregional flows and networks of activity, interaction, and the exercise of power. (HELD *et alii*, 1999, p. 16)²

Para esses autores, tal aumento de conexões em diversos domínios do social foi potencializado pelos avanços em tecnologias de transporte e telecomunicações, embora estes não possam ser apontados como causas da globalização.

O desenvolvimento dos estudos sobre o transnacionalismo (*transnational studies*) ocorre em paralelo e dialogando com os estudos sobre globalização. Há, inclusive, semelhanças no modo como as diferentes áreas se desenvolveram ao longo dos anos. Com o tempo, as pesquisas ganharam concretude empírica e maior consistência teórica; os termos passam a ser mais bem conceituados e a tendência ao binarismo histórico (com sua ênfase na ruptura com processos anteriores e no ineditismo do momento atual) também diminuiu. Em ambas as áreas, por exemplo, visões mais extremadas de declínio progressivo e inevitável do Estado foram substituídas por outras que defendem a mudança nos seus papéis, com o enfraquecimento de algumas áreas e funções e o fortalecimento de outras.

Entre as novas formações sociais que surgem a partir de tais processos de integração transnacional, as migrações ocupam um papel central. A intensificação de fluxos migratórios ao redor do mundo é causa e consequência da crescente interconexão entre localidades, países e regiões. Conforme Steven Vertovec:

Migrant transnationalism – a broad category referring to a range of practices and institutions linking migrants, people and organizations in their homelands or elsewhere in a diaspora – is a subset of a broader range of transnational social formations. (VERTOVEC, 2009, p. 13)³

O estudo das migrações transnacionais, portanto, visa lançar luz em uma dimensão central de tais processos de integração; ao designá-las como “globalização por baixo”, enfatiza-se o papel dos grandes deslocamentos populacionais na criação de novas formações sociais. O que impulsiona tais estudos é o reconhecimento comum de que “some migrants

² Tradução livre: “um processo (ou conjunto de processos) que corporificam uma transformação na organização espacial das relações e transações sociais – do ponto de vista de sua extensão, intensidade, velocidade e impacto – gerando fluxos transcontinentais ou inter-regionais e redes de atividade, interação e exercício do poder.”

³ Tradução livre: “O transnacionalismo migrante – uma categoria ampla, que se refere a uma variedade de práticas e instituições que vinculam os migrantes, pessoas e organizações a sua terra natal ou a outros lugares de uma diáspora – é um subconjunto de um grupo maior de formações sociais transnacionais.”

maintain strong, enduring ties to their homelands even as they are incorporated into countries of resettlement”⁴ (LEVITT, DeWIND e VERTOVEC, 2003, p. 565).

Em uma das primeiras grandes pesquisas sobre migrações transnacionais, Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton apresentam a seguinte conceituação:

We define ‘transnationalism’ as the processes by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. We call these processes transnationalism to emphasize that many immigrants today build social fields that cross geographic, cultural, and political borders. (BASCH, GLICK-SCHILLER e BLANC-SZANTON, 1994, p. 269)⁵

De modo geral, os estudos sobre migrações transnacionais são bastante heterogêneos, mas compartilham alguns diagnósticos a respeito dos fluxos migratórios contemporâneos. Em primeiro lugar, conforme as definições apresentadas, os migrantes, em graus variados, mantêm vínculos com seus locais e/ou países de origem, de natureza variada: vínculos sociais, econômicos, políticos e religiosos. Em segundo lugar, a manutenção de tais vínculos não impediria sua integração no local de destino; os migrantes experimentariam diversas formas de pertencimento de forma não contraditória, em consonância com a emergência de um “sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2003, p. 12). Estas novas formações sociais desafiarão os papéis e políticas do Estado nacional, que se reposiciona segundo o impacto diferencial de tais processos transnacionais. Por fim, o aumento e a intensificação das formas de mobilidade espacial dos migrantes, assim como a crescente reversibilidade das migrações, fazem com que os fluxos migratórios sejam cada vez mais dinâmicos e complexos.

⁴ Tradução livre: “alguns migrantes mantêm laços fortes e duradouros com seus locais de origem mesmo enquanto são incorporados nos países de destino.”

⁵ Tradução livre: “Definimos o ‘transnacionalismo’ como o conjunto dos processos por meio dos quais os imigrantes tecem e mantêm relações sociais de natureza múltipla ligando suas sociedades de origem e destino. Chamamos esses processos de transnacionalismo para insistir no fato de que, hoje em dia, muitos imigrantes constroem espaços sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas.”

1.2 OS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS: ANTECEDENTES E TENDÊNCIAS

A partir da década de 1980, com o aumento das migrações internacionais após sua redução no pós-Segunda Guerra Mundial, voltaram a crescer as pesquisas acadêmicas sobre migrações, com importantes inflexões. As pesquisas clássicas sobre migrações, do início e meados do século XX, se voltavam para a questão da integração ou assimilação dos migrantes, do ponto de vista das sociedades de destino, a partir do momento em que os migrantes são percebidos nessas sociedades como um “problema” ou “questão social” (SAYAD, 1998). Este problema de pesquisa é retomado nas últimas décadas, enquanto surgem outras perspectivas e correntes teóricas que propõem investigações divergentes.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam pesquisas sobre a “nova assimilação”, que buscavam identificar o ritmo e possibilidades de integração dos novos migrantes, surgiu o debate das migrações transnacionais, que questiona uma série de pressupostos da área. De modo geral, esses estudos apontaram que migrantes das chamadas “migrações históricas” do final do século XIX e início do século XX, assim como migrantes contemporâneos, mantinham vínculos com seus locais de origem, ao mesmo tempo em que se estabeleciam nos locais de destino. Além disso, destacaram os limites de análises que se dedicavam exclusivamente à incorporação dos novos migrantes como tendência histórica e como meta normativa:

Migration has never been a one-way process of assimilation into a melting pot or a multicultural salad bowl but one in which migrants, to varying degrees, are simultaneously embedded in the multiple sites and layers of the transnational social fields in which they live. More and more aspects of social life take place across borders, even as the political and cultural salience of nation-state boundaries remains clear. (LEVITT e JAWORSKY, 2007, p. 130)⁶

Assim, essa literatura surgiu em oposição às perspectivas assimilacionistas, que enfatizavam a perda de traços culturais e a inserção no mercado de trabalho como indicadores de sucesso da migração. A imagem do *melting pot* – metáfora norte-americana segundo a qual os diferentes grupos de migrantes se misturariam na conformação de novas identidades nacionais – reforçava a leitura positiva a respeito do processo de assimilação, subordinada ao

⁶ Tradução livre: “A migração nunca foi um processo de assimilação de mão única, em direção a um *melting pot* ou a uma salada de frutas multicultural, mas um processo no qual os migrantes, em graus variáveis, são simultaneamente incorporados nos múltiplos locais e camadas dos campos sociais transnacionais em que moram. Mais e mais aspectos da vida social se dão através de fronteiras, ainda que a importância política e cultural das fronteiras dos Estados nacionais permaneça clara.”

modelo anglo-saxão. A assimilação seria um processo linear, por meio do qual os imigrantes se tornariam americanos (ou brasileiros, franceses etc.) ao abrir mão de línguas, identidades e práticas culturais anteriores (BLOEMRAAD, KORTEWEG e YURDAKUL, 2008). Este processo seria algo irresistível e que se desenrolaria ao longo de várias gerações; isto é particularmente acentuado no sentido orgânico da palavra assimilação, que aponta para a incorporação funcional destes grupos na estrutura geral da sociedade (BRUBAKER, 2001). O conceito de assimilação está marcado por uma noção de passividade, e supõe a existência de um estado permanente, “nacional”, para o qual os recém-chegados se dirigem, “dissolvendo-se” no novo todo. Já foi apontada a relação entre esta produção intelectual e seu momento histórico, com a tendência a se pensar a integração e a unidade nacionais após a Segunda Guerra Mundial, enfatizando os aspectos consensuais da sociedade americana (RUMBAUT, 1997).

Esta visão enfraqueceu-se particularmente com a publicação de *Beyond the Melting Pot*, por Glazer e Moynihan, em 1963. O livro defende que, ao contrário da visão de que os diferentes grupos étnicos ao longo das gerações se tornaram parte de uma sociedade nacional homogênea, grupos da região de Nova York (negros, judeus, porto-riquenhos, italianos e irlandeses) mantinham há gerações suas identidades étnicas específicas. Essas modalidades de consciência étnica seriam formas sociais duradouras (GLAZER e MOYNIHAN, 1970). Esse desgaste da perspectiva assimilacionista foi simultaneamente teórico e político. Ela esteve associada a políticas estatais repressivas de homogeneização e fortalecimento de identidades nacionais, tanto no Brasil como em outros países como Estados Unidos, França e Alemanha, que não só fracassaram em seus objetivos como se provaram politicamente insustentáveis (cf. SEYFERTH, 2004; GLAZER e MOYNIHAN, 1963; BRUBAKER, 2001).

Os estudos sobre migrações transnacionais também se opõem a perspectivas que, embora não coloquem a assimilação como meta do ponto de vista normativo, interpretam o processo migratório sobretudo em termos de ruptura e destruição de relações sociais. Este é o caso, por exemplo, de um dos principais teóricos das migrações internacionais, Abdelmalek Sayad.

Sayad (1998) descreve a condição do imigrante como a “presença ausente”. O migrante é o *emigrante*, aquele que deixou sua sociedade de origem e permanece como lembrança e vazio, ao mesmo tempo em que é o *imigrante*, que chegou mas não pertence ainda à sociedade de destino, pois não estabeleceu relações que o levem além de sua condição

de uma força de trabalho provisória: “a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida” (SAYAD, 1998, p. 55). Assim, “tal duplicidade de ausência/presença representa uma profunda ruptura na ordem do tecido social” (FAZITO, 2010, p. 90). O migrante representa, portanto, uma indefinição no espaço social:

ele [Sayad] traça com pequenas pinceladas um retrato impressionante dessas ‘pessoas deslocadas’, privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais. Como Sócrates, o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. [...] Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não ser social. (BOURDIEU, 1998, p. 11)

Para Sayad, “não há inserção ou integração neste lugar de presença que não se pague com uma des-inserção ou des-integração em relação a este outro lugar, que não é senão o lugar da ausência e da referência para o ausente” (SAYAD, 2000, p. 15).

De fato, a ruptura foi tradicionalmente um importante elemento para definir as fronteiras do processo migratório na literatura. Na obra clássica de Thomas e Znaniecki (1984 [1918]), a análise se centrou nas consequências do desenraizamento para os jovens migrantes poloneses. Os estudos das migrações foram marcados pelo conceito de alienação, como demonstra o trecho do livro *The Uprooted*, de Oscar Handlin:

The immigrants lived in crisis because they were uprooted. In transplantation, while the old roots were sundered, before the new were established, the immigrants existed in an extreme situation. The shock, and the effects of the shock, persisted for many years... Their most passionate desires were doomed to failure; their lives were those of the feeble little birds which hawks attack, which lose strength from want of food... Sadness was the tone of life.⁷ (HANDLIN apud PORTES e RUMBAUT, 2006, p. 170)

Charles Tilly, em uma influente formulação, estabeleceu a diferença entre migrações e simples deslocamentos ou mobilidades a partir da conjugação de dois elementos: distância entre locais de origem e destino e grau de ruptura dos vínculos do emigrante com seu local de origem. Assim, só seria migrante aquele que se desloca através de grandes distâncias e que rompe vínculos com sua origem (TRUZZI, 2011). Como veremos em detalhe, ao propor que a

⁷ Tradução livre: “Os imigrantes viviam em crise porque tinham sido desenraizados. Em transplante, enquanto as raízes antigas eram rompidas, antes que as novas se estabelecessem, os imigrantes existiam numa situação extrema. O choque, e os efeitos do choque, persistiam por muitos anos. [...] Seus desejos mais apaixonados eram fadados ao fracasso; suas vidas eram como aquelas de pequenos pássaros débeis que falcões atacam, que perdem força por falta de alimentos. [...] A tristeza era o tom da vida.”

ruptura de relações sociais não constituiria uma característica fundamental nem necessária no processo migratório, a literatura sobre as migrações transnacionais termina por incluir em suas análises modalidades bastante diferentes de deslocamentos no espaço geográfico sob o signo da “mobilidade”.⁸ Assim, a tipologia de Charles Tilly, que se fundamentava na dicotomia entre migração e mobilidade, é substituída nessa literatura por um amplo *continuum* de formas de mobilidade, em que se inserem tanto as migrações de longo prazo como deslocamentos de curta duração. Para traduzir esta multiplicidade de formas de mobilidade, as pesquisas se referem ao “migrante”, e não mais exclusivamente ao “imigrante” ou “emigrante”.

A literatura sobre migrações transnacionais é referência entre os estudos das migrações, pois representa um importante esforço de teorização e de síntese de uma série de proposições mais específicas. Esses autores propõem a articulação teórica de ao menos três grandes perspectivas das pesquisas em migrações. Em primeiro lugar, eles incorporaram a asserção de que a migração é uma estratégia familiar, e que a família seria a unidade adequada de análise. Embora muitas correntes adotem este pressuposto, ele está particularmente ligado à nova economia das migrações, perspectiva que critica análises econômicas que explicam a migração a partir do cálculo racional individual de maximização da renda. Em contraposição, a partir da década de 1980, a nova economia das migrações coloca a importância de se analisar a migração como uma estratégia da unidade familiar (ou outras unidades culturais equivalentes) que agem racionalmente não só como objetivo de maximizar a renda, mas também para minimizar os riscos relacionados com uma série de imperfeições dos mercados (STARK e BLOOM, 1985).

Em segundo lugar, também se incorporam as contribuições da teoria do mercado de trabalho dual, perspectiva crítica à economia neoclássica que Sales (1999) classifica como teoria histórico-estrutural. Michael Piore, em sua obra clássica *Birds of Passage* (1979), defende que a principal causa da migração é a estrutura dos mercados de trabalho dos países de destino, que têm segmentos que dificilmente conseguem atrair trabalhadores nativos – por

⁸ Este processo de recolocação conceitual da migração é visível, também, na maneira como diferentes atores sociais enquadram o tema das migrações. A Igreja Católica, que após o Concílio Vaticano II (1961) deu início à criação de uma série de Pastorais Sociais, entendia as migrações prioritariamente como migrações do trabalho. A partir da década de 1990, alguns setores passaram a defender que a Igreja deve abordar os migrantes num quadro mais geral das mobilidades, incluindo outros tipos de viajantes como turistas, grupos circenses etc. Desde 2005, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou o Setor da Mobilidade Humana, segmento que agrupa as diferentes pastorais que trabalham com migrantes e demais grupos populacionais em mobilidade. No Brasil, percebe-se a existência de diferentes abordagens de acordo com a filiação e posicionamento político da entidade católica. A ênfase na migração, em oposição à mobilidade, está relacionada a posições políticas mais à esquerda, que entendem a migração como transferência de mão de obra para o trabalho e, portanto, como um processo vinculado à reprodução e reposição da classe trabalhadora.

se encontrarem na base da pirâmide ocupacional, empregarem trabalho flexível e não qualificado e gozarem de baixo prestígio social. Os migrantes temporários têm perfis de motivação bastante específicos que os levam a ocupar essas posições: são *target earners* (migram com o objetivo de acumular determinada quantia para depois retornar) e almejam ganhar prestígio e status social em seu local de origem, e não no destino. Isso faz com que ocupem esse segmento específico do mercado de trabalho.

Por fim, os estudos das migrações transnacionais também incorporam as contribuições da análise de redes sociais nas migrações internacionais, que demonstra que a permanência e a relevância de fortes vínculos dos migrantes com seus locais de origem são o que viabiliza a chegada de novos migrantes. Além disso, a existência de redes sociais é a principal explicação para dar conta da vinculação entre pontos de origem e destino bastante específicos. A migração não ocorre somente a partir de um cálculo de custos e riscos, mas especialmente a partir de relações sociais que estruturam e viabilizam os fluxos. Uma vez iniciado um processo de recrutamento (por parte de Estados ou agentes privados), ou a partir de outros tipos de conexões (como vínculos coloniais ou neocoloniais, intervenções militares ou empreendimentos econômicos), surge um fluxo migratório (SASSEN, 2010). Este pode se manter, independentemente da continuidade das condições iniciais que deram início à migração, devido à existência e formação de redes sociais, que reduzem os custos e os riscos envolvidos no processo migratório (cf. SOARES, 2002; TRUZZI, 2011; PALLONI *et alii*, 2001, entre outros).

1.2.1 As primeiras formulações

Os estudos sobre as migrações transnacionais vêm afirmar que a incorporação ou integração dos migrantes nos locais de destino não é contraditória nem se faz à custa da ruptura de suas relações e vínculos prévios. Ainda mais, defendem que esses vínculos podem inclusive ser a base a partir da qual tal integração pode se dar e estabelecem as condições de possibilidade do sucesso do projeto migratório. Trata-se, desse modo, de uma afirmação da *dupla presença* dos migrantes transnacionais, que mantêm e constroem vínculos tanto em seus locais de origem como de destino.

Há certo consenso de que as pesquisas sobre o transnacionalismo ganham impulso a partir da publicação do livro de Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton, *Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized states*, em 1994. Neste trabalho, já estavam presentes os elementos centrais que unificam o debate, mencionados anteriormente. A obra parte da experiência de emigração de sociedades pós-coloniais (São Vicente e Granadinas, no Caribe, o Haiti e as Filipinas) que tinham importantes vínculos históricos com os Estados Unidos. A migração transnacional é apresentada como parte de um processo de emergência de novas formas estatais: Estados desterritorializados, que solicitam e necessitam do envolvimento ativo de seus nacionais emigrados na condução de seus assuntos políticos e econômicos. Este envolvimento, contudo, depende fortemente da inserção dos migrantes nos Estados Unidos: além de votar nas eleições de seu país de origem, espera-se que pressionem o governo americano na definição de sua política externa para seu país, e que enviem remessas e mercadorias com os ganhos de suas atividades em território estrangeiro. Nesta concepção, não há mais uma diáspora, pois “wherever its people go, their state goes too”⁹ (BASCH, GLICK-SCHILLER e BLANC-SZANTON, 1994, p. 269).

Na sociedade de destino, as condições incertas em que vivem os migrantes (numa situação de insegurança econômica, em empregos de pouca qualificação ou precários, em posição subordinada na rígida hierarquia racial), associadas a práticas estabelecidas de migração, criam um forte incentivo para a manutenção de vínculos com seus países de origem. Face à dificuldade em conquistar mobilidade social ascendente nos Estados Unidos, muitos migrantes engajam-se em atividades transnacionais visando melhorar sua posição de status. A organização dos haitianos nos Estados Unidos, por exemplo, se seguiu a um período de forte estigmatização na mídia e um processo de reforço da cultura nacional. Trata-se de um engajamento majoritariamente reativo, ou seja, que decorre do bloqueio à ascensão social dos migrantes no local de destino, devido às condições citadas de sua inserção. A integração no país de recepção se dá prioritariamente nos âmbitos econômico e político, na medida em que eles se inserem no mercado de trabalho e se envolvem na política nacional tendo em vista os interesses de seu país de origem.

A circulação de população seria a base da migração transnacional. Por meio dela, criam-se múltiplos laços e identidades que transformam a vivência cotidiana dos migrantes, que não seriam mais interpretáveis a partir do paradigma assimilacionista. Ela se fundamenta

⁹ Tradução livre: “aonde quer que seu povo vá, o Estado vai também”.

em uma série de instituições que viabilizam e mantêm o fluxo de migrantes entre o local de origem e de destino. Além disso, nessas nações pós-coloniais, subsiste, por uma série de razões históricas, culturais e econômicas, uma cultura de emigração que a encara positivamente.

Num contexto de transformação da economia global e empobrecimento desses países, os transmigrantes asseguram a subsistência de parte da população. Por essa mesma razão, seu retorno não é desejado; a migração transnacional constitui-se num arranjo familiar que representa uma solução provisória para diversas crises (da economia nacional, familiar), que não ataca suas causas, de origem macrossocial.

Diversos trabalhos abordando a temática da migração transnacional surgiram nos anos posteriores. Contudo, conforme será apresentado em seguida, eles se afastaram progressivamente desta primeira formulação e de alguns temas que lhe eram centrais, principalmente o papel dos Estados e da dinâmica das classes sociais.

Uma referência na área é a primeira formulação de Portes (1999), que afirma que o transnacionalismo é resultado de uma série de transformações na economia e na política no mundo contemporâneo, com a flexibilização do trabalho e as políticas restritivas à imigração. Para contornar essas dificuldades, há uma tendência importante ao empreendedorismo entre os imigrantes e à ativação de suas redes sociais, que são densas e vastas. Formam-se vínculos fortes de solidariedade para contrabalançar as incertezas do contexto. A atuação dessas redes vai desde a facilitação do acesso a emprego e moradia aos recém-chegados e a formação de microcooperativas de crédito à formação de empreendimentos transnacionais. Tais empreendimentos trabalham com as diferenças de informações e preço entre sociedades de origem e de destino, criando importantes fluxos comerciais entre elas. O financiamento, obtenção de suprimentos e escoamento das mercadorias se faz por meio de fluxos entre os dois países, mediados pelos deslocamentos físicos de migrantes com fortes vínculos sociais e econômicos em ambos os países e que se encontram em constante trânsito. A ênfase, portanto, é colocada nas estratégias de empreendedorismo bem-sucedidas adotadas pelos migrantes para superar as dificuldades associadas à precariedade de inserção no mercado de trabalho do local de destino. Nessa formulação, o transnacionalismo designava iniciativas de certos grupos de migrantes que se baseiam em fortes redes de solidariedade étnica e nacional, que instauram significativos fluxos comerciais entre dois países (a sociedade de origem e a de

destino), em que os migrantes estariam inseridos simultaneamente. Eles não seriam de um lugar ou de outro, mas de ambos ao mesmo tempo, em constante trânsito.

Na década de 1990, predominaram estudos com um caráter bastante otimista, e até mesmo enaltecendor dos recentes fluxos migratórios:

They tended to see transnational migration everywhere when, in fact, the range and scope of migrants' transnational practices vary considerably. New research findings were celebratory, predicting that by living transnationally, migrants could overcome the poverty and powerlessness to which capitalism relegated them. (LEVITT e JAWORSKY, 2007, p. 131)¹⁰

Eles tendiam a generalizar estes processos para todos os migrantes, e vê-los como uma saída efetiva para a pobreza e o acesso restrito ou inexistente à política. Muitos dos termos e das proposições eram excessivamente vagos.

1.2.2 O debate europeu

Na Europa, as investigações se centraram na formação de redes comerciais no mediterrâneo baseadas na atuação de redes de migrantes e as migrações pendulares do leste europeu, descrevendo fenômenos mais fluidos, com inserções menos estáveis.

Les auteurs constatent en effet que, confrontés à un modèle national hégémonique, les migrants d'aujourd'hui ne peuvent –ou ne veulent– s'insérer pleinement dans la société d'accueil et consommer la rupture avec leurs origines. [...] L'installation des migrants s'opère donc moins bien ; elle est moins possible et moins désirable. Cela favorise le maintien des liens avec la communauté d'origine où la réussite sociale et l'implication politique constituent une reconnaissance sociale qui fait défaut dans le pays d'installation.¹¹ (POTOT, 2003, p. 21)

Assim, os migrantes transnacionais não estabeleceriam uma conexão dupla entre sociedades de origem e destino. Eles manteriam vínculos com sua sociedade de origem e se engajariam em múltiplas migrações, conformando “nouveaux genres de territoires coupant

¹⁰ Tradução livre: “Eles tendiam a ver a migração transnacional por toda parte quando, de fato, o alcance e escopo das práticas transnacionais dos migrantes variam consideravelmente. Novas descobertas de pesquisa eram enaltecedoras, prevendo que, ao viver transnacionalmente, os migrantes poderiam superar a pobreza e impotência ao qual foram relegados pelo capitalismo.”

¹¹ Tradução livre: “Os autores constatam que, confrontados com um modelo nacional hegemônico, os migrantes de hoje não podem – ou não querem – se inserir plenamente na sociedade de destino e consumir a ruptura com suas origens. [...] Isto favorece a manutenção dos laços com a comunidade de origem, onde o êxito social e a vinculação política constituem um reconhecimento social ausente no país de destino.”

désormais lês États-nations de manière transversale”¹² (TARRIUS, 2002, p. 17-8). Nesses novos espaços, as redes se constituem a partir de solidariedades transitórias, em que o único elemento que os migrantes têm em comum é a situação em que se encontram. Nestas redes informais, as solidariedades não se baseariam em pertencimentos étnicos ou nacionais; na ausência de tráficos ilícitos e máfias, verificar-se-ia “une ouverture à l’autre favorable à l’instauration de paisibles cosmopolitismes urbains”¹³ (TARRIUS, 2002, p. 155). O vínculo fundamental permanece sendo aquele com seu lugar de origem:

Les nouveaux nomades, par contre, restent attachés à leur lieu d’origine et demeurent économiquement dépendants de lui seul. [...] Au mieux ne font-ils qu’instrumentaliser leur appartenance aux pays d’accueil, mais en se tenant bien à distance des figurations publiques de la réussite. (TARRIUS, 2002, p. 18)¹⁴

Do mesmo modo que na formulação de Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton (1994), a inserção ou integração possíveis na sociedade de destino é pensada como parcial, sendo realizada plenamente apenas em alguns domínios da vida social. Neste caso, a relação dos migrantes com o país de destino é pensada de forma instrumental, vinculada a suas atividades econômicas. Suas dimensões sociais, políticas, religiosas, simbólicas são vivenciadas no contexto da sociedade de origem.

É importante ressaltar que, para estes autores, não se trata de diásporas, pois estas constituiriam atores coletivos. Estes migrantes construiriam trajetórias individualizadas em inúmeras migrações que seguem e compõem as rotas do comércio regional: é ressaltada “la capacité des acteurs de ces réseaux à se construire comme sujets de leur existence personnelle, à lui donner un sens, à maîtriser leur trajectoire”¹⁵ (WIEVIORKA, 2002, p. 10), sem que haja sedentarização. São novos migrantes do trabalho, de perfil complementar às atividades dos migrantes sedentários, descritos pelas teorias clássicas da migração (TARRIUS, 2008). Frente ao fracasso das políticas nacionais de integração na Europa, esta nova migração se afirma, em que a assimilação deixa de ser meta.

Estes autores apontam para uma situação muito mais fluida, em que múltiplas migrações se combinariam com uma única inserção na sociedade de origem. As relações

¹² Tradução livre: “novos tipos de territórios que agora cortam os Estados-Nação de maneira transversal.”

¹³ Tradução livre: “uma abertura ao outro favorável à instauração de pacíficos cosmopolitismos urbanos.”

¹⁴ Tradução livre: “Os novos nômades, ao contrário, permanecem ligados a seu lugar de origem e permanecem economicamente dependentes somente dele. No máximo, o que fazem é instrumentalizar seu pertencimento ao país de destino, mas mantendo-se à distância das representações públicas do sucesso.”

¹⁵ Tradução livre: “a capacidade dos atores dessas redes a se constituir como sujeitos de sua existência pessoal, a lhe dar um sentido, a controlar sua trajetória.”

nestes espaços de trânsito se guiariam por solidariedades sem bases étnicas ou nacionais, mais efêmeras. A dinâmica destes fluxos migratórios estaria intimamente aos fluxos comerciais, num comércio “entre pobres” (TARRIUS, 2008, p. 72).

O modelo de migrante transnacional descrito pela literatura europeia seria o *nômade*:

C'est le *nomade* qui représente au mieux la figure de ce migrant. Contrairement à l'*étranger*, le nomade est capable d'être en même temps, mais momentanément, *d'ici et de là-bas*. Il sait entrer dans des *univers de normes* différents, et passer aisément de l'un à l'autre, sans pour autant quitter le sien. La capacité nomade tient à ces savoir-faire qui lui permettent d'entrer et de sortir, de participer puis de s'éloigner de multiples sédentarités. (POTOT, 2003, p. 28; grifos da autora)¹⁶

Estes novos padrões de mobilidade são compartilhados por indivíduos de origens e classes sociais bastante diferentes, que respondem uniformemente a uma situação de crise:

Pour les migrants d'Europe de l'Est étudiés par M. Morokvasic, cette capacité d'être à la fois d'ici et de là-bas constitue une ressource qui permet à une population très diversifiée, **où presque toutes les classes sociales sont représentées**, de résister, ou de se maintenir : « Il s'agit de gens qui réagissent à une situation de crise en se mettant en route, pour éviter de devenir des laissés-pour-compte des sociétés engagées dans un processus de transformation rapide et, surtout, imprévisible ». (POTOT, 2003, p. 28-9; grifo meu)¹⁷

O espaço e as escalas urbanas também são variáveis centrais para a análise; o objetivo do investigador seria, portanto, investigar como “espaços” se tornam “lugares” a partir da convergência de fluxos globais. Fala-se de “territórios circulatorios”, nos termos de Tarrius, que seriam espaços conectados por códigos simbólicos, práticas e saberes, que se ligam com as localidades (especialmente os centros urbanos) sem se confundir com elas (ALIOUA, 2008). Nesses novos espaços, a mobilidade só pode ser compreendida em função da dinâmica social e da agência dos grupos de migrantes (DORAI, HILY e LOYER, 1998, p. 52). A instituição destas novas formas de nomadismo viria acompanhada de transformações nas

¹⁶ Tradução livre: “É o *nômade* quem representa melhor a imagem desse migrante. Ao contrário do *estrangeiro*, o *nômade* é capaz de ser ao mesmo tempo, porém momentaneamente, *daqui e de lá*. Ele sabe entrar em *universos de normas*, e passar com tranquilidade de um a outro, sem, contudo, deixar o seu próprio. A capacidade *nômade* diz respeito a esses saberes que lhe permitem entrar e sair, de participar e depois se distanciar de múltiplos sedentarismos.”

¹⁷ Tradução livre: “Para os migrantes da Europa do Leste estudados por M. Morokvasic, esta capacidade de ser ao mesmo tempo *daqui e de lá* constitui um recurso que permite a uma população bastante diversificada, **em que quase todas as classes sociais estão representadas**, de resistir ou de se manter: ‘Trata-se de pessoas que reagem a uma situação de crise ao migrar, para evitar se tornar os esquecidos de sociedades envolvidas em processos de transformação rápida e, sobretudo, imprevisível.’”

concepções do território. A “compressão do tempo-espaço”, de que fala David Harvey (1993), se construiria de maneira seletiva.

Estariamos, assim, diante do início de um processo que “desfaz a territorialidade tradicional dos Estados-Nação, mesmo que de maneira parcial”; assim, seria necessário “rethink [...] the distinction between the global and the local, notably the assumption that about the necessity of territorial proximity in the constitution of the ‘local’, and the placelessness of the global”¹⁸ (SASSEN, 2006, p. 394). Desse modo, a migração muda de caráter: “se, no século passado e início deste, migrar era deslocar-se de um espaço a outro, a lugares múltiplos e difusos, hoje temos a simultaneidade do espaço com a construção de lugares mundiais, não difusos, marcados pela clandestinidade e pela informalidade” (SILVA, 1997, p. 59).

Esta literatura, que é bastante influenciada por perspectivas da antropologia da mobilidade e de novas tecnologias, busca reconstruir as estratégias dos atores, os agenciamentos e os meios que utilizam para dar conta do conjunto complexo de relações em que estão inseridos os migrantes. Nos Estados Unidos, novas pesquisas também passaram a enfatizar o nível dos atores e a agência (GLICK-SCHILLER, 1997).

1.2.3 O estado da arte: algumas tendências nas pesquisas sobre o transnacionalismo

Estas e outras perspectivas motivaram mudanças nas pesquisas subsequentes, especialmente nos países anglo-saxônicos. Da vinculação do transnacionalismo com processos econômicos passou-se a produzir pesquisas sobre as diversas esferas do social em que tais ligações eram identificadas: alguns migrantes somente se engajariam em práticas transnacionais de caráter religioso, político, cultural ou social. Ligado a isto está a ideia bastante estabelecida de que nem todos os migrantes se engajam em práticas transnacionais; em verdade, trata-se de uma minoria. Isso, contudo, não significa que sejam irrelevantes, uma vez que as consequências dessas práticas afetam outros migrantes e não migrantes (PORTES, 2003).

¹⁸ Tradução livre: “repensar [...] a distinção entre o global e o local, e principalmente a hipótese segundo a qual o ‘local’ se basearia na proximidade territorial, enquanto o global não seria definido no espaço.”

O foco na agência e nos atores tornou-se preponderante. Utilizando redes a que pertencem, ativando contatos e contornando barreiras, os migrantes construiriam suas próprias trajetórias. Os percursos de mobilidade espacial expressariam, segundo tais teorias, as trajetórias de superação de situações de pobreza e de criação de alternativas econômicas, opondo-se às limitações impostas pelos Estados e suas fronteiras e os poderes da “globalização financeira”. A autonomia se expressaria de duas maneiras: pelo domínio de certos “saberes” – “saber atravessar fronteiras; saber circular entre diferentes universos de normas e de comunicação; saber aderir a redes de solidariedade [...]; saber explorar os interstícios de uma institucionalidade que visa a limitação e o controle dos fluxos de população” – e pela “utilização racional das oportunidades abertas por uma economia globalizada” que os Estados não conseguem mais controlar (PERALVA, 2008, p. 16-7).

De uma assimilação que pressupunha a passividade dos atores passa-se à existência de migrantes que continuamente redefinem seus pertencimentos. A literatura realça, em sua maioria, o caráter positivo do transnacionalismo e da criação de “comunidades” transnacionais.

Inicialmente, defendia-se o ineditismo da migração transnacional; hoje, tende-se a concordar que tais vínculos sempre fizeram parte dos fluxos migratórios. Ora, o próprio texto fundador dos estudos de migração nos Estados Unidos, *The Polish Peasant in America* (THOMAS e ZNANIECKI, 1984 [1918]) demonstrava, por meio das cartas trocadas por migrantes, o poder e a presença destas ligações nas chamadas “migrações históricas”. O binarismo histórico de alguns textos, que apresentavam uma ruptura abrupta com um passado totalmente diferente do presente, foi aos poucos matizado, buscando-se delinear os elementos de continuidade e de mudança (GLICK-SCHILLER, 1997), como aconteceu, por sinal, com a literatura sobre a globalização. Nessa visão, a própria existência de redes sociais que sustentam os fluxos migratórios seria uma prova da existência de tais vínculos nas chamadas “migrações históricas”.

Diversos autores defendem que, embora a existência de vínculos transnacionais não seja um fenômeno relacionado apenas aos fluxos migratórios contemporâneos, existem atualmente importantes diferenças quantitativas que resultam na relevância e impacto – do ponto de vista qualitativo – dos processos transnacionais (cf. VERTOVEC, 2009; PORTES e RUMBAUT, 2006):

As with other transnational forms of exchange, what is new at present is not the existence of these activities but their intensity, rooted in innovations in communications and transportation technologies. Today, instant exchanges of information and fast and increasingly accessible air transportation link immigrant communities to their hometowns and countries as never before.¹⁹ (PORTES e RUMBAUT, 2006, p. 314)

Outro ponto que ganhou relevância foi a crítica ao nacionalismo metodológico (WIMMER e GLICK-SCHILLER, 2002). Dentro de um debate mais amplo das ciências sociais, os pesquisadores na área de migração criticam os pressupostos que embasaram a formação da área, suas hipóteses e problemas. A lente nacionalista estaria relacionada, no caso das pesquisas sobre migração, a políticas de integração e de formação da nação (SEYFERTH, 2004). Ela limitaria a capacidade dos pesquisadores, por exemplo, de analisar adequadamente a importância dos laços que os migrantes mantinham com seus países de origem ou mesmo os teria levado a interpretar as altas porcentagens de retorno como anomalias (GUARNIZO, 1997). O nacionalismo metodológico seria o responsável pela invisibilidade do migrante como *emigrante*; o migrante somente é reconhecido quando se torna um *problema* para a sociedade de destino – algo sobre o qual já alertava Sayad (1998).

A perspectiva transnacional tem o grande mérito de questionar o caráter teleológico da literatura sobre migrações preocupada com a questão da assimilação. A integração, incorporação ou assimilação dos migrantes torna-se uma alternativa possível entre diversas outras, incluindo ou não a ruptura das relações sociais com os locais de origem dos migrantes. Outra contribuição importante é a desnaturalização do Estado nacional como a unidade de análise relevante para a compreensão dos fluxos migratórios. O questionamento do nacionalismo metodológico é fundamental para rever a pretensa necessidade de ruptura de vínculos e para tornar possível a conceituação de outras formas de organização social, como os campos sociais transnacionais.

Os estudos sobre o transnacionalismo conseguiram promover a incorporação de sua perspectiva no debate político internacional. No relatório de 2006 à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), seu então Secretário Geral Koffi Annan apresentou um retrato dos fluxos migratórios contemporâneos bastante fiel àquele descrito por essa corrente teórica:

¹⁹ Tradução livre: “Assim como ocorre com outras formas de troca transnacional, o que é novo atualmente não é a existência dessas atividades, mas sua intensidade, enraizadas em inovações nas tecnologias de comunicação e transporte. Hoje, trocas instantâneas de informação e transporte aéreo rápido e cada vez mais acessível conectam as comunidades imigrantes a suas cidades e países de origem como nunca antes.”

No longer do those who emigrate separate themselves as thoroughly as they once did from the families and communities they leave behind. [...] Owing to the communications and transportation revolution, today's international migrants are, more than ever before, a dynamic human link between cultures, economies and societies. Penny-a-minute phone cards keep migrants in close touch with family and friends at home, and just a few seconds are needed for the global financial system to transmit their earnings to remote corners of the developing world, where they buy food, clothing, shelter, pay for education and health care, and can relieve debt. The Internet and satellite technology allow a constant exchange of news and information between migrants and their home countries. Affordable airfares permit more frequent trips home, easing the way for a more fluid back-and-forth pattern of mobility. (UN apud VERTOVEC, 2009, p. 158-9)²⁰

A literatura, porém, apresenta alguns problemas. A multiplicação de termos, como “transmigrante”, “transterritorialização”, “campo social transnacional”, “formação social transnacional” e “vida transnacional”, não conferiu maior precisão conceitual a suas proposições. Em sua maioria, o campo continua formado por pesquisas majoritariamente descritivas; o vocabulário descritivo utilizado é insuficiente para dar conta de fenômenos complexos (DORAI, HILY e LOYER, 1997, p. 106). As abordagens tendem a ser a-históricas, fixas em uma contemporaneidade indeterminada: “Pensar a mobilidade no espaço, mas ser incapaz de concebê-la no tempo, essa é finalmente a característica do pensamento contemporâneo preso na armadilha de uma aceleração que o entorpece e o paralisa” (AUGÉ, 2010, p. 102).

O papel do Estado costuma ser subestimado ou desconsiderado, embora a dificuldade para se cruzar a fronteira tenha importantes impactos na mobilidade espacial (WALDINGER e FITZGERALD, 2003). É evidência disso o fato de que a migração circular de trabalhadores mexicanos nos Estados Unidos se altera com o aumento de controles nas fronteiras: há menos retornos ao México e a duração de cada período de migração aumenta (TILLY, 2010). Igualmente, com o fim dos programas de migração do trabalho na Europa, muitos migrantes do Norte da África (que realizavam inúmeras migrações temporárias ao longo dos anos) fixaram residência e se tornaram “migrantes sedentarizados” (DORAI, HILY e LOYER, 1997).

²⁰ Tradução livre: “Hoje, aqueles que emigram não mais se separam tão profundamente de suas famílias e comunidades que ficaram para trás quanto o faziam antes. [...] Devido à revolução nas comunicações e transportes, os migrantes de hoje são, mais que nunca, um elo humano dinâmico entre culturas, economias e sociedades. Cartões telefônicos que custam centavos por minutos mantêm os migrantes em contato próximo com sua família e amigos em casa, e em apenas alguns segundos o sistema financeiro global transmite seus rendimentos para cantos remotos do mundo em desenvolvimento, onde compram comida, roupas, casas, pagam educação e saúde, e amenizam a dívida. A tecnologia da internet e de satélite permitem uma constante troca de notícias e informação entre os migrantes e seus países de origem. Viagens de avião baratas permitem viagens mais frequentes para casa, facilitando um padrão de mobilidade de idas e vindas mais fluido.”

A mobilidade espacial intensa também pode ter consequências negativas do ponto de vista do estabelecimento e manutenção de relações sociais. Pesquisas sobre a migração circular de brasileiros para o Japão (os *dekasseguis*), fluxo marcado por repetidos eventos de mobilidade, apontam para a criação de novas formas de marginalidade devido à circulação, especialmente no que se refere às defasagens educacionais que decorrem dos deslocamentos constantes das crianças. A escolarização descontínua não leva à formação de indivíduos bilíngues, mas semianalfabetos e submetidos a intimidação (*bullying*), intenso estresse e instabilidade emocional (NAKAMOTO, 2009). O desenvolvimento insuficiente de habilidades linguísticas e sociais representa um empecilho significativo à sua inserção social e estaria associado à delinquência juvenil.

Há uma tendência a extrapolar características de fenômenos pontuais para o conjunto dos processos sociais; o chamado “fluidismo metodológico” é marcante em grande parte da literatura:

Where there were fixed boundaries, everything is now equally and immediately interconnected. Structures are replaced with fluidity. Being sedentary is replaced with movement. While the immigrant used to be portrayed as the marginal exception to the rule of staying at one’s national home, the transnational life of migrants constantly on the move is now the prototype of the human condition. The territorial boundedness of analysis has been overcome by a spiraling rhetoric of deterritorialization and delocalization. (WIMMER e GLICK-SCHILLER, 2002, p. 326)²¹

Ao ressaltar a autonomia dos atores (indivíduos, famílias e grupos), é obscurecido o papel do Estado e de estruturas macrossociais. Esta é a maior dificuldade desta literatura: situar os fluxos migratórios contemporâneos num momento específico do capitalismo, com as alterações nas formações de classe que ele supõe, e propor nexos causais entre eles.

Esta não é uma característica somente da literatura sobre migrações transnacionais; a tendência ao individualismo é exacerbada entre os autores que defendem que, no contexto da alta modernidade ou pós-modernidade, tais transformações “teriam cindido a relação entre classe e consumo e, mais profundamente, atenuado (ou destruído) a determinação das classes sobre os processos sociais” (BERTONCELO, 2009, p. 38). Tal é a visão, por exemplo, de Ulrich Beck:

²¹ Tradução livre: “Onde havia fronteiras fixas, tudo agora está igualmente e imediatamente interconectado. Estruturas são substituídas por fluidez. Ser sedentário é substituído por movimento. Enquanto o imigrante costumava ser retratado como uma exceção marginal à regra de se ficar em sua terra nacional, a vida transnacional dos migrantes, em constante movimento, é agora o protótipo da condição humana. A limitação territorial da análise foi sobrepujada por uma retórica de desterritorialização e deslocalização.”

A mobilidade social – como aliás também a mobilidade geográfica ou mesmo a mobilidade cotidiana entre a família e o local de trabalho – confunde os caminhos e as posições na vida das pessoas. A todos esses expedientes de mobilidade, e em especial à combinação de todos eles, estão ligados repetidos surtos individualizatórios, relacionados com os vínculos familiares, entre vizinhos, entre colegas de trabalho, entre profissionais do mesmo ramo e da mesma empresa, assim como os vínculos a uma determinada cultura ou paisagem regional. Os caminhos que as pessoas seguem na vida se autonomizam em relação às condições e aos vínculos a partir dos quais elas surgiram ou sob os quais acabaram de ingressar, e adquirem frente a eles uma realidade própria, distinta, que os torna presenciáveis somente como um *destino pessoal*. (BECK, 2010, p. 117)

No caso da literatura sobre migrações transnacionais, parece haver uma incorporação da

“ilusão [do migrante] da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas” [...]. Acredita-se livre para escolher o destino, o trabalho, escolher as justificativas para si mesmo sobre a ausência na origem, porque ao final acredita-se absolutamente autônomo em relação aos outros – e até a *si mesmo*. (FAZITO, 2010, p. 91-2)

A ênfase na autonomia dos atores, expressa nos eventos de mobilidade, parece resultar de uma percepção de que a mobilidade no espaço geográfico seria equivalente à mobilidade no espaço social. O espaço social diz respeito às relações entre grupos e classes sociais estruturados no campo do poder (BOURDIEU, 2004). Trata-se, portanto, dos recursos diferenciais e das posições relativas em que se encontram os diferentes agentes. A mobilidade geográfica pode ou não ter implicações para a mobilidade no espaço social – ou, simplesmente, mobilidade social. A incorporação da perspectiva de classe, portanto, é fundamental para que seja possível qualificar a autonomia dos atores e delimitar suas condições de possibilidade.

1.3 A PERSPECTIVA DE CLASSE NAS MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS

A questão central desta pesquisa diz respeito à pertinência das diferenças de classes sociais na análise e interpretação dos fluxos migratórios contemporâneos, especialmente aqueles marcados por intensa mobilidade espacial como os descritos pela literatura das migrações transnacionais. A hipótese desenvolvida é de que as diferenças e hierarquias de classe social constituem uma dimensão central dos fluxos migratórios, históricos e contemporâneos; elas estruturam e condicionam as migrações tanto do ponto de vista macro

quanto microssocial. Embora tenha produzido avanços interessantes, a literatura sobre migração transnacional não examina adequadamente a dinâmica de classes sociais que está por trás destes processos e, deste modo, não consegue dar conta de suas possibilidades e limites tanto do ponto de vista dos migrantes individualmente e de suas famílias como dos países emissores e receptores dos fluxos migratórios. O presente estudo visa contribuir para a incorporação na análise do papel das classes sociais – algo cuja importância é ressaltada por trabalhos recentes (LEVITT e GLICK-SCHILLER, 2004) – problematizando o papel das macroestruturas sociais na conformação dos processos de mobilidade espacial. As motivações relacionadas à ascensão social e ganhos de status serão centrais na análise.

Esta perspectiva, contudo, não esteve sempre ausente dos estudos na área. Para a literatura sobre assimilação, o problema principal de investigação (como ocorreria a integração dos migrantes numa cultura nacional relativamente homogênea) era inseparável de uma perspectiva de mobilidade de classe ascendente; nos Estados Unidos, tornar-se americano era quase idêntico a tornar-se parte de sua classe média por meio do ingresso no mercado de trabalho formal e da escolarização. Também uma questão de mobilidade de classe social (a permanência de migrantes em ocupações pouco qualificadas sem perspectiva de ascensão) é o que motiva os debates contemporâneos sobre a possibilidade de (não) assimilação dos novos migrantes. Com efeito, o novo debate sobre a assimilação parte precisamente de tipologias baseadas nos perfis de classe dos diferentes migrantes construídas para discutir as variadas vias de ascensão social e integração dos migrantes (ZHOU, 1999; PORTES e RUMBAUT, 2006).

No debate sobre migrações transnacionais, o livro reconhecido como inaugurador do debate, *Nations Unbound* (BASCH, GLICK-SCHILLER e BLANC-SZANTON, 1994), também interpretou os processos “transnacionais” a partir da dinâmica das classes sociais, da reprodução social e da reconfiguração de Estados em crise e enfraquecidos a partir das mudanças estruturais pelas quais o capitalismo vem passando desde a década de 1970. Entretanto, esta perspectiva perdeu força em textos posteriores.

De modo geral, inserir a questão das classes sociais é importante para toda a literatura da globalização e dos estudos transnacionais, pois permite uma análise mais complexa das novas relações e interdependências que são identificadas. Trata-se, assim, de contribuir para a sofisticação da síntese teórica original realizada por essa literatura, que incorpora elementos de diversas correntes de estudos sobre as migrações, ao se conferir maior destaque para o

papel estruturante das classes sociais nos processos migratórios. A relevância da empreitada se justifica uma vez que a intensificação de relações e conexões não significa que todos os polos e agentes participem em igualdade de condições das relações e que tenham as mesmas possibilidades de escolha disponíveis. Esta constatação se tornou cada vez mais difundida no que se refere às inserções diferentes dos países na globalização de acordo com seus recursos de poder; no entanto, é importante fazer semelhante esforço de teorização também para processos de integração cujos atores são indivíduos, famílias, redes de indivíduos e outros atores não institucionais de modo geral.

A presente pesquisa sugere a incorporação da perspectiva de classes sociais a partir da conceituação de Max Weber (1999). A *situação de classe* descreve a possibilidade de indivíduos e grupos de dispor de bens ou modalidades de qualificação para a obtenção de recursos. Assim, primordialmente, a situação de classe se refere às possibilidades no mercado por parte dos agentes. Conforme Weber, classe é “todo grupo de pessoas que se encontra em igual situação de classe” (1999, v. 1, p. 199). A classe representa um grupo de pessoas que compartilha probabilidades de obtenção de recursos no mercado, e que é a base potencial a partir da qual podem surgir formas de organização e mobilização coletiva. Segundo Weber:

Falamos de uma “classe” quando 1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo *mercado* de bens ou de trabalho (“situação de classe”). [...] [S]empre vale para o conceito de classe que a oportunidade no *mercado* é o condicionador comum do destino dos indivíduos. Nesse sentido, a “situação de classe” significa, em última instância, a “situação no mercado”. (WEBER, 1999, v. 2, p. 176-7)

Esta definição possibilita adotar padrões comuns entre diferentes sociedades nacionais e até mesmo nas emergentes formações sociais transnacionais. Os agentes serão considerados, sobretudo, a partir de seus diferenciais de recursos e de inserção nos diferentes mercados que condicionam e possibilitam seu acesso a outros grupos e instituições sociais. Os mercados delimitam diferentes situações de classe a partir das quais é possível emergirem conflitos de classe: entre empregadores e trabalhadores no mercado de trabalho; entre consumidores e produtores no mercado de bens de consumo; e entre credores e devedores no mercado de crédito (COLLINS, 1986, p. 126). É a partir da inserção dos migrantes nesses diferentes mercados que se procurará demonstrar a estruturação das trajetórias migratórias a partir da situação e dos condicionamentos de classe. Será explorada a relação entre esta forma de estruturação da realidade social com os processos de mobilidade espacial, a formação de redes

sociais, a manutenção de vínculos e as estratégias de mobilidade social e de ganhos de status dos migrantes, em suas trajetórias individuais e coletivas.

1.4 CONCLUSÃO

Neste capítulo, foram apresentados os principais avanços da literatura sobre as migrações transnacionais, vinculando-os a outras áreas de pesquisa correlatas, como as teorias sobre a globalização e os estudos transnacionais. Apontou-se como a área progressivamente se focou nos atores e em suas estratégias de mobilidade, colocando em segundo plano a relevância de macroestruturas sociais, como o Estado e as classes sociais, na conformação dos fluxos migratórios. O capítulo sugeriu a incorporação dessa perspectiva a partir do conceito de classes sociais de Max Weber, que as define a partir de sua inserção em diferentes mercados (de trabalho, de bens de consumo e de crédito).

Assim, argumento que as diferentes situações de classe permeiam todos os momentos da migração transnacional. A definição de destinos e rotas migratórias está intimamente ligada aos recursos disponíveis dos migrantes e de seu acesso a mercados específicos. As possibilidades de inserção no mercado de trabalho são condicionadas por perfis de classe social e o tratamento conferido pelos Estados por meio de suas políticas migratórias também varia fortemente em função do leque de recursos de que os migrantes dispõem. A motivação inicial da migração e do engajamento em iniciativas transnacionais frequentemente se traduz em termos de busca de mobilidade social ascendente ou, ao menos, para compensar processos de desclassificação. É o que procurarei demonstrar, nos capítulos seguintes, a partir do caso do fluxo migratório boliviano para a cidade de São Paulo.

2 A EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL DA BOLÍVIA

A emigração internacional é uma realidade estabelecida na Bolívia. O país, que nunca se consolidou como polo de atração da migração internacional, embora diferentes políticas estatais tenham procurado incentivá-la ao longo do século XX, tornou-se um local de expulsão de população (OIM, 2011).¹

Como ocorre com praticamente todos os fluxos migratórios contemporâneos, é difícil determinar com precisão o volume dos deslocamentos populacionais. A migração de forma indocumentada tornou-se preponderante com a disseminação de políticas migratórias refratárias à chegada de novos contingentes e com a securitização do tema das migrações. Tais restrições estão vinculadas às mudanças nas economias centrais desde a década de 1970 e que atingem maior radicalização após os atentados de 11 de setembro de 2001 (PÓVOA NETO, 2010). A emigração boliviana não foge a este padrão; estima-se que 80% destes migrantes se encontrem em situação migratória irregular nos seus países de destino.²

Alguns autores estimam que haja entre 1,5 e 2 milhões de bolivianos em outros países (TORRE ÁVILA, 2004); outros, até 2,5 milhões (HIRSCH, 2008). Este volume representaria cerca de 20% do total da população boliviana, uma proporção bastante elevada quando comparada, por exemplo, ao percentual de emigrantes brasileiros.³ Outra estimativa, baseada em dados oficiais do início da década de 2000, indicaria um valor menor, de 706 mil emigrantes, cerca de 6,8% da população (OIM, 2011). A maior parte da emigração boliviana – cerca de 75% – se encontra em países próximos, especialmente Argentina e Brasil. Hoje, o Brasil é o quarto país com maior número de migrantes bolivianos (OIM, 2011, p. 36).

Neste capítulo, procurarei apontar como as diferenças de classes sociais são relevantes para conferir maior inteligibilidade aos diferentes fluxos migratórios com origem na Bolívia, e ao estabelecimento de diferentes perfis de migrantes vinculados a cada fluxo. Para isso, será feita uma breve discussão a respeito dos determinantes dos perfis de classe dos fluxos migratórios, seguida de uma apresentação dos principais destinos da emigração boliviana e as

¹ Políticas voltadas à atração de migrantes europeus e asiáticos (especialmente japoneses), principalmente após a Revolução de 1952, não conseguiram fazer com que o contingente de imigrantes atingisse 2% da população. Os maiores volumes de imigrantes provêm de países limítrofes; o Brasil é o segundo país com maior número de imigrantes (15.074), atrás somente da Argentina, segundo dados de 2001 (OIM, 2011).

² Estimativa de Alfonso Hinojosa, Diretor de Assuntos Consulares da Chancelaria Boliviana (EL 80..., 201?).

³ Estimativas recentes do governo brasileiro apontam para a presença de cerca de 2,5 milhões de brasileiros em outros países, pouco mais de 1% da população total de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

características desses fluxos, com destaque para o caso brasileiro. Por fim, será discutida uma importante condição de possibilidade para o surgimento de um fluxo migratório: a motivação para migrar. Para isso, serão apresentadas as principais forças que motivam a migração, ressaltando o papel da penetração das instituições capitalistas ao redor do mundo e a difusão de novas expectativas de consumo no contexto do capitalismo contemporâneo.

2.1 O PAPEL DA PROXIMIDADE GEOGRÁFICA NA DEFINIÇÃO DOS PERFIS DE CLASSE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Embora os fluxos migratórios direcionados aos países do norte geopolítico sejam os mais estudados e de maior visibilidade nos meios de comunicação, grande parte da migração internacional se destina aos países do sul. Em 2005, 45% dos migrantes internacionais estavam nesses países – o que correspondia a 85,7 dos 190,6 milhões de migrantes do mundo (UNITED NATIONS, 2009). O volume de migrantes nesses países aumentou ligeiramente desde 1990; contudo, em termos proporcionais, declinou, devido ao aumento da migração para os países do norte geopolítico. Os saldos migratórios entre países em desenvolvimento tenderam a ser nulos, na medida em que fluxos de retorno anularam os efeitos de novos fluxos.

O Brasil vem se consolidando como um destino das migrações intrarregionais, ao lado de destinos mais tradicionais como a Argentina e a Venezuela, num contexto de intensificação destes fluxos (BAENINGER, 2012). Segundo Manetta (2012), haveria dois padrões de migração internacional na América Latina, um externo e um interno:

O primeiro padrão predominou, pelo menos até os anos 1990, em termos numéricos e envolveu um grupo populacional relativamente mais escolarizado, tendo como destino preferencial os Estados Unidos e países da Europa. O segundo padrão revelou movimentos crescentes de grupos populacionais pouco escolarizados entre países vizinhos. (MANETTA, 2012, p. 258)

A proximidade geográfica é determinante nos fluxos entre países em desenvolvimento. Segundo estimativas, 80% das migrações sul-sul ocorreriam entre países que dividem fronteiras. Os menores custos da viagem e menores diferenças culturais costumam ser importantes facilitadores desses fluxos. Os ganhos em renda tendem a ser menores com relação à migração para os países do norte; estes fluxos também têm maior probabilidade de

serem irregulares, de sofrerem deportações e de serem submetidos a situações de exploração. Assim, os migrantes que optam por esses destinos migratórios costumam ser pobres ou refugiados políticos ou climáticos, dispondo de poucos meios de acesso a destinos alternativos (RATHA e SHAW, 2007).

A conformação de diferentes perfis de classe de acordo com a localização geográfica também é relevante nos fluxos dirigidos aos países do norte geopolítico. Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma clara distinção no perfil dos migrantes que vêm de países próximos, especialmente do México e da América Central, em oposição àqueles que vêm de países da África e Ásia:

[M]igration, in general, and the flow coming to the United States, in particular, do not originate mostly in the poorest countries or most destitute regions. They often come from middle-income nations and among groups that are relatively advantaged with respect to the source population. [...] The first reason that the poorest of the poor seldom migrate is that they lack the necessary contacts and information to make such a move meaningful. [...] Second, even if they somehow become aware of the migration alternative, they would still lack the economic means to implement it. (PORTES e RUMBAUT, 2006, p. 15-6)⁴

A proximidade dos Estados Unidos com o México faz com que a migração se torne uma alternativa plausível para muitos migrantes pobres – inclusive camponeses das regiões de fronteira. Em contraste, migrantes que vêm de alguns dos países mais pobres do mundo costumam ser profissionais que, em seus países de origem, têm poucas chances de ascensão em suas carreiras ou mesmo de exercê-las de acordo com o padrão no qual foram socializados durante sua formação universitária.⁵ Estes profissionais arcam com os significativos custos da viagem e costumam migrar após terem assegurado um posto de trabalho. Os migrantes pobres costumam depender muito mais fortemente de suas redes sociais para viabilizar a migração – tanto com relação à viagem quanto à inserção no local de destino (especialmente para encontrar emprego e moradia) (PORTES e RUMBAUT, 2006; RATHA e SHAW, 2007).

Evidentemente, existe uma série de exceções a este padrão geral; especialmente com o barateamento dos transportes aéreos, as viagens internacionais se tornaram acessíveis para um

⁴ Tradução livre: “A migração, em geral, e o fluxo direcionado aos Estados Unidos, em particular, não se origina em geral nos países mais pobres ou nas regiões mais necessitadas. Com frequência, vem de nações de renda média e de grupos que são relativamente privilegiados frente à população em geral. [...] A primeira razão pela qual os mais pobres dos pobres raramente migram é que eles não têm os contatos e informações necessárias para tornar tal alternativa significativa. [...] Em segundo lugar, mesmo que de alguma forma eles tomem conhecimento da possibilidade da migração, eles ainda não teriam os meios econômicos para implementá-la.”

⁵ Este seria o caso, por exemplo, de médicos cujos países não dispõem de equipamentos e instalações adequadas para o exercício de sua profissão.

maior número de migrantes potenciais. Além disso, à medida que se estabelecem redes sociais após a instalação de pioneiros, a redução dos custos da migração torna mais provável que os mais pobres optem pela migração. Há diversos exemplos históricos de fluxos migratórios que foram iniciados por indivíduos e famílias de classe média e que depois se expandem com a adesão de outros segmentos sociais – inclusive entre refugiados políticos (PORTES e RUMBAUT, 2006). Contudo, esta tendência de conformação de fluxos com perfis de classe distintos parece se confirmar nos atuais fluxos migratórios com origem na Bolívia. De modo geral, a migração para os Estados Unidos e para a Europa costuma se dar entre a classe média, enquanto os mais pobres costumam emigrar para países próximos, especialmente a Argentina e o Brasil (PATUSSI, 2005). Conforme será discutido a seguir, há grande número de pequenos produtores rurais entre os bolivianos que emigram para os Estados Unidos e Espanha, em contraste com a maioria de trabalhadores pobres dirigidos para Argentina e Brasil.⁶

2.2 A PRESENÇA BOLIVIANA NA ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS E ESPANHA

A Argentina é o destino mais tradicional da migração boliviana, que remonta à década de 1920, quando trabalhadores bolivianos das zonas de fronteira entre os dois países eram recrutados para o trabalho nas regiões agrícolas do norte da Argentina. Destinada principalmente à cultura da cana de açúcar, nas províncias de Salta e Jujuy, esta migração tinha caráter predominantemente temporário. Com o tempo, muitos se fixaram permanentemente e se dirigiram a outras culturas, como tabaco e horticultura (HIRSCH, 2008). Contudo, a migração temporária para o norte da Argentina parece continuar sendo uma prática comum até os dias de hoje (SILVA, 1997).

A partir das décadas de 1950 e 1960, inicia-se na Argentina um processo de industrialização por substituição de importações e, ao lado da Venezuela, o país se consolida como importante destino das migrações intrarregionais. A migração internacional proveniente da Bolívia passa também a se direcionar aos centros urbanos, especialmente para a construção civil, comércio e outros serviços (SILVA, 1997). Trata-se de uma “migración eminentemente

⁶ “Educated and skilled workers and small farmers are generally better informed about employment opportunities abroad than the illiterate and destitute.” (Portes & Rumbaut, 2006: 19). Tradução livre: “Trabalhadores educados e formados e pequenos agricultores em geral são mais bem informados sobre oportunidades de emprego no exterior do que os analfabetos e empobrecidos.”

rural y con niveles de educación formal relativamente bajos”⁷ (GRIMSON e PAZ SOLDÁN, 2000, p. 25). Outras zonas agrícolas da Argentina também se tornam destino da migração boliviana, substituindo os trabalhadores que deixavam o campo em direção aos centros urbanos. Além disso, a partir da metade do século XX intensificam-se processos de expulsão populacional na Bolívia, associados à liberação de população no campo após a revolução de 1952 – com a reforma agrária e o fim do *pongueaje* (trabalho obrigatório nas fazendas). Este seria o marco inicial dos grandes fluxos migratórios internacionais com origem na Bolívia (GUEVARA apud HIRSCH, 2008), além das intensas migrações internas com destino aos centros urbanos do país que, posteriormente, também se vinculariam às migrações internacionais.

Embora tenha se tornado um destino menos atraente com o impacto da crise econômica, a Argentina continua sendo um importante polo de atração da migração boliviana. Entre 1980 e 2001, a população boliviana na Argentina dobrou, passando de 115.616 para 233.464 habitantes (DOMENECH e MAGLIANO, 2009, p. 219). Outras ocupações, associadas às grandes cidades, ganham importância entre os migrantes, como os trabalhos domésticos, serviços e, como será discutido em detalhe posteriormente, o trabalho nas oficinas de costura (FREITAS, 2009). Muitos ainda se dedicam à horticultura em regiões próximas à capital, Buenos Aires (BENENCIA apud NÓBREGA, 2009). Como é o caso em diversos países, os migrantes bolivianos também se vinculam, na Argentina (e particularmente em Buenos Aires), à difusão de redes do comércio popular globalizado. Conforme descobertas da pesquisa de campo, muitos bolivianos que em São Paulo passaram a se envolver com atividades comerciais tinham experiência prévia em Buenos Aires (tema que será discutido mais detalhadamente no capítulo 3).

Novos processos de mudança social na Bolívia reforçaram a migração para a Argentina, assim como para outros destinos, como os Estados Unidos. As políticas de ajuste estrutural (a *Nueva Política Económica*, lançada em 1985), cujo símbolo maior seriam as privatizações das empresas estatais mineradoras, teriam levado à “erosion of living standards and a widening gap between the have and have nots”⁸ (SANABRIA, 1999, p. 535). Além disso, as privatizações levaram ao aumento súbito do desemprego entre os mineiros; em 1986, mais de 80% dos funcionários das empresas estatais estavam desempregados. Muitos deles, e suas famílias, dirigiram-se às principais cidades bolivianas – La Paz, Cochabamba e Santa

⁷ Tradução livre: “migração eminentemente rural e com níveis de educação formal relativamente baixos”.

⁸ Tradução livre: “erosão dos padrões de vida e o aumento da desigualdade entre aqueles com e sem posses”.

Cruz –, onde se inseriram no setor informal (SANABRIA, 1999, p. 544-7; OIM, 2011, p. 30). Associada a fortes perturbações climáticas, a crise econômica do período resultou numa taxa de migração interna de mais de 100 mil pessoas por ano entre 1987 e 1992 (FREITAS, 2012, p. 156):

El deterioro de los mercados de trabajo y el incremento de los índices de pobreza y desempleo en las zonas mineras y agrícolas provocaron un gran movimiento de población interna desde estas zonas hacia los principales centros urbanos del país, especialmente Santa Cruz, Cochabamba y El Alto.⁹ (DOMENECH e MAGLIANO, 2009, p. 216-7)

A década de 1980 foi marcada pela intensificação do processo de urbanização na Bolívia; segundo o Censo de 1992, 57,5% da população total do país vivia nas zonas urbanas (SILVA, 1997, p. 77). Estas diversas crises representariam um divisor de águas nos movimentos migratórios bolivianos. Esse período representa, assim, o ponto de inflexão da emigração internacional boliviana, que se intensifica em direção a diferentes destinos, como a Argentina, os Estados Unidos e o Brasil. As pressões sofridas pelo mercado de trabalho geraram incentivos para a emigração internacional, na Bolívia e em uma série de outros países que passaram por programas de ajuste (BABB, 2005; DOMENECH e MAGLIANO, 2009).

Os Estados Unidos constituem outro importante polo da migração boliviana, especialmente a partir da década de 1980 (conforme dados apresentados na Tabela 1). Em algumas regiões, especialmente nas áreas metropolitanas de Washington e Arlington (no estado de Virgínia), se concentram centenas de milhares de bolivianos, além de outros grandes centros urbanos das costas leste e oeste, nas ocupações típicas das populações migrantes nessas áreas, com destaque para o trabalho na construção civil. Segundo Grimson e Paz Soldán (2000), haveria cerca de 500 mil bolivianos no país norte-americano, em geral de origem camponesa. Torre Ávila (2004) investiga as práticas transnacionais de migrantes originários do Valle Alto de Cochabamba que se estabeleceram na região de Arlington e na Flórida. Segundo o autor, este fluxo teria se iniciado a partir da década de 1970 e se consolidado entre 1985 e 2000. Ele seria composto principalmente pelas famílias de pequenos produtores rurais de Cochabamba e que, nos Estados Unidos, se inseriram na construção civil. Esta migração teria sido responsável pela dinamização da economia local e a transformação das estruturas familiares. Com o endurecimento das políticas migratórias após os atentados de

⁹ Tradução livre: “A deterioração dos mercados de trabalho e o aumento dos índices de pobreza e desemprego nas zonas mineiras e agrícolas provocaram um grande movimento de população interna destas zonas aos principais centros urbanos do país, especialmente Santa Cruz, Cochabamba e El Alto.”

11 de setembro de 2011, há uma redução abrupta da chegada de novos migrantes, e o aumento exponencial da migração para a Espanha (BENENCIA, 2010).

Entre 2000 e 2010, o número de migrantes bolivianos na Espanha teria passado de poucos milhares para cerca de 200 mil (BENENCIA, 2010); outras estimativas apontam para um número de até 350 mil (NÓBREGA, 2009). Este aumento exponencial, em apenas uma década, se deveria ao endurecimento da política migratória e da fiscalização nos Estados Unidos no início dos anos 2000, que teriam contribuído para o crescimento deste fluxo alternativo (BENENCIA, 2010). Trata-se de fluxo migratório destinado aos principais centros urbanos da Espanha, originado principalmente dos departamentos de Cochabamba e Santa Cruz – sendo este a região mais rica da Bolívia. As principais ocupações dos migrantes se dão na construção civil e no trabalho doméstico. Neste fluxo, verifica-se forte feminização da migração vinculada ao trabalho doméstico e às ocupações relacionadas ao cuidado, ou seja, torna-se cada vez mais frequentes que as mulheres migrem sozinhas ou sejam as primeiras da unidade familiar a migrar (NÓBREGA, 2009; OIM, 2011). Com a crise econômica europeia e as crescentes restrições à chegada de novos migrantes, esta opção migratória parece estar se tornando menos viável.

Em geral, assim como veremos a respeito do fluxo dirigido ao Brasil, estas emigrações, que tinham um caráter predominantemente político nas décadas de 1960 e 1970, hoje têm perfil econômico, de migração para o trabalho (BENENCIA, 2010). Atualmente, envolvem contingentes populacionais muito mais elevados.

Tabela 1. Principais destinos da emigração boliviana, a partir de 1970.

População nascida na Bolívia	
Argentina	
1970	101.000
1980	115.616
1991	143.735
2001	233.464
Brasil	
1970	10.712
1980	12.980
1991	15.964
2000	20.588
Chile	
1970	7.563
1982	12.980
1992	15.694
2001	20.588
Peru	
1972	4.115
1981	3.210
1993	3.216
Estados Unidos	
1970	6.878
1980	14.468
1990	31.031
2000	53.280
Espanha	
2000	6.619
2005	97.749

Fonte: Adaptado de Domenech e Magliano (2009). (Os dados foram extraídos de Censos Demográficos de cada país).

2.3 A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

2.3.1 O primeiro grande afluxo a partir da década de 1950

No primeiro grande estudo sobre o fluxo migratório boliviano para o Brasil, Sidney da Silva (1997) estabelece a década de 1950 como o início da migração boliviana, especialmente após a assinatura de um acordo bilateral de intercâmbio cultural, que facilitou a vinda de diversos estudantes especialmente para São Paulo. Conforme argumenta Xavier (2010), desde

o século XIX há registros de entradas de bolivianos no país, especialmente nas zonas fronteiriças; contudo, de acordo com os registros disponíveis, há dois grandes picos do afluxo de bolivianos: a década de 1950 e a partir da década de 1980. A literatura associou cada um destes picos a fluxos e perfis socioeconômicos específicos.

Com relação a esse primeiro período, é possível constatar um aumento considerável da migração boliviana para as zonas de fronteira na década de 1950, especialmente para o Mato Grosso do Sul, e posteriormente, a partir das décadas de 1960 e 1970, a tendência de concentração da migração boliviana para São Paulo e, em menor medida, no Rio de Janeiro. A literatura aponta que este fluxo destinado aos grandes centros urbanos seria caracterizado predominantemente por pessoas com escolaridade média e alta, especialmente entre homens; já as mulheres teriam em geral menor escolaridade e teriam se dirigido ao trabalho doméstico (XAVIER, 2010).

O fluxo dirigido ao Mato Grosso do Sul e, particularmente, a Corumbá estaria relacionado à redistribuição de população na Bolívia e teria sido impulsionado pelo término da construção da ferrovia que liga Santa Cruz de la Sierra a Corumbá. Assim, a cidade sul-mato-grossense teria passado a desempenhar o papel de “entrepasto comercial de produtos brasileiros para o mercado consumidor” (MANETTA apud XAVIER, 2010: 57).

Esta migração fronteiriça, segundo Souchaud e Baeninger (2009), não estaria relacionada à migração para os grandes centros urbanos e, especificamente, para São Paulo. Conforme diversos estudos (SILVA, 1997, 2008; FREITAS, 2009; XAVIER, 2010), os fluxos posteriores de bolivianos para São Paulo não teriam relação com esta migração fronteiriça, que não constituiria uma “etapa” do processo migratório. De fato, a migração recente de bolivianos para São Paulo ocorre de forma independente da migração para Corumbá e outras regiões de fronteira, padrão também verificado junto aos entrevistados da presente pesquisa.

Entretanto, durante a pesquisa de campo realizada, alguns indícios apontaram para a existência, em décadas anteriores, de vinculações entre a migração para São Paulo e Corumbá. Este é o caso da família de Cesar*¹⁰, nascido em Corumbá em 1952 e de família boliviana. Sua mãe, que morava em Santa Cruz (departamento oriental da Bolívia), se mudou para Corumbá com os filhos após problemas conjugais. A escolha de Corumbá se deu pelos vínculos comerciais que já existiam entre as duas cidades. A irmã mais velha de Cesar,

¹⁰ Todos os nomes dos migrantes entrevistados foram alterados para preservar sua identidade.

nascida em Santa Cruz, desde os 12 anos já fazia a viagem entre Santa Cruz e Corumbá para vender produtos alimentícios e comprar manufaturados que seriam revendidos na Bolívia. Este comércio de sacoleiros, segundo o relato, era uma das principais vias de fornecimento de manufaturados para a região de Santa Cruz. Já no final da década de 1950, alguns destes pequenos comerciantes passaram a aumentar sua rota e viajar até São Paulo para comprar diretamente os produtos: em geral, têxteis, cosméticos e outros pequenos manufaturados.

O estabelecimento desta rota fazia com que, em São Paulo, houvesse bolivianos de perfis diferentes, além dos estudantes e profissionais (especialmente médicos) que são mencionados pela literatura. Assim como acontece com qualquer fluxo de migração temporária ou circular, com o tempo alguns destes migrantes se fixaram em São Paulo. Segundo relatos, estes migrantes teriam menor escolaridade; os homens teriam se inserido no comércio e as mulheres, principalmente, como empregadas domésticas. O surgimento nessa época de alguns espaços de convivência dos bolivianos em São Paulo, especialmente os campeonatos e ligas de futebol na região da Avenida do Estado foi marcado pela confluência – não sem conflitos – desses bolivianos de diferentes perfis de classe, que em sua maioria eram oriundos do departamento de Santa Cruz e das zonas urbanas. A primeira associação de bolivianos, a ADRB, foi fundada inicialmente sob o nome de Associação Desportiva dos Residentes Bolivianos, ressaltando a principal atividade comum entre os diferentes migrantes, o futebol. Dois anos após sua fundação, seu nome foi alterado para Associação dos Residentes Bolivianos (mantendo a sigla ADRB). Entre seus sócios fundadores, encontravam-se tanto profissionais liberais e estudantes quanto migrantes mais pobres. Hoje, contudo, a associação permanece como um símbolo dessa antiga migração de profissionais, e reúne principalmente médicos e dentistas, conforme será apresentado no capítulo 4.

Dada a escassez das informações levantadas a respeito desse fluxo migratório vinculado ao comércio, somente é possível levantar hipóteses que deverão ser investigadas em estudos posteriores. Contudo, parece plausível afirmar que uma possível razão para que este fluxo não tenha sido mencionado em outros estudos seriam as dificuldades metodológicas de se estudar migrações passadas. Ao se estudar os migrantes que permaneceram no país, perde-se a memória daqueles que realizaram migrações temporárias e retornaram aos seus locais de origem ou realizaram outras migrações posteriormente (tanto nas investigações baseadas em dados censitários como aquelas que partem da coleta de dados qualitativos, como entrevistas com os atuais migrantes). Segundo o relato colhido, é provável que muitos desses pequenos

sacoleiros tenham retornado de forma definitiva à Bolívia (especificamente ao departamento de Santa Cruz) após mudanças nas redes comerciais que abasteciam a Bolívia terem tornado pouco viáveis economicamente suas longas e custosas viagens entre São Paulo e Santa Cruz de la Sierra.¹¹ Por outro lado, também parece possível que, entre aqueles que permaneceram no Brasil, exista um esforço coletivo de reforçar uma imagem de profissionais e estudantes que se distingue claramente dos migrantes recentes, mais pobres e menos escolarizados, dando pouca ênfase à presença de migrantes de outros perfis de classe junto aos “pioneiros”. Todavia, no atual momento da pesquisa, somente é possível apresentar hipóteses bastante iniciais sobre este tema.

Independentemente da possibilidade de que tenha havido maior diversidade na migração boliviana para São Paulo das décadas de 1950 e 1960, um ponto consensual é que o primeiro grande fluxo de bolivianos, nessa época, foi marcado pela vinda, majoritariamente, de *cruceños*¹², que já eram profissionais liberais ou que vieram para realizar seus estudos e posteriormente permaneceram no país, ou mesmo que migraram majoritariamente por razões políticas. Conforme demonstra Sala (2005), os bolivianos que chegaram nesses períodos tinham maior escolaridade que a média da população brasileira, tendência que passa a se reverter a partir da década de 1980. Entre 1990 e 2000, o fluxo se intensifica: a migração boliviana para o Estado de São Paulo cresce 43,6% (Sala, 2005: 63).

2.3.2 A emigração boliviana a partir da década de 1980

A partir desse período, a migração direcionada a São Paulo¹³ passou a ser majoritariamente originária do Altiplano boliviano – os departamentos ocidentais do país, em que se encontram as regiões mais altas e com população predominantemente de origem indígena. Levantamento de Silva (1997) junto aos registros da Pastoral dos Migrantes apontava para o departamento de La Paz como a principal origem dos migrantes atendidos

¹¹ A família de Cesar nos mostra algumas dessas possibilidades. Quando Cesar ainda era criança, ele e sua mãe retornaram a Santa Cruz de la Sierra, enquanto duas de suas irmãs continuavam realizando a rota comercial São Paulo-Santa Cruz. Posteriormente, Cesar, duas irmãs e um irmão se mudaram para São Paulo, onde ele passou a trabalhar como artesão e ourives, suas irmãs como domésticas e seu irmão nos serviços. Hoje em dia, uma de suas irmãs retornou à Bolívia, onde mora com a mãe. Outros irmãos permaneceram em São Paulo até falecerem.

¹² Originários do departamento de Santa Cruz.

¹³ A presente pesquisa se foca somente na migração boliviana para a região metropolitana de São Paulo. Quando o texto fizer referência a São Paulo, subentenda-se toda a região metropolitana. Sobre a migração fronteiriça, que permanece um fluxo de bastante relevância, cf. Peres (2012) e Marques (2012), entre outros.

pela entidade, seguidos dos departamentos de Cochabamba, Oruro, Potosí, Santa Cruz e Chuquisaca (1997: 91). A predominância de La Paz, seguido de Cochabamba, parece se repetir entre os migrantes dos últimos anos, conforme pude verificar entre os migrantes que compareceram no Centro de Atendimento ao Migrante durante o atendimento para a regularização da situação migratória a partir da Lei de Anistia de 2009.

É difícil determinar a dimensão deste fluxo migratório. Com a provável subestimação do número de migrantes bolivianos por parte do Censo demográfico¹⁴, reproduzem-se estimativas das mais diversas por parte de organizações não governamentais e outras entidades, como a Polícia Federal e o consulado boliviano, que situam a população boliviana na Região Metropolitana de São Paulo entre 50 a 250 mil, ou até mesmo 400 mil. O Censo de 2000 apontava para a presença de 8910 bolivianos na região (45,6% dos quais tinham fixado residência nos 10 anos anteriores), número bastante inferior a essas estimativas. Os resultados preliminares do Censo 2010¹⁵ indicam para a presença de 206.662 estrangeiros no estado de São Paulo (sem distinção de nacionalidade) – apenas 0,5% da população total do estado.¹⁶ É possível, contudo, que este número já esteja defasado; dados do Ministério da Justiça indicam que entre dezembro de 2010 e junho 2011 aumentou de 35.092 para 50.640 o número de bolivianos em situação regular no país.¹⁷ Independentemente da possibilidade de mensuração precisa, este é o maior fluxo migratório recente para a região e tem sido responsável por intensas transformações na paisagem urbana de algumas localidades. Conforme argumenta Baeninger, não é o volume, mas as características dos fluxos migratórios que determinam sua relevância, especialmente num contexto de diversificação dos fluxos migratórios no mundo:

Assim, a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) do que no volume de imigrantes envolvidos nos deslocamentos populacionais. (BAENINGER, 2012, p. 9)

Xavier (2009, 2010) apresenta a interessante hipótese de que, além da vinculação deste fluxo recente com o departamento de La Paz, haveria uma relação mais estreita com a cidade de El Alto – cidade da região metropolitana de La Paz, onde está localizado o aeroporto, que teria se constituído em reservatório populacional. Para El Alto, se dirigiriam migrantes internos de todo o país que, posteriormente, se engajariam em novas migrações. Entre as

¹⁴ Porém, conferir o debate apresentado por Sala (2005, p. 19) e Xavier (2010).

¹⁵ Os resultados da amostra devem ser divulgados até o final de 2012.

¹⁶ Fonte: Site do IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 jun. 2012.

¹⁷ Fonte: Ministério da Justiça (Brasil, 2011).

décadas de 1980 e 1990 (o período em que as migrações internas na Bolívia atingiram sua maior intensidade), a cidade de La Paz cresceu 33%, enquanto El Alto cresceu 200% (SILVA, 1997, p. 77). Trata-se de uma cidade de economia majoritariamente informal, em que a produção em confecções e costura se destaca (XAVIER, 2010, p. 36).

Com a presente pesquisa, não foi possível comprovar a hipótese da vinculação entre El Alto e a migração para São Paulo. Entre os entrevistados, a maioria vinha da própria cidade de La Paz,¹⁸ embora uma minoria tenha apontado El Alto como cidade de origem. O papel de El Alto parece ser bastante significativo, contudo, pois muitos relataram a alternância de períodos de residência entre El Alto e La Paz. O que parece ponto pacífico é a predominância de migrantes do Altiplano de modo geral, e nos anos mais recentes a maior diversidade de origens entre os bolivianos (incluindo migrantes dos departamentos de La Paz, Cochabamba e Oruro, principalmente).

Além disso, também se alterou o perfil socioeconômico predominante. Como aponta Sala (2005), os migrantes bolivianos mais recentes no Brasil têm menor escolaridade que os anteriores; as diferentes pesquisas sobre este fluxo ressaltam que se trata de migrantes pobres, com escolaridade média ou baixa, de origem indígena. Do mesmo modo, estes migrantes têm uma inserção no mercado de trabalho brasileiro também diferente, conforme será discutido em detalhe no capítulo 3.

Sidney da Silva (1997) apontava uma maior predominância de jovens do sexo masculino em seu primeiro estudo; os homens seriam cerca de 75% dos migrantes. Contudo, pesquisas mais recentes (SOUCHAUD, 2010; SILVA, 2012) parecem apontar para maior equilíbrio atualmente na proporção entre homens e mulheres, refletindo tanto os processos de reunificação familiar como a maior proporção de mulheres jovens que emigram sozinhas. A maioria é de idade adulta, concentrando-se na faixa entre 20 e 40 anos (XAVIER, 2010; SALA, 2005), reforçando o caráter de migração para o trabalho deste fluxo.

Predominam, entre os migrantes mais recentes, jovens pouco qualificados; este fluxo seria caracterizado por uma “mão de obra empobrecida” (SOUCHAUD, 2010, p. 287). As entrevistas realizadas confirmam o perfil dos bolivianos que migram para o Brasil como

¹⁸ Como a autora menciona em seus procedimentos metodológicos, muitos migrantes, quando perguntados de sua cidade de origem, respondiam “La Paz”; porém, quando perguntados se tratava-se da própria cidade de La Paz ou El Alto, respondiam “El Alto”. Foi adotado o mesmo procedimento na presente pesquisa; a maior parte dos entrevistados indicou a cidade de La Paz, embora em suas trajetórias de vida tenham mencionado passagens por El Alto.

oriundos da classe trabalhadora, em geral com nível médio de escolaridade (segundo grau completo). Aqueles que já trabalharam anteriormente na Bolívia estavam em ocupações manuais pouco valorizadas: eram pedreiros na construção civil, carpinteiros, vendedores ambulantes, garçons, mineiros, mecânicos, costureiros, entre outros. Uma característica comum é a inserção precária no mercado de trabalho: em geral, tratava-se de vínculos empregatícios voláteis e com grande rotatividade, indicando variação significativa entre tipos de ocupação a depender das oportunidades do mercado de trabalho. Alguns deles até mesmo começaram a trabalhar ainda crianças, a partir dos 10 anos de idade, especialmente no comércio ambulante. Uma quantidade significativa teve sua primeira inserção no mercado de trabalho no Brasil, e veio logo após completar os estudos – ou abandoná-los.

As histórias de vida de suas famílias reforçam esse diagnóstico. Em sua maioria, trata-se de famílias pobres da região de La Paz, inseridas em ocupações urbanas bastante diversas, de baixa qualificação profissional. Muitas famílias estavam envolvidas nos diversos ramos do comércio informal da região: desde a venda de alimentos nas feiras de rua de El Alto até o abastecimento de redes comerciais de longa distância com o interior do país e o Peru, em viagens periódicas. Um grupo menor de migrantes vem de famílias de classe média empobrecida – profissionais de pequenas gerências de empresas – que passaram por alguma crise prolongada (seja devido ao desemprego persistente, seja devido à desestruturação familiar com o alcoolismo). De modo geral, os que migram não são os mais pobres (em qualquer fluxo migratório), pois a migração depende do acesso a recursos e informações que não estão igualmente disponíveis nos diversos segmentos sociais. A migração é impossível para os extremamente marginalizados (ARAGONÉS, 2010). Um indicador claro é o fato de que não são os mais pobres que recebem remessas (OIM, 2011, p. 53; 104).

A grande maioria dos migrantes aponta o trabalho como principal motivação para migrar; a necessidade de trabalho, de complementar a renda familiar, o desejo de ascensão social. O tipo de emprego a que terão acesso, a renda que obterão e as chances de ascensão que encontrarão estão intimamente vinculados ao perfil de classe social daqueles que partiram, entendido como o conjunto de atributos que definem chances comuns no mercado.

2.3.3 A origem urbana e o “mito do roceiro”

Ainda parece haver certa controvérsia sobre a migração contemporânea da Bolívia para São Paulo no que se refere à sua extração rural ou urbana. Embora, conforme a hipótese apresentada (XAVIER, 2010), indícios apontem para uma forte vinculação deste fluxo migratório com as cidades de El Alto e La Paz e com centros urbanos de modo geral, outros autores sugerem que esses migrantes sejam de origem rural:

Imigrantes como Clara Justiniano vêm predominantemente das zonas rurais de La Paz, capital do país, e de Cochabamba, departamento que conta com um longo histórico de migrações. O sonho de conquistar uma ‘vida melhor’ em terras brasileiras motiva a familiares e, não raro, com o passar dos anos, tem início um processo de reunificação familiar, com a vida de pais e irmãos. Provenientes do campo, muitos sequer dominam o idioma espanhol. (HIRSCH, 2008, p. 8-9).

Sidney da Silva (1997), embora ressalte o caráter urbano deste fluxo migratório, dá a entender que seria possível haver uma subestimação da origem rural de parte desses migrantes. Afirma que “em geral são da zona urbana, uma vez que a maioria já passou por um processo migratório dentro do próprio país”; entre aqueles que vieram do campo, “dedicavam-se também a algum tipo de comércio informal, mantendo sempre vínculos muito estreitos com o urbano”. Contudo, seria possível haver ainda mais migrantes de origem rural:

A verdade é que muitos deles escondem sua procedência, dizendo que são naturais de alguma cidade grande, talvez pelo fato de que identificar-se como camponês implica assumir a identidade indígena, a qual é carregada de preconceitos tanto na Bolívia quanto no Brasil. (SILVA, 1997, p. 89)

Em texto recente, descrevendo o perfil do novo fluxo migratório desde a década de 1980, Silva (2012) descreve os bolivianos como predominantemente pacenhos e cochabambinos, “muitos deles de origem rural” (2012, p. 21). Freitas (2009) também aponta que, nos últimos anos, teria aumentado o número de migrantes provenientes de zonas rurais. A percepção da origem rural dos migrantes surge em notícias¹⁹ e nos próprios relatos dos migrantes, com certa frequência. No programa “Vozes dos Novos Imigrantes: Latino-Americanos em São Paulo”,²⁰ da Rádio Netherlands Worldwide, depoimentos de migrantes reforçam a percepção de que haveria um segmento de origem rural entre os demais; “lá no interior do nosso país” as pessoas trabalhariam muito. Segundo um depoimento de um padre

¹⁹ Como é o caso de notícia de jornal editado pela Pastoral dos Migrantes, de 1998: “Bolivianos festejam Nossa Senhora de Urkupiña”. Ao descrever o perfil dos migrantes, afirma: “Os que chegam são em geral jovens, vindos da zona rural e atraídos pela ilusão do paraíso econômico dos anos 70”.

²⁰ Programa exibido em 03 de maio de 2012 (RNW, 2012).

peruano, “Essa pessoa não vem das cidades [...], vem do interior, das favelas [...], do mato, dos Andes, onde não tem condições de trabalho. O trabalho lá é o campo e aqui tem o confronto cidade e campo; aqui para eles é Nova York.” Em outro depoimento, constata-se a mesma visão: “o que nós percebemos essa última época, a maioria das pessoas que estão vindo de lá são de origem indígena, das partes das roças [...]. Não são imigrantes das cidades, são dos campos.” Isso levaria a problemas de adaptação numa cidade multicultural como São Paulo: “a costume dos indígenas... eles têm uma cultura fechada, aqui *no* se abrem facilmente” (RNW, 2012).

Simai e Baeninger (2011) reproduzem outro relato de um migrante boliviano que associa os recém-chegados à origem rural:

Naquela época, os imigrantes bolivianos que vinham a São Paulo eram profissionais... profissionais como meu pai. Para obter documentos, era necessário passar por muitos exames, tanto psicológicos, como exame de sangue. Não como atualmente! Hoje as pessoas da Bolívia vêm de zonas rurais, não querem estudar... mas antes não era assim. [...] Esses bolivianos que estão imigrando agora vêm de zonas rurais, mas a Bolívia não é apenas assim. (SIMAI e BAENINGER, 2011, p. 57)

Em certa medida, a ênfase na origem indígena dos migrantes por parte da mídia e em certos trabalhos acadêmicos (cf. ROSSI, 2005) também reforça um imaginário que associa a migração boliviana ao meio rural. Contudo, a imensa maioria das pesquisas já realizadas (SILVA, C., 2008; SOUCHAUD, 2010, 2012; XAVIER, 2010, 2012) converge em apontar a origem urbana desta migração. Durante a pesquisa de campo, não foi possível encontrar sequer um migrante que tenha partido da zona rural boliviana para São Paulo, ou que não falasse o espanhol.²¹ Outras pesquisas costumam reforçar o diagnóstico de que os migrantes internacionais são de modo geral provenientes das cidades: “Se trata de una población que ha podido acumular ciertos ahorros o tiene capacidad para lograr créditos bancarios, elementos necesarios para garantizar cierto éxito en la salida internacional”²² (OIM, 2011, p. 30). Além disso, as remessas enviadas pelos migrantes não são destinadas às regiões rurais, onde há maior pobreza (OIM, 2011, p. 53).

²¹ Alguns dos migrantes bolivianos tinham familiares ou haviam nascido na zona rural, mas todos cresceram e viveram em cidades grandes, o que reforça a ideia de que o êxodo rural das décadas anteriores estaria vinculado posteriormente à intensificação da emigração internacional. Entre os paraguaios, contudo, em mais de uma ocasião tive contato com migrantes que não tinham nenhuma fluência na língua espanhola, comunicando-se somente pelo guarani e contando com a ajuda de outros migrantes que dominavam ambos os idiomas.

²² Tradução livre: “Trata-se de uma população que conseguiu acumular certas economias ou tem capacidade para conseguir empréstimos bancários, elementos necessários para garantir certo sucesso na saída internacional.”

É claro que disto não resultam provas definitivas da ausência deste tipo de migrantes. Muitos poderiam estar escondendo sua origem, procurando se desvencilhar dos estereótipos negativos que associam o campo (e os indígenas) ao atraso, tanto no Brasil quanto na Bolívia, como sugere Silva (1997). Eles também poderiam se concentrar em novas zonas de inserção na cidade, que não teriam ainda sido captadas pelas pesquisas realizadas. Contudo, essas hipóteses não parecem muito prováveis. Uma linha de interpretação mais interessante indica que se trata de um mito, que é fruto da reação coletiva de um grupo a uma situação de rebaixamento de status, como Teresa Sales (1999) descreveu a respeito da migração brasileira de Minas Gerais para os Estados Unidos.

Segundo Sales, muitos migrantes, que deixavam uma situação de classe média no Brasil, passaram a ser confrontados nos Estados Unidos com uma realidade em que ocupavam a base da hierarquia social. “Diante da *não*-alteridade com um ‘outro’ inferior, o imigrante brasileiro (geralmente oriundo da classe média) cuidou de criar esse ‘outro’ imaginário” (SALES, 1999, p. 110). Ou seja, para lidar com uma situação de rebaixamento de status, em que os migrantes brasileiros de classe média se encontravam na base da hierarquia de classe dos Estados Unidos, eles criaram uma categoria imaginária de migrantes que se encontrava abaixo deles. Este migrante imaginário, o “roceiro”, passaria a ocupar a posição de menor status na sociedade norte-americana, de acordo com o imaginário coletivo dos migrantes brasileiros. Os relatos descreviam os “roceiros” como pessoas sem formação alguma, que nunca viajaram de avião e que não teriam condições nem de morar nos centros urbanos no Brasil.

Eu diria que essa preocupação do imigrante brasileiro em se diferenciar socialmente, que contrasta com sua posição inferior no mercado de trabalho e sua queda de status social em relação status que tinha no Brasil, expressa na verdade o seu sentimento de superioridade, nesse caso forjada ideologicamente numa situação de real inferioridade na escala social, onde se cria imaginariamente uma classe mais baixa para justificar sua suposta melhor posição. (SALES, 1999, p. 111)

Creio ser possível traçar uma analogia entre esse caso e a situação dos bolivianos. Embora grande parte dos migrantes bolivianos recentes não tenha origens de classe média na Bolívia, a maioria sofre rebaixamentos de status ao chegar ao Brasil, ao menos no início. Este fluxo migratório se tornou fortemente associado na mídia e no imaginário da população paulistana ao trabalho escravo ou, ao menos, em condições degradantes ou subumanas. Em muitos discursos, a existência de migrantes em tais condições de trabalho é associada ao

desconhecimento, ignorância²³ ou à permanência de costumes tradicionais e/ou indígenas²⁴ que se sobrepõem às modernas relações empregatícias capitalistas. A associação entre origem rural, pobreza e trabalho escravo está evidente, por exemplo, no relatório da CPI do Trabalho Escravo, segundo o qual “muitos deles [migrantes bolivianos] viviam em vilas rurais miseráveis e nunca tiveram acesso a qualquer tipo de serviço de saúde antes de chegarem a São Paulo” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2006, p. 23).

Confrontados com uma visão que homogeneiza os migrantes bolivianos como “índios / camponeses / ignorantes / escravos”, surge a figura do “roceiro”,²⁵ o migrante que condensa todos esses estereótipos e que, ao mesmo tempo, é uma figura externa da qual cada indivíduo busca de distanciar e se diferenciar. Trata-se, segundo Simai e Baeninger (2011), de uma forma de discriminação interna, em que os próprios bolivianos se apropriariam de discursos negativos sobre seus compatriotas, ao mesmo tempo em que ressaltam características positivas com relação aos brasileiros. Sugiro, portanto, que esse tipo de discriminação interna teria o objetivo de produzir segmentações internas ao grupo de migrantes que possibilitem a identificação de uma alteridade que incorpore todo o impacto do rebaixamento de status.

Embora seja possível haver casos isolados de migrantes com origem rural, as menções à figura dos roceiros parecem ser fruto de um recurso discursivo num contexto marcado pela associação deste fluxo migratório com fortes estereótipos negativos. No texto de Freitas (2009, p. 25-6), por exemplo, a questão da origem rural surge, na fala de uma entrevistada, especificamente para dar conta de casos extremos de exploração de migrantes bolivianos. Retomarei esta discussão no capítulo 4, no tratamento da questão dos tipos de preconceito e discriminação que enfrentam os migrantes bolivianos. Contudo, esta questão relativamente pontual – a definição da extração preponderantemente rural ou urbana – já nos aponta para a centralidade que os processos de desclassificação e luta por status social podem ter nos processos migratórios, e como uma análise que destaque o papel estruturante das classes sociais pode levar a avanços interpretativos.

²³ Posição de dirigentes da Associação dos Dirigentes Bolivianos (ADRB), em reunião em 2010.

²⁴ Posição de Ruth Camacho, advogada da Pastoral dos Migrantes e filha de bolivianos, em palestra em 2009.

²⁵ Em entrevistas, mesmo aquelas realizadas em espanhol, alguns informantes se referiram a esses migrantes como aqueles que vieram das “roças” (usando o termo em português). Isso poderia indicar uma apropriação de um discurso que é externo, da maneira como a própria sociedade brasileira retrata esses migrantes.

2.4 CONSTRUINDO O SENTIDO DA MIGRAÇÃO

A partir do perfil delineado, pode-se apontar que, de modo geral, a migração boliviana para São Paulo é composta de dois fluxos com históricos e características bastante distintas. Um fluxo mais antigo, que atingiu seu maior volume na década de 1960, é composto especialmente de estudantes e profissionais, muitos deles motivados por questões políticas. Outro se inicia na década de 1980 e parece ainda estar em crescimento, formado por jovens pobres que se inserirão em ocupações precárias, especialmente no setor de confecções paulistano. A presente pesquisa se dedicou primordialmente à investigação sobre este fluxo mais recente.

Para que se consolide um fluxo migratório, são necessárias três condições: (i) deve haver uma demanda por trabalhadores migrantes; (ii) esta demanda deve se tornar conhecida por parte dos migrantes potenciais, por meio de mecanismos de recrutamento; e (iii) as oportunidades de trabalho devem ser desejáveis do ponto de vista dos migrantes potenciais (PORTES e RUMBAUT, 2006). Nesta seção, será abordada a terceira condição; ou seja, discutirei como a migração (especialmente para São Paulo) se tornou uma estratégia desejável para os milhares de bolivianos que emigraram.²⁶

Embora se tenha estabelecido que se trata de um fluxo de classe trabalhadora, esta informação por si só não é suficiente para dar conta do início e manutenção de um fluxo. Estabelecer fatores de expulsão e atração de trabalhadores, com base em diferenciais de renda, como fazem muitos modelos de economistas (cf. SALES, 1999), não dá conta da complexidade dos fluxos migratórios. A migração é um processo que pressupõe a existência e a criação de relações sociais e dos sentidos atribuídos a essas relações. É necessário investigar, portanto, como a migração pode ser ou se transformar numa alternativa significativa para os migrantes, a partir da maneira como interpretam e compreendem sua inserção no mundo.

Alguns autores argumentam que, no caso específico das migrações de populações andinas, de origem indígena, um fator central seria a existência de uma matriz cultural migratória, que decorreria de práticas milenares desses povos. A migração para as chamadas “terras baixas” era uma estratégia milenar de diversos povos andinos, para garantir o acesso a alimentos distintos e terras férteis, integrando “múltiplos ambientes ecológicos en un solo

²⁶ As duas outras condições serão abordadas no capítulo 3, a seguir.

sistema macro-económico”²⁷ num “arquipélago de pisos ecológicos” (TORRE ÁVILA, 2004, p. 60-1). Os sistemas de migração, que mobilizavam diversos elementos das famílias estendidas, garantiam a viabilidade da agricultura de subsistência e a diversificação da produção alimentícia.

A migração seria, portanto, um elemento central da cultura boliviana. Torre Ávila reproduz uma fala de um migrante que sintetiza essa perspectiva: “hemos nacido para migrar”²⁸ (TORRE ÁVILA, 2004, p. 11). As migrações contemporâneas partiriam, nessa interpretação, de um processo de resignificação dessa matriz cultural ancestral, em combinação com as dinâmicas do capitalismo atual. A prática do duplo domicílio, antigo costume indígena, se perpetuaria nas migrações correntes. Desse modo, se conformariam atualmente “arquipélagos de pisos ecológicos transnacionais”, que estenderiam o alcance das migrações andinas para outros países, mantendo como eixo gravitacional suas cidades de origem, na Bolívia:

Sus comunidades o ciudades de origen, sustituidas en términos de residencia por Washington DC, Madrid, Buenos Aires y otras urbes, también podrían cumplir la función que para aquellos viajeros ejercían las cabeceras étnicas cercanas al lago sagrado. Los desplazamientos en función a un centro permanente continúan. Continúa también la necesidad del retorno multifacético hacia la tierra abandonada. [...] Por otro lado, los propios migrantes transnacionales que aquí se estudian parecen guardar rasgos de permanencia vinculados a los principios de comportamiento que la escuela de Murra llama ‘economía moral’ y que pueden describirse como la repetición de lógicas comunitarias para la garantía de un mismo tipo de supervivencia.²⁹ (TORRE ÁVILA, 2004, p. 65)

Também seria possível argumentar que, independentemente da herança cultural andina, a migração como prática social teria adquirido outro estatuto na Bolívia pelo simples fato de que o número de migrantes atingiu uma ampla parte da população; segundo Grimson e Paz Soldán (2000, p. 3), 54% da população boliviana teria parentes no exterior. É comum que os migrantes pioneiros sejam repudiados, como ocorreu com os primeiros emigrantes brasileiros na década de 1980, considerados “traidores” ou “covardes” por terem “abandonado” seu local de origem (SALES, 1999). Com o tempo e a difusão da migração,

²⁷ Tradução livre: “múltiplos ambientes ecológicos em um mesmo sistema macroeconômico”.

²⁸ Tradução livre: “nascemos para migrar”.

²⁹ Tradução livre: “Suas comunidades ou cidades de origem, substituídas em termos de residência por Washington DC, Madrid, Buenos Aires e outras cidades, também poderiam cumprir a função que para aqueles viajantes exerciam as cabeceiras étnicas próximas ao lago sagrado. Os deslocamentos em função de um centro permanente continuam. Continua também a necessidade do retorno multifacético à terra abandonada. (...) Por outro lado, os próprios migrantes transnacionais que aqui se estudam parecem guardar traços de permanência vinculados aos princípios de comportamento que a escola de Murra chama ‘economia moral’ e que podem ser descritos como a repetição de lógicas comunitárias para a garantia de um mesmo tipo de sobrevivência.”

contudo, a migração pode ganhar o caráter de estratégia legítima; migrar passou a ser indissociável da identidade de *valadarense*, na emigração de Minas Gerais (SOARES, 2002). Em muitos locais, a migração se tornou uma realidade difusa presente em todos os aspectos da vida cotidiana. Conforme demonstram Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton (1994), a migração envolve tantos segmentos da população das ilhas de São Vicente e Granadinas e do Haiti que ela passa a ser encarada como algo natural, até mesmo uma etapa necessária da vida. A migração torna-se uma estratégia integrante das formas locais de reprodução social:

[E]m contextos específicos, onde as migrações se tornam estratégias sociais integradas e multiplicadoras na comunidade local (ou mesmo nacional), desenvolve-se aquilo que se tem chamado de ‘cultura migratória’. Os deslocamentos inserem-se, desse modo, em uma matriz cultural que os legitima e lhes confere autonomia a ponto de cada projeto migratório não depender, necessariamente, de um ‘sucesso econômico’ convencional. (FAZITO, 2010, p. 93)

Segundo alguns autores, “[e]n las últimas décadas, la migración en Bolivia se convirtió en un realidad *estructural y constitutiva*”³⁰ (DOMENECH e MAGLIANO, 2009, p. 201, grifos dos autores), tornando-se uma prática econômica e cultural que envolve grandes proporções da população local. A migração se consolidou na Bolívia, portanto, como uma prática culturalmente aceita e até mesmo esperada, como estratégia de reprodução social.

Também é possível analisar a disseminação de uma cultura da migração a partir de forças vinculadas à própria expansão do capitalismo, especialmente no que diz respeito à criação de necessidades que seriam supridas por meio da migração, tornando-a desejável: “Desirability is less a question of the gross earnings disparity between sending and receiving countries than of the meaning that these economic advantages have for households and communities”³¹ (PORTES e RUMBAUT, 2006, p. 17).

Deste modo, o fato de haver uma demanda por trabalho (no caso, no setor de confecções) e mecanismos de difusão de informações sobre essas oportunidades de trabalho (via recrutamento direto e especialmente por meio das redes sociais) não são suficientes para que as famílias e/ou os indivíduos optem pela migração. É necessário que as possibilidades e promessas de aumentos na renda sejam desejáveis para as famílias migrantes; a migração deve ser viável e desejável. Segundo Portes e Rumbaut (2006), o desejo de maiores

³⁰ Tradução livre: “nas últimas décadas, a migração na Bolívia se converteu em uma realidade *estructural e constitutiva*”.

³¹ Tradução livre: “A desejabilidade é menos uma questão das disparidades brutas de renda entre os países de origem e destino, e mais do sentido que essas vantagens econômicas têm para as famílias e comunidades”.

rendimentos pode estar relacionado ao acúmulo de capital para investimentos – como para pequenos agricultores que desejam expandir sua produção ou trabalhadores urbanos que desejam montar pequenos negócios e que necessitam investir, como na compra de táxis ou no estabelecimento de pequenos comércios. Outra possibilidade, que pode ser complementar à anterior, é a necessidade de se satisfazer novas expectativas de consumo. A difusão de padrões de consumo ocidentais tem sido identificada por diversos autores como elemento central da globalização e como propulsor das migrações contemporâneas.

Sassen (1988, 2010) defende a tese de que a difusão do investimento estrangeiro direto (IED) no capitalismo contemporâneo seria um grande propulsor de novos fluxos migratórios. Sassen se opõe à noção de que os IEDs reduziram a pressão por emigração ao promover investimentos que podem gerar empregos. Segundo a autora, a este efeito se somariam outras consequências de médio e longo prazo, como a incorporação de novos setores da população no mercado de trabalho, que contribuiria para a “ocidentalização” das populações, tornando-as mais propensas a migrar.

Uma linha interpretativa interessante ressalta que a difusão das instituições capitalistas ao redor do mundo, aliada à penetração dos meios de comunicação de massa, fizeram com que se gerasse uma forte *privação relativa de massa*, cuja consequência principal é o aumento da emigração internacional. O conceito de privação relativa, segundo Runciman (1972), visa dar conta da relação entre a estrutura de desigualdades e a aceitação ou rejeição dela por parte dos indivíduos. Muitos, apesar de se encontrarem em situação de grande penúria (sendo vítimas de injustiça social), não consideram sua condição como injusta nem a ressentem. Ora, isto ocorre devido ao fato de que tais percepções dependem do quadro de referência a partir do qual cada indivíduo elabora suas interpretações sobre a realidade. A privação em termos absolutos não é decisiva para a rejeição da hierarquia social; mais importante é a existência de uma privação relativa, ou seja, a noção de privação com relação a um grupo de referência a respeito de determinado bem ou posição. Segundo Runciman:

[W]e can roughly say that A is relatively deprived of X when (1) he does not have X, (2) he sees some other person or persons, which may include himself at some previous or expected time, as having X (whether or not this is or will be in fact the case), (3) he wants X, and (4) he sees it as feasible that he should have X. Possession of X may, of course, mean avoidance of or exemption from Y.³² (RUNCIMAN, 1972, p. 11)

³² Tradução livre: “Podemos dizer *grosso modo* que A está privado relativamente de X quando (1) ele não tem X, (2) ele vê outra pessoa ou pessoas, que podem incluir a si mesmo em momento anterior ou em situação

A percepção de que determinada situação de distribuição ou acesso a bens e posições é injusta pode ser uma importante motivação para a ação; o conceito de privação relativa proporciona indicadores de referência para o surgimento dessa percepção, pois a vincula à definição de um grupo – em comparação a quem a privação é percebida – e à definição de um objeto – aquilo do qual o indivíduo se sente privado. Uma situação de privação relativa pode levar à migração, concebida como estratégia dos indivíduos e das famílias de resolução desse conflito, ou a estratégias coletivas, como a organização em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais.

O conceito de privação relativa já foi utilizado para explicar padrões de migração internacional, analisando decisões de migração a partir de comparações que os indivíduos e as famílias fazem entre si mesmas e as demais pessoas da mesma vila ou localidade (STARK e TAYLOR, 1989); ou seja, colocando-se ênfase no papel que um grupo de referência próximo pode ter na motivação das migrações. Outros estudos ressaltam a transformação das expectativas de consumo, ou seja, na difusão do desejo e da crença da plausibilidade de se atingir certo padrão de consumo na população; Alba (1978) descreve como, no caso da migração mexicana para os Estados Unidos, o processo de industrialização por substituição de importações e a urbanização criaram novas expectativas de consumo e de padrão de vida que, não sendo concretizáveis para parcela da população, motivaram a intensificação da migração.

Porém, é possível argumentar que a penetração progressiva de instituições capitalistas pelo mundo, associada à difusão dos meios de comunicação de massa e propaganda, alterou os padrões de privação relativa nos mais diversos países:

Television and mass advertising bring to these populations information about lifestyles in the rich nations and create new consumer desires that can hardly be met with paltry local resources. This ‘relative deprivation’ [...] represents a major force stimulating out-migration. [...] Efforts by transnational corporations to expand their markets abroad through advertising and promotion of new consumer needs create a direct incentive for migrating in search of the incomes that would make satisfaction of these imported aspirations possible.³³ (PORTES e RUMBAUT, 2006, p. 18)

esperada, tendo X (independentemente de se isso é ou será de fato verdade), (3) ele quer X, e (4) ele considera plausível que ele tenha X. Possuir X pode, é claro, significar evitar ou se isentar de Y.”

³³ Tradução livre: “A televisão e a publicidade de massa levam informações a essas populações sobre estilos de vida nos países ricos e criam novos desejos de consumo que não podem ser contemplados com os poucos recursos locais. Esta ‘privação relativa’ [...] representa uma grande força estimulando a emigração. [...] Os esforços das corporações transnacionais para expandir seus mercados no exterior por meio de propaganda e promoção de novas necessidades de consumo criam um incentivo direto para migrar em busca das rendas que tornariam possível a satisfação dessas aspirações importadas.”

A globalização – na medida em que promove a difusão progressiva de instituições capitalistas e de padrões culturais ocidentais – exerceria, portanto, um importante papel na criação de novas necessidades de consumo; isso significa que crescem os objetos da sensação de privação. Ao mesmo tempo, ao difundir conhecimento sobre os padrões de vida em outros países, expande os grupos de referência em relação aos quais é percebida a privação. Isso vem ocorrendo num contexto de aumento das desigualdades entre os países e das diferenças entre os mais ricos e os mais pobres no mundo. Surge, portanto, com ainda mais força, a estratégia da migração internacional como meio de satisfação destas novas necessidades – facilitada, conforme já foi apontado, pelo acesso ampliado aos meios de comunicação e transporte que conferem ainda maior dinamismo às redes sociais que viabilizam as migrações.

No caso da emigração boliviana, parece pertinente a interpretação a partir do conceito de privação relativa de massa. Em primeiro lugar, a Bolívia foi um dos países que implementou pacotes mais radicais de reformas de caráter neoliberal nos anos 1980, que tinham como um de seus principais objetivos tornar o país um destino mais atrativo para os investimentos estrangeiros e mais integrado à economia internacional (SANABRIA, 1999).

Ainda que se possa questionar a magnitude da penetração das instituições capitalistas na estruturação do conjunto das relações sociais, elas parecem estar presentes na maneira como os projetos migratórios dos bolivianos são concebidos e articulados.³⁴ Conforme apresentado, trata-se de migrantes do meio urbano, que não dispõem outros meios de subsistência a não ser o trabalho assalariado, e que migram em busca de melhores trabalhos e melhores salários. Quando perguntados sobre o que sabiam a respeito do Brasil e a razão de terem escolhido o país para migrar, demonstravam ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o destino; compartilhavam, contudo, uma imagem de que este seria um país mais “evoluído” (termo utilizado em diversas entrevistas), no sentido de ser mais desenvolvido economicamente, e onde poderiam encontrar bons empregos. Silva (2008) resume o

³⁴ Durante a pesquisa de campo, encontrei um número bastante significativo de migrantes com nomes próprios norte-americanos ou americanizados (como Robert, Roger, Wilson, Wilbert, Adams, Cinthya e Gladys, entre outros), sendo mais comuns entre os migrantes mais jovens, de até 30 anos de idade. Existe uma interessante literatura que discute os processos de distinção e reprodução social por meio da análise das tendências de moda na definição dos nomes próprios dos filhos (cf. BESNARD, 1979; MÉCHIN, 2006). A difusão de nomes próprios americanizados (em oposição à predominância de nomes mais vinculados à cultura de cada sociedade, de acordo com sua cultura) estaria relacionada à progressiva integração cultural promovida pela globalização (sob hegemonia dos Estados Unidos) e à quebra de padrões de reprodução das modas entre classes sociais de sociedades nacionalmente delimitadas. As influências externas teriam um papel cada vez maior. A recorrência destes nomes próprios americanizados entre os migrantes bolivianos poderia ser um indício da penetração de padrões e expectativas de consumo por meio da globalização, que são um fator relevante para a multiplicação dos fluxos migratórios contemporâneos. Esta hipótese, porém, deverá ser submetida a investigações posteriores.

imaginário dos migrantes sobre o Brasil como um país exótico, onde há oportunidades de emprego. Encontrar um bom emprego seria a principal motivação da migração, num contexto em que “novas modalidades de mobilidade do capital e de populações” teriam sido inauguradas com a reestruturação da produção que afeta mais gravemente os países periféricos (SILVA, 2008, p. 18).

Alguns descrevem seus sonhos em termos de aquisição de bens de consumo, como carros importados. É relativamente comum, entre aqueles que conseguiram guardar algum dinheiro, que os migrantes construam casas na Bolívia e as equipem com eletrodomésticos modernos (geladeiras, fogões, televisores, rádios etc.) mesmo que nenhum membro da família – imediata ou estendida – more no domicílio. Trata-se de uma estratégia de projeção de status alcançado que coloca a obtenção desses bens de consumo como meta e indicativo de sucesso do projeto migratório. Estes diferentes indícios reforçam a pertinência da hipótese da privação relativa de massa como importante força por trás dos fluxos migratórios contemporâneos, inclusive no caso da migração boliviana para São Paulo, justificando pesquisas posteriores para demonstrá-la de forma mais sistemática.

O grau de influência exercido por cada um dos elementos mencionados que predispoem os bolivianos à migração (matriz cultural andina, cultura da emigração, privação relativa de massa) deve ser determinado a partir da análise do caso concreto. Ao longo da presente dissertação, são apresentados indícios que reafirmam a relevância das hipóteses para este fluxo migratório específico, especialmente no que se refere ao papel das novas aspirações de consumo.

As diferentes hipóteses apresentadas, contudo, reforçam a ideia de que as migrações contemporâneas – e o fluxo analisado em particular – não são o resultado de uma situação de privação absoluta; em outras palavras, não se trata de uma estratégia desesperada de pessoas em situação de miséria. Elas parecem ir ao encontro da *hipótese da seleção*, segundo a qual aqueles que migram seriam uma seleção positiva da população em geral em termos de capital humano e motivação. A migração acarreta custos e riscos; trata-se de uma decisão a ser tomada com bastante cuidado. Desse modo, os mais propensos a migrar seriam justamente aqueles que, inseridos em meios urbanos e expostos aos padrões de consumo e de vida dos países desenvolvidos, sentiriam mais profundamente a distância entre sua realidade e essas aspirações: “these [migrantes com algum nível de educação e das cidades] are also the groups

[...] among whom one finds the individuals most determined to overcome this situation”³⁵ (PORTES e RUMBAUT, 2006, p. 19).

Tendo em vista a literatura e a pesquisa de campo realizada, trabalho com a hipótese de que a migração boliviana para São Paulo deve ser compreendida no contexto de novas necessidades de consumo e da impossibilidade de supri-las no contexto de origem; para esses migrantes, o Brasil é visto como um lugar onde isso seria, ao menos em parte, possível. Isso se expressou em diversas falas dos migrantes que, quando questionados a respeito do que sabiam sobre o Brasil antes de vir, respondiam que o país era mais “evoluído”, com mais estrutura, com bons empregos.

No caso boliviano, o pequeno mercado formal (em que estão inseridos cerca de 20% da população economicamente ativa) e as restritas possibilidades de inserção no mercado de trabalho para aqueles com maior escolaridade contribuem para a emigração internacional (OIM, 2011). Embora se trate de um fluxo de migrantes pobres, não podemos reduzir a complexidade de suas motivações a uma mera “fuga da miséria”, como o fazem alguns autores (ALVES, 2012, p. 234; BASSEGIO, 2004; ROSSI, 2005):

Os que não têm condições para pagar essa viagem [para os Estados Unidos e Europa] se lançam na corrida aos países mais próximos, aceitando a exploração, o tráfico de seres humanos, o trabalho escravo, como algo normal para sair da situação de desespero que viviam. (PATUSSI, 2005, p. 214).

Esta noção, veiculada constantemente pela mídia (em geral, associada aos relatos do trabalho escravo no setor de confecções), além de estar presente no próprio discurso de representantes do governo boliviano, de autoridades brasileiras e de entidades assistenciais,³⁶ não dá conta da complexidade da construção de seus projetos migratórios.

³⁵ Tradução livre: “Estes [migrantes com algum nível de educação e das cidades] são também os grupos [...] entre os quais se encontram os indivíduos mais determinados a superar esta situação.”

³⁶ Esta foi, por exemplo, a posição adotada pelo Cônsul Geral da Bolívia em São Paulo, Jaime Valdívia, no debate “Políticas Públicas e a comunidade Boliviana em São Paulo”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, no dia 21/10/2010, em São Paulo. O relatório da CPI do trabalho escravo, realizada em 2006, também se refere aos migrantes como “pobres e miseráveis” (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2006, p. 23).

2.5 A EXTRAÇÃO DE CLASSE DA MIGRAÇÃO RECENTE BOLIVIANA PARA SÃO PAULO

Como foi discutido a partir do caso da migração boliviana para o São Paulo, as diferenças de classe social influenciam a conformação dos vários fluxos migratórios. Em primeiro lugar, o acesso a recursos – especialmente financeiros – é decisivo para que migrações para lugares distantes sejam viáveis; os migrantes mais pobres costumam dirigir-se a países vizinhos. No caso dos fluxos oriundos da América Latina, é mais frequente que migrantes profissionais e de classe média se dirijam aos Estados Unidos e à Europa, enquanto que os mais pobres migrem para outros países próximos. No caso dos fluxos provenientes da Bolívia, portanto, os migrantes mais pobres costumam se dirigir à Argentina e, com intensidade cada vez maior, ao Brasil. É importante ressaltar, contudo, que toda migração envolve custos e depende do acesso a um mínimo de recursos e informações; assim, dificilmente os estratos mais empobrecidos e isolados da Bolívia conseguem realizar uma migração internacional. Os migrantes recentes que se dirigem ao Brasil são, portanto, oriundos de segmentos de trabalhadores urbanos em ocupações manuais não qualificadas, além de setores de uma classe média empobrecida. A intensificação dos vínculos entre os países – ressaltada pelos teóricos da globalização e das migrações transnacionais – ocorre, portanto, de forma seletiva, em função das desigualdades existentes, especialmente as diferenças de classe social.

Também foi discutido o papel que novas expectativas de consumo e de acesso a bens e serviços podem exercer como motivadoras para os fluxos migratórios contemporâneos. A globalização contribui para a difusão de novas expectativas de consumo, que podem ser um importante elemento que define a desejabilidade da migração. A busca por empregos e melhores salários é uma importante força por trás da migração boliviana para São Paulo. A compra e manutenção de casas na Bolívia (equipadas com aparelhos eletrodomésticos modernos) por migrantes que moram no Brasil é uma estratégia frequente que visa demonstrar àqueles que permaneceram o sucesso de seu projeto migratório, expresso, portanto, por sua capacidade de consumo.

3 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Em diversos momentos históricos, o Brasil recebeu significativos fluxos migratórios. Sucessivas levas de imigrantes, especialmente a partir do século XIX, tiveram importante papel na consolidação demográfica e territorial do país. Do final do século XIX ao início do século XX, o Estado brasileiro promoveu a vinda de imigrantes de ultramar (europeus e asiáticos), principalmente para trabalhar na lavoura cafeeira em expansão (VAINER, 2000). Esta entrada de estrangeiros diminuiu nas décadas seguintes a ponto de se considerar o Brasil um país de população fechada, entre 1950 e 1980 (PATARRA e BAENINGER, 2006). Foi nesse período em que ocorreram as grandes migrações internas no país, especialmente de nordestinos, acompanhando os processos de urbanização e industrialização.

Este cenário começou a se alterar a partir da década de 1980, quando se intensificaram os fluxos *de e para* o Brasil. Aos poucos o Brasil foi se consolidando como um país de emigração, com fluxos destinados majoritariamente aos Estados Unidos, Europa e Japão. O tema das migrações internacionais, que havia sido objeto de inúmeros estudos em décadas anteriores (SEYFERTH, 2004), volta à agenda dos pesquisadores brasileiros a partir da emigração de brasileiros para outros países (SALES, 1999; REIS e SALES, 1999). Hoje, estimativas do Ministério da Justiça relatam haver entre 2 e 2,5 milhões de brasileiros no exterior – cifra que em 2005 teria se aproximado de 4 milhões de pessoas (BRASIL, 2011). O retorno de brasileiros estaria associado à fase de crescimento econômico do país, em contraste com a crise pela qual passam os principais destinos da emigração brasileira, que reduziu ofertas de trabalho e levou em alguns casos ao endurecimento das políticas migratórias.

Neste mesmo período, aumentavam os fluxos de migração internacional destinados ao Brasil. Desde a década de 1970, intensificam-se fluxos de asiáticos (principalmente coreanos e chineses), de sul-americanos (em especial bolivianos, paraguaios e peruanos) (SALES e BAENINGER, 2000) e, mais recentemente, de africanos e haitianos. Nos últimos anos, a conjuntura econômica favorável também favoreceu a vinda de europeus, em geral profissionais de nível superior, o que se refletiu no aumento do número de vistos de trabalho concedidos pelo governo brasileiro. A migração de bolivianos, que se intensifica em direção à metrópole paulistana, teve um papel importante no reconhecimento do país novamente como um importante destino migratório (BAENINGER, 2012). O número crescente de estudos

sobre este fluxo migratório responde à nova conjuntura de fluxos regionais de migrantes pobres e direcionados a ocupações manuais nas grandes cidades, processo do qual os bolivianos se tornaram a maior expressão simbólica.

É importante ressaltar que o Brasil não é o principal destino de qualquer uma das nacionalidades dos novos fluxos migratórios. Em alguns deles, como é o caso dos haitianos, a viagem ao Brasil com frequência é parte de uma estratégia de acumular recursos para viabilizar migrações posteriores a outros destinos, onde familiares e conhecidos já se encontram (THOMAZ e NASCIMENTO, 2012). A nova imigração para o Brasil, portanto, deve ser analisada num contexto de multiplicação e diversificação dos fluxos migratórios internacionais, em que a crescente mobilidade e reversibilidade das migrações fazem com que diversas localidades sejam integradas pelas complexas redes sociais transnacionais construídas pelos migrantes.

O objetivo deste capítulo é apresentar a situação de classe dos migrantes bolivianos na região metropolitana de São Paulo, especialmente a partir de sua inserção no mercado de trabalho paulistano. A partir desse diagnóstico, visa apontar algumas das consequências destas formas de inserção para suas condições de vida, seus projetos migratórios e suas chances de mobilidade social ascendente. Primeiramente, serão descritas as formas de inserção dos migrantes mais antigos, que se estabeleceram na cidade como profissionais liberais. As seções seguintes discutem a migração recente para São Paulo, a partir dos mecanismos de recrutamento e da demanda por migrantes. Para aprofundar a análise da sua situação de classe, serão descritas as características dos setores em que se inserem os migrantes recentes. O setor de confecções, onde se concentram cerca de 40% dos migrantes, será analisado a partir de diversos enfoques (as mudanças organizacionais do setor, a informalidade e as relações de trabalho), de modo a evidenciar a complexidade da situação de classe dos migrantes. Também será abordado o comércio ambulante, segundo principal nicho de inserção dos migrantes recentes (SILVA, 1997; SILVA, C., 2008). O capítulo se encerra com um panorama das possibilidades de ascensão e com um resumo das posições dos migrantes bolivianos na sociedade brasileira em função da sua situação de classe.¹

¹ Este capítulo desenvolve com mais profundidade alguns temas já abordados anteriormente com relação às características do mercado de trabalho no setor de confecções (PRETURLAN, 2012a).

3.1 O PRIMEIRO GRANDE FLUXO MIGRATÓRIO DE BOLIVIANOS PARA SÃO PAULO

No capítulo anterior, apontou-se a existência de duas grandes fases de migração boliviana para São Paulo: entre os anos 1960 e 1970 e após a década de 1980. Embora não se possa falar em interrupção definitiva de qualquer fluxo migratório, há uma intensificação da vinda de migrantes bolivianos à capital paulista nos períodos indicados, estando associados a cada um deles perfis socioeconômicos distintos. Na década de 1960, havia maior predominância de migrantes bolivianos com níveis maiores de escolaridade com relação à média da população brasileira, que vieram especialmente por motivos políticos (SALA, 2005). A Revolução Boliviana levou, no período de 1952 a 1964, a uma série de mudanças políticas que precipitaram a emigração de alguns segmentos da população (FREITAS, 2009).

Silva (1997, 2005, 2006) estabelece como marco inicial da migração de bolivianos para São Paulo a celebração de acordos de intercâmbio universitário, por meio dos quais muitos vieram estudar no país. Este teria sido o principal mecanismo de recrutamento de migrantes no início do fluxo. Outros migrantes já formados também teriam vindo, segundo o autor, após a conclusão de seus estudos, e se inseriram no mercado de trabalho paulistano como profissionais liberais – principalmente médicos e dentistas, mas também de outras profissões, como advogados e contadores. Motivos profissionais (de busca de melhor inserção no mercado de trabalho ou capacitação) ou políticos teriam sido preponderantes para este grupo populacional. Nesse primeiro fluxo, também havia menor quantidade de mulheres de baixa escolaridade que migravam para ocupações no trabalho doméstico (FREITAS, 2009). Conforme apresentado no capítulo anterior, parece ter havido nesse período um fluxo menor de migrantes pobres, que trabalhavam como sacoleiros no comércio de manufaturas de São Paulo para o departamento de Santa Cruz, na Bolívia. Alguns desses pequenos comerciantes teriam se fixado na cidade e, a partir de suas redes sociais, houve a instalação de outros migrantes pobres em São Paulo.

Para os migrantes de classe média que foram a São Paulo após a conclusão de seus estudos superiores, um de seus maiores problemas de acesso ao mercado de trabalho era a obtenção da validação de seus diplomas no país. Até conseguir a regularização de suas atividades profissionais, muitos atuavam em clínicas clandestinas, atendendo camadas mais

pobres da população que pagavam menos por seus serviços (SILVA, 1997, 2006). De modo geral, contudo, conseguiram obter inserções estáveis no mercado de trabalho paulistano. Com o tempo, estabeleceram-se em seus nichos profissionais e se tornaram parte da classe média profissional local. Como argumenta Freitas (2009), o mercado de trabalho paulistano, em plena expansão na época, favoreceu a inserção bem sucedida dos primeiros migrantes bolivianos. Isso se verificava inclusive entre os migrantes mais pobres. Suas histórias de vida ressaltam sua inserção no mercado formal de trabalho paulistano, em ocupações administrativas ou de pequena gerência, tendo conseguido obter bens duráveis como imóveis ou carros após certos anos de trabalho (FREITAS, 2009). Em certa medida, é possível argumentar que tanto os migrantes mais escolarizados quanto alguns mais pobres obtiveram ascensão social, assim como era o caso dos migrantes internos brasileiros no período (JANUZZI, 2000). Esta ascensão se deu, contudo, de forma diferenciada de acordo com a extração de classe dos migrantes.

Existe ainda pouco conhecimento a respeito deste fluxo migratório mais antigo. As pesquisas recentes foram motivadas a partir da intensificação da migração de bolivianos mais pobres direcionados ao setor de confecções, e se debruçam sobre esse fluxo recente. Assim, há uma agenda de pesquisa em aberto sobre esses migrantes mais antigos, que poderá ser objeto de pesquisas posteriores. Além disso, existe uma dificuldade metodológica nos estudos migratórios realizados nos locais de destino dos migrantes, na medida em que terminam por desconsiderar os retornos de migrantes em suas análises. Assim, restaria um quadro distorcido do processo migratório anterior, em que seriam visíveis somente as trajetórias dos “vitoriosos” que permaneceram. A imagem bem sucedida que se consolidou a respeito dos migrantes bolivianos antigos poderia ser resultado desta distorção. Apesar disso, o contraste entre os migrantes mais antigos e os recentes é claro, uma vez que entre os migrantes mais antigos predominavam os profissionais, como confirmam os dados dos censos demográficos. Esse contraste se manifesta inclusive nas suas práticas associativas e de convívio.² Enquanto os primeiros obtiveram sua inserção na classe média profissional paulistana, os demais se inseriram nos espaços mais subordinados do mercado de trabalho da cidade. As demais seções deste capítulo investigarão a fundo a inserção de classe destes migrantes recentes.

² Este tema será abordado no capítulo 4.

3.2 O RECRUTAMENTO DOS MIGRANTES RECENTES

Para que se inicie e se consolide um fluxo migratório, não é suficiente que haja disposição a migrar. Deve haver uma demanda por mão de obra, e essa demanda deve se tornar conhecida por parte dos migrantes. Isso significa que deve haver vínculos prévios entre as regiões emissoras e receptoras de migrantes – que podem incluir desde relações coloniais passadas até intervenções militares (SASSEN, 2010) – que viabilizem o processo de recrutamento de novos migrantes. No caso da migração boliviana para São Paulo, houve mecanismos diferentes de recrutamento em cada uma das fases do fluxo. Com relação à migração mais recente, de migrantes não qualificados, o recrutamento está vinculado à atividade de outro contingente de migrantes: os coreanos.³

A migração coreana para a América Latina remonta à década de 1960, quando o governo sul-coreano incentivou a emigração de população com base em um diagnóstico de superpopulação. Foram celebrados acordos com países latino-americanos – especialmente a Argentina e o Brasil – para autorizar o estabelecimento de famílias de migrantes nas zonas rurais dos países de destino, inspirados na migração japonesa para as Américas (FREITAS, 2009). Sem experiência na produção rural, tendo recebido terras de má qualidade e com dificuldade de acesso a serviços básicos de infraestrutura, os coreanos que estavam no Brasil rapidamente se dirigiram aos centros urbanos. Muitos se inseriram no setor de confecções, especialmente na “cadeia de carregação” – denominação de Kontic (2001) para um sistema de produção e distribuição de roupas para o mercado popular, na época com forte presença de migrantes nordestinos. Tratava-se de migrantes bastante empobrecidos, muitos deles com despesas significativas de sua instalação no país. Estes se inseriram em ocupações mal remuneradas nos principais centros urbanos. Fluxos menos significativos também se dirigiram ao Paraguai e à Bolívia; contudo, com frequência esta migração era uma etapa prévia para viabilizar sua ida ao Brasil e à Argentina.

A partir da década de 1970, é possível identificar outro perfil de classe entre os migrantes coreanos: “um imigrante coreano que chega de avião e com algum dinheiro para investir, muitas vezes, em negócios no ramo têxtil iniciados por familiares que vieram nos primeiros grupos” (FREITAS, 2009, p. 133). Dispondo de algum capital para realizar

³ Segundo Freitas (2009), a migração coreana para o Brasil era composta tanto de sul como de norte-coreanos, estes vindos ao país após passagem pela Coreia do Sul.

investimentos, a maioria se dirigiu ao setor de confecções, em São Paulo e em outras cidades da América Latina, como Buenos Aires. Segundo Truzzi (2001), os coreanos conseguiram potencializar seus investimentos por meio de um sistema de crédito rotativo, o *kye*: “as pessoas que desfrutam de um mesmo círculo [social] tendem a formar um *kye*, uma espécie de consórcio destinado a reunir capitais que serão revertidos para um determinado objetivo perseguido por seus membros” (TRUZZI, 2001, p. 152), como, por exemplo, a abertura de um novo negócio.

Os negócios dos coreanos no setor de confecções se difundiram no Brasil e em outros países, como Argentina, Chile e Bolívia, onde se encontram sistemas de produção e trabalho bastante semelhantes e onde também se verifica o encontro dos fluxos migratórios de coreanos e bolivianos no setor (FREITAS, 2009). Como o governo brasileiro pôs fim oficialmente à migração coreana em 1967, muitos coreanos entraram no país via Bolívia, por meio da obtenção de vistos de turista naquele país, onde também recrutavam trabalhadores bolivianos para suas oficinas de costura em São Paulo. Estas rotas de migração para o Brasil via Bolívia passaram a ser cada vez mais adotadas pelos próprios bolivianos (SILVA, 2009), que passaram a trabalhar nas oficinas de propriedade dos coreanos. Como se verá, com o passar do tempo os coreanos passaram progressivamente o controle das oficinas de costura para os próprios bolivianos, fazendo com que deixassem de se envolver diretamente no recrutamento de novos migrantes.

Atualmente, a imensa maioria de migrantes se insere no setor de confecções paulistano a partir de recrutamento direto de seus futuros empregadores. É comum que donos de oficina viagem à Bolívia em busca de novos trabalhadores. Lá, por meio de suas redes de familiares e conhecidos, os potenciais migrantes firmam contratos de trabalho verbais com seus futuros patrões. Muitos realizam a viagem imediatamente, acompanhados dos empregadores. Outros migram após um breve período, utilizando as rotas e serviços de ônibus que seus empregadores indicam. A viagem costuma ser financiada, nesses casos, pelo próprio empregador, constituindo uma dívida financeira e simbólica que poderá ser acionada para justificar formas diversas de exploração dos migrantes, conforme será discutido a seguir.

A literatura e reportagens de jornais mencionam com frequência o recrutamento por meios impessoais, como o uso de anúncios em rádios. Também se menciona a atuação de agenciadores de mão de obra, que cobram pela viagem terrestre (em ônibus para grupos de

migrantes) e pela garantia de emprego no local de destino (SILVA, 2006). Embora raros, há relatos de exploração de migrantes por esses agenciadores, que cobram valores abusivos acima do previamente acordado, inviabilizando ao migrante que chegue a seu destino com os recursos de que dispunha. Contudo, o recrutamento por meios impessoais parece ser uma modalidade minoritária e possivelmente em declínio. Os indícios recolhidos parecem confirmar a hipótese de que o recrutamento por meios impessoais teria se reduzido à medida que os coreanos deixaram de ser os proprietários das oficinas, substituídos por bolivianos que acionariam, então, suas próprias redes de contatos e conhecimentos. Contudo, esta hipótese ainda deverá ser investigada por pesquisas posteriores.

A passagem pela fronteira costuma ocorrer de modo irregular, obtendo vistos de turista ou utilizando documentos falsos. Criou-se um nicho econômico da exploração das atividades que promovem a entrada irregular (que envolve desde empréstimos de dinheiro para cruzar as fronteiras, falsificação de documentos e suborno de agentes de fronteira) nas principais cidades de entrada no Brasil (Foz do Iguaçu-PR, Corumbá-MS, Ponta Porã-MS e Cáceres-MT). O endurecimento do controle nas fronteiras tem por consequência tornar os custos destes serviços irregulares mais elevados, e aumentar o endividamento dos migrantes que chegam a São Paulo – pois, em geral, os futuros empregadores custeiam parcial ou totalmente as despesas de viagem.

O estabelecimento de distintas nacionalidades de migrantes nos setores de confecções de várias cidades latino-americanas, particularmente em São Paulo e Buenos Aires, possibilitou não só a consolidação de diversos destinos migratórios para esses fluxos, mas também o estabelecimento de fortes redes entre esses polos, num caso daquilo que a literatura nomeia um “campo social transnacional”. Como demonstra Iara Xavier (2010), as trajetórias migratórias dos bolivianos alternam períodos na Bolívia, em diferentes regiões da cidade de São Paulo e em outros países, principalmente na Argentina. Silva (1997) já havia apontado que muitos bolivianos já tinham estado antes em Buenos Aires e migraram em seguida para o Brasil, ou saído do Brasil para Buenos Aires, numa “dinâmica que depende do vai e vem dos indicadores econômicos” (SILVA, 1997, p. 90). Existem fortes e diversos vínculos entre os migrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires; esta foi uma constatação recorrente da pesquisa de campo por mim realizada. Grande parte dos migrantes ou teve passagens anteriores por Buenos Aires, antes de migrar para São Paulo, ou tem parentes que moram por

lá. Em ambos os casos, estes migrantes e seus parentes trabalhavam no setor de confecções na capital argentina.

As trajetórias das famílias e dos migrantes se constituem entre os diferentes polos desse campo social transnacional. Casos como os de casais de migrantes bolivianos, que se conheceram em Buenos Aires, depois migraram para São Paulo, ou de famílias bolivianas com diversos membros dispersos entre a Bolívia, Buenos Aires e São Paulo, são comuns. A manutenção dessas extensas redes de parentesco e conhecimento em três diferentes países permite que os migrantes mantenham aberto um leque variado de opções e destinos migratórios, a partir da comparação constantemente feita entre as condições de vida nos diferentes locais. Migrações temporárias, por motivos familiares, por exemplo, também são facilitadas, como no caso da migrante Yuana*, que trouxe familiares de Buenos Aires para São Paulo para que a mãe pudesse receber tratamento médico gratuito e para que os irmãos pudessem acompanhá-la. Todos vieram, passaram a trabalhar na mesma oficina de costura em que estava Yuana e, ao final do tratamento da mãe, voltariam a Buenos Aires.

Patrícia Freitas (2009), a partir dos conceitos de Alain Tarrius, sugere a formação de um “território circulatório” entre São Paulo e Buenos Aires, na medida em que os dois espaços urbanos se encontrariam vinculados por “solidariedades fugazes” em torno de um “circuito de subcontratação transnacional”. Isto tem importantes consequências do ponto de vista das trajetórias migratórias individuais, pois implica em horizontes de relações sociais, a partir dos quais os migrantes constroem e atribuem os sentidos de suas ações, que não se restringem à localidade ou ao Estado nacional em que eles se encontram.

3.3 O SETOR DE CONFECÇÕES DE SÃO PAULO: DA FÁBRICA PARA A OFICINA

O setor de confecções passou por importantes transformações nas últimas duas décadas, na medida em que a produção progressivamente vem deixando de ser organizada em moldes fordistas. Sob o risco de submergir frente a uma concorrência cada vez mais acirrada, o setor se submeteu a importantes mudanças organizacionais e se manteve com vigor. Carlos Freire da Silva (2008) descreve como o setor foi transformado pela abertura comercial (que

possibilitou a concorrência dos produtos chineses no mercado local), pela desregulamentação do setor, pela flexibilização das relações de trabalho, pela descentralização organizacional e pelo estabelecimento de fluxos de produção em rede.

O perfil da produção mudou: longas séries de produtos padronizados foram substituídas por séries curtas, altamente voláteis e muito dependentes das flutuações da moda: “todo um sistema parece articulado em torno do pequeno, da variedade e do preço” (KONTIC, 2001, p. 87). A incerteza com relação à aceitação dos produtos pelos consumidores fez com que o risco aumentasse em toda a cadeia produtiva, que se reorganizou.

À mudança na produção corresponde a alteração na estrutura das organizações. As empresas passaram a se concentrar nas atividades de desenho, corte e comercialização dos produtos, subcontratando⁴ a costura para as pequenas oficinas (KONTIC, 2001). Grandes fábricas foram progressivamente desativadas, sendo substituídas por um sistema mais flexível e descentralizado.

O sistema se divide em ao menos três polos, articulados em rede: os distribuidores, as empresas confeccionistas e as oficinas. Os distribuidores (lojas atacadistas, grandes magazines e pequeno comércio) encomendam os produtos das empresas confeccionistas, intermediárias responsáveis pela concepção, design e corte das peças. Estas subcontratam a parte da confecção mais intensiva em mão de obra: a costura. Cada empresa conta com uma série de oficinas, das quais encomenda trabalhos. A competição acirrou-se ao longo de toda a cadeia; as diferentes oficinas competem entre si pela obtenção de encomendas, e as empresas confeccionistas competem pelo acesso às grandes lojas distribuidoras. Ao dividir as etapas da produção de uma para várias empresas, intensifica-se a competição entre os diferentes pontos da cadeia.

Grande parte dos migrantes bolivianos se insere no setor como costureiros em oficinas subcontratadas. Inicialmente, os coreanos eram os donos das oficinas, que recrutavam e

⁴ É comum encontrar na literatura e nos discursos dos atores os termos “terceirização” e “subcontratação” utilizados como sinônimos. Para os fins deste texto, adotou-se a seguinte conceituação, inspirada nas suas definições do ponto de vista jurídico. A terceirização ocorre quando uma empresa contrata outra para realizar atividades secundárias do ponto de vista de sua atividade fim (como, por exemplo, serviços de limpeza e segurança privada). Já a subcontratação se refere à contratação de outra empresa para realizar atividades relacionadas à sua atividade fim. No caso em questão, a contratação de oficinas de costura por empresas que vendem roupas está vinculada à sua atividade fim, configurando um caso de subcontratação.

contratavam os bolivianos. Atualmente, há um número grande de oficinas sob o controle dos próprios bolivianos, à medida que os coreanos se concentraram nas empresas confeccionistas. Em muitos casos, os coreanos transferiram o controle das oficinas para os bolivianos antes de realizarem novas migrações (para os Estados Unidos, em muitos casos), as venderam ou repassaram as máquinas como pagamento por dívidas contraídas. Assim, os coreanos não só se concentraram em uma etapa mais rentável da cadeia – as empresas confeccionistas, responsáveis pela criação e distribuição das peças – como também se distanciaram das oficinas de costura e da associação que era feita pela mídia, na década de 1990, de seus negócios com as denúncias de trabalho escravo. A partir do momento em que os próprios bolivianos se tornaram os principais donos de oficinas, as denúncias passaram a ser formuladas como casos de abusos entre “compatriotas” e atribuídos, assim, a características culturais dos bolivianos.

Como afirma Kontic (2001), o trabalho domiciliar no setor de confecções vem sendo utilizado na cidade de São Paulo há décadas. Mesmo no auge do período “fordista”, em que as grandes fábricas dominavam o setor, havia segmentos específicos em que o trabalho domiciliar era preferencialmente utilizado. O trabalho na costura era uma ocupação comum entre mulheres nordestinas que chegavam a São Paulo, no período das grandes migrações internas no Brasil (DURHAM, 1973). Estes arranjos, contudo, eram residuais, tendo em vista que “a integração vertical e o sistema fabril eram tidos como virtude e [em] alguns casos como meta de estratégias empresariais” (KONTIC, 2001, p. 46).

Durante a década de 1980, tais relações de trabalho residuais se tornaram majoritárias. Esta nova estratégia organizacional respondia aos imperativos de competitividade, de resposta rápida às flutuações de uma demanda cada vez mais segmentada e diversificada. Kontic destaca a importância destes arranjos locais para o sucesso do setor. Frente à abertura comercial do início dos anos 1990 e à crescente concorrência dos produtos chineses, muitos polos da indústria de vestuário praticamente encerraram suas atividades. Ao passo que a cidade de São Paulo passava por um forte processo de desindustrialização, o setor de confecções se reestruturou e continuou crescendo. Ele se consolidou como uma referência em moda e *design*, com destaque para a realização da São Paulo Fashion Week (KONTIC, 2007). Sobre este novo padrão organizacional, Kontic esclarece:

São produtos voláteis, sujeitos a séries limitadas e maiores incertezas. As tecnologias apropriadas por este tipo [de] indústria, assim como sua forma de organização, se subordinam a esta lógica. Do mesmo modo, a crescente fragmentação do processo produtivo e a ampliação de práticas de subcontratação na RMSP guardam relação com esta compressão dos tempos de inovação de produto, em que a recombinação de operações se defrontaria com desafios intransponíveis, se realizadas na lógica de especialização rígida de tipo taylorista ou da organização industrial fordista. (KONTIC, 2001, p. 20)

As grandes fábricas da região central de São Paulo, estruturadas de acordo com os padrões fordistas, foram progressivamente fechadas; parte das ex-operárias continuou a trabalhar no setor em oficinas mantidas por elas próprias em suas casas. O ressurgimento de arranjos de trabalho domiciliar, articuladas com redes de parentesco, ocorre em diversas grandes cidades do mundo, e está intimamente ligada aos novos fluxos migratórios (HARVEY, 1993; SASSEN, 2010). Longe de representar a permanência de práticas de setores atrasados, esta forma de produção domiciliar ressurge “justamente na medida em que estes setores se articulam em escala global e cresce sua importância na participação da economia de suas cidades” (SILVA, 2009, p. 10). Verifica-se, assim, a “dispersão espacial do trabalho assalariado”, dando origem a uma “organização fabril *invisível*”, dispersa na cidade (BECK, 2010, p. 207-8).⁵ Estima-se que hoje haja cerca de 12 a 15 mil oficinas na cidade de São Paulo, mantidas por essas ex-operárias e também por novos migrantes (ILLES, 2010).

As oficinas recebem das empresas confeccionistas as peças já cortadas e prontas para a costura. O pagamento é feito por peça produzida, e corresponde a frações mínimas do valor final da peça. Em geral, a oficina recebe pela costura cerca de 5% do valor de venda da peça; o costureiro recebe uma parte deste valor, a depender dos arranjos de cada oficina, que não raro fica por volta de 1% do valor de venda da peça. Generalizações a respeito dos valores pagos, contudo, são difíceis de fazer, pois variam bastante, assim como até o tipo de contratação – por produção ou por mês; este último é minoritário, mas também praticado.

A indústria de confecções e vestuário é uma das mais internacionalizadas do mundo, distribuindo as diferentes etapas de acordo com avaliações rigorosas de custos e eficiência. Como demonstram Appelbaum, Smith e Christerson (1994), certos produtos mais intensivos

⁵ Segundo Beck, “um indício perceptível dessa transição do antigo em direção ao novo sistema empregatício seria o gradual *abandono* dos amplos edifícios fabris, que cada vez mais se assemelham a dinossauros da era industrial, lembranças de uma época encerrada” (Beck, 2010: 208).

em trabalho têm seu dinamismo determinado a partir das flutuações da demanda; são as *buyer-driven commodity chains* (cadeias de mercadorias orientadas pela demanda). Este é o caso da indústria de confecções, no Brasil e no mundo. A maior lucratividade na cadeia se encontra nos pontos finais, ou seja, o design e a distribuição; deter os melhores pontos de distribuição e desenvolver boas estratégias de marketing são características das empresas de maior destaque no setor (GEREFFI e KORZENIEWICZ, 1994).

Os pontos menos lucrativos da cadeia são aqueles expostos a maior competição. Por terem menos poder de mercado, têm dificuldade em estabelecer preços que lhes sejam favoráveis e em assegurar estabilidade nas relações com os demais pontos da cadeia. Este é o caso das oficinas de costura, que competem entre si pelas encomendas das empresas confeccionistas. São milhares na cidade de São Paulo, à mercê das definições, em última instância, das distribuidoras. No interior da oficina, os trabalhadores estão sujeitos a pressões relacionadas à redução de custos e à eficiência.

3.4 MIGRAÇÃO E INFORMALIDADE

Este processo de desconcentração das empresas, que passaram a se valer de uma ampla rede de fornecedores, foi acompanhado da crescente informalidade do setor. Os empregos formais do setor declinaram continuamente ao longo das décadas de 1990 e 2000, embora o setor tenha continuado em expansão; em 1998, eram 140 mil e em 2005, 70 mil. O Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco estimava que havia, em 2005, ao menos 80 mil trabalhadores informais no setor (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2006, p. 29).

Assim, as oficinas – e os costureiros – são contratadas com base em acordos verbais. Num contexto em que há aumento do risco relacionado às vendas dos produtos nas lojas distribuidoras, todos os pontos da cadeia ficam expostos a atrasos nos pagamentos e calotes. Os riscos também aumentaram para os trabalhadores devido à crescente informalização do setor. Ao não contar com uma série de benefícios e direitos sociais, o trabalhador vê aumentada sua dependência com relação ao fluxo de encomendas – ou seja, ocorre um

aumento do grau de mercantilização da força de trabalho nesses setores preponderantemente informais.

Estas instabilidades e inseguranças do setor são responsáveis, também, pela volatilidade das próprias oficinas, que são abertas e fechadas de acordo com as flutuações das encomendas e pagamentos. Calotes e atrasos nos pagamentos são muitas vezes responsáveis pelo fracionamento das oficinas; como pagamento por dívidas atrasadas, alguns donos oferecem as máquinas aos seus empregados, que com elas montam suas próprias oficinas. A informalidade, contudo, tende a colocar em situação mais vulnerável os trabalhadores, que não têm acesso a direitos trabalhistas nem à mediação estatal para este tipo de conflito.⁶

Conforme propõe Noronha (2003), a manutenção ao longo do tempo de “acordos informais” depende da percepção das partes da existência de alguma igualdade contratual; a volatilidade do setor, associada às relações desiguais ao longo da cadeia (entre empresas confeccionistas e oficinas, e entre donos de oficinas e costureiros), faz com que também sejam muito frágeis os acordos informais que lastreiam a produção. Do ponto de vista dos costureiros, a fragilidade de seu contrato de trabalho se manifesta tanto no descumprimento de condições acordadas por parte dos empregadores, especialmente no que se refere a atrasos e descontos nos pagamentos, como também na frequência com que os costureiros deixam seus locais de trabalho: são os casos das “fugas” e desaparecimentos, que serão abordados na próxima seção.

A associação entre migração e informalidade é tamanha que, nos Estados Unidos, alguns autores supunham que ela fosse um resquício de métodos de sobrevivência trazidos de países pobres e que não tivessem relação estrutural com o restante da economia americana. Comprovou-se, porém, que a causalidade corre no sentido inverso; o aumento da informalidade em determinados setores é o que permite maior participação de migrantes neles (PORTES e CASTELLS, 1989, p. 18-23). É assim que se pode compreender, no Brasil, a emergência da chamada “nova informalidade”. O termo é utilizado para diferenciar a informalidade relacionada ao subemprego e à economia de subsistência, que caracterizaria a “velha informalidade”, dos novos tipos de “contratos atípicos” vinculados às mudanças organizacionais decorrentes do “pós-fordismo” ou da “globalização”. Esta informalidade,

⁶ Entidades assistenciais assumem o papel de mediadoras em muitos desses conflitos trabalhistas, conforme será discutido no capítulo 4.

portanto, se manifestaria justamente nos setores mais dinâmicos e integrados ao comércio e à competição internacionais (NORONHA, 2003). Desse modo, estas atividades informais têm uma afinidade especial com a reestruturação produtiva:

There are actually two intertwined processes at work: the decentralization of large corporations into semiautonomous units and the informalization of as many of these units as possible, so that to the benefits of flexibility are added the advantages of unregulated activities in a regulated environment. (PORTES e CASTELLS, 1989, p. 26)⁷

A informalidade no setor, responsável por tantas situações de privação de direitos, é também o que abre a muitos imigrantes a possibilidade de ascensão social. Portes e Castells advertem que a economia informal “is not a set of survival activities performed by destitute people on the margins of society”⁸ (PORTES e CASTELLS, 1989, p. 12). Não se deve confundir informalidade com pobreza; muitas das atividades informais são extremamente lucrativas, a depender do ponto da cadeia produtiva. Em verdade, tendo em vista a atual legislação migratória brasileira, a própria migração não seria possível caso não houvesse um setor informal no qual estes migrantes não qualificados pudessem se inserir, apesar de sua situação migratória irregular.

A legislação em vigor no Brasil data do regime militar – o Estatuto do Estrangeiro, lei nº 6.815/1980, alterada pela lei nº 6.964/1981 –, e trata os estrangeiros como questão de segurança nacional, “penalizando principalmente aqueles que eram oriundos de países latino-americanos, e provinham de outras ditaduras militares” (SILVA, 1997, p. 103). Além disso, a legislação favorece a entrada de profissionais qualificados, que têm muito mais facilidades para a obtenção de vistos de trabalho e para regularizar sua situação migratória. Atualmente, está em discussão no Congresso o projeto de lei nº 5.655/2009, proposto pelo governo federal. Caso aprovada, a nova legislação manteria o viés favorável à migração de mão de obra qualificada, padrão encontrado em diversos outros países após o encerramento de incentivos à migração para o trabalho, na Europa e nos Estados Unidos, na década de 1970. Outras medidas – como a exigência de que aqueles que desejam entrar no país com visto de turista disponham de certo valor em dinheiro para comprovar sua capacidade de se sustentar –

⁷ Tradução livre: “Na verdade, há dois processos interligados: a descentralização de grandes corporações em unidades semiautônomas e a informalização do maior número possível dessas unidades, para que se possam somar aos benefícios da flexibilidade as vantagens das atividades desreguladas em um ambiente regulado.”

⁸ Tradução livre: “não é um conjunto de atividades de sobrevivência realizadas por pessoas necessitadas às margens da sociedade”.

também visam impedir a entrada de migrantes pobres. O Estado brasileiro se utiliza, assim, de um critério de classe social (aferido principalmente pelo nível de educação formal e ocupação profissional) para selecionar os migrantes que receberão autorização para entrar. Iniciativas recentes, como a proposta de política migratória que vem sendo discutida no âmbito da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE/PR), reforçam este critério, ao propor políticas de “imigração seletiva” com o objetivo de realizar “drenagem de cérebros” e “abrir um novo ciclo de imigração europeia para o país” (OTAVIO e GUILAYN, 2012).

Porém, como é conhecido dos pesquisadores em migrações, as restrições à migração têm três consequências principais: (i) aumentar os custos de entrada, intensificando a procura pelos chamados “coiotes” e o preço de seus “serviços”; (ii) promover a fixação dos migrantes que já se encontram no país que, temendo não conseguir retornar posteriormente, prolongam sua permanência; e (iii) fazer com que aumente o número de migrantes em situação migratória irregular. Elas não conseguem interromper por completo o fluxo migratório. Contudo, uma vez que continue havendo demanda por migrantes, recrutamento e interesse em migrar, as restrições à entrada têm o efeito de tornar a viagem mais cara (o que impacta na relação dos migrantes com os empregadores se estes financiam a viagem) e de manter os migrantes que vêm em situação irregular.⁹

Dado que a legislação migratória do país tende a dificultar a regularização dos migrantes não qualificados, sua inserção no mercado de trabalho deve necessariamente se dar em setores informais da economia. Daí se constata “a afinidade entre trabalho informal e imigração clandestina” (SILVA, 2009, p. 10). Isso não significa, contudo, que não haja possibilidade de ganhos vultosos e de ascensão social a partir de trabalhos informais. Tendo em vista a dada a atual legislação migratória, a informalidade representa uma condição necessária para viabilizar a migração, que em si consiste em uma estratégia de obtenção de mobilidade social ascendente. Muitos migrantes bolivianos encontram no setor de confecções oportunidades de mobilidade social, como será discutido a seguir; contudo, a informalidade os coloca em posição de maior vulnerabilidade frente às instabilidades do setor.

⁹ Há também movimentos no sentido contrário, facilitando a regularização principalmente dos migrantes de países do Mercosul. A legislação migratória brasileira e as iniciativas de promoção da regularização dos migrantes serão abordadas em maior detalhe no capítulo 4.

3.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR DE CONFECÇÕES

Uma das principais consequências do aumento da subcontratação diz respeito à transformação dos vínculos trabalhistas na cadeia produtiva. Há a eliminação do vínculo empregatício das grandes lojas com os trabalhadores do setor; um setor manufatureiro passa a se abastecer mediado por relações de “serviço”, de modo que não é responsabilizado juridicamente pelas relações de trabalho na cadeia fornecedora (SILVA, C., 2008). Iniciativas que visavam ampliar a responsabilidade das empresas distribuidoras pelas relações de trabalho em sua cadeia, como é o caso do Pacto Municipal Tripartite contra a Fraude e a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo, de 2009, ainda não foram suficientes para alterar esta lógica. As distribuidoras incluem cláusulas de respeito aos direitos trabalhistas em seus contratos com as empresas confeccionistas que, por falta de fiscalização, se tornam inócuas. É importante ressaltar que este sistema não atende somente ao comércio de artigos populares, mas toda a cadeia produtiva, incluindo produtos voltados às classes média e alta.¹⁰

O caráter sazonal do setor de confecções faz com que haja significativas variações da demanda de trabalho ao longo do ano, podendo ser baixa em certos momentos e altíssima em outros (como nos últimos meses do ano). Nesses períodos de grande demanda, com frequência o número de horas trabalhadas é dado pelo limite da resistência física dos trabalhadores (SILVA, 2009). As jornadas de trabalho estendem-se de 12 a 16 horas por dia, incluindo sábados (inteiros ou meio período), para obter salários que não raro ficam abaixo do valor do salário mínimo.

A sazonalidade do setor é o que viabiliza a intensa circulação de população entre a Bolívia e o Brasil. Muitos bolivianos vêm para São Paulo para trabalhar nos períodos de alta produção e depois retornam, realizando idas e vindas frequentes, mediadas por contatos estabelecidos com familiares ou conhecidos. Como apontam os estudiosos das migrações transnacionais, a circulação constante de população é um importante elemento para a manutenção dos vínculos dos migrantes com seus locais de origem, assim como para a continuidade do fluxo migratório ao longo do tempo.

¹⁰ Este é o caso, também, do setor de confecções de Buenos Aires (SANTINI, 2012).

Do ponto de vista dos trabalhadores, o princípio fundamental por trás das mudanças de condições também pode ser interpretado em termos de acirramento da concorrência. Como defende Carlos Silva (2008), não houve mudanças tecnológicas significativas neste período que justificassem a profunda transformação na estrutura organizacional do setor; trata-se em realidade de novas estratégias de gestão da mão de obra. Em uma palavra, transfere-se grande parte dos riscos de um setor que se tornou cada vez mais volátil para os trabalhadores.

Isso é visível em diversos aspectos do sistema descrito acima. As variações sazonais, aliadas ao pagamento por peça, fazem com que a quantidade de trabalho demandada, a jornada de trabalho e o salário dos trabalhadores sofram grandes variações ao longo do ano. Em períodos de grande demanda, a jornada pode ultrapassar 16 horas diárias; por outro lado, no início do ano e em julho e agosto, a falta de encomendas pode ser desesperadora para algumas oficinas. O trabalhador da fábrica fordista, que recebia o mesmo salário por uma jornada constante ao longo de todo o ano, foi substituído por um trabalhador que é acionado somente quando necessário. Os trabalhadores também assumem os riscos no que se refere ao sistema de “controle de qualidade” da produção: caso alguma peça seja danificada por um costureiro, é comum que ele deva pagar o valor de venda no varejo (não o valor de custo), frequentemente 50 vezes maior que o valor que o costureiro receberia pelo trabalho.

Os migrantes costumam iniciar suas atividades nas oficinas como “ajudantes”, responsáveis por funções de apoio, como separar linhas, organizar tecidos, e por tarefas domésticas. Depois, vão aprendendo o ofício de costureiro com os demais colegas – padrão que se verifica também entre os migrantes que se dirigiram a Buenos Aires. Uma minoria já trabalhara com costura na Bolívia, ou realizara algum curso profissionalizante em costura. Como não se exige experiência prévia, o acesso ao mercado de trabalho como costureiro é facilitado; entretanto, isto também implica em grandes pressões competitivas pela redução do valor pago ao trabalhador.

É frequente que os futuros empregadores assumam parcial ou integralmente a responsabilidade por financiar os custos da viagem, por se tratar de um fluxo de migrantes pobres que dispõem de poucos recursos. O pagamento deste empréstimo é feito com os primeiros meses de trabalho. Muitos empregadores também exigem que os migrantes aceitem “contratos de trabalho” por longos períodos (por volta de um ano). Além disso, é comum o sistema “cama adentro” (ILLES, TIMÓTEO e FIORUCCI, 2008), de acordo com o qual os

migrantes moram e trabalham no mesmo local, sendo o empregador responsável pelo custeio das despesas comuns e de alimentação depois descontadas dos salários. Este sistema, que instaura uma “relação ampliada entre imigração irregular, trabalho e moradia” (SILVA, 2009, p. 10), embora viabilize a instalação inicial do migrante, também ocasiona maior vulnerabilidade frente ao empregador.

A combinação destes dois elementos – financiamento da viagem e instalação inicial dos migrantes junto aos empregadores – coloca restrições à liberdade dos migrantes, particularmente os recém-chegados (SOUCHAUD, 2012). Muitos vêm a São Paulo com apenas um contato, daquele que será seu empregador. Seu desconhecimento da cidade, da língua e de outros empregadores potenciais faz com que fiquem extremamente vulneráveis frente àquele que os contratou. Estabelece-se uma dívida – financeira e simbólica (SILVA, 1997) – dos recém-chegados com os empregadores.¹¹ Assim, torna-se possível que acordos prévios sejam descumpridos e que ocorram abusos: os salários prometidos na Bolívia (muitas vezes em dólares) não são os mesmos praticados em São Paulo, e a jornada de trabalho é muito mais longa; são feitos descontos significativos dos salários para cobrir custos de hospedagem e alimentação; ocorrem atrasos injustificados nos pagamentos dos salários. Em casos extremos e mais raros, ocorre até a retenção de documentos pessoais e a proibição de saída das oficinas aos finais de semana.¹²

Uma vez que o recrutamento de novos trabalhadores tende a ocorrer entre familiares e conhecidos, é comum que se justifiquem as condições precárias de trabalho a partir de sua concepção de família extensa. Afirma-se que, entre os povos andinos, a família é constituída por uma ampla rede de relações de parentesco distantes, que implicam em obrigações de reciprocidade e ajuda mútua. Sendo a migração uma estratégia familiar, ocorreria uma situação extrema de exploração, mas a cooperação entre parentes em condições econômicas desfavoráveis.¹³ A “ideologia do parentesco” parece ser, ao contrário, uma maneira de

¹¹ Este padrão é relativamente comum, tanto nas chamadas migrações históricas como nos fluxos contemporâneos. Entre os migrantes que estão em São Paulo, encontram-se casos assim entre paraguaios, peruanos e chineses (RODRIGUES, 2012).

¹² Estas situações mais extremas ganham maior visibilidade na mídia, quando fiscalizações identificam trabalhadores nessas condições. Tiveram destaque, desde o início desta pesquisa, oito grandes casos envolvendo marcas conhecidas de roupas, como Zara, Collins, Gregory, 775, Marisa, Pernambucanas e até mesmo um órgão do governo federal, o IBGE, em caso relacionado à produção de coletes para os agentes do Censo Demográfico de 2010. A ONG Repórter Brasil realiza cobertura jornalística do tema (site: www.reporterbrasil.org.br).

¹³ Opinião de Ruth Camacho, advogada da Pastoral dos Migrantes e filha de bolivianos, proferida em diversas palestras.

obscurer processos de diferenciação e reprodução de classe, apaziguando interesses divergentes em nome de estratégias familiares, como já notavam Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton (1994) no estudo das migrações haitianas para os Estados Unidos.

Estas situações de restrição mais severa à liberdade, contudo, não costumam durar mais de alguns meses, conforme se pode verificar nas diferentes histórias de vida dos entrevistados e a partir de relatos de entidades assistenciais. Em sua grande maioria, os migrantes frequentam nos finais de semana espaços de sociabilidade na cidade e também locais onde há alta concentração de bolivianos, como as feiras da Praça Kantuta e da Rua Coimbra e outras feiras menores, realizadas em bairros da zona norte e zona leste. Lá, encontram conhecidos ou estabelecem novas relações que lhes permitem tomar contato com outras oportunidades de trabalho. É isso que dá origem aos “desaparecimentos” ou “fugas”, relativamente comuns; sem expectativas de receber os atrasados que seus patrões lhes devem, os migrantes fogem das oficinas em que estão sem dar notícias de seu paradeiro, para instalar-se (para fins de moradia e trabalho) em outra oficina.

A inserção em novas oficinas não encontra muitas dificuldades. Verifica-se intensa mobilidade no setor, que é altamente dinâmico; é muito raro que algum trabalhador fique desempregado. Há forte rotatividade entre as oficinas, o que frequentemente resulta em mudanças de endereços e de bairro – devido ao sistema “cama adentro”. O acesso a novos postos de trabalho se baseia fortemente nas redes de contatos familiares e pessoais dos migrantes, ou simplesmente por meio de contatos estabelecidos com base em sua nacionalidade.¹⁴ Porém, à medida que adquirem habilidades em diversas funções na costura, é comum que consigam se inserir em outras posições mais favoráveis – como, por exemplo, cargos de “piloteiros”¹⁵ – a partir de meios impessoais, como anúncios de lojas e jornais. Essas competências adquiridas no setor de confecções paulistano viabilizam, inclusive, migrações posteriores para outras cidades, onde encontram postos de trabalho utilizando-se de meios impessoais.

¹⁴ Muitos migrantes relatam ter conseguido outros postos de trabalho simplesmente ao conhecer outros bolivianos, que lhes indicaram vagas disponíveis. O fato de serem da mesma nacionalidade parece ser decisivo para lhes franquear acesso a esse setor do mercado de trabalho.

¹⁵ Muitas empresas confeccionistas contratam costureiros em tempo integral para costurar as peças “piloto” – moldes enviados para as oficinas para orientar a confecção das peças que são enviadas cortadas. Estes costureiros, os “piloteiros”, têm uma posição de maior responsabilidade; de modo geral, costumam ter salários e condições de trabalho melhores (que incluem jornadas menos extensas e registro em carteira).

As próprias características do setor fazem com que os migrantes tendam a permanecer em ocupações relacionadas às confecções. A situação de trabalho (*work situation*), segundo David Lockwood, é um importante elemento a ser considerado; o conceito descreve “the set of social relationships in which the individual is involved by virtue of his position in the division of labour”¹⁶ (LOCKWOOD apud RUNCIMAN, 1972, p. 44). Diferentes ocupações, portanto, representam contatos e acessos diversos a outros segmentos e classes sociais, que abrem novas possibilidades de inserção ocupacional.

O caso de Marco*, um peruano de 40 anos que trabalha no Pari, é bastante ilustrativo. Formado em curso técnico de torneiro mecânico, desejava migrar para a Venezuela, mas veio ao Brasil pois já tinha parentes aqui. Não conseguiu trabalho em metalúrgicas, pois não tinha documentos nem experiência profissional que pudesse ser comprovada em carteira. Desde o início, trabalhou como garçom em restaurantes de espanhóis com clientela de estrangeiros; o fato de falar espanhol foi uma vantagem frente a colegas brasileiros nesses empregos. Extrovertido e comunicativo, Marco estabeleceu diversos contatos que lhe ofereceram melhores oportunidades profissionais; recebeu até mesmo um convite para trabalhar na Espanha, para onde se mudaram antigos empregadores. Seu irmão, que é engenheiro de sistemas formado no Peru, trabalhava como ambulante em São Paulo e fazia bicos em informática; Marco, por um de seus contatos no restaurante, conseguiu uma entrevista para o irmão, que foi contratado e hoje tem um emprego formal como designer gráfico. Trabalhando no Pari, região com forte concentração de oficinas de costura, Marco conheceu donos de empresas confeccionistas (brasileiros, alguns de origem árabe), que lhe sugeriram que montasse sua própria oficina de costura; suas empresas garantiriam o volume necessário de encomendas para garantir a viabilidade da oficina. Marco já havia trabalhado com costura num breve período em 1999, quando voltou a Lima, no Peru, e lá montou uma oficina; após o fracasso, retornou a São Paulo. Com algum dinheiro guardado, Marco pretendia comprar as máquinas e montar a oficina; duas primas viriam do Peru para trabalhar para ele. Caso precisasse de mais funcionários, pretendia contratar bolivianos por meio do CAMI (Centro de Apoio ao Migrante, que atende migrantes na região e divulga anúncios de emprego).

A trajetória de Marco demonstra como a sua inserção no mercado de trabalho como garçom lhe proporciona um número maior de oportunidades, tanto para si próprio como para

¹⁶ Tradução livre: “o conjunto de relações sociais em que o indivíduo está envolvido em virtude de sua posição na divisão do trabalho”.

seus familiares. Ao entrar em contato diariamente com um grande volume de clientes, Marco consegue estabelecer uma ampla rede de contatos. Além disso, o fato de trabalhar como garçom em restaurantes o colocou em contato com clientes de classe média e alta, muitos dos quais tinham negócios próprios e que tinham meios de lhe oferecer posições melhores. Seu projeto de inserção na costura – setor em que também há quantidades crescentes de peruanos – tem maiores chances de sucesso na medida em que Marco já assegurou os contatos necessários para ter encomendas regulares, algo fundamental em um segmento tão informal da economia.

Em contraste, os migrantes que trabalham como costureiros em oficinas têm seu horizonte de relações bastante reduzido. Ao passar praticamente a semana toda no ambiente da oficina, somente têm contato com seu patrão e os colegas de trabalho – muitas vezes, familiares e conhecidos. Conseguem informações a respeito de outras oportunidades de trabalho em geral nos finais de semana, quando estabelecem novos contatos em momentos de lazer, em especial com conterrâneos. Confirma-se, assim, a proposição de Granovetter, segundo o qual os “laços fracos” são os mais importantes para se obter informações sobre trabalho, pois teriam acesso a fontes diversas; os “laços fortes” (de familiares e pessoas próximas) somente trariam informações redundantes (GRANOVETTER, 1973). Entre os “laços fracos”, contudo, aqueles que oferecem acesso a indivíduos de diferentes classes sociais oferecem uma gama maior de possibilidades. Entre os migrantes bolivianos trabalhadores na costura, seus contatos mais limitados e em geral com colegas em situações semelhantes (aliados às facilidades de inserção já descritas) ajudam a explicar a forte tendência a que permaneçam no setor de confecções, em oposição aos desejos de muitos.

Os migrantes não somente experimentam difíceis condições de trabalho, mas estão inseridos num novo contexto de classe em que ocupam as posições da base da hierarquia de status. Passam de um contexto, na Bolívia, em que eram trabalhadores manuais ou do setor de serviços para uma situação em que trabalham muito mais intensamente, em condições mais precárias, onde sofrem discriminações por serem oriundos de um país pobre, por serem de origem indígena e por sua ocupação estar associada no imaginário de muitos paulistanos ao trabalho degradante.¹⁷ Sua nova posição de status, que está associada à simbolização de suas origens e inserção ocupacional, é experimentada pelos migrantes como inferior; diversas falas

¹⁷ No capítulo 4 será feita uma discussão mais detalhada do tipo de preconceitos e discriminações experimentados pelos bolivianos.

de migrantes, que expressam a vergonha sobre a “situação como vivemos” frente a recém-chegados ou familiares em visita, retratam justamente a percepção desta situação de rebaixamento.

Considerando as difíceis condições de trabalho no setor de confecções, e a constatação de grande mobilidade espacial destes migrantes – incluindo visitas periódicas à Bolívia –, é necessário articular as expectativas individuais, familiares e sociais envolvidas no projeto migratório que levam à conformação de uma peculiar “subjetividade do imigrante de primeira geração”. Estes migrantes estariam dispostos a “aceitar empregos indesejáveis, incluindo trabalho abaixo do seu estrato educacional e social em seu país natal, e viver em extremo desconforto e em condições que não aceitariam em seu país natal” (SASSEN, 2010, p. 115). Isso ocorre porque o migrante de primeira geração, especialmente nos fluxos temporários, costuma ser um *target earner* (PIORE, 1979); isso significa que ele migra com o objetivo de enviar recursos para ajudar a família ou acumular um pequeno capital, com a intenção de retornar depois. Sem pretender se fixar, ele estaria disposto a aceitar trabalhos mais intensos e precários, uma vez que busca projetar sucesso e status em seu lugar de origem, e não de destino. Como planejam que a migração seja de curta duração, aceitam provisoriamente as difíceis condições de trabalho e o rebaixamento de status que sofrem.

Além do caráter potencialmente temporário da migração, a possibilidade de acesso a bens de consumo e a alguns serviços públicos (como o atendimento em saúde gratuito) compensam em certa medida o rebaixamento que sofrem. Embora estejam em posição relativamente pior na sociedade brasileira, em termos absolutos muitos têm uma situação mais confortável do que na Bolívia. Esta situação melhor do ponto de vista material tende a compensar ao migrante sua desclassificação. Isso é reforçado pelo fato de que o migrante se encontra em uma sociedade que não é a sua de origem, cujos julgamentos coletivos e classificações sociais podem não lhe impactar tão diretamente. Suas condições de vida e trabalho podem lhe causar vergonha ou embaraço frente a familiares e conterrâneos, mas não há uma reação de mesma intensidade frente a brasileiros.

3.6 DIVERSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES E AS POSSIBILIDADES DE MOBILIDADE SOCIAL

Os resultados desta e de outras pesquisas já realizadas vêm levando à elaboração de quadros mais complexos a respeito da inserção dos bolivianos na cidade de São Paulo; isso se verifica mesmo dentro do setor de confecções, em que há significativa heterogeneidade dentro das condições comuns apresentadas. Em especial, verifica-se que há diversas possibilidades e trajetórias de mobilidade social dentro e fora do setor de confecções.

À medida que o fluxo migratório vai se tornando mais antigo (e, principalmente, muitos filhos de migrantes atingem idade de trabalho), surgem novas ocupações, geralmente em ramos voltados ao atendimento dos próprios migrantes – como, por exemplo, o aumento do número de migrantes contratados pela Western Union, que realiza o envio de remessas; o estabelecimento de bares, comércios, restaurantes e serviços como cabeleireiros voltados para os migrantes. A costura, contudo, continua sendo a atividade principal em torno do qual a maioria gravita; todos têm conhecidos e/ou familiares na costura, e conseguem se inserir com relativa facilidade. Este é o caso, por exemplo, de Cristina*, que, embora tenha um diploma de contadora, tivesse atuado nesta profissão e nunca tivesse trabalhado com confecções, montou seu pequeno negócio de costura e venda de roupas para apoiar a mãe.

Muitos melhoraram de situação quando se tornaram donos das próprias oficinas. Como já foi apresentado, os bolivianos assumiram o controle de grande parte das oficinas, quando coreanos emigraram, passaram a se dedicar a atividades de maior valor ou pagaram dívidas com os empregados com as máquinas. O resultado foi uma intensa proliferação de oficinas na cidade. De certa forma, é possível falar que, para muitos migrantes, o seu principal sonho na década de 1990 – tornar-se dono de sua própria oficina, segundo Silva (1997) – tornou-se realidade. Ao longo desta pesquisa, o número de migrantes que afirmaram já ter estabelecido sua própria oficina de costura em algum momento foi bastante significativo. É comum que as oficinas sofram calotes ou encontrem outras dificuldades em pagar seus empregados, num setor com todos os riscos da informalidade e dura competição; quando fecham, se não têm como pagar os funcionários, lhes dão as máquinas. As novas oficinas, com frequência, são empreendimentos bastante pequenos; com poucas máquinas, os migrantes trabalham sozinhos ou contando com o apoio de membros da família. Muitas

dessas oficinas, também, são logo fechadas, frente à incapacidade de receber e atender a demandas regulares de trabalho.

A ascensão social de migrantes bolivianos por vezes é mencionada como contraprova, senão da existência, pelo menos do caráter majoritário de situações de exploração extrema de trabalho. É o que sugere Sylvain Souchaud, ao afirmar que “pelo contrário, as entrevistas mostraram que os coreanos foram, em muitos casos, promotores da ascensão social de imigrantes sul-americanos no ramo da confecção” (SOUCHAUD, 2012, p. 88), tirando ênfase (embora sem ter um posicionamento definitivo) da questão da exploração de mão de obra. Contudo, outra hipótese interessante seria de que certos mecanismos de exploração estão na verdade por trás das possibilidades de acumulação e ascensão no setor, tanto do ponto de vista do empregador como do trabalhador.

Quando empregadores não pagam ou atrasam salários, estão se utilizando de meios extraeconômicos – seu controle sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, por meio do sistema “cama adentro” – para obter ganhos extras, financiar outros empreendimentos, contratar novos trabalhadores, comprar novas máquinas ou simplesmente cobrir prejuízos. Utilizam-se, portanto, de mecanismos daquilo que Marx (1996 [1867]) chamou de acumulação primitiva, para descrever os meios frequentemente violentos utilizados para constituir a relação-capital, ou seja, a adoção de instrumentos e práticas extraeconômicas para impulsionar o processo de acumulação capitalista. A acumulação primitiva – ou acumulação por espoliação, como prefere David Harvey (2004) – não diz respeito somente a uma fase pretérita de constituição do capitalismo; é possível argumentar que ela ocorre de modo combinado com as relações “normais” de exploração capitalista (DeANGELIS, 2001). Ela se faz valer de meios extraeconômicos – como a coerção, mas também laços de parentesco e outros tipos de relações sociais não mediadas pelo capitalismo – para promover o processo de acumulação.

Assim, a espoliação de trabalhadores foi em grande medida responsável pela ascensão que muitos migrantes experimentaram ao se tornar donos das próprias oficinas, assim como, aliás, se deu com a ascensão de muitos coreanos que depois se deslocaram para pontos mais lucrativos da cadeia de confecções. Por outro lado, estes processos de espoliação, do ponto de vista dos trabalhadores, também podem gerar em alguns casos uma poupança forçada. Ao receber pagamentos atrasados na forma de máquinas ou mesmo de oficinas, os migrantes têm

a oportunidade de se inserir na cadeia sem a intermediação do antigo empregador, como donos de suas próprias oficinas.

Outra estratégia comum dos trabalhadores para se tornar donos de novas oficinas consiste em negociar com os intermediadores responsáveis pela entrega das encomendas e oferecer seus serviços a preços reduzidos, assim que conseguem economizar o suficiente para comprar uma ou duas máquinas. Para o costureiro, trata-se de uma alternativa mais rentável, pois eliminam o percentual que o dono da oficina obtém. Contudo, o resultado global é intensificar a competição e a pressão para reduzir os valores pagos aos costureiros. Muitos migrantes afirmam ter sofrido grandes perdas de rendimentos nos últimos 5 a 10 anos, período em que o valor nominal pago por peça teria se mantido estável, apesar da inflação.

Conforme afirma Freitas (2009), parece ter havido maiores chances de ascensão para os migrantes que vieram na década de 1990. Nesse período, em que havia menos concorrência e em que os coreanos estavam se retirando do controle direto das oficinas, muitos bolivianos conseguiram obter mobilidade social ascendente tornando-se donos de oficinas. Para os que chegaram a partir dos anos 2000, as perspectivas foram piores. A perda de dinamismo do mercado de trabalho e da geração de novos empregos, que atingira fortemente as possibilidades de mobilidade ascendente dos migrantes internos em São Paulo nas décadas de 1980 e 1990 (JANUZZI, 2000), parece ter tido efeitos maiores para os migrantes bolivianos na década seguinte.

Para aqueles que conseguiram se tornar donos de oficina, outras dificuldades surgiram. Com o aumento das fiscalizações, muitos decidiram se deslocar do centro de São Paulo, local onde havia maior concentração, e agora é possível encontrar oficinas – e migrantes – em todas as regiões da cidade, conforme será apresentado adiante no item 3.6. Além disso, aumentou o número de empresas confeccionistas que somente contratam empresas regularmente estabelecidas – com CNPJ e emissão de notas fiscais. Estas exigências aumentaram as barreiras de entrada no mercado para novos donos de oficina, que devem estar em situação migratória regular no país e pagar impostos para conseguir encomendas. Uma solução encontrada por muitos é a adesão, não raro de forma irregular, ao programa do Microempreendedor Individual (MEI). Como a inscrição é feita pela internet, sem que haja o cruzamento dos dados solicitados (como CPF e RNE) com outras fontes do governo, muitos migrantes, mesmo aqueles em situação migratória irregular, conseguem realizar a adesão e

obtêm um CNPJ, que viabiliza o recebimento de encomendas. Contudo, muitas das oficinas se encontram acima do limite de faturamento e de número de empregados previsto pelo MEI. O registro com frequência é feito a pedido das próprias empresas confeccionistas, que estão cientes da inadequação das oficinas para o MEI, visando apenas garantir uma aparência de regularidade a seus negócios. O registro como MEI também é uma estratégia adotada pelos migrantes para obter a comprovação de renda necessária para a regularização de sua situação migratória e a conversão de autorizações de residência temporárias em permanentes, especialmente entre aqueles que se regularizaram por meio da anistia concedida em 2009 (GASPARIN, 2012).

O estabelecimento de oficinas próprias é uma estratégia de ascensão que pode ter pouco sucesso. Algumas oficinas são na realidade empreendimentos bastante precários: não raro, consistem em somente uma pessoa operando uma máquina. Ao receber a máquina como pagamento ou comprá-la após economizar, alguns migrantes tentam estabelecer oficinas em que somente eles próprios trabalham. Contudo, têm dificuldades em mantê-la ao longo do tempo, especialmente no que se refere à obtenção de encomendas com regularidade e quantidade adequadas ao que uma pessoa pode atender. Poucas ou esparsas encomendas tornam difícil para que migrantes que não dispõem de reservas se mantenham; por outro lado, quando a quantidade recebida começa a se tornar excessiva, não conseguem atender ao volume trabalhando sozinhos. Entre os migrantes entrevistados, uma grande quantidade já tinha estabelecido uma oficina própria em algum momento; porém, a maioria daqueles que trabalhavam sozinhos teve que fechá-la algum tempo depois. Uma hipótese plausível é de que os mais bem sucedidos em estabelecer suas próprias oficinas são aqueles que dispõem de mão de obra familiar que possa ser facilmente ativada em momentos de alta nas encomendas (como famílias grandes em que há alguma ociosidade) ou de fácil acesso a outras oficinas, a quem podem repassar encomendas – no que alguns se referem como uma “quarteirização” do trabalho de costura.

Além disso, conforme já foi apresentado a respeito das características da situação de trabalho (*work situation*) dos costureiros, os migrantes têm tendência maior a permanecer dentro do próprio setor de confecções pela estruturação da rede de relações a que têm acesso. Por sua vez, dentro do setor, com o desmanche das estruturas fabris verticais típicas do fordismo que possibilitavam a estruturação de carreiras e a formação profissional dentro de

uma mesma unidade, a ascensão possível se restringe a poucas opções: tornar-se dono de oficina ou assumir posições manuais mais valorizadas na cadeia, como overloquista (costureiro responsável pela máquina de overloque), piloteiro e modelista. Esta última é uma posição de maior prestígio, pois envolve a concepção e desenho das peças. Em geral, os migrantes que ascenderam ao posto de modelista fizeram cursos técnicos para isso, enquanto trabalhavam como costureiros, com grandes esforços pessoais para disponibilizar o tempo e dinheiro necessários para isso; hoje, chegam a ter rendimentos de cerca de R\$ 4.000,00. Este é o caso, por exemplo, de Juan*, que trabalhava de segunda a domingo para custear o curso de modelista, recorrendo diariamente a bebidas energéticas para ter disposição física para cumprir sua jornada de trabalho, em que se dividia entre um trabalho de costureiro durante a semana e de garçom nos finais de semana.¹⁸

Tornar-se dono de uma oficina de costura, contudo, permanece sendo um importante canal de ascensão social para os costureiros. O fator mais importante para que tenham sucesso é garantir demandas regulares de trabalho. Para muitos donos de oficina, seus empreendimentos se tornaram mais estáveis quando assumiram outras etapas da cadeia de produção das confecções, conforme será descrito abaixo.

3.6.1 O comércio ambulante

No início da pesquisa, uma de minhas preocupações era investigar como estavam surgindo e se consolidando novas ocupações entre os migrantes bolivianos. Em especial, buscava identificar se e como o comércio ambulante vinha se consolidando como uma alternativa de inserção no mercado de trabalho paulistano, e que tipo de estratégias dos migrantes se traduziam nesse tipo de inserção. Buscava compreender, assim, se o comércio ambulante estaria se tornando uma alternativa ao trabalho nas oficinas de costura, tão intenso e controlado; partia também da constatação do aumento da presença de ambulantes bolivianos em diversos pontos de comércio popular na cidade. A hipótese levantada foi de que a inserção no comércio ambulante representaria uma alternativa de inserção no mercado de trabalho, em oposição ao trabalho nas oficinas de costura, lastreada no amplo comércio ambulante já

¹⁸ A trajetória de Juan será analisada em detalhe no capítulo 5.

existente. Os bolivianos, assim como outros migrantes, teriam se integrado a uma nova fase do comércio ambulante paulistano, que vem se transformando a partir da maior difusão dos produtos chineses – processo em que os migrantes chineses são atores centrais, articulando e ampliando o alcance dessas redes comerciais.¹⁹

Em parte, esta hipótese se mostrou verdadeira. De fato, há quantidades cada vez maiores de migrantes bolivianos envolvidos no comércio popular do centro de São Paulo, especialmente na distribuição de produtos chineses. Embora ainda encontremos migrantes que vendem artesanato que eles próprios produzem, como descreveu Silva (1997), os bolivianos vêm acompanhando as transformações do comércio ambulante como um todo, especialmente no que se refere à distribuição de produtos manufaturados chineses. Igualmente, alguns migrantes, que antes tinham trabalhado na costura e que se tornaram vendedores ambulantes, expressaram sua satisfação com relação ao fato de estabelecerem seus próprios horários de trabalho e de não terem patrões.

Contudo, o comércio ambulante também é o espaço de atuação de outro grupo de migrantes, vinculados ao setor de confecções, que se encontram entre os que tiveram maior sucesso no ramo. Esta forma de comércio ambulante tem caráter complementar às atividades do setor de confecções, e mostrou como a costura ainda se mantém como nicho preferencial de atividades dos bolivianos. Criada em 2005 para absorver comerciantes ambulantes da região central da cidade, a Feirinha da Madrugada do Brás se converteu em uma alternativa de inserção dos migrantes latinos (de diversas nacionalidades, como paraguaios, peruanos, equatorianos, além dos bolivianos). Tratava-se de uma feira de comércio popular, que se organizava nos boxes do Pátio do Pari e nas ruas da região durante a madrugada, antes da abertura do comércio regular. A Feira chegou a ter 6.000 boxes, negociados por valores que variavam entre R\$ 100 mil e R\$ 250 mil (SPINELLI, 2012).

A região do Brás é um importante polo de vendas de confecções, que atrai compradores de diversos estados e inclusive de outros países. Lá, se concentram alguns dos mais bem sucedidos migrantes vinculados à costura. Segundo relatos dos próprios migrantes, muitos deles eram donos de oficinas que já forneciam produtos para a Feira da Madrugada, intermediados por brasileiros, que encomendavam as peças das oficinas dos bolivianos e as

¹⁹ Estas reflexões foram feitas a partir de colaboração com Douglas de Toledo Piza, cuja pesquisa de mestrado se debruça sobre a migração chinesa para São Paulo e o comércio popular na rua 25 de março (cf. PRETURLAN e PIZA, 2011).

distribuíam. Depois de um tempo, os próprios migrantes passaram a realizar também a etapa de distribuição e venda dos produtos.

A grande presença de migrantes que vendem nessa região data dos últimos quatro ou cinco anos. Hoje, a maioria dos vendedores é de migrantes latinos. Eles controlam todas as etapas do processo de produção: desenham, criam os modelos, cortam os tecidos, costuram e vendem. Isso significa que, embora eles se mantenham no setor de confecções, sua relação com os demais elos da cadeia mudou. Estes migrantes são proprietários de oficinas que se tornaram independentes das empresas confeccionistas e, conseqüentemente, das lojas distribuidoras. Eles mesmos executam as etapas de criação das peças, compra dos tecidos, corte, costura e, por fim, da venda, no comércio ambulante do Brás.

Contudo, para dar conta de todas as etapas da cadeia, têm que manter uma dura rotina. Passavam a madrugada vendendo na feira (atacado ou varejo), e depois continuavam nos shoppings e boxes da região. Muitos deles, depois de voltar para casa, ainda trabalhavam na costura. A maioria, contudo, encomenda o trabalho de costura de outras oficinas, pois suas próprias oficinas não dão conta do volume produzido. A rede de subcontratação de oficinas, portanto, se replica também neste ramo do setor. Segundo denúncias de entidades assistenciais, as oficinas subcontratadas por estas novas oficinas receberiam pagamentos baixíssimos e estariam sujeitas a diversas formas de violações de acordos contratuais verbais. Neste caso, também, a ascensão dos migrantes inseridos na Feirinha está vinculada à reprodução de formas de espoliação frente a outros migrantes.

Seriam cerca de 2 mil migrantes na Feirinha, envolvendo até 10 mil migrantes na produção, segundo estimativas dos próprios grupos da Feirinha. Estes migrantes estão em sua imensa maioria em situação regular no país. Muitos já compraram casas próprias e, nos últimos cinco anos, passaram a ter contas em bancos e obter crédito para financiar sua produção e mesmo a compra de imóveis e carros. Conseguem rendimentos altos; os mais bem sucedidos têm renda familiar por volta de R\$ 10 mil por mês. Isto é obtido, porém, à custa de muitos sacrifícios: têm que pagar altos aluguéis e “luvas”²⁰, estando ainda sujeitos à ação de máfias e a sofrer com arbitrariedades por parte da polícia, em busca de propinas. A insegurança é total; um líder migrante, que tentou organizar os produtores num sindicato para

²⁰ Valor cobrado no início de um contrato de aluguel, que deve ser pago novamente a cada renovação (por volta de R\$ 3 mil reais, dependendo do ponto).

enfrentar tais pressões, foi assassinado em plena Feirinha, segundo relatos do Centro de Apoio ao Migrante.

Desde o final de 2010 e início de 2011, a prefeitura de São Paulo vem realizando ações na região, com apoio da Polícia Militar, para impedir o comércio ambulante. O objetivo seria desarticular redes de corrupção e de venda de produtos ilegais no local. Apesar de resistências e diversos protestos, a Feira da Madrugada foi desativada. Para alguns migrantes, isso significou sua exclusão definitiva desse circuito comercial. Outros, contudo, permanecem no Brás, vendendo nos boxes que já ocupavam nos shoppings e centros comerciais. Algumas lojas regulares fecharam suas portas e transformaram seus espaços em galpões para aluguel por parte de vendedores ambulantes, que pagam altos valores para montar suas barracas nesses espaços. Frente a este cenário, muitos migrantes buscam alternativas em outros locais.

Este é o caso de uma associação de imigrantes formada há dois anos, que está se organizando para construir um centro comercial em Guarulhos para abrigar os produtores da Feirinha da Madrugada. Um pequeno grupo de produtores baseados no Shopping da Jata começou a se reunir com o objetivo de promover coletivamente condições melhores de trabalho para seus membros, incluindo iniciativas desde a compra em atacado de tecidos e linhas, negociações coletivas com potenciais compradores até a busca de outros espaços para realizr suas vendas. Este grupo, que se constituiu juridicamente como uma cooperativa, reúne apenas donos de oficina, dispostos a realizar um investimento de R\$ 10 mil reais cada. Atualmente, cerca de 25 membros estão envolvidos diretamente com as atividades do grupo, e mais de 100 pessoas vêm participando de suas reuniões e articulações.

Carlos*, seu presidente, e os demais membros fundadores, motivaram-se a levar adiante este projeto a partir da experiência que muitos tiveram em Buenos Aires, com a Feria de la Salada. Esta feira reúne 20 mil comerciantes, dos quais 16 mil são bolivianos, que vendem principalmente produtos piratas, falsificações de marcas famosas – estima-se que 80% dos produtos vendidos sejam piratas. Ela foi criada em 1991, quando 36 comerciantes bolivianos montaram barracas para vender roupas que eles mesmos produziam. Hoje, os milhares de vendedores se distribuem em um prédio de cerca de 20 hectares, num movimento contínuo de compradores que movimentam vultosas somas. Os aluguéis dos pequenos espaços para expor seus produtos variam de 1.500,00 a 3.000,00 dólares (LA SALADA..., 2012).

Segundo relatos, também em Buenos Aires os migrantes na costura enfrentavam situações parecidas para vender sua produção como ambulantes; a vulnerabilidade a que estavam sujeitos os levou a buscar alternativas em um bairro afastado do centro. A feira é apresentada como uma iniciativa que proporcionou maior autonomia aos migrantes, que antes eram trabalhadores nas oficinas de costura: “Fue Gonzalo [fundador da feira] quien desprendió de la cadena de (explotación a) los bolivianos y, así, nosotros pasamos de ser simples obreros a comerciantes fabricantes de ropa e indumentaria. Él fue pionero de ferias y dio el puntapié inicial al boom de La Salada” (LA SALADA..., 2012).²¹

Esta experiência na Argentina vem sendo fundamental para convencer novos interessados em participar do negócio conjunto. Ao mencionar o caso de Buenos Aires, muitos migrantes se lembram dessa feira e se convencem da viabilidade da ideia. Nas reuniões do grupo, o discurso da autonomia é muito forte; a mudança para Guarulhos é encarada como uma nova etapa do processo de conquista de independência que se iniciou quando deixaram de trabalhar para os coreanos e, depois, quando passaram a desenhar, produzir e vender suas próprias peças. Contando com intenso apoio de entidades assistenciais aos migrantes, conseguiram formalizar sua instituição como pessoa jurídica, na forma de uma cooperativa, e têm se organizado para realizar compras coletivas de tecidos e outros insumos. Já identificaram um terreno pelo qual se interessaram, no município de Guarulhos e, novamente com ajuda de entidades assistenciais, conseguiram ser recebidos pela Prefeitura do município, que promete apoiá-los.

3.7 A INSERÇÃO OCUPACIONAL E TERRITORIAL

Existe uma associação recorrente entre os bolivianos e o trabalho nas oficinas de costura na mídia, embora não seja esta a única nacionalidade de migrantes internacionais envolvidas no setor na cidade de São Paulo. As reportagens tendem a sublinhar, por um lado, a costura como única ocupação dos bolivianos e, por outro lado, os bolivianos como sendo a maioria ou os únicos trabalhadores no setor, ou nessas condições. Em parte, isso se explica

²¹ Tradução livre: “Foi Gonzalo quem libertou os bolivianos da cadeia de exploração e, assim, nós passamos de simples trabalhadores a comerciantes fabricantes de roupas e indumentária. Ele foi o pioneiro das feiras e deu o pontapé inicial ao boom da Salada.”

pelo fato de que os bolivianos são mais numerosos na cidade que as demais nacionalidades envolvidas no setor de confecções, além de constituírem um fluxo migratório mais antigo. Além disso, o fato de se estar desenvolvendo um corpo consistente de estudos sobre este fluxo migratório, e não sobre os demais, tende a colocar ênfase adicional nessa especificidade. Assim:

estabeleceu-se gradativamente a idéia de que os bolivianos detêm hoje o monopólio do trabalho nas oficinas de costura de médio e pequeno porte e vivem em bairros onde seriam os únicos imigrantes, ou seja, teriam formado espaços residenciais mono-étnicos (além dos brasileiros) e nichos econômicos fechados. (SOUCHAUD, 2012, p.77)

Contudo, conforme argumenta Sylvain Souchaud (2012), os bolivianos não são os únicos a se inserir neste setor, nem constituíram nichos étnicos. O setor de confecções historicamente recebeu diferentes fluxos de migrantes – como a própria história do Bom Retiro demonstra (TRUZZI, 2001) –, uma realidade que se mantém até hoje. Um breve contato com os migrantes já demonstra como seus contatos profissionais costumam envolver diversas nacionalidades. A presença de paraguaios e peruanos nas oficinas de costura é particularmente notória, tanto como costureiros como donos de oficinas. Em menor número, encontramos outras nacionalidades, como portugueses e, evidentemente, coreanos.

Não há, portanto, um fechamento étnico dos bolivianos em seu principal setor de atividade, assim como não há formação de guetos residenciais na cidade (CYMBALISTA e XAVIER, 2007). Como defende Souchaud (2012), o que se verifica é a consolidação do setor de confecções como um nicho econômico de migrantes internacionais, que representa a principal via de acesso dos migrantes ao mercado de trabalho paulistano.

Também se costuma associar a migração boliviana a uma concentração nos bairros centrais da cidade. Embora isso provavelmente se deva ao fato de que tenha havido maior concentração em momentos iniciais nos bairros do Brás, Bom Retiro e Pari, enfatizado no primeiro grande estudo sobre este fluxo migratório (SILVA, 1997), pesquisas posteriores demonstraram outros padrões de inserção territorial (SILVA, C., 2008; XAVIER, 2010; SOUCHAUD, 2010).

O bairro do Bom Retiro atrai migrantes desde o século XIX, quando era predominantemente um bairro industrial. A partir da década de 1960, tornou-se um bairro comercial. Em todo este período, foi um importante polo de atração de migrantes, de italianos,

judeus e gregos a coreanos, bolivianos e chineses. O bairro tem uma série de características que justificam o interesse de levadas sucessivas de migrantes. Ele é estruturado em pequenos negócios e lojas, que exigem um capital relativamente pequeno para investir. Além disso, é possível morar na região a preços razoáveis e, por se tratar de um bairro central, dispõe de boa infraestrutura urbana e de uma série de serviços.

Porém, há presença de bolivianos em outras regiões além do centro de São Paulo. As regiões onde moram as ex-operárias das grandes fábricas confeccionistas, principalmente a zona leste e norte devido ao acesso facilitado por meio dos trens urbanos, se tornaram aos poucos locais de concentração dos bolivianos. À medida que as operárias passaram a receber encomendas e trabalhar em suas próprias casas, estas regiões se tornaram os principais circuitos de entrega e recebimento de encomendas das empresas confeccionistas. Nesses bairros, como Casa Verde, Vila Maria, Pirituba, Vila Guilherme, Itaquera, Cidade Tiradentes, Penha e São Miguel, há grande concentração de população boliviana.

O aumento das fiscalizações das situações de trabalho também contribuiu para a dispersão espacial das oficinas (SILVA, C., 2008). Nos últimos anos, é possível verificar uma dispersão maior dos bolivianos em outras zonas da cidade, com presença significativa, por exemplo, na periferia da zona sul da cidade e em outros municípios da região metropolitana, com destaque para Guarulhos. Nestas novas regiões, são frequentemente os únicos e primeiros estrangeiros (SILVA, C., 2008; SOUCHAUD, 2010).

3.8 VELHAS E NOVAS INSERÇÕES DE CLASSE

A descrição das condições de inserção dos migrantes bolivianos recentes no mercado de trabalho de São Paulo mostra o contraste com aqueles que vieram na fase anterior. Os migrantes que chegaram nas décadas de 1960 e 1970, muitos por motivos políticos ou como estudantes, se tornaram profissionais liberais. Foram, de modo geral, bem sucedidos em se estabelecer entre a classe média profissional da cidade. Mesmo entre os migrantes mais pobres, que vieram naquela época, houve mais possibilidades de ascensão social, tendo em vista as características do mercado de trabalho paulistano da época, em forte expansão.

O fluxo mais recente é marcado por trabalhadores manuais não qualificados que vêm ao Brasil e aqui sofrem rebaixamento de status, dedicando-se a ocupações no setor de confecções em condições de trabalho físicas e financeiras frequentemente difíceis. A costura abre oportunidades de ascensão social dentro de seu universo próprio – seja por meio do estabelecimento de oficinas próprias, seja se tornando um trabalhador manual qualificado, seja controlando desde a concepção até a distribuição das roupas. Contudo, o acesso a outras ocupações no mercado de trabalho formal ainda é menos comum.

Assim, podemos distinguir entre os migrantes bolivianos diferentes situações de classe. Entre aqueles inseridos no setor de confecções, há uma série de ocupações em graus crescentes de remuneração e prestígio social: há os ajudantes nas oficinas, os costureiros, os donos de oficina, e trabalhando para as empresas confeccionistas os piloteiros e modelistas. O comércio ambulante compreende os migrantes que vendem artesanato próprio, aqueles inseridos nas redes de distribuição de produtos chineses no comércio popular da cidade, e os donos de oficina que controlam todas as etapas da produção e vendem suas próprias roupas. Há ainda os pequenos comerciantes, que têm negócios voltados à população boliviana na cidade. Por fim, há um segmento de profissionais liberais, em geral oriundos do fluxo migratório mais antigo, que se inseriram com sucesso entre a classe média profissional paulistana. Considerados em seu conjunto, os migrantes bolivianos “tendem a estar em localizações ocupacionais similares ou melhores do que os brasileiros. No entanto, não apresentam vantagem em termos de ganhos salariais.” (VILELA, 2011, p. 113)

Embora haja uma série de dificuldades para os migrantes obterem ascensão social – ou seja, alterar sua posição relativa na hierarquia de classes –, para muitos deles a alteração em suas condições materiais de vida (que inclui o acesso a bens de consumo e a serviços públicos, por exemplo) compensa a desclassificação que sofrem. Este é o caso, por exemplo, de muitos migrantes que, embora estejam trabalhando em piores condições do que encontravam na Bolívia, conseguem guardar dinheiro e ter acesso a novos bens de consumo, como equipamentos eletrônicos modernos. A desclassificação sofrida no local de destino também pode ser compensada, em termos simbólicos, pela projeção de um novo status no local de origem, conquistado devido a seu sucesso financeiro, por meio do envio de presentes a parentes e a compra de casas próprias no local de destino, por exemplo. Algumas dessas práticas serão discutidas no capítulo 5.

As conexões estabelecidas entre os setores de confecções de São Paulo e Buenos Aires parecem ir além da constituição de um mercado comum de mão de obra migrante boliviana, conforme apresentado. Constituiu-se entre as duas cidades um espaço comum de aprendizados e práticas a partir das realidades do setor de confecções descentralizado, do comércio informal e da integração comercial dos mercados de produtos de vestuário. O caso da cooperativa formada por produtores da Feirinha da Madrugada ilustra bem o papel das experiências passadas no interior deste espaço na orientação da ação de seus membros. Isto parece corroborar a tese de Freitas (2009) de que haveria se formado um “território circulatório” entre São Paulo e Buenos Aires, espaço em que circula um grupo e a partir do qual se forma uma memória coletiva e se desenvolvem certos saberes indispensáveis para transitar nos espaços políticos e sociais envolvidos.

Por fim, é possível argumentar que a mobilidade espacial identificada entre este fluxo migratório – especialmente a migração circular entre seus locais de origem e destino – está ancorada nas características do principal mercado de trabalho em que se inserem estes migrantes, o setor de confecções. A sazonalidade, a fragilidade dos vínculos empregatícios e a facilidade de inserção no setor são todas características que favorecem retornos periódicos dos migrantes a seus locais de origem e promovem a circulação de pessoas entre os polos do sistema migratório. A circulação de população é condição fundamental para favorecer a troca de informações, conhecimentos, recursos e práticas entre os locais de origem e destino, dando origem a uma série de práticas transnacionais que possibilitam a manutenção de vínculos diversos dos migrantes com seus locais de destino. Ela também é condição para a chegada constante de novos migrantes, mesmo que as condições iniciais que deram início ao fluxo migratório tenham se alterado, pois garante aos migrantes potenciais o acesso a informações e facilidades para inserção no local de destino. Assim, a mobilidade espacial destes migrantes está ancorada nas alterações sociais, econômicas e produtivas relacionadas ao pós-fordismo que criaram uma nova classe trabalhadora, com vínculos empregatícios mais frágeis e voláteis.

4 A RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO, O ACESSO AO ESPAÇO PÚBLICO E AS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

O capítulo anterior discutiu a inserção de classe dos migrantes bolivianos em São Paulo, a partir da descrição de sua situação no mercado de trabalho paulistano. A partir da apresentação das diferentes posições em que os migrantes se encontram na estrutura de classes paulistana – enfatizando o contraste entre os migrantes antigos, profissionais liberais em sua maioria, e os recentes, trabalhadores não qualificados inseridos principalmente no setor de confecções e no comércio ambulante –, foi possível mapear as diferentes inserções de classe e suas possibilidades de mobilidade social no contexto paulistano.

Contudo, a análise da inserção de classe dos migrantes e de suas simbolizações não é suficiente para contextualizar as suas trajetórias e estratégias. O capítulo anterior permitiu uma visão geral de sua situação no mercado – o que caracteriza sua esfera privada. Para uma análise mais abrangente, é necessário discutir as condições de sua inserção na esfera pública – o que passa pela sua relação com o Estado, com as políticas públicas e por suas estratégias de organização e associação. É o que será realizado neste capítulo, de modo a vincular mais claramente as diferentes inserções de classe dos migrantes e suas estratégias de ganhos de status, a partir das suas formas de organização com base de classe.

4.1 A RELAÇÃO COM O ESTADO BRASILEIRO

4.1.1 A legislação e as possibilidades de regularização da situação migratória

Uma série de instrumentos legais compõe a legislação migratória brasileira, que define as condições de entrada e permanência de estrangeiros no país. Estes diferentes instrumentos não compõem um conjunto harmônico; em realidade, há dispositivos contraditórios que são implementados de maneira heterogênea, de acordo com as diferentes instituições responsáveis.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, garante uma série de direitos e liberdades aos estrangeiros residentes no país. Exceto as restrições expressamente

mencionadas com relação aos direitos políticos de estrangeiros, a Constituição prevê a brasileiros e estrangeiros, sem distinção, direitos civis e sociais, incluindo saúde e educação. Muitos de seus dispositivos estão em conflito com o Estatuto do Estrangeiro (lei nº 6.815/1980, alterada pela lei nº 6.964/1981), legislação do período da ditadura militar que considera os estrangeiros uma ameaça potencial à segurança nacional. Disso decorre ser a Polícia Federal o órgão responsável pelo atendimento em questões migratórias. Nessa concepção, a presença estrangeira é no máximo tolerada, de acordo com a discricionariedade do Estado – como fica claro nas ressalvas presentes em diversos artigos, que preveem direitos, mas os submetem à “conveniência da presença no território nacional”, ao resguardo dos “interesses nacionais”, à “segurança nacional”. Isso acarreta grande insegurança jurídica do ponto de vista dos migrantes, o que se manifesta, por exemplo, nas várias hipóteses listadas na previsão de expulsão:

Art. 65. É passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.

O Estatuto do Estrangeiro estabelece diversas restrições de direitos, como, por exemplo, no acesso à educação para migrantes em situação irregular. Embora os dispositivos que conflitam com a Constituição não devam ser aplicados, “na prática, é a lei ordinária que acaba sendo aplicada e não a Constituição” (BARALDI *et alii*, 2011, p. 25). O Estatuto também prevê uma série de controles (como a necessidade de se reportar periodicamente à Polícia Federal, para garantir a “rastreadibilidade” dos estrangeiros), que são complexos e de difícil implementação.

De acordo com o Estatuto, a concessão de vistos de trabalho (permanentes ou temporários) segue critérios socioeconômicos, favorecendo a entrada de migrantes qualificados:

Art. 16. O visto permanente poderá ser concedido ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil.

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos.

A defesa do trabalhador nacional é uma de suas diretrizes orientadoras (art. 2º). Combinada ao dispositivo que favorece a entrada de mão de obra especializada, esta diretriz

visa impedir ou reduzir a entrada de mão de obra não qualificada, que se inseriria em setores do mercado de trabalho em que não haveria escassez.

O visto de trabalho somente pode ser concedido caso o requerente tenha contrato de trabalho reconhecido junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e de acordo com outras exigências e critérios que são estabelecidos pelo Conselho Nacional de Imigração. Fica claro, portanto, como o arcabouço legal do Estatuto do Estrangeiro cria uma série de dificuldades para os migrantes não qualificados, especialmente aqueles que se inseriram em empregos informais.

Conforme mencionado no capítulo 3, está em discussão no Congresso Nacional um projeto de lei (nº 5.655/2009), apresentado pelo Executivo, que substitui o atual Estatuto do Estrangeiro. Embora afirme em seus primeiros artigos orientar-se pelos direitos humanos, e traga mudanças como a afirmação expressa dos direitos dos estrangeiros à educação e saúde, as seções referentes ao controle e vigilância continuam muito mais detalhadas que a proteção de direitos e com previsões de mecanismos de implementação:

Apesar de afirmar o respeito aos direitos humanos, o que predomina em suas disposições específicas é a complexidade dos procedimentos administrativos e o primado do interesse nacional. Não somente há poucos avanços como nele se anota retrocessos, a exemplo do aumento do tempo necessário ao pedido de naturalização: de quatro para dez anos. (BARALDI *et alii*, 2011, p. 26).

Além disso, a nova proposta de Estatuto do Estrangeiro mantém o viés favorável à migração de profissionais, em teor quase igual à legislação atual, ressaltando a preocupação com a “proteção ao trabalhador nacional”:

Art. 4º. A política imigratória objetivará, primordialmente, a admissão de mão de obra especializada adequada aos vários setores da economia nacional, ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, à captação de recursos e geração de emprego e renda, observada a proteção ao trabalhador nacional.

Trata-se, portanto, de uma atualização da legislação anterior, que não altera sua lógica fundamental. Seguindo o padrão de muitos países desenvolvidos, a legislação brasileira – atual e a proposta de revisão – se orienta para a redução da entrada dos migrantes não qualificados no país.

Embora este projeto de lei tenha sido proposto pelo Executivo, parece não haver uma posição clara do governo brasileiro a respeito da política migratória. Em verdade, outras

iniciativas do governo se pautam pela lógica de promoção dos direitos humanos dos migrantes. A mais importante é a proposta de “Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante”, elaborada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) em 2010 (BRASIL, 2012b). Este Conselho, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, tem procurado promover a atuação do governo brasileiro também junto aos emigrantes brasileiros em outros países, fomentando iniciativas como as Casas do Trabalhador Migrante. Segundo Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg, o objetivo é ampliar o escopo de atuação do órgão e torná-lo um Conselho Nacional de Migração, responsável também pelas questões afetas aos brasileiros no exterior – mais numerosos que os imigrantes no país.

Tendo a agenda dos emigrantes brasileiros em mente, a Política Nacional de Imigração visa reforçar a garantia de direitos dos migrantes e restringir a discricionariedade dos Estados em temas que lhes dizem respeito. Esta Política passou por consulta pública e, em seguida, com a aprovação dos demais ministérios envolvidos com a área, deveria ser publicada por meio de Decreto Presidencial. Isso, contudo, não ocorreu e não há perspectivas de que ela seja aprovada (BARALDI *et alii*, 2011). Atualmente, está em discussão na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) uma proposta de política migratória voltada para a atração de profissionais qualificados, aparentemente sem qualquer vinculação com a Política já elaborada pelo CNIg (VENTURA e ILLES, 2012). Assim, “o objetivo é propor o que [Ricardo] Paes de Barros [responsável pela proposta na SAE] chama de processo de imigração seletiva, que priorize a ‘drenagem de cérebros’, mas estabeleça limites para os estrangeiros que chegam fugindo da pobreza de seus países” (OTAVIO e GUILAYN, 2012). A SAE/PR deverá propor, portanto, um critério de classe social – ancorado particularmente na formação profissional e inserção no mercado de trabalho – para fazer a triagem dos migrantes que serão preferencialmente aceitos pelo Estado brasileiro e até mesmo incentivados a vir.

Conforme argumentam Ventura e Illes (2012), não há coerência e unidade suficientes da parte do Estado a respeito das migrações para que seja possível falar da existência de uma política migratória brasileira. Verificamos, ao contrário, contradições entre as legislações existentes e também diferentes posicionamentos dentro do governo:

Afinal, temos uma política migratória? Ou temos aqui, como em diversos outros campos, a ambiguidade que resulta da disputa entre os que pensam uma política de migrações respeitosa dos direitos humanos e outras vertentes que concebem o Estado a serviço das necessidades do mercado, ou de modelos de “segurança” que não são nossos? (VENTURA e ILLES, 2012)

Para os migrantes não qualificados, há algumas medidas que possibilitam sua regularização. Em 2005, foi celebrado o Acordo Brasil-Bolívia, que permitia aos nacionais de ambos os países regularizar sua situação migratória, desde que apresentassem provas de meios de subsistência e pagassem as multas referentes à estadia irregular (cerca de R\$ 800,00). Em 2009, foi sancionada uma Lei de Anistia a estrangeiros de todas as nacionalidades que possibilitou a regularização daqueles que entraram no país antes de fevereiro de 2009 e que estavam em situação irregular, também mediante comprovação de trabalho lícito e pagamento de multas (que nesse caso eram de R\$ 120,00 por pessoa).¹ Em 2009, também iniciou a vigência do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, que inclui também na condição de associados Bolívia, Chile e recentemente Colômbia. Este é o acordo mais favorável aos migrantes, na medida em que os procedimentos são relativamente simples, podem ser iniciados a qualquer momento e, principalmente, não se exige comprovação de contrato de trabalho ou qualificação profissional. Outra possibilidade para obtenção da regularização migratória sem comprovação de contrato de trabalho contempla os migrantes que têm filhos nascidos no Brasil. Estes podem obter regularização; contudo, devem pagar taxas bastante onerosas, o que dificulta o acesso a esta forma de regularização por parte de migrantes pobres.

Contudo, conseguir a regularização não é tarefa simples. Além das restrições que a própria legislação coloca aos migrantes não qualificados, o Estado brasileiro, com suas limitações institucionais e organizacionais, não dá conta de seguir seus próprios regulamentos e dar condições para que os migrantes sejam atendidos de acordo com as previsões legais. Os complexos ritos administrativos previstos no Estatuto do Estrangeiro são difíceis de serem cumpridos por conta de limitações da própria Polícia Federal. O atendimento é feito frequentemente por funcionários terceirizados com conhecimento limitado a respeito dos documentos e exigências previstos na lei, o que faz com que muitos pedidos sejam recusados de forma desarrazoada. Assim, a discricionariedade da “burocracia do nível de rua” (LIPSKY, 1980) atinge níveis muito altos.

A procura pela regularização pelos migrantes é considerada baixa por algumas entidades assistenciais, tendo em vista suas estimativas de número de migrantes em São Paulo e no país. Segundo dados da Polícia Federal, pouco mais de 41.816 migrantes em todo o país solicitaram regularização por meio da Anistia de 2009, número abaixo das expectativas do

¹ Outras anistias foram concedidas em 1981, 1988 e 1998; para os migrantes pobres, consistem na principal via de regularização.

governo. Destes, 16.881 eram bolivianos, a nacionalidade com maior número de pedidos.² Parece haver alguma controvérsia a respeito das razões. Por um lado, para muitos migrantes, as taxas cobradas para o processo de regularização – especialmente quando somadas à expedição e autenticação de documentos – são elevadas a ponto de se tornarem impeditivas, especialmente no caso de famílias numerosas. Além disso, na impossibilidade de cumprir com as exigências desses acordos (especialmente no que se refere à comprovação de meios de subsistência), os migrantes com frequência não se submetem ao procedimento. Por outro lado, também parece haver desinteresse por parte de alguns migrantes; inseridos na economia informal e atuando às margens da regulação estatal, a regularização migratória não lhes traria grandes vantagens. Segundo relatos, para muitos chineses esta foi a razão de sua baixa adesão. Na visão de alguns, o desinteresse na regularização também teria relação com a ausência de intenção de fixação no país por parte desses migrantes.

Contudo, é importante ressaltar que muitos migrantes bolivianos se encontram em situação regular, e é comum que os recém-chegados busquem se regularizar. Além de lhes garantir acesso a diversas instituições, como o sistema bancário e de crédito, a regularização é importante para viabilizar a intensa mobilidade espacial que muitos mantêm entre o Brasil e a Bolívia. A regularização pode ser importante tanto para os migrantes que porventura desejem se fixar no país, como para aqueles que encaram sua migração como temporária. Ao contrário do que alguns teóricos das migrações transnacionais parecem sugerir, os migrantes contornam fronteiras apesar das limitações estatais, mas também utilizam os procedimentos e classificações dos Estados em seu favor. Manter o visto ou a autorização de residência permanente é uma importante estratégia para possibilitar a mobilidade espacial dos migrantes nos campos sociais transnacionais em que está inserido – como Silva (1997) já indicava no caso da mobilidade dos bolivianos entre São Paulo e Buenos Aires.

Para os migrantes não qualificados, tendo em vista as restrições da legislação migratória, a inserção no setor informal se torna praticamente sua única alternativa; no caso dos bolivianos, a existência de um amplo mercado de trabalho informal tanto no setor de confecções como no comércio ambulante é o que torna possível a migração em primeiro lugar. Contudo, sua permanência no setor informal tende a restringir suas possibilidades de regularização, pois não conseguem comprovar meios lícitos de subsistência. Assim, cria-se um círculo vicioso: por estarem irregulares, não conseguem trabalhar fora da economia

² Em seguida, estavam chineses (5.492), peruanos (4.642) e paraguaios (4.135); as quatro nacionalidades representam quase 75% do total.

informal; por estarem inseridos na economia informal, não conseguem se regularizar. Isto explica, em parte, a dificuldade daqueles que entraram com pedido de regularização de sua situação migratória por meio da anistia de 2009. Dos mais de 40 mil, somente 18 mil conseguiram autorização de residência permanente após os dois anos de residência temporária, devido à exigência de comprovação de dois anos de trabalho legal (GOVERNO..., 2012). Muitos migrantes já realizaram procedimentos para regularização mais de uma vez por conta disso.

O caráter predominantemente clandestino das migrações contemporâneas (PÓVOA NETO, 2010) e, em consequência, a inserção dos migrantes em setores informais da economia, coloca em xeque a clássica noção de que o trabalho seria a via de acesso ao reconhecimento do migrante pelo Estado; segundo Abdelmalek Sayad, a “estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida” (SAYAD, 1998, p. 55). Constitui-se, assim, uma progressiva disjunção entre trabalho e direitos: o trabalho deixa de ser o elemento que justifica e legitima o acesso a direitos, tanto para os migrantes como para os trabalhadores de modo geral (cf. SILVA, J., 2008).

Isso não significa que o trabalho tenha deixado de ser uma dimensão central para a compreensão dos fluxos migratórios. O trabalho ainda é o que viabiliza as migrações e em grande medida as motiva; o tipo de trabalho organiza e condiciona o acesso dos migrantes a uma série de outras dimensões do social. Contudo, o trabalho perde força na sua condição de legitimador da presença do migrante. No caso dos migrantes bolivianos, isso fica ainda mais evidente quando se verifica o tipo de visibilidade na mídia, por exemplo, desse fluxo migratório. Conforme demonstra Manetta (2012), o discurso da grande mídia tende a associar os bolivianos ao tráfico de drogas internacional e ao trabalho informal e em condições precárias ou, até mesmo, à exploração do trabalho escravo. Seu trabalho, portanto, não lhes garante acesso a direitos pelo Estado nem legitima sua presença frente à sociedade e os veículos da opinião pública. Assim, a migração de mão de obra não qualificada é considerada justificável, por aqueles que se lhe opõem, somente em termos de solidariedade do país com sua difícil condição. Segundo a análise da SAE/PR, a migração de trabalhadores não qualificados diria respeito à “generosidade” do Brasil em “contribuir para aliviar a pobreza do mundo e absorver essas pessoas” (OTAVIO e GUILAYN, 2012).

Outras lógicas, portanto, são as que orientam as possibilidades de reconhecimento e legitimação do migrante frente ao Estado e à sociedade. Por um lado, pode-se afirmar que há

um uso da questão das migrações como parte da estratégia geopolítica do país, que visa consolidar o Brasil como uma liderança regional. A América do Sul é uma região prioritária da política externa brasileira, desde a diplomacia do Barão de Rio Branco, tanto do ponto de vista da segurança (com o objetivo de garantir a paz na região) como do ponto de vista econômico (para promover o desenvolvimento econômico a partir da integração regional) (LAFER, 2004). Esta tendência da política externa brasileira se acentuou com a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e se tornou mais preponderante durante o governo Lula, que buscou intensificar os esforços de integração regional (SANTOS, 2005; COUTO, 2007; SARAIVA, 2007). A criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), em 2004, e sua posterior conversão na União Sul-Americana de Nações (Unasul), em 2008, parecem apontar para essa tendência. O tratado constitutivo da Unasul estabelece como meta de longo prazo o estabelecimento de uma cidadania sul-americana. É nesse contexto que se situa o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados do Mercosul. Sendo a integração regional uma prioridade de política externa, este Acordo tem os termos mais benéficos para os migrantes; somente para os nacionais desses países é possível obter autorização de residência permanente sem que haja necessidade de se comprovar meios de subsistência. No médio prazo, esta medida poderá ter efeitos bastante positivos para os migrantes bolivianos; contudo, isto deverá ser comprovado por investigações posteriores.

Por outro lado, a migração também pode ser enquadrada a partir da lógica dos direitos humanos. O governo brasileiro se posicionou em alguns momentos dessa forma, como, por exemplo, quando defendeu a Anistia realizada em 2009 no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Foi apresentada como uma iniciativa a ser seguida pelos demais países, especialmente num contexto de crise financeira, em que as pressões contra os migrantes poderiam aumentar junto com o desemprego: “não são os imigrantes os responsáveis pela crise, não são os pobres do mundo responsáveis pela crise” (BRASIL, 2009, p. 7). O discurso dos direitos humanos tem sido mobilizado especialmente para demandar a observância dos direitos dos emigrantes brasileiros no exterior. A lógica dos direitos humanos tem sido a base a partir da qual se promoveram uma série de melhorias para os migrantes em diversos países desenvolvidos, especialmente a partir da década de 1960, sendo mobilizada pelos mais diversos atores (REIS, 2006, 2007). Também neste tema, contudo, o posicionamento do governo brasileiro parece estar marcado por contradições e ambiguidades; o Brasil assinou, mas não ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e dos

Membros de suas Famílias (de 1990), principal tratado internacional sobre as migrações que se orienta para a garantia dos direitos humanos dos migrantes.

4.1.2 O acesso a serviços e políticas públicas

Para os migrantes em situação irregular, seu acesso a uma série de serviços e funções estatais fica prejudicado. No caso dos migrantes bolivianos, um problema particularmente sério é sua impossibilidade de acessar a justiça brasileira para a resolução de conflitos, sob o risco de expor sua situação migratória irregular. Isso se torna particularmente grave, por exemplo, nos casos de violência doméstica contra a mulher; algumas bolivianas têm conhecimento da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de proteção, mas não procuram as Delegacias da Mulher devido à sua situação irregular.

Na impossibilidade dos migrantes recorrerem ao Estado, entidades assistenciais acabam por assumir papel de mediadoras em uma série de conflitos, especialmente relativos a questões trabalhistas e de família. Três entidades se destacam no atendimento aos migrantes de modo geral. A mais antiga, o Centro Pastoral dos Migrantes (CPM) é uma entidade religiosa vinculada à ordem escalabriniana, com sede no Glicério, centro de São Paulo. O Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), sediado no Pari, é vinculado ao Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), uma das pastorais sociais vinculadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e está em funcionamento desde 2005. O Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) é uma entidade mais recente, fundada em 2011 a partir de uma dissidência do CAMI e não tem vinculações religiosas. As duas primeiras têm como público prioritário de sua atuação os migrantes latino-americanos das regiões do centro da cidade onde estão inseridas. Já a última busca atuar junto às diversas nacionalidades de migrantes da cidade de São Paulo; localizada na zona leste da cidade próxima a uma estação de metrô, tem o objetivo de ter mais alcance junto aos migrantes das diversas áreas da cidade.

Segundo relatos, o CPM e o CAMI³ no início encaminhavam as questões que surgiam para as autoridades. No entanto, vendo os resultados dos processos trabalhistas – que não raro levavam a inspeções nas oficinas e aplicação de multas aos migrantes em situação irregular –, com o tempo, passaram a favorecer a mediação desses conflitos no âmbito das próprias

³ Não pude averiguar se o CDHIC também realiza mediação de conflitos.

entidades. Usando como base a legislação brasileira (mas também a boliviana por vezes), as entidades recebem as duas partes e tentam fazer com que cheguem a um acordo. Quando o acordo envolve compensações financeiras, se responsabilizam até pelo recebimento dos valores e emissão de recibos. O acordo e seus comprovantes ficam registrados nos arquivos das entidades. O procedimento é adotado para casos que vão desde dívidas trabalhistas acumuladas até partilha de bens em casos de divórcio de casais que não eram formalmente casados. Contudo, parece que, com o passar do tempo e o aumento do volume de demandas, este sistema tenha se tornado menos formalizado.

As atividades de mediação realizadas por essas entidades são, para muitos migrantes em situação irregular, o único meio disponível a que têm acesso para solucionar conflitos. Além disso, são realizadas com o intuito de, no maior grau possível, preservar os direitos das partes. Diversos integrantes das entidades mencionadas não hesitam em argumentar a favor das atividades de mediação de conflitos e defender que elas devem ser responsáveis pela mediação entre a “comunidade” e o Estado. Contudo, por não serem substitutos reais da jurisdição estatal, estas entidades não têm capacidade de assegurar a observância dos acordos firmados, uma vez que não podem lançar mão do monopólio estatal sobre o uso legítimo da força. Ocorre, na prática, um processo de privatização incompleto da justiça, frente ao qual o Estado tem pouca ou nenhuma capacidade de intervenção.

Os migrantes bolivianos, em situação regular ou não, também têm acesso ao Estado por meio das políticas sociais. Duas delas têm impacto maior entre os migrantes: educação e saúde. Conforme já apresentado, segundo a Constituição Federal de 1988, os migrantes têm acesso garantido a estes direitos sociais independentemente de sua situação migratória. Contudo, a concretização desses direitos por políticas públicas enfrenta alguns desafios.

Com relação à educação, um artigo do Estatuto do Estrangeiro prevê que somente os estrangeiros “devidamente registrados” poderão obter matrícula. Embora contrário à Constituição, tal artigo serviu de justificativa para a publicação da Resolução n. 9/1990, pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que permitia a matrícula somente de estrangeiros que dispusessem de RNE. Depois de forte mobilização por entidades da sociedade civil, em 1995 a Resolução nº 10 revogou a anterior e possibilitou a matrícula aos alunos estrangeiros sem distinção com referência a sua situação migratória (MAGALHÃES, 2010).

Contudo, isto não foi suficiente para que se normalizasse o acesso à rede pública de ensino. Muitas escolas continuavam negando matrícula e/ou certificados de conclusão de curso; devido à desinformação, muitos migrantes desistiam de matricular seus filhos quando eram informados da proibição. Muitos migrantes que conheci tiveram dificuldades em anos recentes em obter certificados de conclusão de cursos.

Além do acesso, os migrantes relatam dificuldades relacionadas à inserção no espaço escolar, como a falta de formação dos professores e ao pouco domínio da língua pelos migrantes. Como não há oferecimento de aulas de português para estrangeiros, é comum que as crianças esperem um ou dois anos até serem matriculadas nas escolas, enquanto aprendem português – em geral, em casa, assistindo televisão e lendo revistas brasileiras. Uma vez inseridos no sistema de ensino, é recorrente a crítica à qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras; além da falta de aulas e professores, muitos reclamam do excesso de aulas de caráter “lúdico”.⁴ No espaço escolar, muitas crianças sofrem com discriminação e preconceito, acusados de “não tomar banho”, de que seus pais seriam “escravos” e chamados de “índios”.⁵ Também há relatos de agressões físicas e cobranças de “pedágios” para que alunos estrangeiros (de várias nacionalidades, além dos bolivianos) não sofram violência (MARCHIORI, 2010). Segundo Magalhães (2010) e de acordo com relatos diversos, há casos mais frequentes de discriminação nas escolas à medida que aumenta o número de alunos estrangeiros; para alguns migrantes que foram os primeiros estrangeiros de suas escolas, não passaram por esse tipo de situação, e seus colegas os abordavam com curiosidade a respeito do país desconhecido de onde vinham.

Além disso, as escolas representam o ponto de contato de muitos migrantes com padrões culturais e hábitos muito distintos do que conheciam. Embora tenham muitas críticas à qualidade do ensino nas escolas públicas, consideram ainda mais grave a indisciplina em sala de aula. Muitos migrantes se surpreendem com a “falta de autoridade” dos professores; suas ordens não são acatadas pelos alunos, muitos dos quais contestam sua posição diante dos demais colegas. Na escola, ao entrar em contato com o consumo de álcool, cigarro e drogas pelos adolescentes, além da iniciação sexual precoce, muitos migrantes e seus filhos passam por novos estranhamentos. O espaço da escola é um dos principais locais onde os migrantes e

⁴ Por exemplo, a atividade feita em uma aula de ciências da sétima série do ensino fundamental: em comemoração à chegada da primavera, os alunos pintaram desenhos de flores.

⁵ Baseado em relatos de alunos e professores obtidos durante participação em atividades na Escola Municipal Infante Dom Henrique junto ao projeto de extensão Educar para o Mundo, dos alunos de Relações Internacionais da USP.

suas famílias são confrontados com uma cultura urbana mais liberada, em que uma série de instituições e de papéis tradicionais (da escola, do professor, da família, dos pais) estão enfraquecidos e sofrendo perdas de legitimidade.

O sistema de saúde parece ser mais acessível aos migrantes. Embora relatos mais antigos demonstrassem alguma resistência a procurar os serviços de saúde (talvez, para alguns, por receio de expor irregularidades em sua situação migratória), hoje os migrantes parecem acessar os serviços sem dificuldades (WALDMAN, 2011). Embora haja queixas com relação a discriminações sofridas nesses espaços, de modo geral os migrantes indicam estar satisfeitos com a gratuidade e com a qualidade do atendimento. O fato da cidade de São Paulo concentrar alguns dos principais hospitais universitários e centros de excelência do país permite que tenham acesso até mesmo a procedimentos de alta complexidade. Para um pequeno grupo de migrantes, o acesso universal à saúde é inclusive um elemento que motiva a migração. Este é o caso da família de Cristina*, cujo pai veio ao Brasil com a filha mais nova para que se pudessem realizar exames mais sofisticados para verificar se a criança havia mesmo perdido a audição. A migração ocorreu por indicação dos próprios médicos que atenderam a criança em La Paz. Após a confirmação da surdez da menina, o pai conseguiu matriculá-la numa escola gratuita de São Paulo específica para alunos com deficiência auditiva; em seguida, os demais integrantes da família vieram. Anos depois, quando a família teve outra filha no Brasil com Síndrome de Down, puderam ter acesso a serviços gratuitos (como aulas especiais e fisioterapia), o que segundo eles não seria possível na Bolívia.

Além disso, o sistema de saúde brasileiro cadastra seus usuários por meio do Cartão SUS, sem que para isso seja necessária a apresentação de quaisquer documentos comprobatórios além da carteira de identidade de que dispõem (inclusive se emitida em outro país). Assim, o Cartão SUS representa, para muitos migrantes, a primeira forma de documentação emitida pelo Estado brasileiro atestando sua presença no país. Durante o processo de regularização migratória por meio da Lei de Anistia de 2009, era necessário comprovar a entrada no país antes de fevereiro de 2009. O Cartão SUS, que indica a data de registro, foi utilizado por muitos migrantes como meio de comprovação.

4.2 ACOLHIMENTO E DISCRIMINAÇÃO

O tipo de acesso que os migrantes bolivianos têm ao espaço público é diretamente influenciado pela receptividade que encontram da parte dos nativos e/ou pelos preconceitos e discriminações que sofrem. Embora este seja um tema complexo, que demandaria pesquisas específicas, a literatura existente e a pesquisa de campo permitem apresentar algumas aproximações e reflexões gerais sobre o assunto. Parto da hipótese de que, embora a Bolívia seja um país em que pertencimentos regionais e étnico-linguísticos formam importantes clivagens, uma vez no Brasil os migrantes tendem a se reconhecer – e a serem reconhecidos pelos nativos – como bolivianos, a partir do contraste entre nacionalidades. As identidades regionais tendem a ganhar mais destaque nos momentos de convivência entre conacionais, como é o caso de festas nacionais ou religiosas.

Há interpretações divergentes a respeito da existência ou não de formas de discriminação e preconceito com relação aos migrantes bolivianos na cidade de São Paulo. Segundo Vidal (2012), a convivência entre bolivianos e brasileiros, especialmente nos bairros centrais da cidade, seria marcada pela inexistência de manifestações de xenofobia ou racismo:

Embora a literatura sobre as migrações internacionais tenha amplamente analisado a emergência de manifestações de xenofobia ligadas à instalação de estrangeiros [...], não se observa nada semelhante no caso dos bolivianos. Pelo contrário, as relações sociais entre migrantes internacionais e brasileiros se caracterizam por um certo grau de fluidez e convivência tanto no Brás e no Pari como no Bom Retiro e na Mooca. Aqui vale até salientar que, exceto alguns casos, a maioria dos bolivianos e brasileiros encontrados durante a pesquisa de campo não fazem comentários negativos a respeito uns dos outros. (VIDAL, 2012: 94)

Esta interpretação vai ao encontro da percepção de muitos brasileiros, que consideram o Brasil um país acolhedor e receptivo dos migrantes – talvez até mesmo excessivamente, em detrimento dos seus próprios nacionais. O país, ao contrário de outros destinos de migrantes, receberia bem os recém-chegados (BLANCHETTE, 2008). Em certa medida, muitos migrantes reforçam essa percepção, ao reforçar imagens sobre os brasileiros como “cordiais”, “acolhedores” e “sensíveis”. Além disso, muitos migrantes que já haviam passado por Buenos Aires, ao comparar os dois países, reforçam essa avaliação positiva frente à “arrogância” dos portenhos (SILVA, 2008, p. 38), dizendo que “os brasileiros não são racistas como os argentinos” (VIDAL, 2012, p. 96). De fato, na Argentina muitos migrantes parecem ter passado por situações de discriminação bastante nítida, tendo ouvido insultos raciais na rua

aparentemente sem qualquer motivação. Não são poucos os migrantes que mencionam, como principal problema que enfrentaram na Argentina, o racismo (usando este termo). Além disso, o apoio decisivo que muitos migrantes receberam de brasileiros em diversos momentos de suas trajetórias (ajudando a encontrar empregos e moradia, por exemplo), faz com que muitos deles reafirmem esta boa imagem do Brasil como país acolhedor.

Contudo, a própria imagem do Brasil como país acolhedor dos estrangeiros é questionável. Blanchette (2008) demonstra como, mesmo diante de estrangeiros material e simbolicamente privilegiados – homens brancos, de classe média, estudantes ou profissionais de país ricos – também são confrontados com discursos de que eles devem se sentir gratos por serem recebidos no Brasil e “usarem nossos recursos”; sua presença é entendida como um favor ou privilégio, e não são percebidos como detentores de direitos. A legislação brasileira referente aos estrangeiros com frequência é mais rigorosa que nos países desenvolvidos e, o que é pior, aqui há relativamente poucas organizações de defesa dos direitos dos migrantes. Com relação aos migrantes bolivianos recentes – que não são brancos, nem de classe média, nem de países ricos –, essa visão de que devem ser gratos por estarem num país acolhedor é ainda mais forte. Um episódio exemplifica o argumento. Em dezembro de 2011, durante a 5ª Marcha dos Imigrantes – organizada por entidades assistenciais e organizações, reivindicando o direito dos migrantes ao voto –, fui abordada de forma agressiva por um brasileiro, que me perguntou: “esse pessoal está reclamando do quê? O Brasil não recebe bem todo mundo?”. Quando expliquei qual era a questão demandada, respondeu: “ah sim, pois aqui a gente recebe bem todo mundo, não tem do que reclamar”.

Igualmente, o relato de migrantes acerca da ausência de preconceito e discriminação não é suficiente para comprová-la. Um indicativo do contrário encontra-se no próprio texto de Vidal, quando o autor comenta a respeito da discriminação sofrida por crianças bolivianas nas escolas:

É comum que crianças bolivianas recém-chegadas em São Paulo enfrentam comportamentos preconceituosos nas escolas pelo fato de não saber falar português sem sotaque, sendo elas às vezes desprezadas enquanto «índios». Sem embargo, muitos bolivianos entrevistados dizem que «isso é coisa de criança » e não veem nesses comportamentos infantis o reflexo de uma atitude sistematizada dos brasileiros para com os bolivianos. (VIDAL, 2012, p. 95)

Ora, não é possível imaginar que o espaço escolar encontre-se de alguma forma alheio às representações sociais e hierarquias simbólicas e de status da sociedade em geral; em

verdade, as práticas de intimidação (conhecidas como *bullying*) refletem preconceitos e valores da sociedade que são incorporados no processo de socialização das crianças (ANTUNES e ZUIN, 2008). Estas práticas infantis revelam, portanto, traços dos preconceitos que cercam os migrantes bolivianos. Alguns filhos de bolivianos, nascidos no Brasil, se defendem deste tipo de agressões (ou mesmo da mera identificação delas como bolivianas) com a frase “eu não sou boliviano, meu pai é que é boliviano”. Esta alegação, bastante comum, demonstra a vergonha que sentem frente a uma identificação com uma posição subalterna, a um tipo específico de *outsider* (ELIAS e SCOTSON, 2000). O sentimento de vergonha demonstra a consciência que têm da carga simbólica negativa associada aos migrantes bolivianos. Ao se identificarem como brasileiros, procuram se dissociar deste pertencimento subalterno. Isso se reflete, inclusive, na questão da língua, uma vez que grande parte das crianças nascidas ou criadas no Brasil somente aprende o português. Assim, seria possível argumentar que estas “provocações infantis” são expressão e manifestação de um conjunto simbólico pejorativo a respeito dos bolivianos.

É interessante observar a distinção entre preconceito e discriminação: “O preconceito é uma linguagem difusa presente na fala das pessoas, nas expressões jocosas, nas representações simbólicas, já a discriminação diz respeito às ações práticas de pessoas ou de instituições visando atingir diretamente a quem se quer excluir” (SILVA, 2008: 39). Iara Xavier (2010) argumenta que, no imaginário coletivo e em alguns estudos, os migrantes bolivianos são retratados a partir do trinômio “escravo-ilegal-invisível”, imagem que homogeneíza suas diferentes situações e inserções e sintetiza os preconceitos a respeito deles. Estes migrantes seriam caracterizados indistintamente como estando em situação migratória irregular, submetidos a condições extremas de exploração do trabalho e confinados à uma espécie de “submundo” urbano do setor de confecções, seriam “invisíveis” aos olhos da população local. A autora problematiza esses estereótipos de maneira interessante, não cabendo reproduzir seus argumentos aqui. Neste texto, proponho tecer considerações a partir deste trinômio que apontem para a relevância das diferenças de classe social, que são importantes tanto para entender a origem de alguns desses preconceitos como para questioná-los e dar conta das estratégias dos atores frente a eles.

Existe uma associação simbólica entre a migração boliviana para São Paulo e o trabalho escravo; Sidney da Silva (1997, 2008) argumenta que ele chega a constituir um estigma a respeito dessa população. No capítulo 3 já foi feita a descrição do sistema de

confeções e das condições de trabalho e da migração que dão margem à existência de diversas situações de privação de liberdade. As diferentes condições em que se encontram os migrantes variam num amplo *continuum*, em que casos de privações mais severas são raros e associados principalmente a recém-chegados que migram dispondo de poucos contatos na cidade e conhecimentos sobre seu destino. Contudo, paira sobre o conjunto desses migrantes a imagem de escravos. Nas primeiras reportagens da mídia sobre este fluxo migratório, na década de 1990, fala-se abertamente em “senzalas” e “mercados de escravos”;⁶ mais recentemente, as reportagens enfocam as ações de fiscalização do Ministério Público do Trabalho.⁷ O teor das abordagens se tornou menos sensacionalista, mas o conteúdo permanece sendo o trabalho escravo envolvendo bolivianos – agora tanto como explorados como quanto exploradores, quando se tornaram donos das oficinas. Manetta (2012) descreve como a visibilidade dos bolivianos na mídia brasileira se dá em torno do trabalho escravo e da associação com o tráfico de drogas. Até mesmo documentos oficiais do governo brasileiro, que tratam do tema do trabalho escravo, fazem associações quase diretas à migração boliviana, a partir de generalizações que desconsideram a presença de trabalhadores de outras nacionalidades nos mesmos postos em condições similares (BRASIL, 2012a). O tema da ilegalidade se confunde, então, com o caráter criminoso do trabalho escravo, e está associado a uma noção de ilegitimidade da presença dos migrantes.⁸

Não cabe aqui discutir a pertinência da categoria de trabalho escravo (ou redução à condição análoga de escravo, como é a tipificação do artigo 149 do Código Penal Brasileiro) para descrever a miríade de situações de trabalho experimentadas pelos migrantes bolivianos, em especial no setor de confeções. Contudo, é interessante analisar os temas que são associados à questão do trabalho escravo nos diversos discursos dos atores e identificar como as diferenças de classe social constituem elemento central.

Em alguns discursos, a questão do trabalho escravo está associada à noção de que a migração constituiria uma “fuga da miséria”; na ausência de melhores opções no seu local de origem, os migrantes estariam dispostos a aceitar condições aviltantes. Uma variante desta posição consiste em afirmar que muitos dos migrantes eram mineiros na Bolívia, e lá estariam

⁶ Por exemplo, algumas manchetes da época: “Trabalhadores se oferecem na praça, como escravos”, 13 de dezembro de 1992 (O Globo); “Senzala paulistana”, 19 de maio de 1993, pp. 48-51 (Veja); “Há escravos em São Paulo. Estão em prisões infectas nos subterrâneos”, 18 de março de 2001, C4, (O Estado de S. Paulo).

⁷ Por exemplo: “Trabalho no Bom Retiro terá fiscalização”, 18 de novembro de 2007, B7 (Folha de S. Paulo); “Varejo faz acordo sobre bolivianos ilegais”, 9 de dezembro de 2007, B20 (Folha de S. Paulo).

⁸ O elemento de classe por trás do caráter irregular das migrações contemporâneas de mão de obra não qualificada foi discutido amplamente na seção anterior, e não será retomado aqui.

acostumados a longas jornadas em condições insalubres.⁹ Outra posição consiste em afirmar que os atuais migrantes são indígenas, de origem camponesa, e que desconhecem as leis trabalhistas e, por isso, aceitam condições proibidas em lei e cometem “excessos”.¹⁰ Estas interpretações convergem em apontar como causa em última instância do trabalho escravo o fato desses migrantes serem desprovidos de recursos de diversos tipos (financeiros, educacionais e de formação profissional, de informação). Em uma palavra, sua pobreza prévia (leia-se sua extração de classe) se torna a única explicação para o fato de que estejam submetidos a suas atuais condições de trabalho. Assim, sua pobreza anterior lhes impediria de ter acesso a informações e meios para sair dessa condição; ou sua pobreza anterior era tamanha que mesmo o trabalho degradante no setor de confecções seria considerado uma melhor opção.¹¹

O tema da motivação do migrante temporário ou de primeira geração (cf. PIORE, 1979; SALES, 1999; SASSEN, 2010), que ajuda a compreender a relação dos migrantes com o trabalho, foi abordado no capítulo 3 e será desenvolvido no capítulo seguinte, não cabendo aqui uma análise mais detida nesta seção. Porém, cabe destacar que, segundo estas interpretações veiculadas pela mídia brasileira e por outros migrantes bolivianos, a origem do trabalho escravo se encontra justamente na extração de classe dos migrantes recentes; extremamente pobres e destituídos, seriam vítimas fáceis de abusos ou teriam escapado de situações piores em seu país de origem.

Embora a maioria dos migrantes bolivianos rejeite a categoria de escravo para descrever sua situação, é possível perceber em alguns casos o uso do termo para fins de organização coletiva. Este é o caso da cooperativa de donos de oficina, descrita no capítulo anterior. Em uma de suas mais importantes reuniões, em que o grupo inicial convidou novos

⁹ É interessante notar que um dos entrevistados desta pesquisa era mineiro na Bolívia e, ao descrever sua surpresa com as condições de trabalho que encontrou em São Paulo, contrastou-as justamente com seu antigo emprego como mineiro. Apontou como vantagens do trabalho como mineiro o fato de ter jornada de trabalho fixa (trabalhava das 8h às 17h) e ter salário fixo. Em São Paulo, onde recebe por produção, acabava tendo que trabalhar em longas jornadas para obter um bom salário, estando sujeito aos prazos reduzidos dados pelas empresas confeccionistas e sendo responsável por administrar riscos relacionados ao controle de qualidade da produção.

¹⁰ Posição de membros da diretoria da ADRB (Associação dos Residentes Bolivianos), em reunião de agosto de 2010. Conforme será apresentado adiante, a ADRB está vinculada ao fluxo migratório anterior, de bolivianos de classe média.

¹¹ Outra explicação, de caráter culturalista, consiste em afirmar que o trabalho escravo decorre de especificidades culturais dos povos andinos. Estes compartilhariam uma concepção de família extensa, que implica obrigações de cooperação e reciprocidade entre seus membros. Assim, o que ocorreria seria a cooperação entre familiares em um contexto de trabalho intenso. Esta é a posição de Ruth Camacho, advogada do Centro Pastoral dos Migrantes (CPM) e filha de bolivianos nascida no Brasil, e de Dirceu Cutti, também ligado ao CPM, defendida em diversos eventos ao longo de 2010.

integrantes, seu presidente Carlos* afirmou que “nós bolivianos fomos escravos por 500 anos na Bolívia; chegando aqui, fomos escravos dos coreanos; agora, chegou a hora de termos nossa independência”. A noção de trabalho escravo é trazida como recurso discursivo para convencer os demais interessados a aderir. Nesse caso, o trabalho escravo surge como a antítese do projeto de ascensão social compartilhado por todos, e a cooperativa é apresentada como o veículo que viabilizará tal ascensão.

A questão da invisibilidade dos migrantes é levantada por diversos estudos acadêmicos e atores sociais, por vezes de forma contraditória. Primeiramente, existe a associação da invisibilidade à situação migratória irregular; assim, por medo de serem “descobertos”, os migrantes evitariam os espaços públicos (CYMBALISTA e XAVIER, 2007), explicação que estudos posteriores rechaçam (XAVIER, 2010). Especialmente nos bairros em que há grande concentração de migrantes bolivianos, é evidente que não é possível falar de sua invisibilidade, no sentido da sua ausência no espaço público. Nesses e em muitos locais, os bolivianos se tornaram uma presença marcante. Em outros contextos, argumenta-se que os migrantes são “invisíveis” do ponto de vista do Estado e das políticas públicas, no sentido de que elas não observam nem promovem os direitos dos migrantes. Além disso, quando os migrantes têm acesso às políticas, como é o caso da educação, elas não considerariam suas especificidades e necessidades, impossibilitando o exercício pleno deste direito (MAGALHÃES, 2010).

A invisibilidade também é pensada no contexto de estratégias individuais de ascensão social: alguns migrantes tentariam se “misturar” à sociedade brasileira, afastando-se dos outros de mesma nacionalidade, com o objetivo de se dissociar dos preconceitos que pairam sobre esse grupo. Assim, abrir mão de vestimentas tradicionais seria uma maneira de diminuir a visibilidade sobre seus pertencimentos étnicos (SILVA, 2005). Vidal, por sua vez, contesta mesmo a existência de tal estratégia, alegando a “ausência de uma estratégia de invisibilidade por parte da maioria dos migrantes bolivianos que não tentam modificar sua aparência mudando de roupa ou de corte de cabelo. Pelo contrário, é fácil ver que os bolivianos não se escondem” (VIDAL, 2012, p. 97).

É difícil apresentar um diagnóstico definitivo a respeito desta questão, especialmente pelo fato de que as diferentes situações são possíveis e verificáveis em meio à diversidade de migrantes bolivianos na cidade. Contudo, a consideração das questões de classe social é importante para interpretar estas diferentes situações. Com relação aos migrantes mais

antigos, oriundos da classe média boliviana, a questão das vestimentas típicas nem se coloca; trata-se de um estrato populacional que também na Bolívia adotava vestimentas ocidentais. Entre os migrantes mais pobres, grande parte de origem indígena, é possível identificar algumas mulheres que usam as saias compridas das indígenas (versões mais simples das *polleras*) e as duas longas tranças no cabelo. Porém, a partir das observações realizadas em diversos espaços e momentos – inclusive nas festas religiosas e nacionais –, é possível afirmar com alguma segurança de que se trata de uma minoria.¹² A maioria dos migrantes utilizam roupas que não se distinguem daquelas dos brasileiros de mesma classe social. Além disso, é interessante notar que, especialmente entre aqueles que obtiveram alguma ascensão como costureiros e depois donos de oficina, há interesse em utilizar roupas da moda atual. A roupa, nesse caso, se torna um importante marcador da ascensão de classe atingida, ao lado de outros elementos como o uso de celulares de última geração e outros equipamentos eletrônicos, como filmadoras e câmeras digitais.

Silva (1997), conforme mencionado, argumenta que o abandono de vestimentas tradicionais se deveria a uma estratégia de mobilidade social ascendente, visando à dissociação de suas origens nacionais. Esta parece ser uma interpretação plausível, e indica como os atores podem lançar mão de formas de invisibilidade (no sentido de buscar maior semelhança com o que consideram serem os padrões da sociedade local) ou de visibilidade (no sentido da distinção obtida por meio da ostentação de bens de consumo) orientados por considerações de classe social e de mobilidade social ascendente.

Os pontos levantados ajudam a compor o quadro simbólico que constitui uma série de preconceitos a respeito dos migrantes bolivianos, e apresentar as raízes de classe por trás deles. É importante ressaltar que, por vezes, estes preconceitos resultam em discriminação aberta. Sidney da Silva (1997, 2005) relata como moradores do Pari pressionaram pela mudança da Feira que atualmente se encontra na Praça Kantuta, sob a alegação de que os bolivianos faziam sujeira, barulho e bebiam muito. A associação com o alcoolismo também está presente na mídia e em muitos discursos dos nativos a respeito dos migrantes. Não são poucos os relatos de violência nas escolas ou nas ruas de que são vítimas os migrantes bolivianos (MAGALHÃES, 2010). Casos de espancamento aparentemente motivados apenas pela aparência dos migrantes surgem em diversos relatos.

¹² Vide imagem na seção seguinte, página 129.

Este quadro geral a respeito das relações dos migrantes com o Estado brasileiro e sua inserção no espaço público brasileiro servirá de pano de fundo para a análise dos processos de organização e associação dos migrantes bolivianos com base nas classes sociais, que será realizada na próxima seção.

4.3 FORMAS DE ASSOCIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO COLETIVA E INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO

As classes sociais não são atores em si; elas consistem de conjuntos de agentes que compartilham posições semelhantes no mercado de bens e serviços e que, portanto, têm um destino comum (WEBER, 1999). Estas condições compartilhadas podem vir se tornar a base a partir da qual se estabelecem ações coletivas, inclusive de disputa de poder na comunidade política. Outros tipos de identificação coletiva – como a nacionalidade ou etnia – também podem ser a base para a ação coletiva, associados ou não às diferentes situações de classe.

É possível identificar iniciativas diversas de organização coletiva que envolvem os migrantes bolivianos em São Paulo – estruturadas com base em fatores diversos como etnia, nacionalidade e classe social. Esta seção discutirá as formas de organização coletiva com base de classe dos bolivianos residentes na cidade, apontando sua articulação com outras formas de identidades.

O primeiro fluxo de migrantes bolivianos, de perfil de classe média profissional, deu origem a algumas associações. A mais antiga delas é a ADRB (Associação dos Residentes Bolivianos), fundada em 1969, bastante representativa das demais associações vinculadas a este segmento de migrantes. Ela surgiu com o propósito de reunir os jovens moradores na cidade, muitos deles estudantes, especialmente em torno de atividades esportivas (com destaque para o futebol): a sigla significava inicialmente Associação *Desportiva* dos Residentes Bolivianos. Embora seja possível que ela tenha incluído migrantes de outros perfis de classe, a imagem que permaneceu e que até hoje a associação busca projetar é de que reúne profissionais liberais, sendo muitos deles migrantes por motivos políticos. Isso se demonstra, por exemplo, na ênfase que se dá em relatos e em publicações da associação ao fato de que um de seus membros fundadores teria sido o médico que atendeu Che Guevara na Bolívia, em

1967, e o declarou morto. Assim, a associação se apresenta como um agrupamento de ilustres, pessoas cujos importantes vínculos políticos os levaram à migração.

Segundo relatos dos próprios membros da ADRB, ela teria sofrido certo esvaziamento ao longo dos anos. À medida que muitos membros deixaram o país (retornando à Bolívia ou migrando para outros destinos), a associação se enfraqueceu. Além disso, com o crescimento da migração de bolivianos pobres, a associação teve dificuldades em definir seus interlocutores prioritários e seus objetivos. Por algum tempo, se tornou apenas um espaço voltado para fins privados e individuais, como o aluguel de salas para consultórios de dentistas.

A ADRB, assim como outras associações fundadas por estes migrantes profissionais, como o Círculo Boliviano (de 1975), é historicamente próxima ao Centro Pastoral dos Migrantes, entidade católica vinculada à ordem dos escalabrinianos e que tem como principal objetivo atuar junto aos migrantes em questões culturais e espirituais.¹³ Além de compartilharem em parte seus públicos, há laços de parentesco e amizade que unem os migrantes que atuam nas duas instituições. Estes migrantes também são os que têm maior influência junto ao consulado boliviano em São Paulo; as disputas que os envolvem seriam as responsáveis, segundo relatos, pela alta rotatividade de cônsules, que têm dificuldade em permanecer no cargo.

Nos últimos anos, a ADRB tem procurado uma renovação de sua atuação, tendo em vista a transformação do perfil e da quantidade de migrantes bolivianos em São Paulo. Após uma mudança de direção, está elaborando projetos de atuação junto às crianças bolivianas ou filhas de bolivianos que estudam em São Paulo, tendo em vista as dificuldades já descritas que enfrentam no espaço escolar. Outra ideia da nova direção é estabelecer a “Casa do Boliviano” – espaço multifuncional em que seriam oferecidos serviços de assistência aos migrantes em geral, além de receber eventos e servir como espaço de sociabilidade.

Assim, é possível sugerir que, frente à alteração da composição da população boliviana em São Paulo, estes migrantes mais antigos, de classe média, estão recompondo suas entidades associativas visando ampliar seu escopo de atuação. O que está em disputa é a

¹³ Sidney da Silva, autor dos primeiros estudos sobre bolivianos, era padre do Centro Pastoral dos Migrantes. A ênfase de seus estudos nas transformações das práticas culturais e religiosas no contexto migratório reflete a própria atuação do Centro Pastoral dos Migrantes, que visa propiciar espaços de expressão da religiosidade dos povos andinos no contexto de uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica (cf. SILVA, 1997; 2003; 2005; 2006; 2008; 2012).

possibilidade de ganhos de status frente ao grupo de nacionais, uma vez que frente à sociedade brasileira os migrantes de classe média também se encontram em posição simbólica frágil, devido aos estereótipos e preconceitos que existem a respeito dos bolivianos. Embora sua situação de classe os coloque em posição mais favorável, eles também estão sujeitos aos preconceitos relacionados à sua origem, de um país pobre e periférico, e aos preconceitos que se aplicam de forma generalizada aos bolivianos em São Paulo.

Estas estratégias de projeção de status dos migrantes de classe média se manifestam principalmente nos espaços de contato com a população boliviana em geral. Um desses espaços são as rádios comunitárias, em que alguns desses migrantes mantêm programas voltados para os bolivianos, de caráter educativo, informativo, entretenimento etc. Outro espaço importante, descrito por Sidney da Silva em suas pesquisas (cf. SILVA, 2003), é o das festas. Com o crescimento da população boliviana em São Paulo, se multiplicaram as festas de caráter nacional e/ou religioso. Não cabe aqui fazer uma discussão detalhada a respeito dessas festas; para isso, as obras de Sidney da Silva oferecem interessantes reflexões. Somente serão destacados alguns pontos mais importantes para os fins desta pesquisa.

A festa mais importante é a Festa de Nossa Senhora de Copacabana, de 5 de agosto, celebrada conjuntamente com o dia da independência da Bolívia, 6 de agosto. Inicialmente organizada pelo Centro Pastoral dos Migrantes, agora a festa atingiu grandes proporções – recebendo alguns milhares de pessoas num final de semana – e é realizada no Memorial da América Latina.

Imagem 1. Público assiste à entrada de grupos de dança na Festa de Nossa Senhora de Copacabana, em 07 de agosto de 2010, no Memorial da América Latina (fonte: arquivo da autora).

A festa conta com a participação de diversos grupos de danças típicas da Bolívia, como a *morenada*, *diablada*, *caporales*, entre outras, que se apresentam ao longo do final de semana. A participação nesses grupos de dança – que mantêm atividades ao longo de todo o ano – é uma atividade de prestígio entre muitos migrantes, e é um dos meios encontrados para projeção de seu sucesso financeiro e status. Em primeiro lugar, porque participar regularmente dos ensaios e atividades dos grupos de dança requer tempo, escasso para a maioria dos migrantes que trabalham no setor de confecções. Em segundo lugar, porque a confecção das roupas típicas usadas nas apresentações é complexa e cara; segundo migrantes, uma roupa pode custar mais de R\$ 1.000,00.

Imagem 2. Grupo de mulheres bolivianas se prepara antes de apresentação de dança na Festa de Nossa Senhora de Copacaba, em 07 de agosto de 2010, no Memorial da América Latina (fonte: arquivo da autora).

Outras festas, como a de *Alasitas*, são importantes ocasiões em que se procura projetar status e o sucesso do projeto migratório frente aos demais conterrâneos. A festa de *Alasitas*, realizada em janeiro, celebra a fertilidade e a prosperidade, em homenagem ao deus *Ekeko*. O ritual envolve a compra e oferta ao deus da abundância de miniaturas que representam seus desejos de prosperidade. É muito interessante como, no contexto de migração, a prosperidade ansiada se expressa em miniaturas de carros, casas e outros bens que indicam a ascensão almejada para a classe média, mas também em miniaturas diretamente vinculadas à experiência migratória, como de malas cheias de passaportes carimbados e pequenas notas falsas de dólares, euros e reais. Na compra das miniaturas que expressam os pedidos de prosperidade futura, também é possível tornar visível a prosperidade do presente: os tipos, tamanhos e preços das miniaturas variam desde um ou dois reais até mais de uma centena. A escolha da miniatura, portanto, tem também o papel de demonstrar o sucesso atingido por meio da migração. No auge da festa, após a cerimônia, a pessoa fantasiada que representa o

deus *Ekeko* percorre o espaço da festa lançando ao ar notas falsas de dólares, disputadas pelas crianças que o seguem.

Os migrantes pobres, especialmente aqueles que trabalham no setor de confecções, têm pouco tempo para lazer e outras atividades. Com extensas jornadas durante a semana, os finais de semana costumam ser reservados para realizar tarefas domésticas ou descansar. Uma atividade bastante popular é a participação nas ligas de futebol dispersas pela cidade (cf. ALVES, 2012), assim como a visita às feiras organizadas por bolivianos, especialmente as feiras da Praça Kantuta e da Rua Coimbra, e outras menores realizadas em diversos bairros. Embora não tenha sido possível realizar uma exploração sistemática, há claros indícios de que vem aumentando progressivamente a frequência de migrantes bolivianos em igrejas evangélicas neopetencostais, especialmente a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus. Em alguns locais de grande concentração de migrantes bolivianos, há mesmo cultos em espanhol voltados especificamente para essa população, como é o caso da grande unidade da Igreja Universal na Avenida Celso Garcia, no Brás. Com sua ênfase no sucesso material e na ascensão social (ALMEIDA, 2009), estas igrejas oferecem respostas aos anseios de migrantes que trabalham em duras condições com objetivos de conseguir ascensão social, traduzida em bens de consumo. Ao mesmo tempo, a Igreja Católica, em especial o Centro Pastoral dos Migrantes, tem diminuído sua capacidade de atrair os fiéis migrantes, embora entre os migrantes de classe média esta perda parece não ter sido tão importante.

Embora surjam inúmeras associações de migrantes bolivianos, elas também desaparecem facilmente. Especialmente entre os mais pobres, há muita desconfiança com relação às associações, pois segundo relatos muitas delas sofreram desvios de recursos. Até mesmo a Associação Kantuta, responsável pela organização da feira de mesmo nome e uma das mais estáveis, já sofreu denúncias de irregularidades. Os líderes de associações apontam a desconfiança com relação aos objetivos dos participantes e as rivalidades como as principais razões que impedem a adesão de novos membros.

Além das associações com fins culturais, existem outras com fins econômicos, principalmente na forma de cooperativas. Seu sucesso e permanência são variáveis; no setor de confecções, como demonstrou Carlos Freire da Silva (2008), as cooperativas não oferecem condições de trabalho diferentes para os costureiros, uma vez que estão submetidas às mesmas pressões e condições da cadeia produtiva como um todo. Algumas iniciativas, entre donos de oficina, são um pouco mais bem sucedidas; além de proporcionar aos seus membros

ganhos financeiros, também oferecem ganhos de status frente ao grupo de conacionais, pela visibilidade que garantem.

Há também formas de engajamento com caráter mais especificamente político. Entre alguns migrantes pobres que chegaram no Brasil nas décadas anteriores ou no início dos anos 1990, alguns se envolveram em movimentos sociais locais, como o movimento de moradia na cidade, ou em sindicatos. Embora não seja possível determiná-lo com precisão, hoje parece ser menos comum este tipo de engajamento. Alguns fatores dão conta deste fenômeno. Por um lado, este engajamento em movimentos sociais era mais comum num momento em que, na esteira do processo de redemocratização do país, havia certa efervescência política; em uma palavra, havia maior número de grupos previamente existentes aos quais os migrantes poderiam aderir. Por outro lado, a transformação nas características do fluxo migratório também reduz as possibilidades de engajamento nesses movimentos locais, em parte devido à concentração num setor que oferece poucas possibilidades de contato com outros trabalhadores (conforme discussão da *work situation* dos migrantes, realizada no capítulo anterior). Não é por acaso que algumas iniciativas mais promissoras de associação surgiram entre migrantes inseridos no comércio ambulante. Também contribui para isso a expansão da população boliviana em São Paulo, que torna possível para alguns migrantes não conviverem diariamente com brasileiros.

Surge nos últimos anos um incipiente ativismo político migrante, estimulado principalmente por entidades assistenciais (CDHIC e CAMI) e sindicais (como a Central Sindical das Américas – CSA), que envolve bolivianos e migrantes de outras nacionalidades, principalmente latino-americanos. Tem como principal momento a realização da Marcha do Imigrante, realizada anualmente em dezembro desde 2006. A cada ano, aborda algum tema de interesse dos migrantes, como o direito ao voto, trabalho decente e cidadania universal. Embora as marchas ainda não reúnam muitas pessoas – estima-se que a de 2011 tenha tido entre 250 e 500 participantes –, elas já conseguem obter uma visibilidade incipiente na grande mídia (cf. EM SP..., 2011). Os participantes costumam ser vinculados a diferentes associações existentes (de fins econômicos, culturais, entre outros) e são convocados a se engajar por meio delas. As marchas também conferem visibilidade a estas diferentes lideranças, que representam os diversos estratos de migrantes. Assim, o engajamento em associações (inclusive as de caráter cultural) lhes franqueia acesso ao espaço público como representantes

de grupos sociais, tanto do ponto de vista da sociedade brasileira em geral, como de outros migrantes.

Também se deve lembrar a existência de mobilização política vinculada a seu país de origem, a Bolívia. Segundo Domenech e Magliano (2009), o Estado boliviano vem passando por importantes inflexões no que diz respeito a suas políticas referentes à migração. De acordo com os autores, durante todo o século XX, a despeito dos diferentes regimes e governos que se sucederam, há uma forte continuidade na legislação e no posicionamento do Estado frente às questões migratórias. Por um lado, prevaleceu uma visão securitária a respeito dos imigrantes, visando estabelecer mecanismos de controle. Por outro lado, a emigração de bolivianos só deixou de ser indiferente para o Estado boliviano quando este promoveu medidas para evitar a saída de população e as perdas demográficas decorrentes, inclusive de imigrantes, tendo como objetivo o desenvolvimento nacional. Isto se altera a partir de 2006, com a ascensão de Evo Morales e de seu partido, MAS (*Movimiento al Socialismo*), ao poder. A partir de então, os emigrantes passaram a ser considerados agentes do desenvolvimento nacional, especialmente devido a suas contribuições via remessas, e a defesa de seus direitos foi assumida em fóruns internacionais pelo governo. A participação dos emigrantes passa a ser solicitada também no âmbito político:

Como contrapartida, en nombre de nociones como democracia, unidad nacional, participación, justicia e igualdad, el gobierno nacional – a través de la figura presidencial – exhorta a aquellos ciudadanos que se encuentran fuera del territorio nacional boliviano a apoyar la construcción del proyecto político que se lleva adelante en Bolivia mediante su contribución en las urnas: el *voto en el exterior*.¹⁴ (DOMENECH e MAGLIANO, 2009, p. 236; grifo dos autores)

O voto dos migrantes no exterior também faz parte de uma estratégia do partido no poder, que considera que aqueles seriam favoráveis a seu projeto político. Com o apoio especialmente do CAMI na divulgação, muitos migrantes foram informados da possibilidade de participar das eleições bolivianas e o fizeram em 2009. Parece, assim, que o Estado boliviano está promovendo alterações na relação com seus cidadãos, semelhantes ao que fizeram pequenos países com forte emigração, como o Haiti, no sentido da estruturação de um Estado não territorial (BASCH, GLICK-SCHILLER e BLANC-SZANTON, 1994). Somente será possível afirmar se isto se tornará uma característica mais estável do Estado boliviano e

¹⁴ Tradução livre: “Como contrapartida, em nome de noções como democracia, unidade nacional, participação, justiça e igualdade, o governo nacional – por meio da figura presidencial – exorta aqueles cidadãos que se encontram fora do território nacional boliviano a apoiar a construção do projeto político que se leva adiante na Bolívia, mediante sua contribuição nas urnas: o *voto no exterior*.”

se promoverá maior engajamento político transnacional dos migrantes bolivianos nos próximos anos e, especialmente, após alternância no poder.

4.4 AS FRONTEIRAS DE CLASSE NAS ASSOCIAÇÕES

O caráter de classe das diferentes formas de associação dos migrantes mencionadas fica claro quando analisamos a trajetória de Cristina*, uma migrante que, por conta de características suas e de família, circulou pelos diferentes espaços frequentados tanto pela classe média de migrantes bolivianos profissionais quanto pelos costureiros.

Cristina, 28 anos, é a filha mais velha de uma família de La Paz. Tanto seu pai quanto sua mãe frequentaram apenas o ensino básico. Entretanto, após ocupar diversos cargos administrativos, seu pai conseguiu ascender na editora de revistas em que trabalhava, tornando-se o responsável administrativo de uma de suas unidades. Contudo, sua carreira começou a declinar a partir de uma série de problemas pessoais desencadeados pelo alcoolismo, até que ele perdeu o emprego. Uma de suas filhas teve problemas de saúde e os médicos recomendaram que ela fosse a outro país onde houvesse aparelhos que pudessem mensurar se ela havia perdido totalmente a audição ou não. O Brasil foi o país escolhido por ter atendimento médico gratuito e por ser próximo, fazendo com que fosse possível para a família pagar a viagem. A migração foi precipitada por esta questão de saúde, num contexto em que a família já se encontrava em crise pelo desemprego do pai.

Após a instalação do pai, vieram a mãe e os demais filhos, quando Cristina tinha 15 anos. A migração de toda a família se tornou possível devido à existência de um mercado de trabalho em que poderiam se inserir com facilidade: a costura. O restante de suas trajetórias é marcado pelo esforço coletivo em buscar vias de ascensão alternativas frente ao fracasso do pai da família em seu antigo emprego. Nesse sentido, é particularmente marcante a disciplina familiar rígida mantida pelos pais; os filhos são muito cobrados e Cristina sempre esteve destinada, na visão dos pais, a frequentar a universidade. Além disso, os pais de Cristina sempre foram muito protetores e faziam o possível para evitar que ela se envolvesse com as “más influências” que conhecia na escola. Conforme argumentam Portes, Haller e Fernández-Kelly (2008), famílias bem estruturadas, em que permanecem os papéis tradicionais de pais e filhos e sua relação de autoridade, são um importante fator no sucesso posterior dos migrantes

de segunda geração ou daqueles que migraram ainda crianças. Isto parece se confirmar na trajetória de Cristina.

Ao frequentar um curso extracurricular de administração, quando ainda estava no ensino médio, Cristina conheceu uma colega, filha de bolivianos, que lhe apresentou a outros bolivianos ligados às associações de classe média. Esta colega era filha de um dentista, membro da ADRB. Seu pai, que já era próximo da Bolbra (Associação Comercial Brasil Bolívia, entidade que reunia bolivianos ligados ao setor de confecções, em geral proprietários de oficinas), também entrou em contato então com a ADRB. Foi aí que se iniciou uma sequência de colaborações de Cristina com diversas associações de migrantes bolivianos.

Quando já tinha iniciado seus estudos de contabilidade (curso escolhido pelo pai), numa faculdade privada de São Paulo, Cristina participou da redação do periódico que era editado pela ADRB, *La Puerta del Sol*. Acreditava que seria um instrumento importante para ajudar a informar os bolivianos, mas decepcionou-se ao avaliar que havia mais preocupação com os anúncios do que com o conteúdo do periódico. Depois, Cristina participou da apresentação de um programa numa rádio comunitária, voltado para crianças. Ela queria falar sobre questões que julgava importantes para as crianças como, por exemplo, incentivá-las a aprender a falar espanhol; como na rádio queriam que ela falasse menos e tocasse mais músicas, desistiu. Também tentou se envolver nas atividades da Bolbra, mas não teve sucesso. Por intermédio de lideranças do Centro Pastoral do Migrante, foi convidada a auxiliar no atendimento a bolivianos que queriam se regularizar por meio do Acordo Brasil-Bolívia, em 2005, oferecido por um pastor de uma igreja evangélica. Um de seus irmãos também foi voluntário como instrutor em aulas de informática oferecidas por esse pastor. Contudo, quando descobriram que a igreja tinha cobrado taxas para oferecer assistência para regularização migratória e para as aulas de informática, romperam com o pastor.

Após se formar como contadora, Cristina trabalhou em algumas grandes empresas, sediadas no centro financeiro de São Paulo, a Avenida Paulista. Após alguns desentendimentos, e para ajudar a mãe, que queria vender sua própria produção, Cristina montou um box num shopping do Brás, onde vendia as peças desenhadas por seu pai (que a esse altura havia feito um curso de modelista) e costuradas pela sua mãe. Lá, conheceu um grupo de donos de oficina que vendia suas produções na Feirinha da Madrugada do Brás, e integrou sua cooperativa. Hoje, está um pouco afastada da cooperativa, incerta sobre se deve

acompanhar seu ex-marido, engenheiro formado na Bolívia, que está de mudança para Piracicaba, no interior de São Paulo.

Enquanto circulou nos espaços da classe média profissional boliviana, Cristina sentiu diversos incômodos. Tendo grande influência em sua formação da Igreja Adventista, que frequentava com sua avó na Bolívia, Cristina tem forte senso moral e se indignava ao ver que as associações não eram voltadas para o bem do que chama a “comunidade boliviana”, mas sim para benefícios pessoais. Segundo ela, o que via eram pessoas que tentavam promover sua própria imagem ou, ainda pior, obter ganhos financeiros com as associações. Cristina não parece ter tido muita dificuldade em ter acesso a esses espaços; é uma jovem bonita, educada e que fez amigos desses círculos por meio dos espaços de ensino que frequentou. Mas, com o passar do tempo, sentia-se discriminada: “me tratava[m], como costureira, porque meu pai era costureiro. Então há certa discriminação, porque eu também fui costureira”. Em verdade, Cristina conseguiu cursar faculdade à custa de sacrifícios familiares, mas dela própria também: desde que chegou ao Brasil até se formar, Cristina sempre trabalhou como costureira para seu pai, sem nunca ter recebido algum pagamento como salário, a não ser seu sustento e estudos.

Contudo, ao frequentar as associações dos “costureiros” – na verdade, somente de donos de oficinas, costureiros que conseguiram alcançar alguma ascensão –, Cristina também se sentia e era tratada de forma diferente, por ser uma “profissional” que tem curso superior, que havia sido casada com um engenheiro. Foi convidada para participar da cooperativa porque era contadora e poderia cuidar das finanças do grupo; além disso, sua fluência em português e habilidades interpessoais a tornaram um membro crucial em diversos momentos, como na aproximação com bancos para verificar possibilidades de financiamento. Embora vendesse roupas no mesmo shopping que os demais, não atuava como ambulante na madrugada como eles. Sempre muito bem vestida, Cristina visivelmente causava estranhamentos. Costureira entre os profissionais, e profissional entre os costureiros, Cristina circula entre os dois mundos, sentindo não pertencer verdadeiramente a nenhum deles.

O caso de Cristina ilustrou como as diferenças de classe social são elementos centrais nas formas de organização coletiva dos migrantes bolivianos. Mostra, assim, como há uma base de classe a partir da qual se estruturam essas possibilidades de atuação no espaço público. Do mesmo modo, as seções anteriores apontaram como as diferenças de classe social são fundamentais para compreender a relação dos migrantes com o Estado brasileiro e a

origem e o tipo de preconceitos com os quais se defrontam. Apresentaram, assim, como a partir de diferentes situações de classe – ou seja, as diferentes inserções no mercado de trabalho, descritas no capítulo anterior – os migrantes se organizam e atuam no espaço público, lidando com a carga simbólica negativa dos estereótipos e preconceitos com que se defrontam.

5 TRAJETÓRIAS, ESTRATÉGIAS E ASCENSÃO SOCIAL: A PERSPECTIVA DOS ATORES

Os capítulos anteriores fizeram um mapeamento amplo a respeito do fluxo migratório boliviano. Foram apresentadas sua extração de classe na Bolívia, suas possibilidades de inserção e situação de classe em São Paulo e suas possibilidades de associação e organização coletiva, contextualizadas a partir de sua relação com o Estado e as políticas públicas e seu acesso ao espaço público. Assim, foi possível identificar as diversas posições em que se encontram os migrantes bolivianos na hierarquia de classes sociais, articulando a elas suas simbolizações e organização com base de classe. A partir do mapeamento realizado, este capítulo tem como objetivo captar a dinâmica dos fluxos migratórios, enriquecendo sua análise a partir da perspectiva dos agentes e de suas estratégias nos espaços sociais descritos. Em particular, visa demonstrar a centralidade dos projetos de ascensão social na conformação das trajetórias e estratégias dos migrantes.

Este capítulo parte do pressuposto de que as trajetórias dos migrantes são condicionadas e estruturadas por características e constrangimentos referentes à sua inserção nas hierarquias de classes sociais. Isso significa que as diferenças de classes sociais são uma dimensão relevante na compreensão e interpretação dos fluxos migratórios contemporâneos também do ponto de vista microssocial. O nível de análise sociológico do indivíduo também aponta para a estruturação das hierarquias de classes sociais nos processos sociais e nas trajetórias individuais. As trajetórias não são aleatórias, nem podem ser compreendidas somente como mudanças entre posições no espaço geográfico. Ao contrário, elas devem ser compreendidas como percursos no espaço social, estruturados em função das classes sociais (BOURDIEU, 2004).

A hipótese que orienta esta análise é de que a expectativa de ascensão social – ou de frear processos de declínio – é um importante elemento para compreender as trajetórias dos migrantes. Embora não seja o único elemento que compõe a motivação para a migração (que pode incluir, por exemplo, acesso a serviços públicos e simbolizações de pertencimentos étnicos), o objetivo de obter ascensão social é um importante elemento motivador, que deve ser incorporado nas análises. A migração envolve custos e riscos – que vão desde os custos financeiros, dificuldades em encontrar emprego ou moradia, riscos frente às autoridades

migratórias do outro país, dificuldades com a língua e cultura, até as perdas emocionais e afetivas da ausência de seu local de origem. Estes custos e riscos existem mesmo nos casos em que a migração é aceita como estratégia legítima de reprodução social e culturalmente aceita, conforme discutido no capítulo 2. Assim, os atores aceitam esses riscos e se engajam em processos migratórios na expectativa de melhoras em sua situação de vida – traduzida com frequência em expectativas de ascensão social. Além disso, estas expectativas se manifestam não somente no momento da partida, mas orientam a trajetória ao longo do tempo. É por isso que o retorno ao local de origem somente é concebido caso o migrante tenha “sucesso” em seu projeto de ascensão (SAYAD, 2000; para o caso dos bolivianos: SILVA, 1997; ALVES, 2012).

Discutir as trajetórias e estratégias dos atores a partir de seus objetivos de ascensão social pode ajudar a demonstrar a pertinência da dimensão de classe social também para os estudos migratórios que colocam sua ênfase nos atores e suas estratégias, como é o caso de alguns dos estudos sobre as migrações transnacionais apresentados no capítulo 1. As diferenças de classes sociais – e as posições relativas dos atores nas hierarquias de classe social – são, portanto, um importante elemento para compreender suas motivações e objetivos, que se expressam em estratégias migratórias.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma. Após esta introdução, uma seção aborda as contribuições das teorias sobre migrações, inclusive das teorias sobre as migrações transnacionais, para a contextualização e análise das trajetórias de migrantes, apresentando suas conexões com o fluxo migratório em estudo. Em seguida, é apresentada uma tipologia de estratégias de ascensão social dos migrantes bolivianos em São Paulo. Por fim, são discutidas três trajetórias de migrantes que ilustram os diferentes processos discutidos e seu caráter complexo e por vezes ambíguo.

5.1 CONTEXTUALIZANDO AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES

A análise das trajetórias dos atores consiste em interessante procedimento para captar a dinâmica dos fluxos migratórios e investigar as possibilidades de agência dos migrantes. Uma série de contribuições das teorias sobre as migrações internacionais possibilita que se faça uma análise mais rica e complexa dessas trajetórias, de modo a evitar um individualismo

excessivo. A discussão a seguir pretende contextualizar e problematizar as trajetórias e as estratégias de ascensão dos migrantes a partir das relações sociais em que estão inseridos.

Primeiramente, a migração é com frequência uma estratégia familiar; assim, não se devem interpretar as decisões e trajetórias do ponto de vista do indivíduo que migra, mas como uma decisão da unidade familiar. Segundo autores da nova economia das migrações, a migração de um dos membros é uma estratégia familiar com o objetivo de diversificar fontes de renda e garantir acesso a diferentes mercados (de trabalho, crédito e consumo) (STARK e BLOOM, 1985). O caráter familiar das migrações se evidencia, do ponto de vista econômico, pelo envio de remessas. No caso boliviano, o mais comum é que as remessas sejam enviadas de outros países de filhos para seus pais e, em segundo lugar, de pais para seus filhos (OIM, 2011, p. 54). Isso indicaria que, no que se refere ao compartilhamento de recursos na unidade familiar, a unidade de referência seria o núcleo familiar imediato – e não a família estendida. De acordo com a pesquisa de campo realizada, parece haver predominância de jovens que vêm, num momento inicial, para ajudar no sustento de suas famílias, não raro em busca de sua primeira inserção no mercado de trabalho; também há menor número de casais que emigram e enviam recursos para a Bolívia para avós ou parentes que ficaram responsáveis por seus filhos.

Conforme mencionado no capítulo 2, pesquisas antropológicas ressaltam que, em contextos de ampla disseminação de emigração, ela pode se tornar uma estratégia legítima e socialmente reconhecida de reprodução das famílias. A migração de um de seus membros, assim, passaria a ser considerada uma estratégia padrão para o acesso não somente a recursos financeiros e bens de consumo, mas também a bens culturais e simbólicos obtidos por meio da migração. Trata-se das “remessas simbólicas”, expressas na incorporação de padrões comportamentais, de consumo, culturais e estéticos a partir do contato das famílias com os migrantes em outros países. Um exemplo desse processo é a construção de casas pelas famílias que permanecem no país de origem seguindo estilos arquitetônicos do país de destino de seus familiares migrantes, como demarcação simbólica da conexão daquela família com aquele país, como aponta Torre Ávila (2004) no caso do Valle Alto de Cochabamba. No caso, trata-se também de uma estratégia de projeção de status da família adquirido por meio da emigração de um de seus membros.

A migração (exceto em casos de perseguição ou perigos de natureza política) se propõe inicialmente como temporária; o retorno próximo é o que legitima o projeto

migratório, tanto do ponto de vista do próprio migrante, como de seu círculo social e da sociedade (SAYAD, 2000). Por considerar que sua estadia é provisória, o migrante tende a ser mais propenso a aceitar empregos considerados difíceis, penosos ou que estejam na base da hierarquia ocupacional da sociedade de destino; seus ganhos materiais, em termos absolutos, são compensação pela desclassificação que sofrem na sociedade de destino. Isso se explica pelo fato de que a migração, ao menos inicialmente, é concebida como uma estratégia de ascensão social no seu local de origem, frequentemente traduzida no objetivo de acumular recursos para estabelecer negócios próprios. Ao buscar status e ascensão social na sua sociedade de origem, ele aceita piores condições no local de destino em caráter provisório. A migração temporária, segundo Piore (1979), se orientaria por esse tipo de subjetividade do *target earner*, conforme descrito no capítulo 3, que visa acumular recursos para realização de algum fim específico e depois retornar.

No caso da migração boliviana para São Paulo, a percepção por parte do migrante de que sua condição é temporária pode ser, portanto, um importante elemento para compreender a aceitação de difíceis condições de trabalho e o rebaixamento de status – percebido por muitos migrantes, que consideram suas atuais condições como inferiores em relação à sua situação anterior na Bolívia. Além disso, é possível argumentar que, no caso desse fluxo migratório, a temporariedade da migração é também um dado empírico, para grande parte dos migrantes: segundo estimativa do Consulado Boliviano em São Paulo, cerca de dois terços dos que vêm a São Paulo retornam em um período de poucos anos. Nos diversos relatos dos migrantes, são comuns os casos de familiares e amigos que, após “não se acostumarem” com a vida em São Paulo, retornaram. Contudo, grande parte desses retornos não é definitiva; na verdade, para muitos a migração entre São Paulo (e/ou Buenos Aires) e a Bolívia se tornou algo recorrente, em que se alternam períodos em cada local – algo que Xavier (2010) apresenta nas trajetórias que coletou. Constitui-se um padrão de migração circular entre as regiões, em que os migrantes alternam períodos de duração variável nos diferentes locais.

Alguns fatores dão conta da intensidade da mobilidade espacial no interior deste “território circulatório”. A proximidade geográfica é bastante importante; grande parte das viagens é realizada por ônibus, que atravessam os países em alguns dias. Isso torna a viagem relativamente barata e acessível. Além disso, quando retornam, muitos são confrontados com as dificuldades econômicas de seu país e se deparam com obstáculos ou mesmo a impossibilidade de montarem seus próprios negócios, como é a intenção da maioria.

Igualmente, ao retornar, é comum que percebam que na Bolívia terão menos acesso a bens de consumo que tinham antes; alegam ser difícil “acostumar-se” novamente ao padrão de vida que tinham anteriormente. Isso significa que o retorno ao país de origem não seria mais considerado compatível com seus objetivos de ascensão social. Assim, terminam por se engajar em novas migrações.

Também existe a questão, ressaltada por diversos teóricos das migrações transnacionais, de que a migração é também um processo de aprendizado por parte dos migrantes, em que eles adquirem e mobilizam saberes a respeito dos espaços geográficos e sociais pelos quais circulam. Tendo o domínio desse tipo de saberes, cada nova migração se torna menos custosa e menos difícil. Assim, aquele que já migrou uma vez é mais propenso a realizar novas migrações, instaurando-se assim certa “cultura da mobilidade” entre alguns grupos (VERTOVEC, 2009).

Outro elemento importante a considerar é o papel central das redes sociais na viabilização das migrações contemporâneas. Essas extensas redes de parentesco, amizade e conhecimento são responsáveis pelo recrutamento de novos migrantes e por facilitar a inserção no local de destino (especialmente no que se refere a encontrar emprego e moradia). Especialmente entre os migrantes mais pobres, a ação das redes sociais é decisiva para garantir as condições necessárias para a migração e inserção no local de destino; os migrantes de classe média, com nível superior, costumam depender menos dessas redes de relações e migram após assegurar um emprego (PORTES e RUMBAUT, 2006). No caso da migração recente boliviana, as redes sociais parecem ter um papel mais decisivo no recrutamento de migrantes na Bolívia, tendo em vista que a maioria já vem com um emprego definido em São Paulo. Contudo, elas continuam tendo um papel bastante importante posteriormente, na medida em que viabilizam o acesso a outros postos de trabalho – e, conseqüentemente para muitos, moradia.

Os diferentes elementos levantados reforçam o caráter social do processo migratório. As trajetórias devem ser compreendidas, portanto, a partir das relações que as viabilizam e que lhes conferem sentido. Além disso, todos eles ressaltam o papel crucial que tem o lugar de origem, as relações pessoais e a família na orientação dos projetos migratórios. Isso significa que, desde o primeiro momento em que se inicia a migração, seu sentido e motivações estão ancorados nas relações sociais em que o migrante está inserido. Seus objetivos de ascensão social estão referidos, portanto, a essas mesmas relações sociais.

As diferentes teorias de migrações que embasam estas observações serviram de base para a reformulação teórica que propõem os estudiosos das migrações transnacionais. De modo geral, as proposições apresentadas dão conta dos momentos iniciais da migração: da definição da unidade de análise a respeito da decisão de migrar; da expectativa do migrante com relação à permanência e retorno; e sobre as redes de suporte e veiculação de informações que vinculam os migrantes a destinos determinados. Trata-se de estabelecer as relações sociais que dão sentido e possibilitam o ato de migrar, relações estas que se encontram justamente entre a origem e o destino dos migrantes.

Em certa medida, é possível argumentar que o que os teóricos das migrações transnacionais propõem é a permanência da relevância dos vínculos anteriores dos migrantes com suas famílias, localidades e países de origem. Isso se manifesta em certas disposições dos migrantes, descritos pelo termo bifocalidade (ou multifocalidade) (VERTOVEC, 2009). Ele descreve o tipo de orientação de migrantes que estão inseridos em campos sociais que ultrapassam os limites da localidade ou do Estado em que se encontram. Assim, suas ações se referenciam em relações sociais que se expandem para além dos limites do Estado nacional do país de destino. No caso da migração boliviana, esse espaço contempla não somente seu local de origem na Bolívia (para a maioria, os departamentos do Altiplano, como La Paz e Cochabamba), mas também as regiões de São Paulo e Buenos Aires, entre as quais se constituiu um campo social transnacional baseado no trabalho no setor de confecções.

A bifocalidade diz respeito a uma situação em que o campo social transnacional de referência do migrante envolve relações sociais em dois Estados; a multifocalidade, em mais de dois. As trajetórias dos migrantes devem ser compreendidas nesse horizonte ampliado de relações para que se possa apreender seu sentido, motivações e expectativas. Um dos argumentos inovadores dos teóricos das migrações transnacionais é que esta orientação ampliada dos horizontes dos migrantes não é somente algo que dá sentido aos momentos iniciais da migração, mas pode ser constitutivo da experiência do migrante ao longo do tempo. A bifocalidade sintetiza a ideia de que a ação dos migrantes se orienta por projetos que não se restringem ao seu local de destino. Ela se manifesta em uma série de práticas cotidianas, que mantêm e reforçam os vínculos dos migrantes com seus locais de origem.

Essas práticas, que são a base a partir da qual é possível compreender o caráter transnacional das migrações, incluem contatos telefônicos periódicos, comunicação via internet, envio de remessas (como dinheiro ou presentes) e visitas periódicas. Outras práticas,

como a manutenção ou construção de casas em seu local de origem e o estabelecimento de negócios no local de origem por migrantes que não têm residência permanente ali são também recorrentes. Os migrantes bolivianos em São Paulo estão envolvidos em diversas dessas práticas; com o barateamento das chamadas internacionais por meio dos cartões (sendo o mais utilizado o Hola Andina), os contatos telefônicos são constantes. Também é comum o envio de remessas – por meio de conhecidos ou de serviços financeiros (como a Western Union). O uso da internet (e a comunicação via email, redes sociais como Facebook e serviços de mensagens instantâneas) também são bastante comuns, especialmente entre os mais jovens. São feitas viagens regulares de visita à Bolívia, especialmente nos períodos em que há queda do volume de encomendas para as oficinas (como janeiro e fevereiro), de acordo com a sazonalidade do setor de confecções. A sazonalidade, nesse sentido, é um importante elemento que contribui para a manutenção e o fortalecimento dos vínculos dos migrantes com seus locais de origem. A manutenção de casas na Bolívia – para uso de familiares ou mesmo desocupadas –, muitas delas equipadas com eletrodomésticos e confortos muito acima do padrão a que estão habituados em São Paulo, é uma prática de alguma recorrência entre os migrantes que têm maiores rendimentos.

É interessante ressaltar que o vínculo dos migrantes com seu lugar de origem pode ser também de outras naturezas que não somente familiar, afetivo ou social. A migração por vezes responde à necessidade de pagar dívidas em seu local de origem, do próprio migrante ou de seus familiares. Desse modo, sua inserção no local de destino está subordinada à necessidade de fazer frente a essas obrigações. Este é o caso, por exemplo, de Osvaldo*, que migrou para obter recursos para pagar uma casa que havia comprado na Bolívia; enquanto ele trabalha como costureiro para obter esses recursos, uma de suas irmãs mora na casa que está pagando.

Em outras palavras, a possibilidade da permanência da relevância dos vínculos dos migrantes com seus locais de origem questiona um pressuposto subjacente das teorias clássicas sobre a assimilação dos migrantes: de que a migração teria um sentido, uma tendência para a assimilação dos migrantes e a ruptura de seus vínculos com seus locais de origem ao longo do tempo. A partir das pesquisas realizadas sobre os fluxos migratórios contemporâneos e de novas análises sobre as chamadas “migrações clássicas”, os estudos migratórios têm sublinhado a multiplicidade de trajetórias e resultados possíveis das migrações. Como defende a literatura a respeito das migrações transnacionais, a migração não

tem uma orientação *a priori*, ou seja, não tem caráter teleológico. A instalação definitiva na sociedade de destino, integração nessa sociedade e ruptura de vínculos com seus locais de origem é somente um entre os vários desdobramentos possíveis da migração. Outras trajetórias possíveis incluem a manutenção de vínculos diversos com seu local de origem.

A hipótese apresentada anteriormente a respeito do papel dos objetivos dos migrantes de ascensão social deve ser pensada a partir das práticas e processos apresentados, especialmente no que se refere à bifocalidade dos migrantes e à existência de práticas que mantêm e reforçam os vínculos dos migrantes com seus locais de origem.

Um tema recorrente no debate das migrações transnacionais consiste em determinar por que somente alguns migrantes (e quais) se engajam em práticas transnacionais de maior expressão. Busca-se determinar quais seriam os motivos pelos quais alguns migrantes rompem, de fato, seus vínculos com seus locais de origem, enquanto outros chegam até mesmo a se consolidar como comerciantes transnacionais ou como líderes políticos transnacionais (PORTES, 2003; VERTOVEC, 2009). Para que se possam identificar respostas para estas questões e dar mais inteligibilidade às trajetórias dos migrantes de modo geral, proponho que sejam consideradas outras duas variáveis nas análises: o tempo e a diversidade de esferas do social nas quais os migrantes estão inseridos e realizam investimentos.

A migração é uma ação social e, por isso, tem um sentido, que se orienta pelo conteúdo de sentido das ações dos demais agentes (WEBER, 1999). Fala-se em projetos migratórios para enfatizar que a migração é dotada de intencionalidade: trata-se de ações (por vezes bastante onerosas e que envolvem riscos) adotadas pelos migrantes com base em expectativas e planejamento. Esta intencionalidade, o sentido da migração, contudo, está sujeita a mudanças de acordo com a realização ou não das expectativas iniciais e com as transformações no contexto inicial que motivou a migração, com o passar do tempo.

Assim, a primeira variável importante a ser considerada no processo contínuo de recolocação do conteúdo do projeto migratório é o tempo. Conforme mencionado, uma das hipóteses que orientou esta pesquisa é que a busca de mobilidade social ascendente é um elemento importante a ser considerado entre as motivações que levam à migração. De modo geral, esse desejo de ascensão se traduz na expectativa de uma breve migração temporária, após a qual seria possível apoiar necessidades familiares e acumular algum pequeno capital.

Contudo, o passar do tempo produz uma série de mudanças. Em primeiro lugar, costuma acarretar transformações nos arranjos familiares a partir de mudanças nas formas de cooperação intergeracional. Muitos jovens que partem para ajudar suas famílias – frequentemente os mais velhos, que com suas remessas ajudam no sustento de irmãos menores –, depois de alguns anos são desonerados com a entrada de outros familiares no mercado de trabalho (seja no próprio local de origem ou em outros lugares via migrações).

Além disso, a constituição de famílias pelos migrantes cria novas obrigações e, caso tenham filhos que estudem no local de destino, se tornam mais propensos a permanecer e adiar um possível retorno para a aposentadoria. Segundo Silva (2005), esta seria a estratégia mais comum entre os migrantes de classe média, profissionais que não preveem um retorno no curto prazo. É comum, entre os migrantes bolivianos em São Paulo, que após conseguirem guardar algum dinheiro retornem à Bolívia com intenção de estabelecer pequenos negócios (não raro, oficinas de costura), completando assim o que seria o ciclo de uma migração temporária. Contudo, ao retornar, são confrontados com as dificuldades econômicas de seu país e com rendimentos reduzidos – como já mencionava Silva (1997) a respeito do pequeno índice de sucesso de iniciativas do tipo. Assim, migram novamente a São Paulo onde terminam por se estabelecer, senão em caráter permanente, ao menos tornando a ideia de retorno algo mais remoto – mais da ordem de um sonho que de um plano concreto.

Deste modo, o tempo é um importante fator na definição da possibilidade de retornos definitivos ou de permanências de longo prazo no local de destino, de acordo com as tendências mais gerais da economia e com as transformações dos arranjos familiares. À medida que são alterados os planos e projetos iniciais, a expectativa e os investimentos para ascensão social também podem mudar de lócus de referência, passando a estar ancorados prioritariamente na dinâmica socioeconômica de seu local de destino nos casos em que os migrantes optam por permanecer por mais tempo.

A segunda variável a ser considerada reside na diversidade de esferas do social nas quais os migrantes estão inseridos. Conforme apresentado no capítulo 1, existe uma tendência entre os primeiros teóricos das migrações transnacionais a relacionar o engajamento em práticas transnacionais aos bloqueios à ascensão social encontrados no local de destino. Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton (1994) ressaltam como as barreiras raciais e a inserção precária no mercado de trabalho seriam os principais motivadores das práticas transnacionais, constituindo um transnacionalismo de tipo reativo. Seria no local de origem onde os

migrantes poderiam encontrar o tipo de ascensão e status que estariam bloqueados no destino. Esta mesma lógica está presente em estudos sobre fluxos bastante distintos, como é o caso das pesquisas de Tarrius (2002) sobre as redes comerciais do mediterrâneo baseadas na atuação de migrantes e de Torre Ávila (2004) sobre o desenvolvimento da cultura do pêssgo no Valle Alto de Cochabamba, na Bolívia, a partir da instauração de um fluxo migratório transnacional entre esta região de pequenos produtores rurais e Arlington, nos Estados Unidos.

O que estes diferentes estudos têm em comum é o fato de retratarem o migrante como um indivíduo cindido entre as duas sociedades em que está inserido. Na sociedade de destino, ele “existe” e está integrado somente do ponto de vista econômico; sua integração ocorre do ponto de vista do mercado de trabalho e da obtenção de renda. Sua integração em outros domínios da vida social somente se dá de forma subordinada a este vínculo principal, que podem ser instrumentalizados de acordo com seus interesses ancorados na sua sociedade de origem. Mesmo em Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton (1994), em que atuação dos migrantes na política do país de destino em favor dos interesses de seu país de origem é um elemento central da análise, observa-se novamente uma integração parcial dos migrantes no local de destino, restritas às esferas econômica e política. Segundo esses estudos, seria no local de origem que as dimensões social, religiosa, simbólica e afetiva dos migrantes seriam experimentadas e vivenciadas pelos migrantes.

Em certa medida, estes estudos reproduzem a lógica subjacente à descrição do migrante temporário de Piore (1979). O migrante temporário, no início de sua migração, é o *homo economicus*. Sua estadia, do ponto de vista subjetivo, se resume às possibilidades de trabalho e se justifica por elas – assim como do ponto de vista social e do Estado (SAYAD, 1998). Isso não é apenas uma aproximação teórica, mas algo experimentado bastante concretamente por muitos migrantes. Como descreve Osvaldo*, em São Paulo desde 2009 e que migrou para conseguir pagar pela casa que comprou na Bolívia, quando responde sobre qual país pensa ser um bom lugar para viver:

Sinceramente... Económicamente aquí en Brasil [*é bom*]... Pero como no conoces bien todo, eres gente de otro país, a veces te piensas que aquí no puedes estar. [...] El otro país es como una casa alquilada, no es lo mismo. Por ejemplo, aquí sinceramente económicamente es bueno, es bueno para sobresalir, más que todo crecer... Pero así como sentirse en casa...¹

¹ Tradução livre: “Sinceramente... Economicamente, aqui no Brasil [*é bom*]... Mas como você não conhece bem tudo, é de outro país, às vezes pensa que não pode ficar aqui. [...] O outro país é como uma casa alugada, não é o

Contudo, como Piore já descrevia (1979), esta situação tende a não perdurar. Com o tempo, o migrante estabelece outros tipos de vínculos no local de destino e realiza outras formas de investimentos nas diversas esferas do social. No início da presente investigação, esperava encontrar na pesquisa de campo este tipo de investimento reativo nas origens, baseado nesta forma de experiência cindida dos migrantes. Contudo, conforme será possível identificar nas trajetórias apresentadas a seguir, identifiquei grandes variações com relação a este padrão. A experiência social dos migrantes, como de quaisquer outros indivíduos, se concretiza nas diferentes esferas que formam o social. Estas esferas são distintas mas inter-relacionadas, e os indivíduos realizam investimentos diferentes em cada uma delas. Estando vinculados a distintas sociedades, os migrantes podem realizar esses investimentos nos diversos campos do social de ambas. Estas variações são dinâmicas e por vezes ambíguas, sem que seja possível estabelecer padrões muito uniformes.

A investigação a respeito das diferentes formas de inserção e integração dos migrantes nas esferas do social pode ser uma interessante estratégia para desvendar as complexas relações que se estabelecem entre as distintas sociedades nacionais, no intenso processo de integração internacional atual. As trajetórias individuais apontam para as complexas e imbricadas relações entre essas diferentes esferas do social, por um lado, e entre as diferentes sociedades, por outro:

Ainsi un individu concret, à travers son histoire, constitue-t-il [...] un *niveau d'analyse* particulièrement important du social qui est à la fois multidimensionnel (familial, politique, religieux, etc.), localisé dans l'espace et le temps et s'exprimant sous différentes 'formes individuelles et collectives, conscientes et inconscientes'.² (DUBAR, 2012, p. 312-3; grifo do autor)

O desenvolvimento da literatura sobre as migrações transnacionais tendeu justamente a questionar esta visão dos migrantes como indivíduos cindidos entre duas sociedades, conforme foi discutido no capítulo 1. Uma série de estudos busca elencar as diversas formas de atividades transnacionais com as quais os migrantes poderiam se engajar, de acordo com as diferentes esferas do social mobilizadas (política, religiosa, econômica etc.). A mesma lógica

mesmo. Por exemplo, aqui sinceramente economicamente é bom, é bom para se sobressair, acima de tudo para crescer... Mas sentir-se em casa...”.

² Tradução livre: “Assim, um indivíduo concreto, através de sua história, constitui [...] um nível de análise particularmente importante do social, que é ao mesmo tempo multidimensional (familiar, político, religioso etc.), localizado no espaço e no tempo, e que se expressa por diferentes ‘formas individuais e coletivas, conscientes e inconscientes’”.

se aplica, portanto, às possibilidades de integração na sociedade de destino, que também se dá de forma multidimensional.

Estas possibilidades plurais de inserções e integração dos migrantes nas diferentes esferas do social – tanto na sociedade de origem como de destino – são justamente o que assegura o caráter não contraditório da vinculação dos migrantes com sua origem em relação a sua inserção no destino, uma importante asserção da literatura sobre as migrações transnacionais. Há uma compatibilidade potencial entre práticas transnacionais e a integração (ou assimilação) dos migrantes no local de destino (cf. VERTOVEC, 2009, p. 77-84). A bifocalidade estabelece o alcance potencial das práticas transnacionais, nas diversas esferas do social. Sua concretização dependerá de uma multiplicidade de fatores, que incluem desde as relações entre os Estados envolvidos, os processos macroeconômicos até a especificidade dos diversos arranjos familiares. É neste contexto mais amplo de possibilidades de inserção e atuação dos migrantes que se devem pensar suas estratégias de ascensão social.

5.2 AS ESTRATÉGIAS DE ASCENSÃO SOCIAL

A partir da discussão da seção anterior, é possível abordar as diferentes estratégias de ascensão social dos migrantes bolivianos e suas transformações ao longo do tempo. A pesquisa de campo realizada levou à proposição de uma tipologia de algumas das principais estratégias de ascensão e de ganhos de status que os migrantes bolivianos em São Paulo adotam. Duas variáveis são consideradas: os grupos e sociedades que são referência para os projetos de ascensão, e sua orientação maior para a esfera pública ou privada. Outras variáveis também poderão ser incorporadas por pesquisas posteriores, apresentando maior diversidade de estratégias e trajetórias. Estas, contudo, foram identificadas como as mais importantes para a compreensão de uma grande diversidade de alternativas, verificadas na pesquisa de campo e na literatura disponível sobre o fluxo migratório em análise.

Uma primeira modalidade – e também a mais representativa dos momentos iniciais da migração – já foi mencionada. Para a maioria dos migrantes, a migração é concebida como um empreendimento temporário, após o qual será possível para o migrante solucionar uma crise familiar ou acumular capital para estabelecer um pequeno negócio. Isso significa que se trata de uma estratégia individual ou familiar de ascensão social, orientada por seus vínculos e

relações no local de origem e que visa uma forma de ascensão e de status que classifico como vinculadas à esfera privada. Tem-se, assim, uma primeira possibilidade de estratégia de ascensão.

Contudo, conforme apresentado na seção anterior, esta estratégia pode se alterar com o passar do tempo, sendo reelaborada em função das duas variáveis sugeridas acima. Em primeiro lugar, a ascensão social deve ser pensada em função de grupos ou sociedades de referência, frente aos quais a ascensão é desejada e possivelmente conquistada.³ Assim, embora inicialmente esse grupo de referência encontre-se na sociedade ou local de origem, posteriormente ele poderá incluir ou mesmo ser substituído por outros grupos do campo social transnacional em que o migrante está inserido. A sociedade de destino pode se tornar esta nova referência. Isso significa que o migrante reorienta seus esforços de ascensão para conquistá-la no seu destino. Os grupos de referência no destino podem ser prioritariamente aqueles de mesma nacionalidade, que compartilham certos espaços e práticas comuns, ou a sociedade de destino em geral.

Em segundo lugar, a ascensão social pode ser orientada tanto pelos ganhos de status no espaço público como no espaço privado. Por espaço privado, refiro-me à conquista de certas posições no mercado de trabalho e o acesso a bens de consumo (duráveis ou não) que marcam diferentes situações de classe, rapidamente identificáveis por outros nos momentos de interação social, mas que mantêm o indivíduo ou a família sob o manto do anonimato do ponto de vista de grandes grupos ou da sociedade em geral. Por outro lado, a orientação para o espaço público diz respeito à conquista de visibilidade no espaço público que está associada a ganhos de status frente aos diversos grupos de referência. Isto inclui tanto a incidência na política nacional como formas de notoriedade local, entre pares. Inicialmente, o desejo de acumular certo capital e retornar indicaria uma orientação voltada ao espaço privado. Contudo, esta estratégia pode ser reformulada, especialmente no caso de dificuldades em obter a ascensão desejada.

O engajamento na política e/ou em práticas sindicais pode ser uma alternativa frente a bloqueios para a ascensão social. Antônio Sérgio Guimarães (1993) descreve a trajetória de um operário baiano para discutir esse processo. O autor parte da hipótese de que teria havido uma estratégia coletiva de ascensão social de uma pequena classe média que, com

³ Da mesma forma como a privação relativa também depende da definição de grupos de referência frente aos quais a privação é percebida, conforme discussão do capítulo 2.

dificuldades em continuar a estudar “e, sem abdicar de seus projetos de ascensão social, acreditaram que uma carreira técnica na indústria os levaria mais rapidamente à posição almejada: uma classe média assalariada, estabilizada e que ganhasse bem para os seus padrões de referência” (GUIMARÃES, 1993, p. 81). Estes projetos teriam sido frustrados frente às características e condições do trabalho industrial: o trabalho em turnos, a disciplina e as relações hierárquicas no espaço industrial e os bloqueios à ocupação de cargos de maior prestígio dentro da petroquímica. Para parcela dos operários, incluindo o indivíduo cuja trajetória é apresentada, o engajamento no sindicalismo foi o resultado dos bloqueios encontrados a seus objetivos de ascensão, tendo em vista suas disposições específicas e a existência de forte organização sindical na Bahia no período. Seus esforços de ganhos de status são reelaborados e ressignificados, passando de uma orientação principalmente da esfera privada para a esfera pública:

De fato, diferentemente do trabalhador qualificado, o sindicalista goza na nossa sociedade atual de um certo prestígio que advém de sua capacidade de liderança sobre uma massa importante de homens e mulheres, de seu domínio da análise política e de sua possível influência partidária. Perguntado, em 1986, o que faria se saísse da Petroquímica, Alberto respondeu que o que o entusiasmava era “o trabalho com gente, com os problemas das pessoas, os seus direitos, esse trabalho de pesquisa que vocês estão fazendo, por exemplo”. Vista sob esse prisma, sua atividade sindical nada mais é que uma sociologia prática, uma política especial, que restitui, a um só tempo, a natureza pública e a dimensão profissional de sua vida, gasta até então no confronto com normas de domínio privado (GUIMARÃES, 1993, p. 95).

Esta conversão de estratégias da esfera privada para a pública também é apontada por Sidney da Silva (1997) como algo recorrente entre os migrantes bolivianos em São Paulo. O autor aponta para uma estratégia inicial de “anonimato” dos migrantes que chegam, buscando acumular recursos e conquistar sua ascensão social. Contudo, segundo o autor, os migrantes somente conseguiriam obter “mobilidade econômica” e não “mobilidade social”, devido aos “vários estigmas atribuídos a ele pela sociedade brasileira, independentemente da classe social a que pertença” (SILVA, 1997, p. 201). Assim, seria necessária uma dupla reorientação da estratégia de ascensão, redefinindo tanto os grupos de referência quanto direcionando seus esforços para a esfera pública no âmbito do grupo étnico / nacional:

Considerando que a mobilidade social não é alcançada fora do grupo, então o imigrante “rompe” com o anonimato estratégico e volta-se para o seu grupo onde alcançará o tão desejado reconhecimento social, através da recriação de valores culturais, como é o caso dos *presteríes*. Assim sendo, as relações de *paisanaje* (entre compatriotas), de apadrinhamento e de compadrio que são estabelecidas no âmbito do trabalho, da vida familiar e da

religião popular, são alguns valores que o imigrante não está disposto a negociar, uma vez que é através dos mesmos que se viabiliza a própria mobilidade econômica e social dentro do próprio grupo de conacionais. (SILVA, 1997, p. 203)

Assim, as estratégias de ascensão dos migrantes podem ser reformuladas a partir de maior orientação para a esfera pública, que inclui desde o ativismo sindical até o envolvimento em atividades culturais e religiosas do grupo étnico. Outras possibilidades são o envolvimento em movimentos sociais, com a política partidária no local de origem ou no destino e a formação de associações de conacionais. É importante ressaltar que não se pretende discutir o sucesso potencial de tais estratégias de ascensão, somente problematizar a diversidade de estratégias identificadas. O quadro abaixo ilustra com algumas práticas mais comuns as diferentes estratégias de ascensão social identificadas entre os migrantes bolivianos que se encontram em São Paulo:

Quadro 1. Tipologia de estratégias de ascensão social.

		Esfera	
		Pública	Privada
Grupos de referência	Destino (orientação para a sociedade de destino em geral)	Política partidária; movimentos sociais.	Obter melhores posições no mercado de trabalho; bens de consumo.
	Destino (orientação para a “comunidade boliviana”)	Associações de migrantes; lideranças que organizam festas religiosas e nacionais.	Convivência em espaços de concentração dos migrantes bolivianos; ostentação de bens de consumo.
	Origem	Ativismo político no país de origem (também vinculado ao voto no exterior).	Manutenção de casas na Bolívia ou pequenos negócios à distância; envio de remessas e presentes para familiares.

Fonte: elaboração própria.

As práticas listadas acima, apresentadas ao longo dos capítulos anteriores, são apenas ilustrativas da diversidade de possibilidades de estratégias que os migrantes adotam em seus

esforços de obtenção de mobilidade social ascendente. Algumas são mais recorrentes que outras, a depender de fatores como a dinâmica de mobilização e organização política nos países de origem e destino, as flutuações do mercado de trabalho e a densidade de organização coletiva. Contudo, as estratégias mais expressivas podem ser organizadas e analisadas em torno das duas variáveis apresentadas.

De modo geral, não foi possível indicar uma relação entre a situação de classe de origem e o tipo de estratégia adotada. O engajamento em associações com base em classe e nacionalidade, por exemplo, como foi visto no capítulo 4, é uma estratégia adotada tanto por migrantes profissionais de classe média quanto por migrantes pobres. Silva (1997, 2005) sugere que, entre os migrantes de classe média, a migração não seria encarada como um projeto temporário. Ela seria um projeto de médio ou longo prazo. Estes migrantes planejavam seu retorno somente com a futura aposentadoria ou encarariam a migração como meio para que seus filhos possam realizar estudos superiores na Bolívia. Os migrantes pobres, por sua vez, teriam objetivos de retorno no curto prazo. Contudo, conforme foi discutido na primeira seção deste capítulo, tais projetos se alteram com o passar do tempo, e uma migração vista inicialmente como temporária pode ser transformada numa empreitada de médio prazo. O inverso também se verifica. Assim, tendo em vista a pesquisa de campo realizada, não há informações suficientes para promover generalizações a respeito das estratégias de mobilidade e as situações de classe iniciais. As diversas estratégias identificadas foram adotadas por indivíduos com situações de classe iniciais bastante distintas.

Tendo em vista a diversidade de estratégias identificadas, é possível, por exemplo, recolocar a questão do sucesso dos projetos migratórios individuais ou familiares. Um pressuposto comum de muitos estudos migratórios é de que a migração bem sucedida é aquela que leva à integração do migrante no país de destino, aliado a alguma ascensão social. Porém, percebe-se que esta seria apenas uma estratégia – e, portanto, uma trajetória – possível que indicaria o sucesso do projeto migratório. Tal sucesso pode ser pensado tanto em função de um retorno definitivo ao local de origem como uma instalação permanente no local de destino. Assim, o retorno ao país de origem pode indicar tanto o sucesso de uma estratégia – no sentido da acumulação de capital para o estabelecimento de um pequeno negócio – assim como seu fracasso. Igualmente, a permanência no destino pode se dever simplesmente à impossibilidade de retornar tendo em vista as dificuldades de obter uma inserção estável no mercado de trabalho do local de origem.

É importante ressaltar que aqui não se pretende dar conta da diversidade de fatores e processos que levam ao engajamento político dos atores ou ao estabelecimento de formas de ação coletiva. Não se pretende subsumir tais processos sociais apenas como parte de estratégias de ascensão social. O que se procura ressaltar é que tais iniciativas também podem ser compreendidas em função dos ganhos de status que proporcionam aos atores, e que é possível encontrar conexões entre os dois processos. Isso é particularmente plausível no caso dos chamados “migrantes do trabalho”, que tendem a ter objetivos de ascensão social mais bem delineados.

Por fim, é importante ressaltar que as estratégias apresentadas não representam alternativas exclusivas para os migrantes, mas podem ser adotadas de forma simultânea ou complementar. Isto corrobora a tese da possibilidade de compatibilidade entre a integração (ou assimilação) no destino e o engajamento em práticas transnacionais, na origem. A característica da “bifocalidade” da orientação dos migrantes se faz presente na medida em que suas estratégias podem ser orientadas simultaneamente por grupos de referência do local de origem e de destino, sem que isso comprometa seu envolvimento ou a viabilidade dos demais engajamentos.

5.3 TRÊS MIGRANTES NO CRUZAMENTO DA POLÍTICA, DAS ASSOCIAÇÕES DE MIGRANTES E DOS BENS DE CONSUMO

A seguir, serão analisadas em detalhe três diferentes trajetórias de migrantes bolivianos que moram em São Paulo. Estas trajetórias permitirão desenvolver os temas abordados neste capítulo, especialmente no que se refere à estruturação dos projetos de ascensão social dos migrantes e seus diferentes tipos. A partir delas, será possível identificar maneiras como os migrantes redefinem e ressignificam seus projetos de ascensão social, a depender dos tipos de inserção que tiveram e dos vínculos que mantêm com seus locais de origem. Também será abordada a possibilidade de adoção de estratégias distintas simultaneamente, indicando seu caráter possivelmente complementar.

Os migrantes retratados nesta seção formam um grupo específico entre os diversos migrantes entrevistados. Conforme descrito na Introdução desta dissertação, estes três migrantes foram acompanhados de forma mais sistemática durante períodos que variaram

entre 12 e 18 meses. Durante este tempo, mantive contato com os migrantes em diversos momentos, informalmente, e acompanhei algumas de suas atividades. Foram realizadas duas entrevistas com cada um deles, uma no início e outra ao final do período. Na segunda entrevista, foi possível realizar esclarecimentos sobre o conteúdo da primeira etapa, além de investigar de forma mais sistemática a consistência de seus projetos e planos, suas chances de concretização e seu desenvolvimento. Estes procedimentos permitiram ganhar a confiança dos entrevistados ao longo do tempo, levando a entrevistas com mais profundidade num segundo momento.

5.3.1 Isabel: de costureira a líder comunitária

Conheci Isabel* em eventos promovidos pelo projeto de extensão Educar para o Mundo, vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da USP, no segundo semestre de 2010. Em debates relacionados à situação das crianças bolivianas nas escolas da cidade de São Paulo, e sobre a migração boliviana em geral, Isabel se manifestou a respeito dos preconceitos que as crianças bolivianas enfrentam no ambiente escolar e criticou atitudes racistas frente aos migrantes.

Ela se disponibilizou prontamente a fazer a entrevista, que agendamos por telefone. Somente conseguimos realizá-la após 3 meses, pois ela teve problemas de saúde e pouco tempo disponível. A entrevista foi feita em março de 2011, da qual também participou sua filha, de 9 anos. Após essa primeira entrevista, Isabel recorreu a mim em diversos momentos, principalmente por telefone, para tirar dúvidas que iam desde o funcionamento de cursinhos pré-vestibulares até a utilização de aparelhos eletrônicos. Em dezembro de 2011, combinamos por telefone novamente a realização da segunda entrevista. Nossos contatos sempre se realizaram em português, que ela fala sem dificuldades, embora com um sotaque marcado.

Isabel, 39 anos,⁴ é de La Paz, Bolívia. Sua mãe ficou grávida quando ainda era adolescente e não era casada, algo bastante discriminado na época, segundo ela. Seu pai faleceu quando ainda era pequena e sua mãe não quis ficar com ela, deixando-a aos cuidados da família do pai de Isabel. Assim, Isabel foi criada por diversos tios, alternando períodos

⁴ A idade mencionada dos migrantes entrevistados refere-se à idade que tinham no momento da primeira entrevista.

com cada família e, conseqüentemente, acarretando mudanças de cidade: Isabel morou em La Paz, Oruro, Cochabamba e Santa Cruz. Seus tios eram funcionários em empresas estatais (ferrovias, mineradoras, companhias elétricas), donos de restaurantes. Embora ela tenha insistido, sua mãe nunca quis manter contato com ela.

Aos 15 anos, Isabel fazia um curso técnico de secretariado bilíngue, em uma boa escola. Na época, morava com tios paternos que passavam por dificuldades. O restaurante de sua tia faliu, na mesma época em que seu tio, ferroviário, tinha sido aposentado compulsoriamente. O casal era responsável pelo sustento de quatro filhos, além de Isabel. Embora eles tenham acolhido Isabel, ela sentia o peso que representava no orçamento familiar: “eu sempre me coloquei de outro jeito, porque eram meus tios, não a minha mãe e meu pai. E eles têm seus filhos. Então eu sempre me senti ‘a mais’”.

Foi nessa época que alguns conhecidos da família estavam migrando para o Brasil, e Isabel foi para São Paulo. A migração surge como resposta a diversos conflitos e anseios. Ela diz que seus tios “achavam que ia ser melhor” para ela, que a sua tia propôs a migração: “Como eu era ‘de menor’, foi uma decisão da minha tia.” Diz também que foi sua opção, tendo em vista a decepção que sofrera com sua mãe: “quando me apareceu essa oportunidade, eu pensei que ia poder melhorar de vida”. Seria sua maneira de lidar com esses conflitos familiares: “Vindo para cá, eu já achei que era uma fuga dessas coisas [*relação com a mãe*], para esquecer e retomar minha vida aqui”. Como ela própria coloca, tinha ficado mais difícil para seus tios sustentarem-na; ela até imagina que, se tivesse continuado morando com outro casal de tios, as coisas pudessem ter sido diferentes. Assim, frente às dificuldades da família, a proposta de migração parece ter sido considerada interessante por Isabel e seus tios. Em São Paulo, Isabel iria trabalhar e continuar seus estudos, segundo seus recrutadores, para quem trabalharia.

Ela veio para São Paulo trazida por conhecidos de sua tia. Ela mesma usa o termo “conhecidos”, ressaltando que não havia nenhuma relação de parentesco entre eles, e que se tratava de uma relação distante. Este casal tinha uma oficina, em Santana, na zona norte da cidade, onde Isabel trabalhava fazendo tarefas domésticas. O sonho de trabalhar e estudar logo foi frustrado: “Quando eu vim pra cá, a realidade era outra; eu vim só para trabalhar, nada de estudo”. Durante dois anos, ela permaneceu com este casal, sem que recebesse qualquer forma de pagamento. Por ser menor de idade, ela considerava que estava sob a responsabilidade deles e que não tinha alternativas. Eles retiveram seus documentos e

passaporte, e ameaçavam mandá-la de volta para a Bolívia sem receber nada. Diziam que, se quisesse receber algo, devia resolver isso com sua tia. Somente após dois anos Isabel pôs fim a esta situação, quando fugiu. Nos próximos meses, morou e trabalhou com uma senhora mato-grossense, de feições indígenas, que vendia alimentos em uma barraca de comércio ambulante e se compadeceu de sua situação. Ela era apresentada como sobrinha da senhora, legitimando assim sua permanência com a família. Isabel lembra com carinho deste período; embora fosse apenas meio salário mínimo, ela recebia um salário por seu trabalho. A senhora alugava quartos do apartamento de que era locatária para estudantes bolivianos. Contudo, devido a dificuldades em realizar os pagamentos, foi despejada, e Isabel teve que procurar outros caminhos.

A partir de então, toda a trajetória de Isabel é marcada por empregos informais, precários e pouco duradouros. Ela própria parece ser incapaz de reconstituir a sucessão de empregos que teve, em diferentes locais da cidade, e que a levaram quase que inevitavelmente de volta às oficinas de costura. Serão descritos aqui alguns desses empregos e como Isabel teve acesso a eles, sem procurar estabelecer ordem cronológica, ressaltando apenas os casos mais significativos para compreender sua trajetória e os processos sociais envolvidos.

Não desejando trabalhar em oficinas de costura após o trauma de sua primeira experiência, Isabel decidiu tentar trabalhar como babá. Comprou um jornal e se candidatou a um anúncio que lhe interessou, na região central de São Paulo. A futura patroa parecia ter gostado de Isabel, mas estranhou quando ela disse que não tinha nenhum tipo de documento – que haviam sido retidos pelo casal que a trouxe a São Paulo. Entretanto, não sabendo se podia confiar na jovem que batera à sua porta, pediu a uma vizinha boliviana, que morava no mesmo prédio, que conversasse com ela e avaliasse se ela poderia ser contratada: “A boliviana conversou comigo, me olhou e foi a minha garantia de que eu era capaz. [...] Entre bolivianos a gente se conhece, então ela disse para a moça brasileira que podia me aceitar”. Isabel trabalhou alguns meses como babá de uma criança pequena, até que o casal se separou e ela foi demitida.

Novamente sem emprego e sem casa, Isabel passou a morar com essa vizinha boliviana que a ajudara. Ela, viúva de um deputado na Bolívia, tinha bons contatos com o Consulado Boliviano em São Paulo e conseguiu ajudar Isabel a emitir novos documentos. Esta senhora vendia doces e salgados, alguns típicos da Bolívia, em diversos pontos da cidade, inclusive em campos de futebol onde as partidas das ligas bolivianas de futebol se

realizavam. Como diz a própria Isabel: “Apesar de aqui ela vender salgadinhos, ela tinha sido esposa de um deputado, alguma coisa assim, na Bolívia, então ela era conhecida na sociedade [...], tinha prestígio na sociedade boliviana”. Isso indica como o status anterior dos migrantes pode ter consequências importantes no local de destino, na medida em que está relacionado ao acesso dos migrantes a instituições e pessoas em posição de poder. Esta senhora tinha uma filha que morava nos Estados Unidos, casada com um americano. Ela decidiu emigrar também para os Estados Unidos, para onde Isabel não conseguiria ir. Isabel ficou novamente sem emprego e sem moradia.

Em outro momento de desemprego, Isabel viu um anúncio para costureira em uma loja perto da estação Armênia, região central. Segundo Isabel, a loja era de um peruano: “E eu não queria saber disso [trabalhar como costureira], mas eu achei que esse era o meu destino; ele era peruano e com certeza ia me dar um lugar”. Isabel passou a trabalhar como a única costureira e vendedora da oficina/loja, ao lado do dono. Ela morava na oficina, mas o proprietário tinha sua casa. Também ajudava o dono da oficina a vender a produção como camelô em outros pontos da grande São Paulo. Isabel tem boas lembranças deste emprego, embora seu salário fosse baixo: “Mas ele me dava comida, não me tratava como escrava, eu tinha liberdade de sair, ele sempre me aconselhando”.

Quando Isabel se refere à costura como seu “destino”, fica claro como o setor de confecções se constituiu em um nicho econômico para os migrantes latino-americanos (SOUCHAUD, 2012). Existe uma forte tendência de que os migrantes tenham pelo menos alguma experiência no setor, tendo em vista a facilidade de entrada (por não haver exigências de experiência prévia). Além disso, na própria fala de Isabel transparece certa convicção de que haveria algum tipo de preferência entre os migrantes latino-americanos de contratar os próprios migrantes. Em falas de outros migrantes, surgem às vezes comentários de que os brasileiros seriam “preguiçosos” para este tipo de trabalho, reforçando esta preferência. Como já foi discutido, isso poderia ter relação com as disposições do migrante que pretende permanecer temporariamente, que aceita jornadas mais extensas e condições piores de trabalho, pensando em acumular algum capital e retornar. É interessante como, embora Isabel tenha conseguido a maioria de seus empregos por meios informais (especialmente anúncios em jornais), sua nacionalidade e pertencimento étnico foram elementos importantes para a definição de suas possibilidades no mercado de trabalho em diversos momentos.

Assim como outras oficinas em que Isabel trabalhou, esta também fechou após alguns meses. Isabel conseguiu trabalho em outras oficinas (de brasileiros, espanhóis e portugueses), na maioria das vezes recorrendo a anúncios em jornais. Quando trabalhou em oficinas de brasileiros, não morava no mesmo local em que trabalhava; assim, como muitos outros trabalhadores paulistanos, passou a enfrentar longas jornadas todos os dias de Guarulhos, onde morava, até a zona norte da cidade, onde trabalhava. Em uma das vezes que perdeu o emprego por conta da falência da oficina em que trabalhava, recebeu uma máquina de costura do antigo empregador. Nessa oficina, propriedade de um português em que as demais costureiras eram brasileiras, as funcionárias não eram registradas. Quando a oficina faliu, muitas colegas decidiram entrar com processos na Justiça do Trabalho, e convidaram Isabel para aderir. Ela decidiu que não iria, pois considerava que tinha sido tratada com justiça, corroborando o argumento de Noronha (2003) a respeito da importância de uma percepção de igualdade contratual e justiça para a permanência de contratos informais. Segundo Isabel, ela foi recompensada por não ter procurado a Justiça do Trabalho, ganhando uma máquina: “Ele me disse que ia me pagar com essa máquina. E as outras ficaram sem receber nada, mesmo entrando na justiça”. Por algum tempo, manteve sua própria oficina, recebendo encomendas de contatos que tinha por meio de empregos anteriores. Porém, teve dificuldade em dar conta do volume de encomendas e dos prazos que tinha para entregar os produtos, trabalhando sozinha. Isabel conseguiu posteriormente trabalhar com carteira assinada como costureira, após ter obtido sua regularização migratória com a Anistia concedida em 1998.

Isabel praticamente não manteve contato com seus familiares na Bolívia. A cada três ou quatro anos foi a La Paz visitá-los, mas sempre chegou de surpresa. Em sua primeira visita, quis tirar satisfação com a tia que fez o acordo para que ela migrasse. Alguns anos depois, decidida a retomar os estudos, se mudou para Puerto Suárez, cidade boliviana do departamento de Santa Cruz que faz fronteira com Corumbá-MS. Lá, fez um supletivo do segundo grau e trabalhou como babá durante um ano em uma residência de militares, até que a família se mudou para La Paz. Isabel foi convidada a acompanhá-los, mas não quis retornar para a cidade onde morava sua família. Segundo ela, “lá sempre tem uma competição, um quer ser melhor [que o outro]”. Preferiu retornar a São Paulo, onde voltou a trabalhar com costura. Logo após, conheceu um rapaz boliviano que namoraria durante quatro anos, e que queria voltar com ela para a Bolívia: “ele dizia que aqui se sobrevive. [...] Ele queria que eu voltasse para lá, mas eu disse que minha família ia sempre me cobrar”. Ele se mudou para o departamento de Santa Cruz, e ela permaneceu em São Paulo. Suas visitas sempre foram

rápidas e pontuais. A relação de Isabel com sua família sempre fora atribulada, pois ela não sentia que pertencia de fato ao grupo familiar amplo. Além disso, ela se sentia pressionada a lhes demonstrar que tinha tido sucesso com a migração, mas não tinha conseguido ir além dos empregos voláteis na costura.

A trajetória de Isabel começa a sofrer inflexões a partir do momento em que engravidou, aos 27 anos. Deixou seu emprego e passou alguns meses durante a gravidez com a família, em La Paz, que não aprovou inteiramente seu companheiro, que também era boliviano. Ele era casado com uma brasileira e tinha quatro filhos, mas dizia a Isabel que iria se separar e casar com ela. De volta a São Paulo, Isabel foi sustentada pelo companheiro até que sua filha completasse dois anos de idade. Isabel fazia pequenos trabalhos, de crochê e bordados, para ajudar na renda familiar, e morava no Grajaú, zona sul de São Paulo. Alguns anos depois, seu companheiro migraria para a Espanha, onde tinha parentes há mais de 20 anos, e ela perderia o contato com ele, permanecendo em São Paulo com sua filha.

Quando voltou a trabalhar fora de casa, Isabel procurou alguma creche onde poderia deixar sua filha. Ficou sabendo do Projeto Piá, iniciativa de extensão vinculada à Faculdade de Educação da USP. O projeto oferecia vagas para a educação infantil em um clube da zona oeste, o Centro Esportivo e Educacional “Raul Tabajara”. Ele previa alguns espaços de participação por parte de pais e mães, e Isabel começou a se envolver na organização e nas decisões do projeto. Embora ela tenha algumas críticas com relação às reais possibilidades de intervenção e abertura que havia na tomada de decisão, é bastante clara a importância que esta experiência teve para Isabel. Foi um espaço em que ela foi provocada a participar e onde foi ouvida pelos seus pares. A partir de então começa a ocorrer um processo de reorientação dos objetivos de Isabel e mesmo de reconfiguração identitária.

Isabel é convidada a compor o Conselho do clube, num momento em que ele foi ameaçado de fechamento para se tornar exclusivamente uma unidade de saúde. Lideranças do clube e de outros grupos da região se articularam para impedir seu fechamento, buscando apoio por meio de um abaixo assinado. Isabel participou ativamente da coleta de assinaturas para esse abaixo assinado, lidando às vezes com o preconceito dos moradores da região, em 2008.⁵ A partir daí, Isabel entrou em contato com associações de moradores e conhece a

⁵ Segundo Isabel: “Sempre os branquinhos querendo ser os melhores [*risos*] que os outros, né. Sempre. Essa é uma coisa que tem que terminar. Quando a gente fala, aí, falam, não, não existe [racismo], não sei o quê. Mas existe sim. Quando eu fiz o abaixo-assinado, por exemplo, uma delas [moradora] chegou em mim e falou assim: eu conheço a tua cultura, conheço o teu país, conheço. E eu falei: bom, bom que você conhece a minha cultura,

Plataforma dos Centros Urbanos, iniciativa da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) que visa mobilizar governos e sociedade civil pela garantia dos direitos das crianças. Por meio da Plataforma, Isabel foi convidada a participar de uma série de cursos de formação de lideranças comunitárias. Para poder participar desses cursos, em horários diversos, Isabel passou a trabalhar como ambulante, vendendo leites fermentados e sorvetes. Durante períodos de férias escolares, vem trabalhando no clube como recreadora infantil. Incentivada durante esses cursos a retomar os estudos e concluir o ensino médio, Isabel está cursando o supletivo e já planeja prestar o vestibular. Seu primeiro namorado também insistia que ela estudasse e fizesse faculdade, mas na época ela se sentia muito pressionada. Agora, já está convencida de que deve cursar o ensino superior, em pedagogia.

Ela parece ter ganhado autoconfiança e autoestima nos últimos anos, associada à formação de uma nova identidade de liderança comunitária. Quando perguntada sobre o que mudou com seu engajamento nessas atividades, disse: “as pessoas passaram a me [ver] não [como] uma simples mãe, ou uma boliviana, como sempre falam: ‘Ah, uma boliviana, veio da Bolívia para trabalhar na costura’, e isso. Não. Uma mãe que lutou pela filha.” Após fazer bem um trabalho final em um dos cursos, diz: “acho que com isso [as pessoas] me valorizaram mais, não me viram como sendo costureira”. Ela também passa a se identificar e se apresentar como uma pessoa que luta contra preconceitos e discriminações:

existe muita discriminação, né. Então tem uma hora que você acorda. [...] Não quero que minha filha passe por isso. Eu me senti inferior do que um branco, sabe. Eu sou igual. Somos iguais, né. [...] Minha própria tia falava pra mim, minha tia falava, ‘ela é moreninha, mas a mãe dela é branquinha’. Me, se menosprezando. Isso é, existe não só comigo, mas com todo mundo, a sociedade. A sociedade, desde a época da colônia. Então tem que terminar isso, eu sempre falo isso.

Ao mesmo tempo em que se identifica com a causa do combate aos preconceitos de que se considera vítima, por ser de origem indígena, ela reivindica seu papel principalmente como líder comunitária, de uma região específica. Isabel diz inclusive que gostaria de fundar uma associação baseada na região da Barra Funda. Discute sobre a importância de revitalizar alguns espaços públicos, dizendo que “não é só [para] o boliviano, é [para] a comunidade.”

Esse processo também se reflete em termos de fortalecimento de um projeto de ascensão social. Isabel conta como foi estimulada a voltar a estudar por uma colega que

bom. Assim, querendo me deixar para baixo, sabe. Eu sei que a minha cultura é muito rica, mas tem gente que acha que é uma porcária.”

conseguiu montar sua própria creche: “Ela falou pra mim: ‘Isabel, para de ficar que nem coitadinha. A gente pode, a gente pode fazer’”. Isso se traduz nos planos de retomar os estudos e cursar o ensino superior, assumir uma ocupação de nível superior e ter acesso a bens culturais. Quando perguntada sobre o que fazia nos finais de semana, disse:

Oh, antigamente era mais pra, coisas assim, sem fundamento, né, parque... Hoje em dia, não, eu já quero ver arte, já quero ver algum quadro que, sabe, que nem a MASP, no Ibirapuera, aonde tem essas, sabe, demonstrações. Eu também participei do, que tava aberta à comunidade, o Ibirapuera... esqueci.

A Bienal?

A Bienal. Aí eu já, a gente muda, né.

Isabel manteve alguma forma de contato com seus familiares (ainda que de maneira irregular), embora isto tenha sido fonte de frustrações, na medida em que ela se sentia cobrada. Desde que estabeleceu novos vínculos e pertencimentos, a partir de sua integração nas atividades do clube,⁶ Isabel tem novas referências que a orientam. Sua estratégia de ascensão, assim como sua identidade, passa a estar ancorada nestes vínculos que estabeleceu no seu local de destino. Seus objetivos de ascensão estão relacionados ao status de liderança comunitária, que deseja que se torne uma “identidade para os outros” além de uma “identidade para si” (DUBAR, 2005). Embora ela continue com uma inserção semelhante no mercado de trabalho (e consequentemente permaneça na mesma situação de classe), ela percebe mudanças referentes ao status que alcançou junto a sua “comunidade”. Ela projeta um futuro para si como uma liderança comunitária que combate os preconceitos contra as pessoas de origem indígena (mas também contra negros, nordestinos e outros grupos), que se dedica a questões relevantes de interesse coletivo e que tem acesso a bens culturais. Isabel não visita a Bolívia desde que estava grávida de sua filha, hoje com 9 anos.

5.3.2 Carlos: o cooperativismo entre os conacionais

Conheci Carlos* por intermédio do Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), que me convidou para participar de uma reunião com uma nova associação de migrantes que estava se organizando no início de 2011. O objetivo da reunião era conseguir apoio do CAMI para redigir um breve texto de apresentação – que poderia ser desenvolvido como um projeto – que

⁶ Isabel cita como seus amigos as pessoas que participam das atividades do clube e dos cursos que frequentou.

os ajudasse a abordar potenciais parceiros, apoiadores e financiadores da iniciativa. Fui convidada para ajudá-los com a redação do texto. Carlos é o presidente do grupo.

Tornei-me próxima do grupo e os ajudei em diversos momentos a obter contatos com instituições oficiais (como o Banco do Brasil e a Defensoria Pública da União) e principalmente a preparar documentos destinados a apoiadores e a novos membros. Até hoje sigo em contato com Carlos e contribuo com questões pontuais. Assim, pude acompanhar de perto o desenvolvimento das atividades do grupo e desenvolver com Carlos uma relação de confiança e reciprocidade. Entrevistei-o pela primeira vez em março de 2011, e pela segunda vez em dezembro do mesmo ano. As entrevistas e demais contatos com Carlos foram feitos em espanhol, a pedido dele, que tem dificuldades com o português.

Carlos, 42 anos, nasceu na cidade de La Paz, Bolívia, de uma família com longo histórico de migrações. Seu avô paterno era um peruano que migrou para a Bolívia em busca de terras. Seu pai e sua mãe nasceram na região rural do departamento de La Paz, mas posteriormente mudaram para a capital com suas respectivas famílias. Sua mãe fazia pequenos bicos, ora como cozinheira, ora como vendedora ambulante de produtos diversos (desde alimentícios até manufaturados simples, a depender da época do ano), seguindo o padrão do que Vera Telles (2010) descreve como a “viração” no contexto urbano. Seu pai e seu avô trabalhavam com costura.

A família se mudou para Cochabamba por um breve período, e depois retornou à cidade El Alto, na região metropolitana de La Paz. Carlos tinha quatro irmãos, que desde pequenos já começaram a trabalhar para ajudar a família. Segundo Carlos: “hemos llevado la vida así, en ese afán de querer conseguir alguna cosa. Siempre estudiando, no? Nuestro fin siempre era ser algo en la vida. Era mañana en el colegio, un turno, siempre trabajábamos en la tarde”.⁷ Em retrospectiva, Carlos ressalta como sempre foi importante para sua família dedicarem-se para melhorar de vida e obter ascensão social. Para Carlos, isso significava não se tornar um costureiro, como seu pai e seu avô: “yo de verdad nunca he querido ser costurero. Sí, porque yo veía que no era tan rentable”.⁸

Com esse antigo histórico familiar de migrações, questionei Carlos se ele já tinha cogitado a ideia de migrar, ou se já havia sentido vontade de migrar. Ele nega: “yo creo que

⁷ Tradução livre: “levamos a vida assim, nesse afã de querer conseguir alguma coisa. Sempre estudando, não? Nosso fim sempre era ser algo na vida. De manhã íamos à escola, um turno, sempre trabalhávamos à tarde”.

⁸ Tradução livre: “eu, na verdade, nunca quis ser costureiro. Sim, porque via que não era tão rentável”.

nadie tiene ganas de salir, así por sí. Las cuestiones que viven los países obligan para que las personas migren en busca de mejores oportunidades”.⁹

Carlos procurava alternativas ocupacionais. Fez um curso técnico na área de enfermagem, em que trabalhou durante quase três anos. Porém, insatisfeito com o salário que recebia, decidiu trabalhar como vendedor, pois receberia comissões proporcionais às vendas. Fez um curso de técnicas de venda e estava se inserindo em uma empresa, quando sofreu um grave acidente de carro e teve que passar sete meses hospitalizado. Após sua saída do hospital – ainda com algumas dificuldades motoras como sequelas do acidente –, estava com problemas financeiros. Nessa época, um primo que havia migrado para Buenos Aires lhe escreveu, convidando-o para trabalhar com ele. Carlos aceitou e foi para a Argentina em 1991.

Em Buenos Aires, trabalhou durante três anos em duas oficinas diferentes. Enviava dinheiro para ajudar sua família sempre que podia, às vezes quase todo o seu salário. Lá, conheceu sua esposa, que antes havia morado com sua família em São Paulo e que depois se mudara para Buenos Aires, por considerar que a situação econômica do Brasil havia piorado muito na época do governo Collor. Após juntar algum dinheiro, os dois se mudaram para a Bolívia e tentaram montar seu pequeno negócio (como diz Carlos, “uma pequena empresa”): uma oficina de costura. Ficaram pouco mais de um ano e, com o fracasso de sua empreitada, decidiram migrar para São Paulo, já em 1994. Todos os irmãos e os pais de sua esposa tinham morado em Buenos Aires e agora estavam em São Paulo. Somente uma de suas irmãs permaneceu em Buenos Aires; segundo Carlos, isso se deveu ao fato de que ela tinha filhos que não queriam deixar a cidade.

A escolha da cidade de São Paulo se deveu à valorização da moeda com o Plano Real, que a tornava um destino mais vantajoso. Segundo Carlos, sua intenção era ficar pouco tempo, apenas o suficiente para juntar o que precisavam para ter um negócio bem sucedido na Bolívia. Seu primeiro filho havia ficado na Bolívia com uma tia, aguardando seu retorno. Contudo, vendo a melhora da sua situação no Brasil, decidiram ficar por mais tempo. Segundo Carlos,

Volvimos solamente por fortalecer la parte económica. Juntar un poco más de dinero y acrecentar con eso y tentar hacer alguna cosa, si podemos. El tiempo ha pasado rápido. La mía idea era venir y, antes que los *filhos*

⁹ Tradução livre: “eu acredito que ninguém tem vontade de sair, em si. As questões que vivem os países obrigam as pessoas a migrar em busca de melhores oportunidades.”

crezcan, volver allá. Ya no dio tiempo, porque ellos ya han empezado a estudiar.¹⁰

Seu filho foi morar com os pais em São Paulo; o casal ainda teve duas outras filhas, que nasceram em São Paulo. Carlos conseguiu sua regularização migratória por ter filhas nascidas no Brasil, após pagar multas pelo período em que permaneceu irregularmente. Outros irmãos de Carlos vieram ao Brasil, e dois retornaram à Bolívia após “não se acostumarem”.

A família de Carlos sempre morou no bairro da Penha, zona leste de São Paulo. Carlos começou trabalhando na oficina de uma cunhada, que atendia a encomendas de lojistas coreanos. Depois, montou sua própria oficina, em outra casa onde mora. Desde 2007, deixou de trabalhar para os coreanos e passou a ser responsável por todas as etapas da produção de roupas. O próprio Carlos é responsável pela criação das roupas, ampliação e criação de moldes. Segundo ele, isso envolve um trabalho de pesquisa constante, nas vitrines de lojas importantes, televisão e revistas, para que sua produção acompanhe as tendências da moda. Em sua oficina, as peças são cortadas e costuradas. Quando não dá conta de todo o trabalho, encomenda o trabalho de costura das peças a outras oficinas, inclusive uma de sua irmã.

Trabalhar por conta própria, produzindo integralmente as peças, somente foi possível a partir de sua inserção na Feirinha da Madrugada do Brás. A Feirinha garantiu acesso a um amplo mercado de produtos populares, onde consegue distribuir sua produção (para mais detalhes sobre o funcionamento da Feirinha, conferir a seção 3.6.1, no capítulo 3). Carlos descreve a mudança para a Feirinha como ganhos progressivos de independência e autonomia, mesmo apesar de todas as dificuldades que enfrenta com as máfias locais e a polícia. Sua rotina começava às 2h da manhã, quando vendia durante a madrugada na Feirinha. Depois, vendia no box que alugava em um dos shoppings da região. No final do dia, ainda trabalhava um pouco em sua oficina. Após o fechamento da Feirinha, não vende mais nas vias públicas, somente em seu box, durante o horário comercial. Apesar dos enormes sacrifícios, Carlos fala com orgulho das conquistas que já obteve: tem uma casa própria na Penha e um carro.

Assim que começou a trabalhar na região, conheceu membros do sindicato dos ambulantes e se envolveu com uma associação que pretendia organizar os migrantes que atuam lá. Embora tenha se tornado vice-presidente da associação, rapidamente a deixou, pois

¹⁰ Tradução livre: “Voltamos somente para fortalecer a parte econômica. Juntar um pouco mais de dinheiro e acrescentar com isso e tentar fazer alguma coisa, se pudermos. O tempo passou rápido. A minha ideia era vir e, antes que os filhos crescessem, voltar para lá. Já não deu tempo, porque eles começaram a estudar.”

não gostava da postura do presidente, que considerava autoritária e impositiva. Formou-se, então, outro grupo, que se reúne há quase três anos e do qual Carlos é presidente. O objetivo é organizar os migrantes da região do Brás – especialmente os bolivianos – para encontrar soluções coletivas para melhorar suas vendas e condições de atuação.

Sua meta principal, conforme apresentado na seção 3.6.1, é a construção de um shopping popular ou camelódromo, preferencialmente no município de Guarulhos, onde os migrantes pudessem vender sua produção. Para isso, precisam da adesão de grande número de migrantes, que possam fazer contribuições da ordem de R\$ 10.000,00 para dar início ao projeto. Outros objetivos, de médio prazo, incluem a importação de tecidos para baixar seus custos e o estabelecimento de contratos coletivos dos pequenos produtores com grandes empresas. O grupo tem contado com o apoio decisivo de entidades assistenciais (principalmente o Centro de Apoio ao Migrante e o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante) para estabelecer contatos junto à prefeitura de Guarulhos e outras instituições.

Carlos reelaborou seu projeto de ascensão social a partir de sua atuação na Feirinha e na associação. Embora exista um objetivo mais evidente de impulsionar seus negócios e obter ganhos financeiros, a associação também tem um papel secundário de ser um meio de projeção de status dos migrantes frente a seus conacionais. Isso se evidencia, em primeiro lugar, pelo fato de que o nome da associação menciona “empreendedores bolivianos e imigrantes”; a associação está aberta para os migrantes latinos que atuam na região do Brás, mas na prática conta apenas com a adesão de bolivianos. As reuniões da associação, especialmente aquelas mais solenes, realizadas com o objetivo de ampliar o número de adesões e convencer outros migrantes a se associar, são representativas deste fenômeno. Os participantes das reuniões (somente donos de oficinas) estão sempre bem vestidos; Carlos inclusive já levou outras roupas, melhores, para trocar logo antes do início das reuniões. Durante as apresentações do grupo ligado à associação, sempre muito formais, celulares de última geração e câmeras digitais registram o encontro, evidenciando que todos os presentes atingiram padrões de consumo mais elevados. Além disso, Carlos vem sendo reconhecido, por meio da associação, como uma liderança entre os migrantes: já deu algumas entrevistas e vem participando de algumas iniciativas como a organização da Marcha dos Migrantes.

Carlos pensa e apresenta a associação como o meio para a conquista da autonomia dos migrantes. Ele diz, inclusive, que seu objetivo maior não é deixar herança para seus filhos, mas abrir espaços para sua autonomia:

Lo que estoy haciendo es por causa de que yo he visto la extrañeza de mi pueblo, porque siempre hemos sido dependientes de otras cosas, entonces siempre piensan que el otro va a solucionar nuestras cosas. Yo no pienso así. Yo creo que nosotros siempre hemos pensado así porque nuestra sociedad siempre ha esperado eso. *Mas* yo creo que nosotros somos capaces de hacer las cosas.¹¹

O envolvimento com a associação é custoso; o processo de registro em cartório e obtenção de um CNPJ levou quase dois anos. O pouco tempo livre de Carlos é totalmente dedicado à associação. À medida que foram percebendo as dificuldades envolvidas em seus planos, muitos membros iniciais foram deixando a associação. De fato, de sua composição inicial, permanece apenas Carlos, embora outros tenham aderido. Mesmo assim, Carlos continua persistindo. A associação lançou recentemente seu próprio site.

Embora seus planos de retornar rapidamente à Bolívia tenham sido frustrados, ele não os descarta. Carlos mantém contato rotineiramente com seus familiares, por telefone, internet e com visitas periódicas. Está convencido de que irá voltar, talvez em até menos que dez anos, para estabelecer lá sua própria “empresa”. Contudo, é possível argumentar que o retorno à Bolívia tenha adquirido, agora, o caráter não mais de um plano (no sentido de algo que pressupõe planejamento prévio e organização), mas somente de um sonho (um desejo distante, para o qual não se direcionam esforços imediatos e que não orientam a ação). Seu afincamento para o sucesso da associação, que envolve planos de longo prazo, contrasta com sua aparente convicção de um retorno próximo. Suas filhas descartam a possibilidade de voltar; nascidas no Brasil, quando visitaram a Bolívia não sentiram vontade de morar lá.

Carlos tem medo da violência urbana em São Paulo e sonha com a possibilidade de que um dia possa vir a morar no povoado rural de seus pais, o “único lugar onde há paz”. Por enquanto, este sonho e a ideia de retorno à Bolívia parecem ter mais relação com a construção simbólica da condição do migrante, de que fala Sayad (2000), do que com alternativas plausíveis de futuro próximo para Carlos.

¹¹ Tradução livre: “O que estou fazendo é por ter visto a estranheza do meu povo, porque sempre fomos dependentes de outras coisas, então sempre pensam que o outro vai solucionar nossas coisas. Eu não penso assim. Creio que nós sempre pensamos assim porque nossa sociedade sempre esperou isso. Mas creio que somos capazes de fazer as coisas.”

5.3.3 Juan: a ascensão traduzida no acesso a bens de consumo

A última trajetória apresentada será a de Juan*, que conheci em agosto de 2010, na Festa de Nossa Senhora de Copacabana, no Memorial da América Latina. Ele trabalhava como garçom em uma das barracas de comidas típicas. Na ocasião, descobri que ele trabalhava nesta mesma barraca todos os domingos, na feira da Praça Kantuta. Encontramos algumas vezes na feira e também em outras festas bolivianas. A primeira entrevista foi realizada em março de 2011, e a segunda em dezembro do mesmo ano. Ambas foram feitas em português.

Juan, 32 anos, nasceu em La Paz, o quinto de seis irmãos. Embora seu pai não tivesse concluído o segundo grau, ele conseguiu alguns empregos administrativos em um banco e um cartório, e estava melhorando de vida. Sua mãe vinha de uma família de classe média, que tinha casa própria e dois carros. Contudo, ela não completara os estudos e trabalhava como comerciante, vendendo mercadorias entre o Peru e a Bolívia. Ela vendia cobertores, edredons e malhas de frio. A situação de sua família parecia melhorar: compraram e ampliaram sua casa, compraram um carro. Contudo, quando Juan tinha 11 anos, seu pai ficou doente, foi operado e teve que ficar sem trabalhar. Depois disso, tudo começou a piorar: seu pai nunca mais conseguiu um emprego regular, e foi afundando cada vez mais no alcoolismo. Segundo Juan, os negócios de sua mãe iam relativamente bem, mas ela não conseguia ganhar o suficiente para sustentar a família. Nos anos seguintes, Juan viveu em condições muito difíceis, tendo que trabalhar para ajudar a família. Juan trabalhou como marceneiro durante a adolescência.

Após completar os estudos, aos 20 anos, Juan migrou para Buenos Aires. Ele foi recrutado por uma conhecida de sua mãe, que fora a La Paz contratar costureiros para sua oficina – da mesma forma como ocorre o recrutamento para São Paulo. Ela pagou sua passagem, que ele pagaria depois com seu trabalho. Ao chegar, como acontece com tantos migrantes, descobriu que iria ganhar bem menos do que havia sido combinado. Após trabalhar três meses para pagar sua dívida, Juan fugiu dessa oficina, indo trabalhar com um colega boliviano que encontrara em Buenos Aires.

No início, Juan enviava dinheiro para a sua família, sempre que podia. Contudo, após pouco mais de um ano a situação financeira de sua família começou a melhorar, depois que

passaram a produzir bebidas destiladas em sua própria casa para vender – o que fazem até hoje. Assim, o dinheiro de Juan passou a ser destinado exclusivamente para suas despesas pessoais. Segundo ele, era jovem e não se preocupava em guardar dinheiro: gastava tudo em festas com seus amigos. Em quase seis anos em Buenos Aires, teve seis empregos diferentes, todos em oficinas de costura; na maior parte do tempo, não morava no local onde trabalhava, por opção. Trabalhou para bolivianos e coreanos, tendo começado como ajudante. Depois, começou a aprender a operar as máquinas e se tornou costureiro.

Após seis anos sem visitar a família, Juan voltou para La Paz. Arranjou um emprego e trabalhou com costura, em uma empresa grande, por cinco meses. Contudo, rapidamente desistiu de ficar e resolveu migrar novamente. Juan teve dificuldades em se adaptar a morar novamente com sua família, especialmente com sua mãe. Além disso, aparentemente Juan havia se acostumado com um padrão de vida que não poderia ter em La Paz, como costureiro. Ele diz que ganhava um bom salário lá, mas que comparado ao que ganhava em Buenos Aires, era pouco. Nesse ínterim, uma de suas irmãs havia migrado para São Paulo, e Juan decidiu encontrá-la, ao invés de retornar a Buenos Aires. Ela também havia sido recrutada como costureira e tinha passado por muitas decepções ao conhecer suas reais condições de trabalho.

Quando Juan chegou, sua irmã morava com o marido e um cunhado. Juan passou três meses morando e trabalhando com eles, mas diz ter ficado incomodado com os conflitos entre os familiares. Além disso, ele diz que não gostou de São Paulo: “pelo fato de eu não falar português, *pienso* que a gente [brasileiros] *no* gostava da gente [bolivianos], agora vejo que *no* gostam mesmo. [*risos*] *No*, mas era pelo fato de não falar português, eu pensava que eles *no* gostavam. Eu me sentia muito mal.”

Após três meses em São Paulo, um amigo seu estava com problemas. Havia brigado com uma namorada e estava sendo perseguido pelos primos dela, e queria fugir de São Paulo. Ele ouvira falar de Belo Horizonte, uma cidade bonita. Decidiu ir para lá e convidou Juan para acompanhá-lo. Juan aceitou e entraram num ônibus para Belo Horizonte, onde Juan moraria por três anos. Conseguiram empregos como costureiros rapidamente, por meio de anúncios de jornal. Juan lembra em detalhes de seu primeiro dia em Belo Horizonte, quando conheceu uma feira de artesanato. Ele descreve como se sentiu bem na cidade: “A gente [ele e seu colega], *mismo* que era diferente, [as pessoas] te tratava bem. Chegava falando portunhol, [perguntavam] ah, você é de onde? *Preguntavam*, querendo saber da onde eu era. Eu achei

legal *eso* de eles me *preguntar* e eu responder. Aí eu *comenzé* a gostar. Do lado tinha um parque.” O contraste que Juan apresenta entre São Paulo e Belo Horizonte não pode ser creditado apenas à diferença entre as regiões degradadas do Bom Retiro, que conhecera, e o parque e a feira mineiros. Parece também que, em Belo Horizonte, Juan não sentia o peso dos estereótipos e preconceitos associados à migração boliviana em São Paulo, que em 2004, quando ele chegou, já era um fluxo consolidado. Em Belo Horizonte, o fato de ser estrangeiro era motivo de curiosidade para as pessoas, como relatam alguns migrantes antigos de São Paulo.

Juan optou por trabalhar recebendo por peça, embora houvesse ofertas de emprego com pagamento por mês. Trabalhava longas jornadas, para conseguir juntar dinheiro. Conseguiu, após algum tempo, comprar três máquinas e montar sua própria oficina. Em Belo Horizonte, participou de uma palestra motivacional de uma empresa que vendia produtos naturais, dirigida a novos vendedores. Por indicação de um colega, resolveu conhecer a proposta e complementar a renda com vendas. A palestra o impactou profundamente: “Ele [palestrante] falou pra mim: ‘quanto você vale?’. Aí eu falei: ‘eu valho em dólares, eu valho *millones*’. Aí ele falou: ‘não, você não isso, você vale *lo* que você ganha, e nenhum centavo a mais”. A palestra também o desafiou a “abandonar o comodismo” e se arriscar mais, trabalhar mais, tentar mais. Desde então, Juan parece decidido a provar que vale mais. A experiência como vendedor deve ter contribuído para sua desinibição e extroversão, características que o ajudariam a encontrar melhores empregos posteriormente.

Em Belo Horizonte, Juan iniciou um relacionamento com uma brasileira e teve uma filha. Após desentendimentos com a companheira (que, de acordo com Juan, era muito “acomodada”), e desejando ganhar melhor, Juan retornou a São Paulo após três anos. Costureiro experiente, começou a trabalhar em lojas do Bom Retiro como piloteiro – costureiro que trabalha nas empresas confeccionistas, costurando as peças “piloto” que serão encaminhadas às oficinas como modelo para a costura das demais peças. Por indicação de sua irmã, soube de um curso de modelista que estava sendo oferecido. O modelista é quem desenha as peças, função de prestígio dentro do setor de confecções. Era um curso de longa duração, 15 meses, e que custava R\$ 200,00 por mês, o que tinha grande impacto no seu orçamento. Para conseguir pagá-lo, Juan passou a trabalhar como garçom aos sábados e domingos, num restaurante boliviano da Rua Coimbra e na feira da Praça Kantuta. Tomava energéticos para manter a disposição para trabalhar sete dias por semana, além de assistir ao

curso. Juan colocou um cartaz em sua parede: “quero ser modelista em 2010”, para o qual olhava todos os dias para se motivar. Sua irmã não aguentou o ritmo puxado e largou o curso de modelista, que também iniciara. Outras duas irmãs, que haviam migrado para São Paulo para trabalhar, retornaram definitivamente a La Paz, por não terem aguentado o ritmo de trabalho, segundo Juan.

No momento da primeira entrevista, após ter conseguido se tornar modelista e ter uma renda média de R\$ 3.500,00 por mês, o novo plano de Juan já estava escrito em sua parede: comprar uma Hyundai Tucson, um carro esportivo. Quando o encontrei para a segunda entrevista, alguns meses depois, ele já estava dirigindo seu novo carro, comprado conforme ele desejara. É possível argumentar que o acesso a bens de consumo é um importante marcador de sucesso em sociedades capitalistas, conforme discute Merton (1992) com relação ao papel do sucesso pecuniário na cultura norte-americana. Assim, a ascensão social buscada por Juan se traduz, para ele, no aumento de seu salário (o seu “valor”) e em seu acesso a bens de consumo acessíveis somente para a classe média ou classe alta.

Contudo, Juan já começava a perceber a incompatibilidade da manutenção desse carro com sua renda. Ele tinha que pagar pelo aluguel de uma vaga onde deixava o carro. Nesse mesmo dia, foi a uma concessionária orçar a substituição de uma peça do para-choque do carro, que havia sido roubada. Logo após descobrir que somente aquela peça custaria algumas centenas de reais, se envolveu em um acidente de trânsito e, além de danificar seu carro, teve que arcar com os custos de reparação do outro veículo. Juan estava cogitando mandar o carro para Belo Horizonte, para sua antiga companheira, “para que fosse usado para sua filha”. Sua próxima grande aquisição seria uma casa, que ele pretendia comprar também em Belo Horizonte.

Além disso, Juan estava montando seu próprio negócio, na Bolívia. Ele enviou dinheiro a um sobrinho, que comprou equipamentos para a instalação de um lava a jato, para carros. Ele justifica a escolha de iniciar o negócio na Bolívia, onde ele não pode supervisioná-lo, devido à diferença nos custos e no câmbio. Segundo ele, conseguiu comprar as máquinas por um terço do valor que custariam em São Paulo. Contudo, é possível argumentar que há outras considerações de status envolvidas. A montagem de um negócio à distância seria uma maneira de projetar o sucesso financeiro que Juan teve por meio da migração. Seu sucesso depende de sua permanência no local de destino, onde obtém os rendimentos que o viabilizam. Porém, acessando a mão de obra de sua família, consegue demonstrar àqueles que

ficaram como seu projeto de ascensão social foi bem sucedido. Para fazê-lo, deve contar com as diferenças de classe dentro da própria família estendida, como já discutiam Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szanton (1994) no caso da migração haitiana nos Estados Unidos. Sua irmã que também mora em São Paulo adota estratégia semelhante: comprou uma casa própria em La Paz, mas não tem planos imediatos de morar lá. A casa é o símbolo e a marca de seu sucesso, sendo ocupada agora por um irmão que lhe paga aluguel.

Juan demonstra não ter nenhum interesse na política e em qualquer forma de organização e associação coletiva. Seus esforços de ascensão parecem totalmente voltados ao que descrevi como a “esfera privada”. O interessante de sua trajetória é que Juan busca projetar o sucesso de sua migração em diferentes espaços sociais. Ao mesmo tempo em que anda em São Paulo com suas roupas da moda e seu carro recém-lançado, também tem a intenção de comprar uma casa e/ou mandar seu carro para Belo Horizonte, onde mora sua filha. Ainda demonstra seu sucesso em seu local de origem, por ter conseguido acumular recursos, ao iniciar um pequeno negócio em La Paz com um sobrinho. Juan descarta a possibilidade de voltar a morar na Bolívia. Segundo ele, se o Brasil não continuar bem economicamente após 2014, ele pensa em migrar para outro país, talvez na Europa. Contudo, isso não o impede de manter e fortalecer seus vínculos com a Bolívia; Juan visita La Paz periodicamente e têm contato telefônico regular com sua família.

Assim, é possível argumentar que sua estratégia de ascensão é orientada por diversos grupos de referência, tanto no Brasil como na Bolívia. Isso se dá de forma simultânea e, aparentemente, não contraditória. Suas iniciativas na Bolívia não o impedem de ter buscado diversas formas de integração no Brasil, que se manifestam, por exemplo, no fato de ter atingido as melhores posições disponíveis para um trabalhador manual no setor de confecções.

5.4 ASPIRAÇÕES E TRAJETÓRIAS

Ao longo deste capítulo, foram apresentadas algumas contribuições a partir do nível microsociológico para a melhor compreensão e análise do fluxo migratório boliviano. Argumentei que as trajetórias dos migrantes não devem ser compreendidas apenas em função de sua inserção no local de destino, mas a partir de todo seu horizonte de relações sociais, que

pode incluir também seu local de origem. Assim, o sentido de suas ações e suas expectativas só pode ser adequadamente interpretado quando contextualizado a partir dos diferentes campos sociais em que o migrante se encontra inserido. Esta é a maior contribuição da literatura sobre as migrações transnacionais, que se procurou incorporar na análise das três trajetórias individuais discutidas.

O capítulo procurou apontar como os objetivos de ascensão social são importantes para compreender as trajetórias dos migrantes ao longo do tempo, assim como suas reorientações. A ascensão social pode ser buscada por meio de estratégias variadas, relacionadas ao local de destino e/ou de origem, inclusive de forma simultânea. Essas estratégias se diferenciam, por um lado, por sua orientação para a esfera pública ou privada e, por outro lado, por tomar como grupos de referência a sociedade de origem ou de destino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os capítulos da presente dissertação levantaram indícios que reforçam a pertinência da hipótese apresentada. O caso do fluxo migratório boliviano para São Paulo apontou para a centralidade da dimensão de classe social na conformação das características e do perfil do fluxo migratório, assim como das trajetórias individuais. A partir da adoção do conceito de classe social de Max Weber, a investigação apontou a vinculação entre a extração de classe dos migrantes nos locais de origem com seus destinos migratórios. Também apontou para a importância da difusão de instituições capitalistas e seus padrões de consumo para a análise dos fluxos migratórios contemporâneos. A extração de classe dos migrantes se mostrou elemento central para compreender as possibilidades de inserção na hierarquia de classes do local de destino. A partir do contraste entre a inserção no mercado de trabalho paulistano de migrantes profissionais de classe média, do primeiro fluxo de migrantes bolivianos, e os migrantes pobres atuais que se inserem no setor de confecções e no comércio ambulante, foi possível identificar de que maneira sua situação de classe estrutura suas possibilidades no local de destino. As características do mercado de trabalho paulistano contemporâneo, especialmente nesses dois segmentos de maior relevância, foram investigadas minuciosamente. Isto forneceu um diagnóstico rico a respeito da situação de classe dos migrantes bolivianos recentes em São Paulo e de suas possibilidades de ascensão social.

Também foi apresentado como a situação de classe dos migrantes no local de destino é fundamental para a compreensão de seu acesso ao espaço público, sua relação com o Estado brasileiro e com a sociedade brasileira em geral. Com efeito, o Estado seleciona e classifica os migrantes a partir de critérios de classe social – o que tem importantes consequências para os migrantes pobres, especialmente no que se refere às possibilidades de obtenção da regularização migratória. Além disso, a análise dos estereótipos e preconceitos que se difundiram a respeito dos migrantes bolivianos evidenciou como tais representações são permeadas pelas questões de classe social. As diferenças de classe social também são um importante elemento a se considerar nos processos de organização e associação coletiva. Aliadas às identidades com base nacional, as classes sociais são as bases a partir das quais diversas formas de associação emergem, com interesses e atividades diversas.

Por fim, a análise das trajetórias individuais permite evidenciar como as classes sociais são elementos importantes para compreender as motivações e as estratégias dos agentes, conforme discute grande parte da literatura sobre as migrações transnacionais. A partir de um levantamento a respeito das principais estratégias adotadas pelos migrantes bolivianos para obter ascensão social, apontou-se para a diversidade das trajetórias dos migrantes e para as maneiras como tais estratégias e trajetórias articulam os espaços sociais de seus locais de origem e destino.

A principal contribuição desta dissertação consiste na problematização proposta a respeito da estruturação dos fluxos migratórios contemporâneos pelas diferenças e hierarquias de classe social. Embora as classes sociais constituam uma dimensão central da realidade social, as pesquisas acadêmicas sobre migrações tendem a subestimar as determinações e condicionamentos que elas representam para os migrantes. Lançar luz sobre a estruturação dos fluxos migratórios pelas hierarquias de classe social possibilita uma melhor análise de diversos temas que são caros aos estudos sobre migrações: a integração dos migrantes nos países de destino, sua relação com o Estado receptor e as políticas migratórias, sua inserção no mercado de trabalho e suas formas de organização coletiva. Ainda mais que o trabalho, a classe é o núcleo em torno do qual se organiza a experiência social do migrante.

Cada tema abordado na presente dissertação sugere novas agendas de pesquisa, que poderão ser aprofundadas em pesquisas posteriores. Assim, apresento a seguir algumas considerações a respeito das questões e temas de pesquisa que se abrem, além das implicações teóricas dos debates realizados.

São necessárias pesquisas posteriores sobre o fluxo migratório boliviano para São Paulo para esclarecer alguns pontos levantados. Primeiramente, o primeiro fluxo de migrantes bolivianos permanece pouco estudado, uma vez que os estudos recentes se debruçam sobre os novos migrantes. Conforme foi apresentado no capítulo 2, há indícios de que o fluxo mais antigo de bolivianos para São Paulo, das décadas de 1950 e 1960, tenha sido mais heterogêneo, no que se refere ao perfil de classe social dos migrantes. A tese de Sidney da Silva (1997) que remete o início deste fluxo a um acordo de intercâmbio universitário não parece ser suficiente para dar conta da migração de trabalhadores pobres nesse período. O recrutamento de estudantes e profissionais a partir de tal intercâmbio não dá conta das formas de recrutamento de migrantes pobres. Não está claro se há alguma vinculação entre os dois

fluxos. Além disso, a possibilidade de que tenha havido um fluxo mais significativo vinculado ao comércio entre Corumbá e São Paulo – estabelecendo conexões entre as duas cidades pelos trajetos migratórios dos bolivianos – merece ser investigada mais a fundo. Embora os dados demográficos dos censos confirmem a preponderância de migrantes de escolaridade mais alta entre os migrantes mais antigos, permanecem pouco explicados outros perfis de fluxos. Ao investigar a possibilidade de maior heterogeneidade entre os migrantes mais antigos, seria possível discutir as formas de ascensão social e de mobilidade espacial deste fluxo anterior, e compará-lo com os migrantes atuais. Assim, seria possível delimitar com maior precisão a relevância de transformações no mercado de trabalho e nas tecnologias de transporte e comunicação para a conformação das características do fluxo migratório atual.

A intensa mobilidade espacial dos migrantes bolivianos na cidade de São Paulo, e entre a capital paulistana, Buenos Aires e suas cidades de origem na Bolívia, parece estar vinculada às características dos principais setores de inserção dos migrantes: o setor de confecções e o comércio ambulante. Conforme apresentado, a informalidade e a rotatividade dos empregos, associada às pressões e volatilidade do setor, fazem com que haja frequentes mudanças de emprego e, para muitos, mudança de bairros na cidade. Com a disseminação de oficinas por toda a região metropolitana – e não somente na região central da cidade –, os migrantes se deslocam em todo este território e até mesmo para outras cidades do estado de São Paulo. Além disso, a realização de visitas frequentes à Bolívia está também relacionada à sazonalidade do setor de confecções, que tem um período de queda de encomendas especialmente nos primeiros meses do ano. Pode-se afirmar, assim, que a mobilidade espacial deste segmento de migrantes de classe trabalhadora está enraizada nas próprias características do tipo de inserção no mercado de trabalho a que têm acesso.

Segundo relatos, outros grupos de migrantes mais escolarizados e envolvidos com redes comerciais, como os peruanos, têm padrões de mobilidade bastante distintos: rotineiramente, estes migrantes circulam entre diversas capitais brasileiras, de acordo com os fluxos comerciais de seus produtos. As características desse fluxo migratório se assemelhariam àqueles fluxos europeus vinculados às redes comerciais mediterrâneas e do leste europeu descritas por autores como Tarrius (2002, 2008), em contraste com o padrão de mobilidade identificado entre os migrantes bolivianos regionais. Assim, seria possível argumentar que os diferentes padrões de mobilidade espacial desses migrantes (no caso,

bolivianos e peruanos) estariam vinculados às suas diferentes situações de classe. A investigação sobre a vinculação entre diferentes situações de classe e padrões de mobilidade espacial pode ser uma importante estratégia para promover avanços entre os estudos sobre as migrações transnacionais que se preocupam com a intensificação da mobilidade espacial, na medida em que contribui para a compreensão de tais processos a partir de contextos sociais estruturados.

Outro tema que justifica a realização de pesquisas posteriores são as modalidades de organização e associação dos migrantes com base nas classes sociais, seja a partir ou independentemente de classificações e identidades nacionais. Na presente pesquisa somente foram levantadas alguns tipos de organização e indicadas sua relação com as diferenças de classes sociais e a busca por status. Outras investigações poderiam apontar para outras modalidades organizativas e para a possibilidade da emergência de novas categorias identitárias a partir da qual se poderiam mobilizar os atores. Algumas entidades assistenciais buscam promover formas de organização e solidariedade dos migrantes com base numa identidade comum de classe (entendendo os migrantes primeiramente como trabalhadores) e de origem regional comum (no caso, sul-americana). Esta estratégia se baseia também na percepção de que há uma oportunidade política aberta para a reivindicação de uma identidade sul-americana, à medida que o governo brasileiro favorece a integração regional em sua política externa. A viabilidade desse tipo de estratégia e a possibilidade de identificação e ação coletiva em torno desta categoria identitária (trabalhadores migrantes sul-americanos) poderá ser objeto de investigações futuras.

Uma grande agenda de pesquisa diz respeito à chamada “segunda geração” de migrantes bolivianos, expressão que se refere aos filhos de migrantes bolivianos nascidos no Brasil. Oliveira e Baeninger (2012) levantam algumas das questões relacionadas às necessidades e perfil desse novo segmento populacional, que se torna cada vez mais significativo à medida que o fluxo migratório envelhece. Por um lado, uma questão importante é investigar como esses jovens lidarão com os estigmas e preconceitos associados à origem de seus pais. Muitos dos adolescentes que encontrei durante a pesquisa de campo diziam, antes de qualquer outra coisa, “eu não sou boliviano, meu pai é”, indicando sua rejeição a uma forma de identificação percebida como subalterna, que se expressa também no fato de que muitos desses jovens somente falam português. Por outro lado, existe a importante

questão da inserção que eles têm no sistema educacional e as possibilidades futuras que terão no mercado de trabalho. Portes e Rumbaut (2006) e Zhou (1999) apontam para a possibilidade da “assimilação descendente” para filhos de migrantes pobres, que seriam integrados às classes baixas do país de destino frente à impossibilidade de obter ascensão social por meio dos estudos, em um ambiente muito mais competitivo e que exige credenciais educacionais. A recusa ao trabalho no setor de confecções em que muitos de seus pais se inserem é muito comum entre esses jovens. Tais empregos árduos e pouco valorizados parecem pouco atraentes a jovens que não têm em mente uma ida (ou retorno) próxima ou imaginada ao país de origem de seus pais, o que seria o traço fundamental da “subjetividade do migrante de primeira geração” (SASSEN, 2010). Resta saber quais serão as oportunidades abertas a eles. Cabe notar que a inserção em gangues envolvidas em pequenos delitos e uso de drogas, embora seja um fenômeno minoritário, vem ganhando importância entre esses jovens.

Outras questões de ordem teórica também emergem a partir dos resultados da presente pesquisa. A investigação realizada apontou para a importância de se analisar os fluxos migratórios contemporâneos sob a ótica da expansão do capitalismo no mundo e da difusão de instituições e práticas capitalistas. No caso do fluxo migratório boliviano para São Paulo, diversos elementos reforçam este diagnóstico. O fluxo atual é composto, em sua maioria, de contingentes populacionais que migraram, na geração anterior, em direção aos grandes centros urbanos do país, em especial La Paz (e El Alto) e Cochabamba. São trabalhadores manuais, pouco qualificados, ou uma classe média baixa em crise, que se engajam na migração para a capital paulistana. O recrutamento é realizado com vinculação direta a um emprego no local de destino, na imensa maioria das vezes. Além disso, há indícios que apontam para a relevância da difusão de novos padrões e expectativas de consumo como motivadores da migração, que é vista como o meio de atendê-las. A penetração de práticas e hábitos ocidentais (como a incorporação de nomes próprios americanizados) denota a integração destes migrantes potenciais nas trocas econômicas e culturais da globalização, entendida como, ao menos em parte, um processo de expansão e aprofundamento das relações capitalistas no mundo. No local de destino, a migração se vincula justamente a setores mais competitivos e integrados ao comércio internacional: o setor de confecções e o comércio ambulante, especialmente aquele vinculado ao próprio setor de confecções ou à distribuição de produtos manufaturados chineses.

Assim, embora seja possível argumentar que os migrantes contemporâneos reativam e atualizam tradições coletivas dos povos andinos, segundo as quais a migração seria um traço cultural, a pesquisa realizada reforça que as dinâmicas deste fluxo migratório somente podem ser adequadamente compreendidas quando relacionadas às características do capitalismo contemporâneo. Ora, somente com uma análise adequada das dinâmicas entre as classes sociais é possível compreender em toda a sua extensão o papel das instituições capitalistas na conformação dos fluxos migratórios contemporâneos.

É fato que, especialmente entre autores marxistas, as migrações foram historicamente consideradas sob uma perspectiva de classe social, na medida em que as migrações refletem a “dupla liberdade” da classe trabalhadora: o migrante é livre para partir e vender sua força de trabalho, mas ele também é livre (ou seja, destituído) dos meios de produção, sendo obrigado a assumir um trabalho assalariado para sobreviver. Assim, as migrações foram repetidamente interpretadas sob o signo das transformações das formas de mobilização de mão de obra pelo capital, especialmente a partir da Revolução Industrial. Contudo, de forma ainda mais intensa atualmente, as migrações não são um fenômeno restrito à classe trabalhadora. Cada vez mais, os migrantes têm extrações de classe diversas; é necessário considerá-las para dar conta da diversidade de perfis e inserções dos fluxos migratórios.

De fato, a diversidade da extração de classe dos migrantes contemporâneos está por trás de um diagnóstico recorrente a respeito das razões da diversidade e heterogeneidade das migrações atuais. Esta é a posição de Saskia Sassen (2010), que argumenta ter emergido um tipo de migração “bimodal”, em que predominam dois grandes tipos de migrantes: os profissionais, altamente qualificados e que atuam principalmente junto a grandes transnacionais, e os migrantes pobres, que constituem uma mão de obra barata para diversas ocupações mal remuneradas vinculadas aos serviços nas grandes cidades. Assim, torna-se tarefa primordial da sociologia analisar as implicações das diferenças de classe social nos diversos fluxos migratórios contemporâneos. A diversidade de origens, destinos e perfis dos atuais migrantes não representa uma dissolução de suas diferenças de classe no contexto migratório. Ao contrário, torna tais fluxos muito mais complexos e dinâmicos. Entender a conexão entre as diferentes extrações e inserções de classe e a dinâmica dos fluxos migratórios pode ser a chave para aumentar nossa capacidade de compreensão e interpretação.

Um importante tema para a sociologia e as ciências sociais contemporâneas consiste na crítica do alcance de seus principais conceitos, formulados no contexto de sociedades nacionais delimitadas. Os processos de integração mundial em curso colocam a necessidade de propor novas interpretações e formulações de conceitos como o de classes sociais. A formação das classes sociais como agentes e atores coletivos foi pensada, pelas mais diversas correntes teóricas, a partir de sua interação com o Estado e no contexto de sociedades nacionais. Os migrantes, à medida que intensificam suas trocas transnacionais, demonstram cotidianamente a porosidade das fronteiras dos Estados e das estruturas sociais. A possibilidade de surgimento de classes transnacionais – ou ao menos classes desnacionalizadas, como propõe Sassen (2010) – é uma importante fronteira de pesquisa na sociologia, para cujo avanço o diálogo com a literatura sobre as migrações internacionais pode trazer grandes contribuições. Estas novas classes sociais podem ter importantes impactos na maneira como se estruturam o conflito político, a ação coletiva e a organização social.

Assim, os resultados da pesquisa realizada apontam para uma nova hipótese, que deverá ser objeto de investigações posteriores: de que a diversidade e complexidade dos atuais fluxos migratórios está vinculada aos distintos perfis e inserções de classe social desses migrantes. Desse modo, a compreensão dessa diversidade passa por uma reafirmação do caráter estruturante das classes sociais nos diferentes campos do social. As diferenças de classe social não somente influenciam na conformação dos atuais fluxos migratórios, mas são elemento estruturante e central, determinando em larga medida suas características. Além disso, o próprio processo migratório pode estar levando à emergência de novos tipos de classes sociais, desnacionalizadas. Portanto, as pesquisas sociológicas sobre as migrações internacionais não podem se furtar ao desafio de considerar sistematicamente o caráter estruturante das hierarquias de classe social em seus próximos desenvolvimentos teóricos.

REFERÊNCIAS

ALBA, Francisco. Mexico's International Migration as a Manifestation of Its Development Pattern. **International Migration Review**, New York, vol. 12, nº 4, p. 502-513, Winter, 1978. Special Issue: Illegal Mexican Immigrants to the United States.

ALIOUA, Mehdi. À la rencontre de la sociologie d'Alain Tarrius. Du paradigme de la mobilité au territoire circulaire. **Emigrinter**, nº 1, p. 7-19, 2008.

ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico**. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Fapesp, 2009.

ALVES, Ubiratan Silva. Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 231-255.

ANTUNES, Deborah C.; ZUIN, Antônio A. S. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 20, n. 1, p. 33-42, 2008.

APPELBAUM, Richard P.; SMITH, David; CHRISTERSON, Brad. Commodity chains and industrial restructuring in the Pacific Rim: Garment Trade and Manufacturing In: GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Eds.) **Commodity chains and global capitalism**. Westport, Connecticut; London: Praeger, 1994, p. 187-204.

ARAGONÉS, Ana Maria. Migração a países de capitalismo avançado. Comunicação na Conferência Temática **Trabalho Migrante e Trabalho Decente: Desafios e Oportunidades**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1 e 2 de julho de 2010.

AUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes de. **A presença de trabalho forçado na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, São Paulo, 2005.

BABB, Sarah. The Social Consequences of Structural Adjustment: Recent Evidence and Current Debates. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, vol. 31, p. 199-222, 2005.

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações latino-americanas. In: _____ (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 9-18.

BASCH, Linda; GLICK-SCHILLER, Nina; BLANC-SZANTON, Cristina. **Nations unbound**: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized states. Langhorne, PA: Gordon and Breach, 1994.

BARALDI, Camila; COGO, Denise; MAGALHÃES, Giovanna; ILLES, Paulo; MARINUCCI, Roberto; WALDMAN, Tatiana. **Brasil**: Informe sobre a legislação migratória e a realidade dos migrantes. São Paulo: CDHIC, 2011.

BASSEGIO, Luiz. Migrantes: Discriminados e Necessários? **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**, 2004. Disponível em: <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio021.htm>. Acesso em: 04 ago. 2012.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENENCIA, Roberto. Migração a países de capitalismo avançado. Comunicação na Conferência Temática **Trabalho Migrante e Trabalho Decente: Desafios e Oportunidades**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1 e 2 de julho de 2010.

BERTONCELO, Edison R. E. As Classes na Teoria Sociológica Contemporânea. **BIB** – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, nº 67, p. 25-49, 1º semestre, 2009.

BESNARD, Phillippe. Pour une étude empirique du phénomène de mode dans la consommation des biens symboliques: le cas des prénoms. **Archives européennes de sociologie**, Cambridge, vol. 20, p. 343-351, 1979.

BLANCHETTE, Thaddeus. Como (não) se faz um brasileiro. **Revista Travessia**, São Paulo, vol. 21, n. 60, p. 5-10, Janeiro-Abril, 2008.

BLOEMRAAD, Irene; KORTEWEG, Anna; YURDAKUL, Gökçe. Citizenship and Immigration: Multiculturalism, Assimilation, and Challenges to the Nation-State. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, 34, p. 153-179, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio. In: SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva**: Referências para estudos e pesquisas. Brasília, Janeiro de 2012a. Disponível em: portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC882013543FDF7454OAB/restrospec_trab_escravo.pdf. Acesso em: 13 set. 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, Conselho Nacional de Imigração. **Proposta de “Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante”**. Brasília, 2012b. Disponível em: http://www.mte.gov.br/politicamigrante/imigracao_proposta.pdf. Acesso em: 14 ago. 2012.

BRASIL. Economia brasileira atrai estrangeiros e imigração aumenta 50% em seis meses. **Portal Brasil**, Brasília, 01 nov. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/11/10/economia-brasileira-atrai-estrangeiros-e-imigracao-aumenta-50-em-seis-meses>. Acesso em: 26 out. 2012.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria de Imprensa. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Sessão do Conselho de Direitos Humanos: Genebra-Suíça. Brasília, 15 de junho de 2009. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/discursos/Discurso_Lula_Genebra.pdf. Acesso em: 31 ago. 2012.

BRUBAKER, Rogers. The Return of Assimilation? Changing Perspectives on Immigration and Its Sequels in France, Germany, and the United States. **Ethnic and Racial Studies**, 24.4, p. 531-548, 2001. Disponível em: <http://works.bepress.com/wrb/9>. Acesso em: 04 abr. 2012.

BUECHLER, Simone. Sweating it in the Brazilian Garment Industry: Korean and Bolivian Immigrants and Global Economic Forces In São Paulo. **Latin American Perspectives**, 31: 99, 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo**. São Paulo, 2006.

COLLINS, Randall. **Weberian sociological theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

COUTO, Leandro F. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 50, nº 1, p. 159-176, 2007.

CRECE la migración de bolivianos hacia Brasil. **Desde el Sur**, 26 mar. 2012. Disponível em: <http://www.desdelsur.bo/Desdelsur/CapaNegocio/noticia.php?id=842>. Acesso em: 26 out. 2012.

CYMBALISTA, Renato; XAVIER, Iara R.. A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. **Cadernos Metrópole**, São Paulo (PUC-SP), v. 17, p. 119-133, 2007.

DeANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". **The Commoner**, n. 2, Sept. 2001. Disponível em: <http://www.commoner.org.uk/02deangelis.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

DOMENECH, Eduardo; MAGLIANO, Maria José. Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente”. In: DOMENECH, E. (Org.) **Migración y política**: el Estado interrogado. Procesos actuales en Argentina y Sudamérica. Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, 2009, p. 201-256.

DORAI, Mohamed K.; HILY, Marie-Antoinette; LOYER, Frantz. **Bilan des travaux sur la circulation migratoire** : convention d'étude du 19 novembre 1997. Migrinter: Université de Poitiers, 1997.

DUBAR, Claude. **A socialização**: a construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005,

_____. **Le secret d'Alvino**: Récits de vie d'un Indien du Brésil. Paris: Les Belles Lettres, 2012.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva 1973.

EL 80 por ciento de migrantes bolivianos es “irregular”. **Desde el Sur**, 201?. Disponível em: www.desdeelsur.bo. Último acesso: 05 ago. 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EM SP, imigrantes fazem passeata pelo direito de votar. **O Estado de S. Paulo**, 04 dez. 2011. Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-imigrantes-fazem-passeata-pelo-direito-de-votar,806651,0.htm. Acesso em: 14 set. 2012.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: Dois aspectos fundamentais do 'retorno'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 25, nº 72, p. 89-100, 2010.

FREITAS, Patrícia T. de. **Imigração e Experiência Social**: o circuito de subcontratação transnacional para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2009.

_____. Imigração boliviana para São Paulo e o setor de confecções: em busca de um paradigma analítico alternativo. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 155-178.

GASPARIN, Gabriela. Imigrantes bolivianos fraudam programa de formalização do trabalho. **G1**, 21 ago. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/08/imigrantes-bolivianos-fraudam-programa-de-formalizacao-do-trabalho.html>. Acesso em: 27 ago. 2012.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel (Eds.). *Commodity chains and global capitalism*. Westport, Connecticut; London: Praeger, 1994.

GLAZER, Nathan; MOYNIHAN, Daniel. **Beyond the Melting Pot**: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City. Cambridge: MIT Press, 1970 [1963].

GLICK-SCHILLER, Nina. The situation of transnational studies. **Identities**, vol. 4 issue 2, p. 155-166, 1997.

GOVERNO autoriza residência permanente a 18 mil estrangeiros. **R7**, 30 jan. 2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/governo-autoriza-residencia-permanente-a-18-mil-estrangeiros-20120130.html>. Acesso em: 08 fev. 2012.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, vol. 78, n. 6, p. 1360-1380, May, 1973.

GRIMSON, Alejandro; PAZ SOLDÁN, Edmundo. Migrantes bolivianos en Argentina y Estados Unidos. **Cuaderno de Futuro 7**. La Paz: PNUD, 2000. Disponível em:
<http://www.derechoshumanosbolivia.org/archivos/biblioteca/Migrantes%20bolivianos%20en%20Argentina%20y%20USA.pdf>. Acesso em: 2/06/2012.

GUARNIZO, Luiz. The emergence of a transnational social formation and the mirage of return migration among Dominican transmigrants. **Identities**, vol. 4, n. 2, p. 281-322, 1997.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Operários e mobilidade social na Bahia: análise de uma trajetória individual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 8, p. 81-97, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

HELD, David, MCGREW, Anthony, GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan. **Global Transformations**: Politics, Economics and Culture. Cambridge: Polity Press, 1999.

HIRSCH, Olivia. Migrações sul-sul: o caso dos bolivianos no Brasil e na Argentina. **Observador On-Line**, vol. 3, nº 4, abril, 2008. Disponível em:
http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/33_observador_topico_Observador_v_3_n_4.pdf. Acesso em 02 jun. 2012.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

IBGE. Censo 2010. Dados preliminares. Brasília, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 15 jun. 2012.

ILLES, Paulo. Contexto nacional. Comunicação no Seminário **Estatuto do Estrangeiro ou Lei de Migração?** Análise Crítica do Projeto de Lei nº5.655/09. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 18 de junho de 2010.

_____; TIMÓTEO, Gabriela Louise Soares; FIORUCCI, Eliane da Silva. Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. **Cadernos Pagu**, nº 31, p. 199-217, julho-dezembro, 2008.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Migração e mobilidade social:** migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas: Ed. Autores Associados, 2000.

KONTIC, Branislav. **Aprendizado e metrópole:** a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Inovação e Redes Sociais:** a indústria da moda em São Paulo. Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LA SALADA, la feria argentina que está en manos bolivianas. *La Razón*, 23 abr. 2012. Disponível em: http://www.la-razon.com/suplementos/informe/Salada-feria-argentina-manos-bolivianas_0_1599440134.html. Acesso em: 08 ago. 2012.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira:** passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEVITT, Peggy; DeWIND, Josh; VERTOVEC, Steven. International Perspectives on Transnational Migration: An Introduction. **International Migration Review**, New York, vol. 37, nº 3, p. 565-575, 2003. Transnational Migration: International Perspectives.

LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. **Transnational perspectives on migration:** conceptualizing simultaneity, 2004. Disponível em: [http://www.framtidsstudier.se/filebank/files/20060126\\$134325\\$fil\\$6eLkG90XJwz27nVn9VG6.pdf](http://www.framtidsstudier.se/filebank/files/20060126$134325$fil$6eLkG90XJwz27nVn9VG6.pdf). Acesso em: 06 jun. 2011.

LEVITT, Peggy; JAWORSKY, B. Nadya. Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, 33, 2007, p. 129-156.

LIPSKY, Michael. **Street-level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

MADI, Maria Carolina C.; CASSANTI, Ana Carolina; SILVEIRA, Cássio. Estudo das representações sociais sobre gestação em mulheres bolivianas no contexto da atenção básica em saúde na área central da cidade de São Paulo. **Saúde Social**, São Paulo, vol. 18, supl. 2, abr.-jun. 2009, p. 67-71.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. **Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. Dissertação de mestrado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MANETTA, Alex. Bolivianos no Brasil e o discurso da mídia jornalística. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 257-270.

MARCHIORI, Raphael. Bolivianos pagam para não apanhar em escola estadual. **Folha de S. Paulo**, 28 set. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2809201012.htm>. Acesso em: 05 set. 2012.

MARQUES, Angela Maria, Fronteira e saúde: Puerto Quijarro e Puerto Suárez (Bolívia) e Corumbá (Brasil). In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 297-311.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 [1867]. Coleção “Os Economistas”. Vol. 1, Tomos I e II.

MÉCHIN, Colette. La fonction préminale. **Recherches sociologiques et anthropologiques** [En ligne], vol. 37, n. 2, 2006. Disponível em: <http://rsa.revues.org/579>. Acesso em: 15 mai. 2012.

MERTON, Robert K. **Teoría y Estructura Sociales**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. **De volta para casa**: inserção socioeconômica entre brasileiras e brasileiros retornados do Japão. Projeto de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NÓBREGA, Ricardo. Migração e globalização popular: trabalhadores bolivianos na pequena indústria têxtil de São Paulo. **VI Encontro Nacional de Migrações**. Belo Horizonte, 11 a 13 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST2/RicardoNobrega.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2012.

NORONHA, Eduardo G. ‘Informal’, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, nº 53, p. 111-129, outubro/2003.

OIM. Organización Internacional para las Migraciones. **Perfil Migratorio de Bolívia**. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/media/docs/reports/Perfil-Migratorio-de-Bolivia.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

OLIVEIRA, Gabriela; BAENINGER, Rosana. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 179-194.

OTAVIO, Chico; GUILAYN, Priscila. Brasil quer facilitar vistos para profissionais estrangeiros. **O Globo**, 15 jan. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/brasil-quer-facilitar-vistos-para-profissionais-estrangeiros-3671799>. Acesso em: 14 ago. 2012.

PALLONI, Alberto; MASSEY, Douglas S.; CEBALLOS, Miguel; ESPINOSA, Kristin; SPITTEL, Michael. Social Capital and International Migration: A Test Using Information on Family Networks. **The American Journal of Sociology**, Chicago, vol. 106, nº 5, p. 1262-1298, 2001.

PATARRA, Neide L.; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 21, nº 60, São Paulo, p. 83-102, 2006.

PATUSSI, Roque. Bolivianos em São Paulo. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.), **Travessias na desordem global**: Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 213- 218.

PERALVA, Angelina. **Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais**. São Paulo e Santiago: iFHC, CIEPLAN, 2008.

PERES, Roberta Guimarães. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 35-74.

PIORE, Michael. **Birds of Passage**: Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, Alejandro. Immigration theory for a new century: some problems and opportunities. **International Migration Review**, New York, vol. 31, n. 4, p. 799-825, Winter, 1997. Immigrant Adaptation and Native-Born Responses in the Making of Americans.

_____. La mondialisation par le bas. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, vol. 129, p. 15-25, septembre 1999. Délits d'immigration.

_____. Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of immigrant transnationalism. **International Migration Review**, New York, vol. 37, no. 3, p. 874-892, Fall, 2003. Transnational Migration: International Perspectives.

PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel. World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy. In: PORTES, Alejandro, CASTELLS, Manuel; BENTON, Lauren A. (Eds.). **The Informal Economy**: Studies in Advanced and Less Developed Countries. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1989.

PORTES, Alejandro; HALLER, William; FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 20, nº 1, p. 13-50, 2008.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén. **Immigrant America**: A Portrait. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2006.

POTOT, Swanie. **Circulation et réseaux des migrants roumains** : une contribution à l'étude des nouvelles mobilités en Europe. Tese de doutorado – Université de Nice-Sophia Antipolis, 2003.

PÓVOA NETO, Hélión. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In FERREIRA, Ademir *et alii* (Orgs.). **A Experiência Migrante**: Entre Deslocamentos e Reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 491-520.

PRETURLAN, Renata B. O fluxo migratório boliviano para São Paulo e as configurações contemporâneas do trabalho. In: SILVA, Leonardo Melo e; ESTANQUE, Elísio (Orgs.). **Facetas do trabalho na contemporaneidade**: diálogos luso-brasileiros. Curitiba: Appris, 2012a, p. 137-158.

_____. Mobilidades e classes sociais: a migração boliviana para São Paulo. **Anais Eletrônicos do 36º Encontro da Anpocs**, Águas de Lindoia, 2012b. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8098&Itemid=76. Acesso em: 26 out. 2012.

PRETURLAN, Renata B.; PIZA, Douglas de Toledo. Trabalho, conflito e estratégias de migrantes: ambulantes bolivianos e chineses em São Paulo. **Anais eletrônicos do XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia**, Curitiba, 2011.

RATHA, Dilip; SHAW, William. **South-south migration and remittances**. World Bank working paper, no. 102, Washington, D.C., 2007. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/SouthSouthMigrationandRemittances.pdf>. Acesso em 12/06/2012.

REIS, Rossana. Migrações: caso norte-americano e francês. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 20, n. 57, p. 59-74, 2006.

_____. **Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998)**. São Paulo: Hucitec, 2007.

REIS, Rossana; SALES, Teresa (Orgs.). **Cenas do Brasil migrante**. São Paulo: Boitempo, 1999.

RNW. Radio Netherlands Worldwide. **Vozes dos novos imigrantes**: latino-americanos nas oficinas de costura de São Paulo. Programa de rádio, 2012. Disponível em:

<http://www.rnw.nl/portugues/radioshow/latino-americanos-nas-oficinas-de-costura-de-s%C3%A3o-paulo>. Acesso em 04 mai. 2012.

RODRIGUES, Artur. 'Brasil é a bola da vez para chinês imigrante'. **O Estado de S. Paulo**, 12 ago. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,brasil-e-a-bola-da-vez-para-chines-imigrante-,915194,0.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

ROSSI, Camila Lins. **Nas costuras do trabalho escravo**. Trabalho de conclusão de curso – Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RUMBAUT, Ruben G. Assimilation and Its Discontents: Between Rhetoric and Reality. **International Migration Review**, New York, vol. 31, nº 4, p. 923-960, 1997. Special Issue: Immigrant Adaptation and Native-Born Responses in the Making of Americans.

RUNCIMAN, Walter. **Relative Deprivation and Social Justice**: A Study of Attitudes to Social Inequality in Twentieth-Century England. London: Penguin Books, 1972.

SALA, Gabriela Adriana. **Características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil**. Tese de doutorado – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. **Revista Travessia**, São Paulo, nº 36, p. 33-44, 2000.

SANABRIA, Harry. Consolidating States, Restructuring Economies, and Confronting Workers and Peasants: The Antinomies of Bolivian Neoliberalism. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, Vol. 41, No. 3, p. 535-562, Jul., 1999.

SANTINI, Daniel. Denúncias de escravidão envolvem grifes em Buenos Aires. **Repórter Brasil**, São Paulo, 26 jul. 2012. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2085>. Acesso em: 26 jul. 2012.

SANTOS, Luis Cláudio. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48, nº 2, p. 185-204, 2005.

SARAIVA, Miriam G. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 50, nº 2, p. 42-59, 2007.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia de O. Teoria das migrações Internacionais. Comunicação no GT de Migração do **XII Encontro Nacional da ABEP**, Caxambu, 2000.

SASSEN, Saskia. **The mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and Labor Flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. **Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

_____. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista Travessia**, São Paulo, ano XIII, janeiro, 2000. Número Especial.

SEYFERTH, Giralda. A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, nº 57, 1º semestre, p. 7-47, 2004.

SILVA, Carlos Freire da. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. **Revista Travessia**, São Paulo, ano XXII, nº 63, p. 5-11, Janeiro-Abril, 2009.

SILVA, Josué Pereira da. **Trabalho, Cidadania e Reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Sidney da. **Costurando sonhos**: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. **Virgem, mãe, terra**: festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo: Editora Hucitec: Fapesp, 2003.

_____. **Bolivianos**: a presença da cultura andina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 20, n. 57, p. 157-170, 2006.

_____. Faces da latinidade: hispano-americanos em São Paulo. **Cadernos Nepo**, Campinas, nº 55, 2008.

_____. Bolivianos em São Paulo: Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 19-34.

SIMAI, Szilvia; BAENINGER, Rosana. Racismo e sua negação: O caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. **Revista Travessia**, São Paulo, nº 68, jan.-jun, p. 49-62, 2011.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância**: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de doutorado – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SOUCHAUD, Sylvain. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, Ademir P. *et alii* (Orgs.) **A experiência migrante**: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 267-290.

_____. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a migração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 75-92.

SOUCHAUD, Sylvain; BAENINGER, Rosana. Étudier les liens entre les migrations intérieures et internationales en suivant les trajectoires migratoires des Boliviens au Brésil. **Révue Européenne des Migrations Internationales**, Poitiers, v. 25, n. 1, p. 195-213, 2009.

SPINELLI, Evandro. Feira da Madrugada deve ganhar novo shopping e até hotel. **Folha de S. Paulo**, 24 set. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1158230-feira-da-madrugada-deve-ganhar-novo-shopping-e-ate-hotel.shtml>. Acesso em: 29 set. 2012.

STARK, Oded; BLOOM, David E. The economics of labor migration. **American Economic Review**, Pittsburgh, 75, p. 173-178, 1985.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward. Relative Deprivation and International Migration. **Demography**, Seattle, vol. 26, nº 1, p. 1-14, Feb. 1989.

TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas**: les nouveaux nomades de l'économie souterraine. Paris: Éditions Balland, 2002.

_____. Migrations en réseaux et cohabitations urbaines aux bordures de l'Europe. **L'Année sociologique**, Paris, 58, nº 1, p. 71-93, 2008.

TELLES, Vera da S. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 5-6, p. 97-126, jul.-set/out.-dez. 2010.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. **The Polish Peasant in Europe and America**. Chicago, University of Illinois Press, 1918 (1ª ed.), 1984 (reimpresso).

THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião. Europeus bem-vindos, haitianos barrados. **Folha de S. Paulo**, 21 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/21140-europeus-bem-vindos-haitianos-barrados.shtml>. Acesso em: 15 ago 2012.

TILLY, Chris. Migração internacional num contexto de crise do capitalismo neoliberal. Comunicação na Conferência Temática **Trabalho Migrante e Trabalho Decente: Desafios e Oportunidades**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1 e 2 de julho de 2010.

TORRE ÁVILA, Leonardo de la. **No llores, prenda, pronto volveré**: Migración, movilidad social, herida familiar y desarrollo. La Paz: Fundación PIEB, IFEA; UCB, 2004.

TRUZZI, Oswaldo. Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.28, p. 143-166, 2001.

_____. Redes em processos migratórios. In: LANA, Ana Lúcia Duarte *et alii* (Orgs.). **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 19-38.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **International Migration Report 2006: A Global Assessment**. New York, 2009. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf. Acesso em: 12 jun. 2012.

VAINER, Carlos B. Estado e migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. **Revista Travessia**, São Paulo, nº 36, p. 15-32, 2000.

VENTURA, Deisy; ILLES, Paulo. Qual é a política migratória do Brasil?. **Le Monde Diplomatique online**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1121>. Acesso em: 05 ago. 2012.

VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**. New York: Routledge, 2009.

VIDAL, Dominique. Convivência, alteridade e identificações. Brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 93-108.

VILELA, Elaine M. Desigualdade e Discriminação de Imigrantes Internacionais no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, p. 89-128, 2011.

WALDINGER, Roger; FITZGERALD, David. Immigrant ‘Transnationalism’ Reconsidered. Department of Sociology, UCLA, UC Los Angeles, 2003. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/067683p8>. Acesso em: 20 mai. 2011.

WALDMAN, Tatiana Chang. Movimentos migratórios sob a perspectiva do direito à saúde: imigrantes bolivianas em São Paulo. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, vol.12, n.1, p. 90-114, 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1999. Vol. 1 e 2.

WIEVIORKA, Michel. Un thriller sociologique. In: TARRIUS, Alain. **La mondialisation par le bas**: les nouveaux nomads de l'économie souterraine. Paris: Éditions Balland, 2002, p. 9-13.

WIMMER, Andreas; GLICK-SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, Malden, n. 2, vol. 4, p. 301-334, 2002.

XAVIER, Iara Rolnik. A cidade de El Alto e os fluxos de bolivianos para São Paulo. **Revista Travessia**, São Paulo, ano XXII, nº 63, p. 12-19, 2009.

_____. **Projeto migratório e espaço**: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In: BAENINGER, Rosana (Org.) **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; Unfpa, 2012, p. 109-153.

ZHOU, Min. Segmented assimilation: issues, controversies, and recent research on the new second generation. In: HIRSCHMAN, Charles; KASINITZ, Philip; DeWIND, Josh (Eds.). **The Handbook of International Migration: The American Experience**. New York: Russell Sage Found, 1999, p. 196–211.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com migrantes

As entrevistas foram realizadas em conversas livres, em que os migrantes relatam suas trajetórias de vida dos migrantes. De modo geral, foram estruturadas em dois momentos principais: (i) relato livre de sua trajetória de vida e (ii) realização de perguntas para abordar temas que não tenham sido mencionados. Assim, o roteiro abaixo elenca as questões que as entrevistas procuraram responder, seja pela menção espontânea pelos entrevistados, seja pela realização de perguntas específicas. Os roteiros das entrevistas com membros de entidades assistenciais foram elaborados de acordo com o perfil de cada entrevistado.

Apresentação – nome, idade, ocupação atual.

Onde nasceu? Cidade, área rural? Morou lá a vida toda? Fala alguma língua indígena?

E a **família**, era de lá? Morava com quem na infância (pais, avós, primos, parentes...)? Teve irmãos?

Estudou? Quantos anos? Os irmãos estudaram? E os pais?

Qual a **profissão dos pais**? Sempre tiveram a mesma ocupação? Qual a ocupação dos irmãos / parentes mais próximos?

Trabalhou na Bolívia? Em quê?

Por que resolveu sair da Bolívia? Quando decidiu sair, já sabia para onde iria?

Quando veio para São Paulo? Veio para trabalhar?

Algun parente já tinha saído da Bolívia? E, especificamente, para o Brasil?

O que **pensava** sobre São Paulo antes de chegar? Sabia alguma coisa sobre o Brasil? Como imaginava que seria?

Quando chegou, foi recebido por quem? Veio já com emprego definido?

Trabalhou aqui em quê? Sempre a mesma atividade? Trabalhou em outras cidades / países desde que veio para São Paulo pela primeira vez? Em quantos lugares diferentes já trabalhou na cidade? Por que mudou de emprego?

O que achou do trabalho quando chegou? Sabia alguma coisa sobre como seria?

Desde que chegou, o trabalho melhorou, piorou ou continuou o mesmo? O que mudou e o que continua igual?

Qual seria seu sonho com relação ao trabalho? Se pudesse escolher qualquer coisa, o que faria? Onde?

Tem algum plano para os próximos anos?

Com quem **mora** atualmente? Em que local da cidade? Sempre morou lá? Em que outros locais da cidade já morou? Mora no mesmo local em que trabalha? Fez isso em algum momento? Acha isso bom, ruim ou indiferente?

O que gosta de fazer nos **finais de semana**?

Que lugares da **cidade** costuma frequentar? De quais gosta?

Quais são as maiores diferenças com relação ao seu lugar de origem? Sente falta de algo?

Frequenta alguma **igreja** / culto religioso? É o mesmo que frequentava antes – na Bolívia, logo que chegou?

Tem **amigos** em São Paulo? Brasileiros, bolivianos, outras nacionalidades?

Já pensou em se mudar para um terceiro país? Qual? Conhece pessoas que o fizeram?

Já usou o sistema de **saúde** público (ou privado) brasileiro? O que achou do atendimento? Resolveram o problema que motivou a visita? Como costuma agir em caso de problemas de saúde?

Teve contato com o sistema de **ensino** (público ou privado) – filhos, parentes utilizaram? O que achou? É bom? O que seus filhos esperam da escola? Alguma diferença importante com relação às escolas bolivianas?

Usa o **transporte** público? É difícil se locomover na cidade? É melhor que na Bolívia? É caro ou barato? Tem documentos? Ficou sabendo da **anistia** de 2009 (ou de outra)? Aproveitou esta oportunidade para se regularizar? E o Acordo Brasil-Bolívia?

Nesses contatos com a **Polícia Federal**, foi bem atendido? Onde/como obteve as informações sobre o processo de regularização?

Conhece o **CAMI**? E a **Pastoral** dos Migrantes? Participou de algum evento? Qual? Obteve informações?

Participa de alguma **associação**? Qual? Conhece outras?

Votou nas últimas eleições bolivianas? Tem interesse na política brasileira? E na política boliviana?

Mantém **contato** com familiares na Bolívia? Em outros países? Quais familiares? Telefona, manda cartas, presentes...? Envia **dinheiro**/bens? Como faz o envio – por meio de amigos, transferência em agências como Western Union?

Passou por dificuldades em São Paulo? De que tipo?

O que pensa da situação atual da Bolívia? Tem vontade de voltar para morar um dia? O que seria necessário para isso? Pensa que vai voltar?

Em qual país gostaria mais de viver?

APÊNDICE B – Perfis dos entrevistados

Nome ¹	Sexo	Idade ²	Ocupação atual	Anos desde primeira migração a São Paulo ³
Cesar	Masculino	59	Artesão (produz e vende bijuterias)	40 ⁴
Isabel	Feminino	39	Vendedora ambulante (leites fermentados); recreadora infantil (ocasional)	24
Carlos C.	Masculino	48	Dono de oficina – vendedor na Feirinha da Madrugada do Brás; presidente de associação de produtores	17
Cristina	Feminino	28	Dona de box – vendedora em Shopping no Brás	13
Juan	Masculino	32	Modelista	12
Carlos P.	Masculino	33	Costureiro	11
Patricia	Feminino	28	Vendedora – vende roupas produzidas pela oficina da família na região do Brás	11
Juan Carlos	Masculino	32	Dono de oficina (em que trabalham ele e sua esposa)	9
Daniela	Feminino	18	Estudante	8
Wilsom L.	Masculino	29	Dono de oficina de costura	6
Yuana	Feminino	26	Costureira	4
Bob	Masculino	24	Costureiro	3
Osvaldo	Masculino	27	Costureiro	2
Wilsom P.	Masculino	19	Costureiro	1 semana

¹ Todos os nomes foram alterados para preservar a identidade dos entrevistados.

² É indicada a idade que tinham os entrevistados no momento da realização da entrevista.

³ Períodos descontínuos.

⁴ Cesar nasceu em Corumbá-MS, de uma família boliviana, conforme trajetória apresentada no capítulo 2. Ainda criança, morou na Bolívia e migrou para São Paulo aos 11 anos.